

Anais
**BRASILEIROS e
BRASILIANISTAS**
novas gerações, novos olhares

Uma homenagem
a Emilia Viotti da Costa

Brasileiros e Brazilianistas

Novas gerações, novos olhares

Uma homenagem a Emilia Viotti da Costa



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Governador

Geraldo Alckmin

SECRETARIA DE ESTADO – CASA CIVIL

Secretário

Saulo de Castro Abreu Filho

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Coordenador

Izaías José de Santana

Diretora do Departamento de Preservação e Difusão do Acervo

Yara Prado Fernandes Pascotto

Diretora do Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo

Ieda Pimenta Bernardes

Conselho Editorial

Ana Célia Rodrigues

Barbara Weinstein

Célia Reis Camargo

Denise Aparecida Soares de Moura

Fernando Teixeira da Silva

Jaime Rodrigues

James Naylor Green

Jeffrey Lesser

João Roberto Martins Filho

João Paulo Garrido Pimenta

Yara Aun Khoury

Coordenação Editorial

Haike Roselane Kleber da Silva

Preparação de Originais e Revisão de Provas

Jéssica Ferraz Juliano

Dóris Fleury

Capa

Helen Karina Teixeira Batista

Projeto Gráfico

Simone Bonfanti

Diagramação

Helen Karina Teixeira Batista

Simone Bonfanti

Brasileiros e Brazilianistas

Novas gerações, novos olhares

Uma homenagem a Emilia Viotti da Costa

Apoio:



Realização:



Casa Civil

S474a Seminário Internacional Brasileiros e Brazilianistas: novas gerações, novos olhares. Uma homenagem a Emilia Viotti da Costa (2012 : São Paulo, SP)

Anais Brasileiros e Brazilianistas : novas gerações, novos olhares : uma homenagem a Emilia Viotti da Costa . - São Paulo : Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2014.

4.579 Kb ; PDF

Modo de Acesso: World Wide Web

Conteúdo e evento organizados pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo.

ISBN: 978-85-63443-11-3 (PDF)

1. História do Brasil. 2. Brazilianistas. 3. Costa, Emilia Viotti da. I. Título.

CDD 981

981.0072

NOTA EXPLICATIVA SOBRE ESTE E-BOOK

Os direitos sobre todos os textos contidos neste livro eletrônico (e-book) são reservados ao(à) seu(sua) autor(a) e estão protegidos pelas leis do direito autoral. Esta é uma edição eletrônica, não comercial, que não pode ser vendida nem comercializada em hipótese nenhuma, nem utilizada para quaisquer fins que envolvam interesse monetário. Este exemplar de livro eletrônico pode ser reproduzido em sua íntegra e sem alterações, distribuído e compartilhado para usos não comerciais, entre pessoas ou instituições sem fins lucrativos. Em caso de uso acadêmico deste e-book, todos os créditos e referências devem ser dados ao(à) autor(a) e ao Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Sumário

<i>Apresentação - Haike R. K. da Silva</i>	<i>8</i>
<i>Prefácio - James N. Green</i>	<i>9</i>
<i>Emilia Viotti da Costa: construindo a história na contracorrente - James N. Green</i>	<i>15</i>
<i>Bancos e o desenvolvimento econômico de São Paulo no século XIX - Anne G. Hanley</i>	<i>25</i>
<i>Capitalismo, escravidão e a economia cafeeira do Brasil no longo século XIX - Rafael de Bivar Marquese</i>	<i>52</i>
<i>Geração Coca-Cola: um “best seller” esquecido e a história cultural da “quase década” (1955-1964) - James Woodard</i>	<i>91</i>
<i>Stars, Pin-ups e It girls! Atrizes brasileiras sob o paradigma do estrelato hollywoodiano, 1950-1954 - Ana Carolina de M. D. Maciel</i>	<i>106</i>
<i>Reimaginando a esquerda: resistência urbana e a formação de uma nova feminilidade operária no Brasil - Natan Zeichner</i>	<i>114</i>
<i>Trânsitos e política: artistas brasileiros em Nova Iorque durante a ditadura civil-militar no Brasil - Dária Jaremtchuk</i>	<i>125</i>
<i>Álbum de família: memória, identidade paulista e a Revolução de 32 - Barbara Weinstein</i>	<i>132</i>
<i>Contribuição de Emilia Viotti da Costa para a historiografia de estudos sobre a escravidão e o trabalho - Maria Ligia Coelho Prado</i>	<i>147</i>

<i>Programação do Seminário Internacional Brasileiros e Brazilianistas: novas gerações, novos olhares. Uma homenagem a Emilia Viotti da Costa.</i>	
<i>22 de agosto de 2012</i>	<i>153</i>

Apresentação

É com muita satisfação – e com dois anos de atraso – que o Arquivo Público do Estado de São Paulo publica os anais do seminário internacional “Brasileiros e brasilianistas: novas gerações, novos olhares. Uma homenagem a Emilia Viotti da Costa”, evento que contou com o apoio da Fapesp para sua realização (número do processo: 2012/11478-6). Esta edição congrega as comunicações e conferências ministradas no evento que ocorreu no dia 22 de agosto de 2012 no novo auditório do Arquivo Público. O seminário teve como um de seus objetivos homenagear a Prof.^a Dra. Emilia Viotti da Costa por sua importante contribuição à historiografia brasileira e, a partir dessa perspectiva, apresentar o diálogo acadêmico entre brasileiros e brasilianistas sobre diferentes temáticas acerca da História do Brasil.

O evento foi composto por quatro conferências proferidas respectivamente pelos professores doutores James Green (Brown University), Barbara Weinstein (University of Maryland), Maria Lígia Prado (USP) e Alexandre Fortes (UFRRJ); e também por três mesas redondas – *São Paulo e o século XIX*; *Cultura e consumo*; *Da ditadura à democracia* – nas quais estiveram presentes pesquisadores brasileiros e brasilianistas: Ana Carolina de Moura Delfim Maciel (Museu Paulista/FAPESP), Anne G. Hanley (Northern Illinois University), Daria Jaremtchuk (USP), James Woodard (Montclair State University), Natan Zeichner Tzvi (New York University) e Rafael de Bivar Marquese (USP). A programação pode ser conferida no final dos anais. Essa publicação contempla nove dos dez trabalhos apresentados.

Haike R. K. da Silva

Diretora do Departamento de
Difusão e Apoio à Pesquisa do
Arquivo Público do Estado de São Paulo

Prefácio

Estudando o Brasil do lado de fora: a complexa relação entre brasileiros e brasilianistas¹

A ideia por trás desta obra surgiu inicialmente de uma conversa com Lauro Ávila Pereira, colega e amigo de muitos anos, sobre como dar conta da relação entre historiadores norte-americanos que estudam o Brasil – especialmente pessoas cuja pesquisa enfoque São Paulo – e a produção brasileira. Durante nosso diálogo mencionei o papel fundamental de Emilia Viotti da Costa na formação de várias gerações de historiadores do Brasil e da América Latina, no período em que ela lecionava em Yale, depois da sua aposentadoria compulsória da Universidade de São Paulo pela ditadura, em 1969.

Também lhe contei que, ao longo dos anos, vários ex-alunos da Universidade de São Paulo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e de outras escolas no Brasil me falaram sobre suas experiências universitárias no começo dos anos 70. Segundo suas versões, naqueles anos duros do governo Médici seus professores indicavam a obra seminal de Thomas E. Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castelo* (1967), com a seguinte advertência: embora o eminente brasilianista fosse provavelmente agente da CIA, a sua obra era um excelente retrato da política brasileira entre 1930 e 1964, e deveria ser lida com muita atenção. Achava engraçados estes comentários, pois tinha assumido a cátedra de História da América Latina, que Skidmore ocupou na Brown University durante mais de uma década, e conhecia bem o eminente professor aposentado. Imaginava que outros brasileiros deveriam ter imaginado as mesmas coisas sobre mim, na época em que morava em São Paulo e estudava na USP, nos anos 70.

O resultado da nossa conversa foi a proposta de organizar um simpósio internacional para homenagear Emilia Viotti da Costa e reconhecer a sua importância, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, como historiadora e mentora. Resolvemos convidar pesquisadores norte-americanos, que trabalhavam sobre São Paulo, e os seus pares brasileiros, para incentivar o intercâmbio e diálogo sobre as obras produzidas por eles. Os resultados são os artigos deste volume.

Acho que neste momento, cinquenta anos depois do golpe de estado de 1964, vale a pena desmentir alguns mitos sobre os brasilianistas e o Brasil. O fato de que, na época, o presidente americano Lyndon B. Johnson tenha dado seu apoio incondicional à derrubada do governo de João Goulart, e aos militares que tomaram o poder, tem provocado a justa indignação de parte dos brasileiros. E este sentimento levou alguns a relacionar as ações do embaixador do Brasil Lincoln Gordon, e do adido militar Vernon Walters, em 1964, àquela geração de acadêmicos norte-americanos que viajaram ao

¹ Conferência de abertura.

Brasil nos anos 60 e 70 com bolsas da National Defense Education Act, das fundações Ford ou Fulbright, ou através de financiamento da sua própria universidade para estudar o país. No caso destes acadêmicos, a hipótese também era de que eles seriam agentes da CIA.

Muitas razões explicam por que os intelectuais brasileiros desenvolveram este imaginário sobre os brasilianistas. De fato, naquele mesmo ano de 1964, a CIA financiava, no Chile, o Projeto Camelot, para usar cientistas sociais norte-americanos na obtenção de informação estratégica sobre o processo político naquele país.

Ano após ano, representantes do governo norte-americano negaram ter dado qualquer apoio direto ou tácito aos generais que derrubaram o governo de Goulart. No entanto, em 1976, Phyllis Parker, uma estudante de mestrado na Universidade de Texas em Austin, expôs essas mentiras. Parker encontrou documentos na Biblioteca de Lyndon B. Johnson indicando que Gordon tinha de fato coordenado a Operação Brother Sam (PARKER, 1979). Essa operação ofereceu armas e petróleo para as tropas rebeldes, caso o levante militar se transformasse em guerra civil. A descoberta da Brother Sam confirmou as acusações feitas desde 1964 por esquerdistas brasileiros sobre o envolvimento do governo norte-americano na chamada Revolução – que, na verdade, instalou uma ditadura. Até a sua morte em 2009, Lincoln Gordon defendeu a estratégia implementada pelo Departamento de Estado no começo dos anos 60. Tal estratégia canalizava recursos para governos estaduais que se opusessem a Goulart, com uma política batizada como “islands of sanity”, ou ilhas de racionalidade. Ao mesmo tempo, apoiou, com milhões de dólares, os candidatos anti-Goulart nas eleições de 1962 (GREEN; JONES, 2009).

Um fator igualmente importante para predispor os intelectuais brasileiros contra os seus colegas ao norte tem sido a ligação histórica do mundo acadêmico com a produção europeia. Como Jeffrey Needell mostra na sua obra-prima *A Tropical Belle Epoque: Elite Culture and Society in Turn-of-the-Century Rio de Janeiro* (1987), a elite carioca da virada do século XX tinha Paris como modelo cultural e intelectual. Aqueles que desenvolveram ideias racistas também tomaram emprestadas teorias dos estudiosos europeus – embora Gilberto Freyre e outros também tenham recebido influências dos Estados Unidos. Alguns norte-americanos participaram dos primeiros programas de pós-graduação na USP e no Rio de Janeiro, mas predominavam professores franceses. Muitos estudantes e professores brasileiros consideravam a produção acadêmica norte-americana como pragmática, empírica e estreita, e a francesa como teórica e ampla. O desprezo de muitos intelectuais brasileiros em relação à hegemonia estadunidense na América Latina facilmente se transformou numa aversão a qualquer coisa americana.

Vários estudiosos da produção intelectual dos brasilianistas têm se referido à geração dos anos 60 e 70 como os filhos de Fidel. A Revolução Cubana provocou um grande influxo de dinheiro e recursos do governo norte-americano ao mundo acadêmico para responder às seguintes perguntas: o que deu errado na América Latina? Como podemos evitar uma outra Cuba? Um ano antes de Fidel tomar o poder, Juscelino

Kubitschek propôs a implementação da Operação Panamericana, com financiamento massivo para eliminar a pobreza e fomentar o desenvolvimento na América Latina. Washington simplesmente ignorou a proposta. No entanto, dois anos depois, com Fidel instalado em Havana, a administração Kennedy entrou em pânico e tomou a ofensiva. O governo norte-americano desenvolveu e expandiu a ideia de JK ao propor a Aliança pelo Progresso – com todos os seus programas adjuntos como o dos Peace Corps – e o aumento da ajuda militar. A ampliação de financiamento para os programas de Estudos Latino Americanos nas universidades estadunidenses foi uma iniciativa colateral.

Os recursos dirigidos para o estudo da América Latina foram essenciais para os estudos brasileiros nos Estados Unidos. As bolsas e o interesse crescente em “nossos vizinhos ao sul” permitiram aos acadêmicos norte-americanos estudar o português, passar um ano de trabalho intensivo nos arquivos no Brasil, e voltar com material para uma tese de doutorado e eventualmente um livro.

Assim, criou-se uma distribuição aparentemente desigual dos recursos entre acadêmicos dos Estados Unidos e do Brasil. Os estrangeiros pareciam ter a mobilidade, o dinheiro e o tempo. Sem dúvida nenhuma, isso alimentava o ressentimento para com os brasilianistas. Muitos pensavam que os gringos roubariam segredos de Estado, inundariam o mercado com sua produção, reorientariam a agenda de pesquisa de acadêmicos brasileiros, ou penetrariam de algum modo na academia brasileira. Esses medos, entretanto, acabaram se mostrando infundados.

Além disso, o nacionalismo antiamericano enraizado em críticas marxistas ao imperialismo estadunidense – que era hegemônico entre estudantes e muitos professores nos anos 60 e 70 – acabou sendo uma postura intelectual irônica. Se o governo norte-americano era o inimigo principal do Brasil, devido ao apoio incondicional ao regime militar e à dominação da economia brasileira, por que não estudar e compreender como era a vida e a política “na barriga do monstro”, para usar uma expressão dos anos 60?

Nada melhor que estudar o inimigo para derrotá-lo. No entanto, o olhar de muitos acadêmicos brasileiros dirigiu-se para a Europa, e os Estados Unidos continuaram sendo um país pouco estudado no Brasil dos anos 60, 70 e 80. Centros de excelência acadêmica, tais como a USP e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, não estabeleceram cursos ou programas para estudar a história, economia, cultura e política contemporâneas dos Estados Unidos.

Da perspectiva da política externa estadunidense dos anos 60, que era permeada pelo anticomunismo da Guerra Fria, a iniciativa do Departamento do Estado para a América Latina saiu pela culatra. Centenas de membros do Peace Corps, ou estudantes fazendo pesquisa de doutorado retornaram das viagens ao Brasil, Chile ou República Dominicana com muitas questões persistentes. Por que muitos latino-americanos eram hostis aos Estados Unidos? Por que havia tanta pobreza em todo o continente? Seriam as grandes diferenças entre as classes sociais inevitáveis? Seria possível uma mudança radical?

Como procurei demonstrar no meu trabalho *Apesar de vocês...* (GREEN, 2009), a primeira geração de opositores à política externa dos Estados Unidos na América Latina

era composta por ex-missionários, ex-Peace Corps e estudantes de pós-graduação do programa de Estudos Latino-Americanos. Os movimentos pelos direitos civis e contra a guerra no Vietnã estenderam sua avaliação crítica à política externa de Washington na América Latina. Estudantes de pós-graduação, como Ralph Della Cava e Peter Eisenberg, ou professores reconhecidos, como Thomas Skidmore, Richard Morse, Charles Wagley e Stanley Stein, integraram-se a várias campanhas contra o regime militar. Porém, é importante lembrar que em comparação aos opositores do regime no Brasil, estes brasilianistas arriscaram muito menos.

Brady Tyson, um pastor metodista e depois professor na American University, foi expulso do Brasil em 1966 por questões políticas; ele foi uma pessoa fundamental em todas as campanhas contra a tortura no Brasil que foram realizadas nos Estados Unidos na década de 70. O Itamaraty negou a Thomas Skidmore um visto acadêmico especial em 1970, depois que ele apoiou uma moção de repúdio à ditadura no II International Congress of the Latin American Studies Association, em Washington. Em junho de 1970, oficiais não identificados das Forças Armadas ou da Polícia Federal sequestraram e detiveram Werner Baer, Riodan Roett e outro colega por oito horas numa prisão clandestina no Rio de Janeiro, embora nenhum deles tenha sido torturado por fazer oposição ao regime.

Para alguns brasilianistas solidários, participar de um abaixo-assinado consistia no risco máximo a que se expunham. Não obstante, penso que se pode afirmar com segurança que 90% dos latino-americanistas e a mesma porcentagem de brasilianistas posicionaram-se publicamente contra o regime militar.

Mas as notícias desta solidariedade não alcançavam os colegas no Brasil. Os jovens brasilianistas que estavam no país no começo dos anos 70 raramente falavam de política ao fazer sua pesquisa durante o governo Médici. Tinham medo, inclusive de causar problemas para seus amigos e contatos. Além disso, os censores brasileiros filtravam sistematicamente quase todas as notícias sobre a oposição estrangeira ao regime militar. Assim, quando 300 latino-americanistas assinaram uma petição denunciando a aposentadoria forçada de 68 professores depois do AI-5, até o *New York Times* relatou a notícia – que foi, entretanto, vetada na imprensa brasileira. Do mesmo modo, em abril de 1970, quando a Latin American Studies Association aprovou a moção repudiando o regime militar, a notícia não chegou aos seus colegas no Rio, em São Paulo, em Porto Alegre ou no Recife. Ainda que os representantes do regime militar fossem às vezes incompetentes na defesa do governo no exterior, em seu próprio país conseguiram censurar as informações sobre a oposição à política externa dos EUA no Brasil e na América Latina.

Outro estereótipo predominante era o do brasilianista como agente da CIA, ou pelo menos colaborador do Departamento do Estado. Temia-se que os brasilianistas pudessem seguir linhas de pesquisa que de algum modo prejudicassem a produção nacional. Não resta dúvida de que, nos anos 60, a produção acadêmica americana sobre o Brasil cresceu muito. Ao examinar, por exemplo, o livro escrito em 1964 por R. A.

Humphreys intitulado *Latin American History: A Guide to the Literature in English*, nota-se que realmente, naquela época, as obras sobre a história do Brasil contemporâneo eram poucas. Na história econômica, Stanley Stein publicou naquele ano o seu trabalho *The Brazilian Cotton Manufacturer. Textile Enterprise in an Underdeveloped Area, 1850-1950*. Richard Morse tinha escrito alguns artigos importantes sobre o desenvolvimento econômico, além do seu trabalho seminal sobre a cidade de São Paulo, em 1952. Em 1953, o antropólogo Charles Wagley tinha escrito *Amazon Town: A Study of Man in the Tropics*. No ano seguinte, T. Lynn Smith ofereceu uma análise sociológica em *Brazil: People and Institutions* (1954). Havia uma dúzia de artigos e livros sobre raça e escravidão, os mais notáveis sendo os trabalhos de Frank Tannenbaum sobre a natureza da escravidão, e o de Karl Lowenstein, publicado em 1942. Este fornecia um olhar mais detalhado sobre a política brasileira contemporânea.

Assim, não é de se estranhar que a história política de Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castelo* (1967), tenha tido impacto tanto para os brasilianistas quanto para os brasileiros. A descrição da política brasileira, da ascensão de Vargas até a derrota do trabalhismo em 1964, criou novos parâmetros para a geração de histórias políticas escritas por brasilianistas que veio a seguir. Skidmore elaborou uma narrativa nacional sobre os eventos políticos entre 1930 e 1964. A leva seguinte de trabalhos examinou a política regional desde o começo da República. Alguns exemplos são os estudos regionais de Joseph Love sobre o Rio Grande do Sul e São Paulo, de Robert E. Levine sobre Pernambuco (1971), de John Wirth sobre Minas Gerais (1971) e de Soo-Eul Pang sobre a Bahia (1979). Skidmore tentou responder à questão “por que o golpe de 1964?” analisando a ascensão e a queda do varguismo. A geração seguinte de brasilianistas questionou: “como e por que Vargas chegou ao poder?”.

Naturalmente, o crescimento na produção acadêmica sobre o Brasil não se concentrou somente na política. Judy Bieber mostra, no seu ensaio “História do Brasil nos Estados Unidos” (2005), que os brasilianistas destas primeiras gerações estudaram a escravidão, as políticas da terra, a imigração, a história econômica e a religião popular, entre outros assuntos. A maioria dos pesquisadores estudou o século XX, com vários outros trabalhos sobre o século XIX e o período colonial.

Atualmente a variedade e diversificação de temas e obras é tão extensa que é quase impossível oferecer um quadro geral sobre a produção norte-americana enfocada na história do Brasil. Os artigos deste livro refletem apenas uma pequena amostra de temas extremamente diversos e variados sendo tratados por norte-americanos. A sua justaposição com artigos de historiadores brasileiros mostra diálogos profundos com a produção brasileira. Emilia Viotti da Costa teve uma influência direta sobre alguns dos historiadores norte-americanos cujos trabalhos publicamos nesta obra. Mas, sem dúvida, a sua influência foi muito mais ampla. E seu papel na formação de historiadores que pesquisam sobre o Brasil e outros países da América Latina e do Caribe nos Estados Unidos merece um reconhecimento muito mais amplo do que esta modesta coletânea oferece.

James N. Green

Professor de História da América Latina na Brown University.

Referências

BIEBER, Judy. Brazilian History in the United States. In: ALMEIDA, Paulo Roberto de; EAKIN, Marshall C. (Org.). *Envisioning Brazil: A Guide to Brazilian Studies in the United States, 1945-2003*. Madison: University of Wisconsin Press, 2002.

GREEN, James N. *Apesar de vocês: a oposição à ditadura militar nos Estados Unidos, 1964-85*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GREEN, James N.; JONES, Abigail. Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964. *Revista Brasileira de História*, v. 29, n. 57, p. 67-89, 2009.

HUMPHREYS, Robert Arthur. *Latin American History: A Guide to the Literature in English*. London: Oxford University Press, 1964.

LOVE, Joseph L. *Rio Grande do Sul and Brazilian Regionalism, 1882-1930*. Stanford: Stanford University Press, 1971.

LOWENSTEIN, Karl. *Brazil Under Vargas*. New York: The Macmillan Company, 1942.

NEEDELL, Jeffrey D. *A Tropical Belle Époque: Elite Culture and Society in Turn-of-the-Century Rio de Janeiro*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

PANG, Soo-Eul. *Bahia in the First Brazilian Republic: Coronelismo and Oligarchies, 1889-1934*. Gainesville: University Presses of Florida, 1979.

PARKER, Phyllis. *Brazil and the Quiet Intervention, 1964*. Austin: University of Texas Press, 1979.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil, de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Primeira edição: 1967).

SMITH, Lynn T. *Brazil: People and Institutions*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1954.

STEIN, Stanley J. *The Brazilian Cotton Manufacture: Textile enterprise in an Underdeveloped Area, 1850-1950*. Cambridge: Harvard University Press, 1957.

WAGLEY, Charles. *Amazon Town: A Study of Man in the Tropics*. New York: Macmillan, 1953.

WIRTH, John D. *Minas Gerais in the Brazilian Federation, 1889-1937*. Stanford: Stanford University Press, 1977.

Emilia Viotti da Costa: construindo a história na contracorrente

James N. Green

[Gostaria de agradecer ao Arquivo Público do Estado de São Paulo por acolher o Seminário Internacional *Brasileiros e brasilianistas: novas gerações, novos olhares. Uma homenagem a Emilia Viotti da Costa*. Desde a proposta inicial, quando pensamos neste evento como parte da inauguração do novo prédio, o coordenador Carlos Bacellar abraçou a ideia do Seminário Internacional; e a equipe de funcionários do Arquivo designada para organizá-lo – chefiada pela diretora do Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa, Haike Silva, e por Andresa Barbosa, diretora do Núcleo de Ação Educativa – fez com que o evento ocorresse tranquilamente, sem nenhum problema. Também quero agradecer à Brown University, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e à Associação de Amigos do Arquivo por terem oferecido generosamente seu apoio financeiro. E, sobretudo, quero reconhecer o apoio do diretor do Departamento de Preservação e Difusão do Acervo, Lauro Ávila Pereira, pois ele e a sua equipe sempre me receberam com muita atenção no Arquivo, desde o começo da minha primeira pesquisa em 1994, para o livro *Além do carnaval*.]

O objetivo deste seminário é reunir acadêmicos dos Estados Unidos e do Brasil, que estão trabalhando em temas semelhantes, para cultivar intercâmbios, debates e discussões sobre a história brasileira. Hoje também é o momento de reconhecer o importante papel que Emilia Viotti da Costa desempenhou na formação de várias gerações de historiadores em ambos os países.

É com muita humildade e orgulho que abro este evento. Reconheço que teria sido mais apropriado ter convidado um ex-aluno da Emilia para fazer a abertura, e apresentar sua vida e suas obras. No entanto, como veremos hoje, seu legado se reflete nos trabalhos do seminário, através da formação que ela deu a uma de suas alunas, Barbara Weinstein. Esta, por sua vez, é hoje em dia a mais importante historiadora do Brasil moderno nos Estados Unidos. Como Emília Viotti da Costa fez em outro momento, Barbara está influenciando os rumos dessa área de pesquisa com suas obras brilhantes e sua generosa orientação aos alunos e colegas. Um dos alunos de Barbara, Natan Zeichner – estudante de doutorado na Universidade de Nova York, que vai apresentar um trabalho hoje – representa um novo elo na corrente da influência que Emilia exerceu nos Estados Unidos. Natan pertence a uma nova geração de estudiosos, treinados por alguém que foi treinado por Emilia.

Esperávamos hoje a participação de John French, professor da Duke University. Como Barbara, John também estudou em Yale com Emilia. Ele não pôde vir ao Brasil, por conta de obrigações profissionais, mas me pediu para mandar um grande abraço a ela.

Como todo o mundo aqui sabe muito bem, no dia 13 de dezembro de 1968 o presidente general Costa e Silva decretou o Ato Institucional nº 5, que fechou o

Congresso, aumentou os poderes arbitrários do Executivo, deu sinal verde para a repressão, entre outras medidas nefastas. O objetivo do Ato era esmagar a crescente oposição ao regime militar entre estudantes, trabalhadores, políticos, intelectuais e setores da Igreja Católica.

Quatro meses depois, em 25 de abril de 1969, 42 funcionários públicos federais no campo da educação, a maioria eminentes professores de cursos superiores, foram compulsoriamente aposentados (ADUSP, 2004, p. 38-39). Da lista inicial dos expurgados constavam conhecidos esquerdistas adversários do regime, como o professor de Sociologia da Universidade de São Paulo, Florestan Fernandes, e o professor de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro, José Leite Lopes. Um aerograma ao Departamento de Estado dos Estados Unidos, escrito por um funcionário da embaixada americana, relatou a situação para Washington e assinalou: “Não se percebem critérios na aplicação das aposentadorias. Alguns dos professores punidos, como José Leite Lopes e sua mulher, além de Florestan Fernandes, são conhecidos por opiniões esquerdistas, enquanto outros [...] tem pontos de vista conservadores”.¹ A aposentadoria compulsória dos 3 professores da Universidade de São Paulo provocou protesto imediato do vice-reitor e do reitor em exercício, professor Hélio Lourenço de Oliveira. Menos de uma semana depois, seu nome, e os de mais 23 professores da mesma universidade, surgiu na segunda lista daqueles que o governo demitia de suas funções universitárias (ADUSP, 2004, p. 49). Entre eles constava o nome de Emília Viotti da Costa.

Num depoimento concedido à sua colega e amiga Sylvia Bassetto, e publicado na *Revista ADUSP*, Emília explicou o contexto para a sua punição:

Em 1968 fui convidada pelo professor Eurípedes Simões de Paula, então diretor da Faculdade de Filosofia, a dar a aula inaugural da Faculdade. Procurei um tema que pudesse interessar a um público que incluía o pessoal da Química, Física, Ciências Biológicas, Matemática, Ciências Sociais, História, Letras, enfim, pessoas com interesses bastante diversos. Decidi falar sobre a Reforma Universitária que o governo estava propondo, o famoso MEC-USAID que estava na ordem do dia. (BASSETTO, 1999, p. 24).

O acordo, assinado pelo governo brasileiro através do Ministério da Educação e Cultura, e por uma entidade financiada pelo governo norte-americano, a Aid for International Development (Ajuda para o Desenvolvimento Internacional), previa uma série de propostas para reformar o sistema educacional brasileiro. Provocou uma grande polêmica sobre as reformas universitárias dentro do movimento estudantil e nas universidades brasileiras, entre 1967 e 68.

Emília explicava o conteúdo da sua aula inaugural em 1968:

Fiz uma história da Universidade e seus problemas e falei da necessidade de reformas, analisei o projeto do governo, criticando o que considerava seus pontos negativos: o atrelamento da Universidade ao setor empresarial, a intervenção deste no setor de pesquisa e ensino, a redução da educação ao preparo da mão-de-obra, o desaparecimento da orientação humanista

1 Telegrama n. 3.159. Rio de Janeiro a Washington, 28 de abril de 1969. FRUS, Caixa 341.

e a sua substituição por uma orientação exclusivamente tecnológica. Era a subordinação da Universidade aos interesses do mercado. (BASSETTO, 1999, p. 24).

O texto virou uma espécie de manifesto contra o acordo MEC-USAID. Foi publicado na revista do grêmio da Faculdade de Filosofia da USP e depois reproduzido, circulando por todo o país. Emilia foi chamada a apresentar o texto em mais de 40 universidades e logo depois foi convidada a um programa de televisão com o então ministro de Educação, Tarso Dutra, e José Dirceu, então presidente da União Estadual de Estudantes de São Paulo.

No programa, Emilia criticou o acordo, e alertou o público dizendo que uma das propostas era de que a universidade pública fosse paga. No debate, o ministro concordou com a posição dela, dizendo que ele também era contra o ensino pago. Emilia tirou uma cópia do acordo da sua bolsa e leu a passagem que se referia à proposta para transformar o sistema da educação superior em educação paga. Na sua entrevista com Sylvia Bassetto, Emilia comentou, sobre o debate com o ministro: “[...] Sempre desconfiei que foi esse episódio que levou à minha aposentadoria. Era o preço que deveria pagar por tê-lo envergonhado em público.” (BASSETTO, 1999, p. 25). Depois de 15 anos na USP, ela estava sem emprego.

Por coincidência, no momento em que o governo anunciava a aposentadoria compulsória de mais de 68 professores brasileiros, Philippe Schmitter, jovem cientista político da Universidade de Chicago que dera aulas no Rio de Janeiro no início da década de 1960, passava na ocasião pelo Brasil a caminho da Argentina, em viagem de pesquisa.² Schmitter atrasou a etapa seguinte do percurso a fim de redigir um relatório urgente aos “Funcionários da Associação de Estudos Latino-americanos e outros Estudiosos Interessados no Brasil” para informar os latino-americanistas sobre as dificuldades que passavam os intelectuais brasileiros.³ Num dos seus trechos, o documento explicava para o público americano:

Em nenhum caso houve acusações específicas levantadas contra os professores ou pesquisadores demitidos e nem tiveram eles a mínima oportunidade de defender-se, antes ou depois da “sentença”. As decisões eram abruptas e arbitrárias, sem aviso aos atingidos e sem explicação ao público em geral. [itálicos no original].

O relatório de Schmitter e outras notícias que chegavam aos Estados Unidos, enviadas por colegas no Brasil, incentivaram uma reação coletiva de acadêmicos norte-americanos contra as limitações da liberdade acadêmica no Brasil. No final de maio, 78 especialistas em estudos latino-americanos assinaram e expediram um telegrama ao presidente Costa e Silva, protestando contra as aposentadorias forçadas. A lista dos signatários do telegrama era encabeçada pelo professor John Johnson, de Stanford, presidente da Associação de Estudos Latino-americanos, e por Charles Wagley,

² Entrevista de Philippe Schmitter a James Green, 18 de dezembro de 2003.

³ “Informações sobre a Latin American Studies Association e sobre o senhor Philippe Schmitter”. Brasília a Washington, 10 dez. 1969, SERE, 692.000 (20), IHA.

antropólogo da Universidade Columbia e especialista em Brasil. Ao mesmo tempo, outros 283 estudiosos assinaram novo telegrama instando Costa e Silva a “remover imediatamente as restrições que seu governo impôs aos intelectuais e permitir-lhes regressar a suas instituições para trabalhar em um ambiente intelectual livre e aberto”.⁴ A campanha de petição foi objeto de um artigo no *New York Times*, o que assegurou que a notícia do protesto atingisse audiência mais ampla do que simplesmente o chefe de Estado brasileiro.

Em 1969, Emilia Viotti da Costa era uma estrela em ascensão no campo da História do Brasil, na Universidade de São Paulo, quando os militares a obrigaram a aposentar-se, vedando-lhe emprego em qualquer instituição relacionada ao governo. As críticas que fazia às medidas propostas pelo acordo MEC-USAID a transformaram em alvo dos ataques dos colegas de direita que apoiavam os militares. Os professores de tendências conservadoras e os administradores favoráveis ao governo a transformaram em alvo de atos retaliatórios, devido a sua oposição às reformas universitárias propostas pelo regime (BASSETTO, 1999; SEVILLANO, 2000).⁵

Com encargos familiares e sem oportunidades imediatas de trabalho em seu país, ela aceitou o convite de Michael Hall – professor norte-americano e historiador do Brasil, e atualmente professor emérito da Universidade Estadual de Campinas – para passar um semestre nos Estados Unidos como professora visitante na Tulane University, em New Orleans.⁶ No ano seguinte, voltou para os Estados Unidos, convidada pelo historiador brasilianista Joseph Love para outro período como professora visitante na Universidade de Illinois, em Campaign-Urbana.⁷

Vários anos depois, em 1978, Emilia deu um depoimento para o livro *Memórias das mulheres do exílio*, onde ela explicou seus motivos para ir aos Estados Unidos:

Primeiro, o clima de insegurança existente naquela época, quando qualquer pessoa poderia ser detida ou punida em virtude de acusações irresponsáveis de inimigos pessoais, sem que lhe fosse dada autêntica oportunidade de defesa, pois as opiniões já estavam formadas *a priori*, pessoas rotuladas, antes mesmo de serem ouvidas, e quando ouvidas tinham as suas razões automaticamente desqualificadas. Esse clima de tensão, ansiedade e arbitrariedade, que para alguns custou a própria vida, tornava qualquer atividade intelectual momentaneamente impossível. A segunda razão que me levou a sair do Brasil foi a falta de condições de trabalho, após a minha aposentadoria compulsória da Universidade de São Paulo em 1968. Ensinar, para mim, é uma atividade fundamental. Sou mais inteligente numa sala de aula do que fora dela. O processo de ensinar me leva a clarificar as idéias, organizá-las melhor e, principalmente, a definir prioridades, separar o essencial do não-essencial. O trabalho de pesquisa dissociado do ensino foi sempre insatisfatório para mim, por isso procurei no exterior as condições que me faltavam no Brasil. (COSTA, 1980, p. 390-91).

4 “Ex-U.S. Aide Joins Protest to Brazil”. *New York Times*, Nova York, 24. (1º jun. 1969).

5 Sobre a controvérsia MEC-USAID, ver ARAPIRACA, José de O. *A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano*. São Paulo: Cortez, 1982.

6 Entrevista de Michael Hall a James N. Green. São Paulo, 20 de julho de 2003.

7 Entrevista de Joseph Love a James N. Green. Las Vegas, Nevada, 9 de outubro de 2004.

Após uma passagem pelo Smith College, em Massachusetts, Emilia foi para Yale, em New Haven, Connecticut, onde se tornou professora titular. Nessa nova cidade, ela se concentrou na sua família, na criação dos filhos e na universidade, onde enfrentou o desafio de adaptar-se ao novo idioma, à nova cultura e ao novo sistema acadêmico enquanto tentava prosseguir a atividade docente e de pesquisa. (COSTA, 1980, p. 392-94).

Em 1972, quando ela chegou a Yale, o Departamento de História talvez fosse o melhor nos Estados Unidos, especialmente no campo da História Norte-Americana. (Certamente teria recebido uma nota 7 nas avaliações da CAPES). O Departamento atraía alguns dos melhores jovens nos Estados Unidos para seu programa de graduação e pós-graduação. Infelizmente, não posso dar um depoimento pessoal sobre a atuação de Emilia nos seminários de lá. Mas posso afirmar que durante seu tempo como professora em Yale ela foi responsável pela formação de várias gerações dos mais talentosos e eminentes historiadores da América Latina (BIEBER, 2002, p. 168).

Além de Barbara Weinstein, da New York University, cuja tese de doutorado trata da época de borracha no Brasil, e de John French, da Duke University,⁸ que pesquisou o movimento operário no ABC depois da Segunda Guerra Mundial, vou mencionar alguns outros alunos de Emilia que se destacam na produção acadêmica norte-americana, entre os mais de 60 que defenderam teses de doutorado sobre História Latino-americana entre 1973 e 1999, quando Emilia estava em Yale:

Susan Besse, professora na City University of New York, pesquisou gênero e mulheres no Brasil no começo do século XX;

Seth Garfield, professor na University of Texas, em Austin, escreveu a sua tese sobre a política do governo brasileiro e os índios Xavante;

Jeffrey Gould, da Indiana University, pesquisou consciência política e protestos rurais na Nicarágua;

Greg Grandin, professor, assim como Barbara Weinstein, da New York University; publicou, entre outras obras, a sua tese sobre raça e nação na Guatemala;

Gil Joseph, professor em Yale, estudou o patriarcado e o projeto liberal em Yucatán, México, no século XIX;

Thomas Klubock, da Universidade de Virginia, escreveu o seu trabalho de doutorado sobre comunidade e gênero nas minas do Chile;

Mary Ann Mahoney, professora na Central Connecticut State University, pesquisa a Bahia na época do cacau;

Florência Mallon, professora da Universidade de Wisconsin-Madison, pesquisou movimentos de camponeses no Peru;

Bryan McCann, professor na Georgetown University, em Washington, D.C., estudou rádio, cultura e política na época de Vargas;

⁸ As teses de doutorado de Weinstein e French resultaram nos seguintes livros: WEINSTEIN, Barbara. *The Amazon Rubber Boom, 1850-1920*. Stanford: Stanford University Press, 1990; e FRENCH, John. *The Brazilian Workers' ABC: Class Conflict and Alliances in Modern São Paulo*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1992.

Jolie Olcott, professora da Duke University, trabalhou com as mulheres revolucionárias do México nos anos 30;

Julio Pinto-Vallejos, da Universidade de Santiago do Chile, escreveu uma história econômica e social da produção mineira de nitrato no Chile, no final do século XIX;

Steve Stern, autor prolífico e professor da Universidade de Wisconsin-Madison, cuja tese de doutorado tratava dos povos indígenas do Peru na época colonial; e

Heidi Tinsman, da Universidade de New Mexico, pesquisou sobre gênero nas reformas agrárias no Chile.⁹

Essa lista parcial dos alunos de Emilia em Yale mostra como ela conseguiu orientar jovens pesquisadores com temas que iam do Peru colonial, da Nicarágua, da Guatemala, até o Brasil contemporâneo. Em sua análise sobre o desenvolvimento do estudo da História do Brasil nos Estados Unidos, publicado em 2002, a historiadora Judy Bieber considera Emilia Viotti da Costa a única professora do sexo feminino que formou quantidades significativas de estudantes de pós-graduação em História do Brasil. Podemos dizer que, uma década depois, Barbara Weinstein está se destacando, como Emilia na sua época, pelo número de doutores que orientou ou orienta, tanto sobre a história brasileira quanto sobre a história de outros países da América Latina (BIEBER, 2002, p. 168). É importante destacar que Emilia também formou um número enorme de pessoas no Brasil, antes da sua aposentadoria compulsória, em 1969. Entre os ilustres historiadores e outros acadêmicos que estudaram com ela estão: Fernando Novais, Carlos Guilherme Mota, Maria de Lourdes Janotti, Maria Luiza Marcilio, Ana Maria Camargo, Adalberto Marson, Istvan Jancsó, Sylvia Bassetto, Suely Robles Reis de Queiroz, Arnaldo Daraya Contier, Raquel Glezer e Boris Fausto (BASSETTO, 1999, p. 24).

A decisão de ir para os Estados Unidos não foi fácil para Emilia. Em 1979, no depoimento para o livro *Memórias das Mulheres do Exílio*, ela explicava suas razões: “Não havia nenhuma estrutura para dar apoio a intelectuais aposentados pelo AI-5, não havia um grupo com que eu pudesse trabalhar.” (1980, p. 391). E o seu exílio nos Estados Unidos não foi fácil, um tema que ela sempre enfatiza em entrevistas sobre a sua carreira acadêmica. Ela tinha que aprender a ensinar a história da América Latina,

⁹ Os resultados das teses de doutorado são as seguintes publicações: BESSE, Susan. *Restructuring Patriarchy: The Modernization of Gender Inequality in Brazil, 1914-1940*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1996; GARFIELD, Seth. *Indigenous Struggle at the Heart of Brazil: State Policy, Frontier Expansion, and the Xavante Indians, 1937-1988*. Durham: Duke University Press, 2001; GOULD, Jeffrey. *To Lead as Equals: Rural Protest and Political Consciousness in Chinandega, Nicaragua, 1912-1978*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1990; GRANDIN, Gregory. *The Blood of Guatemala: A History of Race and Nation*. Durham: Duke University Press, 2000; JOSEPH, Gilbert. *Revolution from Without: Yucatán, Mexico, and the United States, 1880-1924*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1992; KLUBOCK, Thomas. *Contested Communities: Class, Gender, and Politics in Chile's El Teniente Copper Mine, 1904-1951*. Durham: Duke University Press, 1998; MALLON, Florência. *The Defense of Community in Peru's Central Highlands: Peasant Struggle and Capitalist Transition, 1860-1940*. Princeton: Princeton University Press, 1983; MCCANN, Bryan. *Hello, Hello Brazil: Popular Music in the Making of Modern Brazil*. Durham: Duke University Press, 2004; OLCOTT, Jocelyn. *Revolutionary Women in Postrevolutionary México*. Durham: Duke University Press, 2005; PINTO-VALLEJOS, Julio. *Trabajadores y rebelías en La pampa salitrera: El cilo Del salitre y La reconfiguración de las identidades populares (1850-1900)*. Santiago, Chile: Editorial Universidad de Santiago, 1998; STERN, Steve. *Peru's Indian Peoples and the Challenge of Spanish Conquest: Huamanga to 1940*. Madison: University of Wisconsin Press, 1992; TINSMAN, Heidi. *Partners in Conflict: The Politics of Gender, Sexuality and Labor in the Chilean Agrarian Reform, 1959-1973*. Durham: Duke University Press, 2002.

não só do Brasil. Seus filhos não se adaptaram à cultura americana. Enquanto ela era apenas uma professora visitante, foi muito bem acolhida; mas o seu período em Yale foi mais difícil. Não se conformava com a competitividade acadêmica americana. Além disso, era o único professor titular do sexo feminino no Departamento de História de Yale, e também tinha que enfrentar os estereótipos que circulavam sobre latino-americanos, mesmo nos meios acadêmicos. Emilia não encontrava um grupo com quem pudesse conversar sobre o seu trabalho, e se sentiu isolada entre seus colegas. Percebia que o hábito entre os acadêmicos norte-americanos era o de ficar fechado dentro dos muros da Universidade; e que até se orgulhavam disso, enquanto ela estava acostumada aos intelectuais que se interessavam pela sociedade em geral, e não se limitavam a um trabalho de especialista (COSTA, 1980, p. 396).

Entre muitos artigos, ensaios e resenhas, Emilia publicou dois livros em inglês quando morou nos Estados Unidos: *The Brazilian Empire: Myths and Histories* (O Império Brasileiro: mitos e histórias), que saiu em 1985 pela Editora da Universidade de Chicago, com uma nova edição em 2000 pela Editora da Universidade da Carolina do Norte; e *Crowns of Glory, Tears of Blood: The Demerara Slave Rebellion of 1823* (Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823), publicado pela Oxford University Press, em 1994, e pela Companhia das Letras, em 1998. Essas duas obras se juntaram a uma rica produção acadêmica em português, com vários livros e muitos artigos publicados ao longo de sua carreira. Entre os mais destacados estão *Da senzala à colônia* (1966), *Da monarquia à república: momentos decisivos* (1977), *A abolição* (1982), todos três com várias edições; *1932, imagens contraditórias*, publicado em 1982 pelo Arquivo do Estado de São Paulo, e *Brasil 1954-1964*, que saiu em 1994.

O tempo não me permite fazer uma consideração profunda sobre as obras completas de Emilia. Portanto, gostaria de concentrar-me em sua última grande obra, *Coroas de glória, lágrimas de sangue*, que analisa a rebelião de escravos em 1823 em Demerara. Esta área da América do Sul, que hoje em dia se chama Guiana, e que tem como capital Georgetown, foi uma colônia holandesa desde 1611. Entre 1796 e 1814, os holandeses, franceses e ingleses disputaram essa zona na beira do Caribe, e os ingleses conseguiram o controle definitivo em 1815, oito anos antes da rebelião. No começo do século XIX, missionários evangélicos ingleses visitaram Demerara para levar a palavra de Deus aos escravos e estabelecer igrejas onde eles poderiam pregar, rezar e ensinar a leitura da Bíblia. Essa missão não agradava muito a maioria dos senhores de escravos, mas alguns pensaram que a religião poderia servir para acalmar os negros e mantê-los passivos. Os missionários aprenderam rapidamente que a única maneira de ganhar a confiança e converter os escravos era defendê-los contra os abusos dos seus senhores. Em 1823, cativos e homens livres ficaram sabendo que o Parlamento Britânico votaria novas leis sobre o tratamento de escravos. Entenderam, porém, que os ingleses tinham libertado os escravos, mas que os seus proprietários estavam escondendo essa informação. (Esse mesmo desentendimento aconteceu durante a

Guerra Civil americana, quando escravos brasileiros achavam que todos os escravos das Américas tinham sido libertados por Lincoln, e se rebelaram em vários locais; eles achavam que seus amos estavam escondendo essa informação). Em Demerara estourou uma rebelião da qual participaram cerca de 10 a 12 mil pessoas, entre um total de 75 mil escravos da área. Vários dos rebeldes eram afiliados à igreja de John Smith, um missionário que pregava entre os escravos. A insurreição foi facilmente esmagada com a morte de centenas de escravos e John Smith foi preso, julgado e condenado por incitar a rebelião.

Emilia usa a rebelião para entrar no mundo da produção feita por trabalho forçado. Utiliza os documentos do julgamento, correspondências entre os missionários em Demerara e seus colegas e superiores na Grã-Bretanha, e relatórios oficiais para contar essa história sob vários pontos de vista. Na introdução do livro, ela argumenta:

A partir do registro torna-se claro que, enquanto os amos sonhavam com poder total e obediência cega, os escravos perceberam a escravidão como um sistema de obrigações recíprocas. Eles achavam que entre senhores e escravos havia um contrato tácito, um texto invisível com as regras definidas e regulamentos, um texto que usaram para avaliar qualquer violação dos seus “direitos”. A violação deste contrato provocou a rebelião. (COSTA, 2004, p. 73).

O livro está escrito numa prosa eloquente e convidativa, e recebeu elogios e aclamação universal nos Estados Unidos. Realmente é uma obra-prima de história social, econômica, política e cultural.

Quando li esse livro pela primeira vez, pensei até que ponto os eventos de 1968 e 1969 – quando o mundo virou de cabeça para baixo para Emilia – tiveram alguma influência na produção dessa obra magnífica. Esperanças de escravos abafadas, rebeliões reprimidas, prisões, mortes e pessoas condenadas sem justa causa. Imagino que os escravos que sobreviveram à rebelião não se adaptaram à nova ordem social depois da revolta. Não poderiam imaginar que a sua insurreição, mais outra na Jamaica, combinadas com um crescente movimento abolicionista na Grã-Bretanha, provocariam a abolição da instituição em território inglês uma década mais tarde, em 1833.

Como sabemos muito bem, quem trabalha com a documentação da repressão tem que tomar muito cuidado com as fontes, pois há muitas mentiras nos papéis, e muitos silêncios no arquivo. O aspecto mais brilhante desse livro, que deveria ser leitura obrigatória em todos os cursos sobre história da escravidão e em seminários sobre metodologia, é o cuidado que ela usa ao analisar as fontes, cartas, relatórios e processos. Entender as limitações das fontes, mas saber seguir além delas, é a arte de uma grande historiadora.

O título da minha apresentação é “Emilia Viotti da Costa: construindo a História na contracorrente”, e acho que tanto a construção da sua própria história quanto a do Brasil, da América Latina e do Caribe escritas por ela revelam uma mulher forte e determinada a vencer custe o que custar. Optar pela vida profissional quando isso poderia prejudicar a vida familiar e pessoal não é fácil. Optar por falar e enfrentar o governo militar quando ele tinha tanto poder também não era fácil. Mudar de país, de

língua, de costumes, também é um grande desafio, que só uma pessoa com muita garra, personalidade e determinação poderia lograr. Defender a ideia de que as estruturas econômicas e sociais são importantes para entender a realidade e a história, enquanto setores da academia e correntes teóricas negam estes elementos, por serem noções marxistas ultrapassadas, também era lutar contra a corrente.

Emília é um dos milhares de brasileiros e brasileiras que enfrentaram, cada um a sua maneira, a ditadura militar. Muitos sofreram por isso, outros morreram. Acho que Emilia não poderia ter optado pelo silêncio e pela indiferença. Ela merece o nosso aplauso: não só por sua excelente produção acadêmica e seu papel como mentora nos Estados Unidos e no Brasil, mas também porque lutou a vida inteira pelos seus princípios e por uma sociedade mais igualitária e justa. Uma salva de palmas para Emilia Viotti da Costa.

Referências

ADUSP. *O livro negro da USP*. São Paulo: Adusp, 2004.

BASSETTO, Sylvia. Devemos rever a imagem que temos de nós mesmos. *Revista ADUSP*, São Paulo, jun. 1999.

BIEBER, Judy. Brazilian History in the United States. In: ALMEIDA, Paulo Roberto de; EAKIN, Marshall C. (Org.). *Envisioning Brazil: A Guide to Brazilian Studies in the United States, 1945-2003*. Madison: University of Wisconsin Press, 2002. p. 168.

COSTA, Albertina de Oliveira et al. *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COSTA, Emília Viotti da. *Crowns of Glory, Tears of Blood: The Demerara Slave Rebellion of 1823*. New York: Oxford University Press, 2004.

SEVILLANO, Daniel Cantinelli. Entrevista com a Professora Emília Viotti da Costa. *Memória 70 anos*, São Paulo, FFCL-FFLCH-USP, 2000.

Bancos e o desenvolvimento econômico de São Paulo no século XIX

Anne G. Hanley

Associate Professor of Latin American History, Department of History, Northern Illinois University. E-mail: ahanley@niu.edu.

A independência do Brasil em 1822 é geralmente considerada um momento crítico em termos políticos por exigir o estabelecimento de instituições políticas para governar a nova nação – instituições que determinaram as categorias fundamentais de direito legal, como a cidadania. Mas ela também deve ser reconhecida como um momento importante por exigir a criação de instituições econômicas capazes de dirigir um país rico em recursos naturais e de grande potencial econômico. Fundamental para essa missão foi a introdução e regulamentação dos intermediários financeiros. Para os historiadores econômicos, poucas inovações institucionais foram tão importantes para o processo de desenvolvimento econômico no século XIX como o surgimento de intermediários financeiros formais, particularmente na forma de bancos. Intermediários financeiros dirigem recursos de um indivíduo, um grupo ou uma comunidade para outra, somando recursos não utilizados ou subutilizados para financiar a inovação, o investimento e o crescimento. Na teoria, intermediários informais como comissários ou notários poderiam desempenhar esse papel, mas na prática seu alcance era limitado pelo tamanho da sua base de contatos. Intermediários formais como os bancos superaram essas restrições, reunindo recursos de uma base muito mais ampla de depositantes e investidores. Portanto, tinham vantagens de escala e de escopo que eram impossíveis aos intermediários informais. A história de quando, como e por que os intermediários financeiros formais surgiram e evoluíram no Brasil, então, nos ajuda a compreender as restrições e possibilidades para o crescimento e desenvolvimento econômico do país. Este artigo analisa o surgimento e a evolução dos bancos na província de São Paulo, para ilustrar como as formas de intermediação financeira pesavam em seu desenvolvimento econômico.

A história do sistema bancário em São Paulo reflete a história econômica da nova nação. O impulso da criação do setor bancário se originou nas duas mudanças econômicas de maior importância do século XIX: a primeira, o deslocamento da importância do Nordeste (açúcar e algodão) para o Sudeste (café); e a segunda, a substituição da mão de obra escrava pela mão de obra imigrante. Essas duas mudanças criaram tensão entre a intermediação financeira pessoal – rudimentar, que predominou numa economia relativamente não monetarizada – e o acelerado ritmo de atividade econômica. A expansão econômica sobrecarregou as relações pessoais das quais as finanças dependiam. O resultado foi que as instituições financeiras tiveram de se tornar cada vez mais modernas e sofisticadas para servir a essa economia. A iniciativa

privada e a regulamentação legislativa do governo ajudaram a efetuar essa transição. Em resposta às mudanças regulatórias, e já na dinâmica da macroeconomia, vemos que a transformação da intermediação financeira informal para a formal em São Paulo foi efetuada até o final do século XIX. As incertezas que caracterizaram os setores econômicos atendidos por esses bancos, no entanto, fizeram com que a maioria deles se especializasse em práticas bancárias comerciais do crédito de curto prazo. Bancos que financiassem investimentos a longo prazo na agricultura e indústria não existiam, ou eram mal sucedidos. Os bancos comerciais inicialmente procuraram preencher essa lacuna através da diversificação das operações de crédito de médio prazo, mas pagaram um preço terrível por isso, na crise bancária de 1900. Daí por diante, os bancos em São Paulo preferiram apoiar as empresas já existentes através do fornecimento de liquidez, de preferência a investir na formação de novos negócios através de capital de investimento.

A “arquitetura” do desenvolvimento financeiro institucional

Até 1850 as instituições financeiras formais eram quase inexistentes no Brasil, porque os papéis dessas instituições – fornecimento de crédito e de liquidez – eram facilmente cumpridos por intermediários financeiros pessoais. Desde a sua colonização no século XVI, o Brasil foi uma economia essencialmente agrícola, com relativamente pouco uso da moeda como meio circulante. A terra era adquirida através de sesmarias, herança ou simples ocupação. Insumos produtivos no setor agrícola eram pagos com receitas de exportação. Salários não tinham sentido numa economia em que metade da população era escrava, e a maioria da população livre estava empregada no campo como trabalhadores arrendatários ou meeiros. Não existia imposto sobre a propriedade ou renda que exigisse dinheiro para o pagamento; a fonte mais importante de tributos no Brasil, durante a maior parte do século XIX, era a mercadoria importada, com imposto pago na alfândega. A pequena economia monetária que existia no Brasil era restrita aos poucos centros urbanos localizados no litoral. Havia produção doméstica para abastecer os centros urbanos, mas a economia interna do Brasil era muito pouco desenvolvida. Além disso, grande parte do consumo dos moradores das cidades estava vinculada ao comércio exterior, com o financiamento tratado por meio de intermediários comerciais e casas de importação e exportação. O Brasil, até 1850, foi uma economia essencialmente rural, e de pouca liquidez.

Nesse ambiente, a maioria das relações financeiras era pessoal, ou o que chamamos de “informal”. Ou seja, elas dependiam das relações estabelecidas entre indivíduos, como parentes, parceiros de negócios ou compatriotas.¹ A família Prado de São Paulo, por exemplo, gerou sua fortuna inicial através do pequeno comércio, mas aumentou-a através da arrecadação de impostos, do cultivo do açúcar, dos comboios de mulas e do empréstimo de dinheiro. Essa fortuna, protegida pela prática do casamento

¹ BIRCHAL (1999), SWEIGART (1980), PANG (1988), LEVI (1987). Para uma perspectiva mais ampla sobre as redes familiares notáveis, ver BALMORI, VOSS, e WORTMAN (1984).

endógamo, financiou os investimentos em empresas agrícolas, industriais e comerciais e atividades empresariais que fizeram com que a família se tornasse uma das mais ricas e poderosas em São Paulo (LEVI, 1987). Outras parentelas paulistas, como os Aranha Souza, os Queirós Souza e os Teles Queirós, também transformaram rendimentos de atividades comerciais e de pequena propriedade em investimentos no cultivo do café e, em seguida, na atividade bancária e no desenvolvimento de linhas férreas (PANG, 1988). As fontes informais ou pessoais de financiamento foram tão importantes para as empresas que supriam tanto as necessidades cotidianas de moradores urbanos de São Paulo como para as das famílias notáveis. Almanques da capital na década de 1850 e 1870 enumeram centenas de pequenas empresas que ofereciam serviços artesanais, comerciais e profissionais para os moradores das cidades. Os empresários donos dessas empresas entravam no mercado com o capital derivado das suas poupanças, e com os lucros que essas lhes permitiam.

As estratégias informais ofereciam boas soluções para o financiamento de negócios na era colonial e também no início do período imperial, permitindo um desenvolvimento em pequena escala e uma certa diversificação da economia interna. Mas no decorrer do século XIX, a economia chamada “seguidora” (*follower economy*) acabou por apresentar dois problemas graves. Primeiro, os empresários nas economias “seguidoras” estavam em competição com as nações recém-industrializadas da Europa e América do Norte. Os tratados comerciais entre o Brasil e países industriais como Grã-Bretanha deram acesso preferencial aos bens importados para o país, o que significava que mercadorias de qualidade superior entraram no mercado brasileiro a preços competitivos com as de produção doméstica.² A competição entre os produtores nacionais e os bens importados não era possível, a não ser através da adoção de novas técnicas de produção. Para adquirir estas tecnologias, no entanto, precisava-se de capital.

O segundo problema que o financiamento informal enfrentou para a formação de empresas e para impulsionar o desenvolvimento econômico no século XIX foi a sua capacidade limitada de levantar grandes somas de capital para as melhorias críticas na infraestrutura, como ferrovias e portos. O custo dessa infraestrutura, cara de construir, estava muito além do alcance das fontes tradicionais de financiamento. Outros tipos de infraestrutura, incluindo melhoramentos urbanos que serviriam a economia doméstica (água e esgoto, eletricidade, transportes urbanos) eram igualmente elevados. A reforma institucional do ambiente financeiro e de negócios, então, era necessária para remover os entraves ao desenvolvimento econômico.

Duas peças importantes de legislação aprovadas em meados do século XIX marcaram o início da intermediação financeira formal para financiar o crescimento econômico e o seu desenvolvimento. Essas peças eram a lei de 1849 – que possibilitou a formação de empresas como sociedade anônima – e o Código Comercial de 1850 – que

² BIRCHAL (1999) fornece uma descrição muito boa das dificuldades enfrentadas pelos empresários nacionais em *Entrepreneurship in Nineteenth-Century Brazil*.

regulamentou a formação e a atuação no mercado das empresas em geral e dos bancos em particular.³ A lei de 1849 criou a sociedade anônima para a organização de negócios, uma inovação que permitiu às empresas constituírem-se num nível inteiramente novo de tamanho e sofisticação tecnológica. Sociedades anônimas levantam seus fundos através da venda de ações a investidores, ganhando acesso às poupanças de uma ampla comunidade ao invés de depender de ligações pessoais para obter o capital. Esta inovação quebrou uma limitação importante, relativa ao tamanho máximo que um negócio poderia alcançar.

A lei de 1849 foi importante para os bancos em São Paulo porque, graças a ela, a maioria deles foi organizada como sociedade anônima. A lei exigia, entretanto, a autorização do governo para a incorporação de uma sociedade anônima – um processo burocrático que dificultava a entrada no mercado. Essa lei sofreu uma série de revisões e restrições nos anos subsequentes, mas acabou apenas limitando a emergência de intermediários formais. A mais importante dessas restrições foi aquela que introduziu fiscalização semanal dos bancos por parte do governo, através da entrega de uma demonstração dos negócios da semana finda; no caso das demais sociedades anônimas essa fiscalização era mensal.⁴ Em 22 de agosto de 1860, as restrições foram rearticuladas na famosa “Lei dos Entraves”, Lei nº 1.083, que foi chamada “instrumento para aniquilar o ‘espírito de associação’ e a iniciativa privada.”⁵

O Código Comercial de 1850 foi a segunda peça mais importante da legislação que afetou a formação do intermediário financeiro no Brasil, porque serviu de base para regulamentar as formas legais de cada tipo de organização empresarial, incluindo serviços bancários. O Código Comercial foi criado para proteger de fraude os investidores e depositantes, ao invés de funcionar como um plano abrangente para o setor bancário brasileiro; mas, na verdade, foi ele quem criou o quadro legislativo em que as instituições financeiras formais foram construídas. De 1850 em diante, as práticas bancárias no Brasil foram regulamentadas por uma série de leis emanadas do Código Comercial. Este formalizou as ligações pessoais que prevaleceram e se desenvolveram na economia brasileira ao longo dos séculos para facilitar o comércio exterior. Esses relacionamentos eram baseados em empréstimos aos produtores agrícolas, garantidos por penhor de um ano ou menos; e na aceitação e liquidação de letras comerciais de comerciantes. O esgotamento desses mecanismos é uma amostra simples, mas significativa, das tensões às quais o setor financeiro foi submetido, com a aceleração da economia depois de 1850. Essa aceleração esgotou os recursos financeiros pessoais e os relacionamentos de longa data que até então supriam as necessidades de crédito. O governo sentiu a necessidade de registrar e codificar as trocas observadas nos cais

3 BRASIL. *Coleção de Leis e Decretos*. Decreto 575 de 10 de janeiro de 1849; Lei nº. 556 de 25 de junho de 1850.

4 Uma lei de 1859 que reforçou a exigência para formar as empresas S/A concedeu ao governo acesso extraordinário às práticas de negócios das empresas. *Leis e Decretos*, Decreto 2.457, 5 de setembro de 1859.

5 PELÁEZ e SUZIGAN (1976, p. 119). A legislação comercial inglesa eliminou a exigência de ato parlamentar para a formação de sociedades anônimas na mesma época em que a legislação comercial brasileira foi impô-la. Na Inglaterra, após 1855, a incorporação tornou-se um processo administrativo simples. COTTRELL (1979, p. 39-42).

e nos armazéns. Essa legislação não limitou, reorientou ou impôs novas práticas; ela levou em conta as práticas estabelecidas e sujeitou-as à proteção padronizada nos termos da lei.

No período de doze meses, com duas iniciativas legislativas, o governo imperial brasileiro dotou a economia de grandes possibilidades de romper os limites impostos pelas formas tradicionais de financiamento. Mas isso foi feito, ao mesmo tempo, enfatizando os negócios a curto prazo típicos da banca comercial. Os fazendeiros corretamente reconheceram que as novas leis pouco tinham feito para resolver o problema da falta de crédito a longo prazo. Uma carta publicada em 1858 num jornal do Rio, e reproduzida no *Correio Paulistano*, lamentava o triste estado do crédito rural. Ela afirmava que a falta de um banco que emprestasse dinheiro a longo prazo obrigava os agricultores a operar em estreita dependência do crédito comercial, e pagando quase o dobro dos juros cobrados dos clientes que não atuassem no setor rural. Enquanto a taxa de desconto média do Rio, por exemplo, oscilava entre 6 e 10 por cento de 1850 a 1880, os fazendeiros pagavam taxas de juros anuais de 8 a 14 por cento (SWEIGART, 1980, p. 120-121).

O governo brasileiro procurou corrigir a falta de crédito rural através da criação de um novo tipo de banco, o hipotecário. Embora as leis bancárias em meados do século não limitassem os bancos às operações de crédito a curto prazo, a ausência de meios para levantar fundos que possibilitassem empréstimos a longo prazo tornava esse tipo de crédito muito escasso. Seria um suicídio econômico empregar os depósitos em empréstimos a longo prazo, por exemplo, porque o banco nunca poderia liquidar esses empréstimos a tempo para pagar seus correntistas, em caso de pânico bancário. O crédito bancário de longo prazo precisava ser gerado por uma fonte de financiamento igualmente de longo prazo. Para remediar essa situação, o governo aprovou, em 1864, uma lei que autorizou a formação de bancos hipotecários, especificamente para oferecer crédito a longo prazo ao setor rural.⁶

Os empréstimos deviam ser de até metade do valor do imóvel, para contratos entre dez a trinta anos, e oferecidos por uma taxa de juros nunca superior a 8%. Os fundos para esses empréstimos viriam de notas hipotecárias emitidas pelo banco, bem como de uma emissão de obrigações, resgatadas num prazo também de dez a trinta anos, através de uma loteria anual. Este novo instrumento, esperava-se, estimularia a formação de bancos de hipotecas rurais para fornecer crédito para a agricultura. Se funcionassem, esses bancos que ofereciam empréstimos a taxas menores e prazos mais longos teriam a possibilidade de transformar o maior estoque de riqueza no Brasil – a terra – em ativo líquido.

Uma nova lei destinada a promover o desenvolvimento empresarial – e que aumentou a demanda por intermediários financeiros formais – foi promulgada em 1882, para eliminar os entraves onerosos dos atos parlamentares e da fiscalização governamental. Como já foi dito aqui, a fiscalização das sociedades anônimas pelo governo tinha sido introduzida pelas revisões das leis de 1849 e de 1850. A lei de 1882

⁶ *Leis e Decretos*, Lei 1.237 de 24 de setembro de 1864.

eliminou a necessidade do ato parlamentar para quase todos os tipos de empresas, tornando muito mais fácil a incorporação; além disso, reduziu o montante de capital que tinha de ser pago por uma empresa para iniciar as operações.⁷ Os bancos ainda tinham que pedir a permissão do governo para se organizarem, e havia certos requisitos de divulgação pública, mas de forma geral as restrições foram abrandadas. Por outro lado, essa reforma introduziu a responsabilidade ilimitada dos acionistas, porque nenhum governo brasileiro dava apoio irrestrito ao desenvolvimento de negócios domésticos. Uma fraude descoberta depois de vários anos poderia voltar a assombrar um investidor que já não possuía ações na empresa. Portanto, de acordo com as disposições da lei de 1882, tornou-se muito mais fácil para o empreendedor constituir uma empresa, mas muito mais arriscado para o investidor aplicar nela seu capital.⁸

A regulamentação cautelosa sobre o desenvolvimento de negócios e a formação de instituições financeiras do governo imperial foi repentina e dramaticamente demolida em 1890, como parte de uma revolução política e econômica que abalou o Brasil. O golpe republicano de 15 de novembro de 1889 pôs fim ao reinado de Dom Pedro II e do Império. Em janeiro de 1890, uma legislação comercial radicalmente diferente da do Império foi elaborada, e começou a ser implementada. Essa legislação incluiu uma reforma nas leis sobre sociedades anônimas, introduzindo a responsabilidade limitada de acionistas, e a reforma bancária que visava promover os chamados bancos universais. A introdução da responsabilidade limitada em janeiro de 1890 eliminou a responsabilidade dos acionistas sobre o valor de suas próprias ações. Agora, bastava que eles comparecessem à reunião anual de acionistas e aprovassem em votação os balanços financeiros para que a sua responsabilidade se tornasse limitada.⁹

Não é de se admirar que o número de novas empresas formadas nessa época tenha sido enorme. Nos seis meses após a reforma de janeiro de 1890, pelo menos 222 sociedades anônimas e bancos foram fundados em São Paulo, em comparação com os 30 que estavam em operação no final de 1887 (BOVESPA, 1990, p. 15-16; CORREIO PAULISTANO, 5 nov. 1887). As reformas de janeiro de 1890 criaram tanta demanda por ações de empresas que os jornais estavam cheios de anúncios procurando alguém que estivesse disposto a vender suas ações. Essa reforma foi importante para a banca porque expandiu enormemente o número e tipo de empresas em operação em São Paulo, acrescentando as empresas comerciais, industriais e de serviços urbanos às empresas tradicionalmente ligadas à agricultura e ao setor internacional. Essas novas

7 *Leis e Decretos*, Lei 3.150 de 4 de novembro de 1882.

8 Os acionistas eram responsáveis pelo valor total de suas ações por cinco anos após a compra, mesmo se as tivessem vendido. Se uma empresa fosse acusada de ter distribuído dividendos aos seus acionistas de forma fraudulenta, mesmo sem o conhecimento de seus investidores, os acionistas seriam responsáveis pelo pagamento dos referidos dividendos por cinco anos a contar da data da distribuição. A lei estipulava que registros de pagamentos das chamadas de capital e de transferência de ações entre as partes fossem cuidadosamente mantidos para proteger os acionistas. Desse modo, seriam responsabilizados apenas os acionistas registrados no momento da fraude ou de negócios que levavam à insolvência. Mas isso não acalmou os nervos dos investidores. Aldo Musacchio argumenta que a responsabilidade ilimitada não agiu como impedimento para a constituição de empresas, já que não detectou nenhum efeito negativo da lei na praça do Rio de Janeiro daquela época; mas não oferece nenhuma prova em contrário para a praça de São Paulo. (MUSACCHIO, 2009).

9 *Leis e Decretos*, Decreto 164 de 17 de janeiro de 1890.

empresas representavam uma clientela expandida para os serviços tradicionais do setor bancário comercial.

A segunda reforma importante para o setor bancário foi a introdução do banco universal. O governo brasileiro já tinha tentado promover o crédito a longo prazo através do banco hipotecário na década de 1860, através da lei de 1864. Essa nova reforma de 1890 criou o banco universal, que combinava a carteira de investimentos de longo prazo de um banco de crédito hipotecário com os serviços de crédito de curto prazo de um banco comercial. A carteira de investimentos promoveria a industrialização – ideia que sinalizava o interesse do governo em captar os benefícios econômicos observados na Revolução Industrial europeia.¹⁰ Os bancos universais eram atraentes porque tendiam a ter mais recursos para financiar as empresas de grande escala que surgiram com a tecnologia moderna da segunda Revolução Industrial. O fato de possuírem tanto carteiras comerciais quanto de investimento significava que podiam oferecer uma variedade de serviços aos seus clientes, dos empréstimos a curto e longo prazo às ofertas públicas de ações, investimentos em ações diretos ao cliente, fiscalização e consultoria gerencial. Esses serviços “para a vida toda” dos bancos universais lhes trouxeram importantes vantagens de custo sobre os bancos comerciais. Os bancos universais usaram a sua familiaridade com a clientela para economizar em custos associados à aquisição de informações, realização de transações e monitoramento do desempenho das empresas (CALOMIRIS, 1995; CANALS, 1997; FOHLIN, 1999).

O período de 1850-1890, então, foi de envolvimento do Estado nos negócios e na regulação bancária, com o duplo objetivo de promover, mas também de delimitar, a atividade empresarial. Depois de 1890, a nova legislação reguladora procurou promover o desenvolvimento empresarial e a formação de instituições financeiras mais sofisticadas para apoiar esse desenvolvimento. As oscilações entre a promoção e a restrição das empresas refletem a ambivalência do governo em relação à promoção das empresas nacionais – um processo que, de qualquer forma, já estava acontecendo. Na próxima seção, veremos como essa arquitetura legal moldou a formação do setor financeiro no Brasil e a sua atuação na economia paulista. A seção final discute as implicações das características do setor financeiro para o desenvolvimento econômico brasileiro.

A evolução das instituições financeiras

As características que economistas e historiadores mais observam no setor bancário são aquelas que fomentam o desenvolvimento da economia. Para que os bancos promovam o processo de desenvolvimento – em que a economia transforma atividades geradoras de baixos níveis de produto ou de renda *per capita* em atividades que permitam uma melhoria no padrão de vida –, devem facilitar a circulação de bens

¹⁰ Os bancos universais surgiram como uma inovação institucional na Europa no século XIX, e respondiam às exigências do grande capital introduzidas pela Revolução Industrial. Enquanto a primeira Revolução Industrial do século XIX foi em grande parte um movimento de invenção e inovação aplicado à fabricação de produtos já conhecidos ou existentes, a segunda baseava-se em pesquisa de laboratório e criação de tecnologias cada vez mais complexas, grandes e caras, que exigiam maiores volumes de capital financeiro.

e serviços e fornecer capital de investimento para novos tipos de empresas. No Brasil, a primeira missão foi cumprida com facilidade através das instituições comerciais, que forneceram o crédito de curto prazo, regulado pelo Código Comercial. Esses bancos comerciais possibilitaram a aceitação de papel comercial através do mecanismo de desconto, e assim transformaram os recursos ilíquidos em recursos líquidos. A segunda missão foi mais difícil de cumprir, pois exigiu que os bancos colocassem seus recursos financeiros em empréstimos de prazos suficientes para permitir que a empresa nova gerasse lucro. Ou seja, tratava-se de crédito a médio e longo prazo.¹¹ Prazos maiores significavam riscos maiores para o banco investidor. A segunda missão, portanto, exigia compromisso com a diversificação econômica; informação de qualidade sobre o investimento, para reduzir seu risco; e recompensa tangível, como a promessa de lucros maiores, para justificar o risco.

A maioria dos bancos de São Paulo no século XIX optou por concentrar-se na primeira missão – liquidez – do que na segunda – desenvolvimento. A legislação comercial do Império e da República Velha estabeleceu um quadro que promovia tanto o crédito comercial de curto prazo quanto o crédito de investimento de longo prazo; mas as condições macroeconômicas favoreceram o primeiro em detrimento do segundo, até que as reformas da década de 1890 incentivassem o desenvolvimento empresarial de forma mais generalizada. Veremos que os entraves da legislação, por um lado, e as incertezas na economia, por outro, combinaram-se para amortecer a formação de empresas bancárias em São Paulo até a modesta reforma legislativa de 1882 e as reformas mais radicais de 1890. A partir de então, os bancos aumentaram em número e se tornaram mais diversificados em termos de atividades financeiras, proporcionando uma contribuição real para a formação de negócios e para o desenvolvimento econômico. Sua disposição de prestar os serviços necessários aos setores comerciais em expansão, no entanto, os levaria à ruína na crise bancária de 1900. Colapso e consolidação configuraram um setor bancário disposto a prestar serviço às empresas existentes, mas menos adequado para financiar empresas novas e, portanto, o desenvolvimento econômico. Veremos que o sistema bancário e o relacionamento banco-cliente tornaram-se cada vez mais formais ao longo do período 1850-1920; que o banco comercial acabou dominando no setor; e que o predomínio precoce dos bancos nacionais no setor financeiro deu lugar ao predomínio de bancos estrangeiros, após o colapso e consolidação da crise bancária de 1900.

1849-1889

A legislação comercial votada em 1849 e 1850 lançou as bases para o surgimento da intermediação financeira formal; mas não teve resultado imediato porque era bastante restritiva, exigindo um ato parlamentar para formalização, e fiscalização

¹¹ Empréstimos feitos para a formação de empresas novas precisam ser de longo prazo porque leva tempo para que as empresas construam as instalações da fábrica ou da loja, iniciem a produção ou serviço, atraiam clientes, gerem receitas e, finalmente, obtenham lucros. Portanto, as empresas precisam de crédito com prazos de muitos anos para se desenvolverem sem a pressão de reembolso. O crédito comercial, em geral, não ultrapassava prazos de doze meses.

governamental para as novas empresas. O primeiro banco a se formar em São Paulo, fundado em 1856, foi a Caixa Filial do Banco do Brasil, sediada no Rio de Janeiro. E este foi o único banco formado como sociedade anônima na Província em quatorze anos. Isso sugere que os relacionamentos financeiros informais entre fazendeiro e comissário eram suficientes para servir à economia da província antes da expansão do setor do café, ocorrida a partir de 1870. Na verdade, os motivos por trás da formação da Caixa Filial em São Paulo (CFSP) tiveram menos a ver com a economia de São Paulo do que com os requisitos do banco do Rio de Janeiro. O Banco do Brasil no Rio de Janeiro era o principal banco de emissão no país naquele momento, o que significava que suas notas bancárias eram emitidas com a autorização do governo imperial para servir como moeda de curso legal, usada principalmente para os pagamentos feitos a cargos públicos. As notas de banco, no entanto, não estavam sendo aceitas pelo seu valor nominal na Província de São Paulo porque eram resgatáveis apenas em sua fonte, no Rio, criando altos custos de transação para seus detentores. Tais custos faziam com que as notas acabassem sendo descontadas nas províncias (CORREIO PAULISTANO, 1º jan. 1856). A Caixa Filial foi fundada como solução a esse problema. Ela foi autorizada a emitir suas próprias notas, que eram livremente convertíveis em notas da sede. As notas provinciais, por sua vez, gozaram de plena confiança do governo central e tiveram “o privilégio exclusivo de serem recebidas em pagamento nas repartições públicas” da Província (CORREIO PAULISTANO, 11 dez. 1856). Assim, o banco no Rio garantiu que suas notas mantivessem o valor nominal, e a Província de São Paulo ganhou seu primeiro meio circulante. Foi um momento importante para o giro de bens e serviços, essencial para o crescimento econômico.

Fundada para resolver um problema do banco do Rio, a CFSP transformou-se num importante veículo financeiro formal para os investidores de São Paulo. Mesmo assim, seus anos iniciais foram emblemáticos da natureza personalista das finanças em meados do século XIX. A CFSP foi fundada como sociedade anônima, no contexto das leis de 1849 e 1850 discutidas acima; mas suas ações não estavam nas carteiras dos inúmeros investidores anônimos. Seus maiores acionistas, como os diretores do banco, estavam intimamente ligados à família Prado, e sua clientela foi, em grande parte, determinada por suas conexões com esse clã (LEVI, 1987). É pouco provável que essa filial tivesse sido concebida como projeto para servir apenas uma clientela ligada à parentela Prado; mas a falta de infraestrutura física em meados do século XIX impedia a comunicação fácil e tornava impossível a supervisão diária pelo escritório central. A distância entre os bancos do Rio de Janeiro e seus afiliados de São Paulo permitiu que os bancos de São Paulo refletissem os interesses da Província, que eram cada vez mais caracterizados pela diversificação dos investimentos da riqueza das grandes famílias fazendeiras.¹²

¹² Ver especialmente MELLO (198), que descobriu que a riqueza das famílias fazendeiras paulistas foi investida cada vez mais no setor moderno e urbano, e que os membros dessas famílias foram atraídos para as empresas industriais e financeiras como investidores e diretores. Ver também DEAN (1969).

Apenas dois outros bancos foram fundados como sociedades anônimas durante as primeiras décadas da legislação comercial, ambos na cidade portuária de Santos, que foi o centro de crescimento do comércio internacional impulsionado pelas exportações de café. O English Bank of Rio de Janeiro Ltd. foi fundado em 1870 e o Banco Mercantil de Santos em 1872; os dois surgiram poucos anos após a construção da estrada de ferro Santos-Jundiaí, que ligou a cidade ao interior. Como a CFSP do Banco do Brasil, o English Bank foi filial de um banco carioca.¹³ É claro que esse banco foi criado para agir como intermediário para o comércio de importação/exportação que, durante a maior parte do século XIX, foi dominado pelos britânicos.¹⁴ O Mercantil de Santos foi o primeiro banco formado em São Paulo que não era afiliado a um banco do Rio de Janeiro. Seu objetivo declarado nos estatutos era de “promover em geral o progresso e aumento do comércio na província de São Paulo” por meio da oferta de crédito e servindo como um intermediário para as transações comerciais entre São Paulo e os mercados do Rio de Janeiro (BRASIL, artigo 2 do Decreto n. 5.061, de 28 de agosto de 1872). Esse foi o primeiro banco local de São Paulo fundado através da venda de ações ao público, financiado pelos depositantes, e empregado na criação de crédito a curto prazo, sem as ligações pessoais restritas do primeiro banco paulista.

O predomínio do crédito a curto prazo nas primeiras décadas do sistema bancário formal reflete as condições macroeconômicas da economia orientada para o comércio internacional. O desequilíbrio entre a oferta sazonal de dinheiro proveniente da venda do café e a demanda constante por insumos produtivos significava que os fazendeiros precisavam dos mecanismos de crédito de curto prazo para regularizar seu fluxo de caixa anual. As incertezas sobre os níveis de produção de ano a ano eram muitas. Seca, geada, insetos e outros inimigos naturais do café significavam que, do ponto de vista de um banqueiro, os instrumentos hipotecários de longo prazo eram altamente arriscados. As incertezas reforçavam o caráter de curto prazo do crédito bancário. Em vez de assumir o risco, os bancos evitaram fazer empréstimos de longo prazo – por exemplo, do tipo que serviria para expandir a produção –, e se concentraram em empréstimos de curto prazo para facilitar o comércio (SWEIGART, 1980, cap. 4).

A falta de crédito a longo prazo não deriva da ausência de demanda. Os proprietários, como vimos acima, lamentavam a falta de crédito hipotecário rural para financiar a expansão da produção. O governo respondeu com a aprovação da lei de 1864, que criou o banco de crédito hipotecário financiado por letras hipotecárias; porém a legislação em si não era suficiente para superar as restrições impostas sobre os empréstimos hipotecários. A lei estabeleceu um limite máximo de 8% para as taxas de juros dos empréstimos de longo prazo, mas o crédito comercial para plantadores já cobrava entre 8 e 14% para empréstimos de curto prazo. Estas taxas de juro eram mais

¹³ BRASIL, *Leis e Decretos*, Decreto nº 3.713, outubro de 1866. O English Bank of Rio de Janeiro foi autorizado pelo Decreto nº 3.212, de 28 de dezembro de 1863. Seu nome original foi The Brazilian and Portuguese Bank Ltd., e foi mudado para The English Bank of Rio de Janeiro. A caixa filial em Santos foi autorizada pelo Decreto nº 4.451, de 12 de janeiro de 1870.

¹⁴ Os alemães passaram a ter uma presença importante no comércio na última década do século XIX, e os interesses franceses e norte-americanos entraram no mercado após a virada do século XX.

elevadas do que as taxas pagas por não agricultores, sugerindo que os fazendeiros fossem vistos pelos intermediários financeiros como um risco mais elevado. Seria difícil encontrar investidores para formar uma sociedade anônima cujo principal negócio fosse emprestar a longo prazo, e a juros de risco relativamente alto. O mercado do café estava em expansão já na década de 1870, mas os brasileiros tiveram uma experiência de trezentos anos com o cultivo de produtos agrícolas para exportação. Tal experiência foi suficiente para saber que essa produção era cheia de incerteza.

Mesmo assim, o *boom* do café gerou atividade econômica suficiente para incentivar a expansão da banca comercial. As estradas de ferro construídas na década de 1870 abriram o interior para a propagação do cultivo; as exportações do café cresceram, e os fazendeiros prosperaram, tudo por causa de uma sede mundial aparentemente insaciável pelo café brasileiro. A proporção paulista na produção total de café brasileiro cresceu de 25% em 1875 para 60% em 1890.¹⁵ A transição da mão de obra escrava para o trabalho imigrante ofereceu mais um impulso para o desenvolvimento financeiro, aumentando a população que ganhava salários e entrava no mercado consumidor. Só na década de 1880, mais de 200 mil imigrantes entraram na província de São Paulo.¹⁶ Esse crescimento na produção do café exigiu nova infraestrutura e serviços, que foram fornecidos por empresas formadas depois da lei de 1882. Foi nesse contexto de rápida expansão em ambas as economias – doméstica e de exportação – que o setor bancário entrou na sua própria fase expansionista. A expansão comercial tanto no porto de Santos quanto na capital aumentou a demanda para a expansão dos serviços financeiros. Sete novos bancos foram fundados na década de 1880, melhorando a liquidez da província e aumentando a capacidade de crédito da economia paulista.¹⁷

Essa expansão também representou o oferecimento de novos serviços, sendo que o mais importante foi a oferta de crédito aos agricultores. Um dos três novos bancos comerciais, o Banco da Lavoura, ofereceu empréstimos para agricultores, garantidos por safras pendentes, safras armazenadas, animais e máquinas.¹⁸ Ao aceitar safras futuras, colheitas e implementos agrícolas como garantia, esse banco estava fazendo o que os intermediários financeiros que serviam aos cafeicultores faziam anteriormente: oferecendo um meio aos agricultores de transformarem seus bens em dinheiro.¹⁹ E o Banco de Crédito Real, que era hipotecário, se formou depois que a Província de São

¹⁵ SAES e MELLO (1984, p. 35). Na média, o café contribuiu em 90% do valor total da exportação na década de 1880. O açúcar e o algodão contribuíram para o balanço.

¹⁶ A população escrava na Província de São Paulo representava 117 mil habitantes, ou 28% da população em 1854. Em 1886, essa parcela já tinha caído para 106 mil habitantes, representando apenas 8,7% da população. CAMARGO (1981, p. 7); GREMAUD, SAES e TONETO JÚNIOR (1997, p. 46).

¹⁷ Esses bancos eram The London and Brazilian Bank (fundado em 1881), o Banco de Crédito Real (1882), o The English Bank of Rio de Janeiro-São Paulo (1883), o Banco Comercial (1886), o Banco da Lavoura (1886), o Banco Popular (1888) e o Brasilianische Bank Fur Deutschland (1888).

¹⁸ *Correio Paulistano*, 17 de agosto de 1886. Esses empréstimos representaram uma versão nova dos empréstimos garantidos por joias, prata e ouro, ou ações e títulos.

¹⁹ *Diário Popular*, 30 de abril de 1886. *Proposta do Banco da Lavoura*. Esses empréstimos sob penhor agrícola tornaram-se mais comuns nos balanços dos bancos paulistas nas três décadas seguintes. Não eram empréstimos hipotecários; tinham como objetivo estender crédito à classe dos fazendeiros durante a transição da mão de obra escrava para o trabalho assalariado.

Paulo ofereceu incentivos, sob a forma de garantias de lucro a qualquer banco disposto a conceder empréstimos hipotecários. O Banco da Lavoura ofereceu crédito a longo prazo aos agricultores pela primeira vez na história de São Paulo.²⁰ Devido às atividades do Banco de Crédito Real nos anos 1880, o crédito de longo prazo para agricultura subiu de 13% do total do crédito bancário na Província, em 1883, para 31% até o final de 1889 (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1885-1887). Essa expansão do setor bancário na década de 1880 foi predominantemente doméstica e financiada por capital local: mais de três quartos do capital investido no setor bancário eram de origem local, fornecidos por investidores de São Paulo. A rápida expansão do setor bancário na década de 1880 facilitou a expansão do crédito de curto prazo para a economia regional.

1890-1920

A proclamação da República estimulou a expansão nos negócios domésticos graças às reformas na legislação comercial de janeiro de 1890. Essas reformas eliminaram a exigência de ato parlamentar para organizar bancos (a não ser para os bancos estrangeiros), e a responsabilidade dos acionistas pelas dívidas da empresa. Durante o Império, quase todos os bancos foram organizados como sociedades anônimas. Isso representava um risco pessoal importante para os acionistas e diretores de bancos, que tinham responsabilidade ilimitada. A reforma que eliminou essa responsabilidade ilimitada teve impacto muito maior no setor bancário de São Paulo do que a nova lei que permitia a formação de bancos universais. Estimulado pelo novo ambiente regulatório – que aumentou dramaticamente o número de sociedades anônimas atuando nos setores urbanos industrial, comercial, e empresas de serviços estimulados pelo *boom* do café –, o setor bancário paulista foi de nove para mais de trinta instituições bancárias, nos anos iniciais da República. Com essa expansão vieram mudanças importantes para o setor. Muitos bancos comerciais continuaram a oferecer serviços aos seus clientes, com quem tinham estabelecido vínculos pessoais e profissionais; mas diversos bancos comerciais novos identificaram uma clientela diferente da tradicional, ou passaram a oferecer produtos diferenciados como seu negócio principal. Além disso, pela primeira vez, ao menos seis dos novos bancos foram sediados em cidades do interior de São Paulo. Muitos desses bancos novos eram de grande porte, e os bancos continuaram a ser predominantemente domésticos.

As reformas legislativas desencadearam uma torrente de formação de bancos novos, o que sugere que havia grande demanda reprimida para oportunidades de investimento em São Paulo. O crescimento do café gerou um lucro substancial para o setor agrícola e mais um excedente de capital para investimento em atividades

²⁰ SÃO PAULO (1881). Enquanto o crédito comercial de curto prazo estendido para o fazendeiro facilitava o investimento de seus próprios recursos em uma empresa agrícola, ou seja, representava um meio indireto de financiamento agrário, não existia nenhum meio de financiamento direto em São Paulo antes de 1882. De acordo com a Lei Provincial 145 de 25 de junho de 1881, os bancos poderiam emprestar com prazos de pagamentos de 5 a 20 anos, a uma taxa de até 9% ao ano. O governo provincial garantia a taxa de lucros de 7%.

não agrícolas.²¹ Grande parte desse excedente foi encaminhado para os bancos em formação, cujo capital social e depósitos cresceram rapidamente após 1890. Ao proteger os investidores, as reformas criaram um ambiente favorável para a formação de sociedades anônimas em geral, e foram uma benção para as instituições financeiras em particular. Tais reformas permitiram que os bancos se aproveitassem do formato da sociedade anônima de responsabilidade limitada, ao mesmo tempo em que serviam as empresas não bancárias que também estavam se formando no momento. Como resultado desse *boom* econômico, os bancos domésticos apresentaram ganhos significativos de participação no mercado ao longo da década de 1890.

A única exceção a essa tendência expansionista foi o fracasso do banco universal. Ao introduzi-lo no Brasil, os republicanos procuraram dinamizar o desenvolvimento da economia nacional, oferecendo, ao mesmo tempo, apoio ao setor tradicional de exportação. Parte banco hipotecário, parte banco de emissão de moeda, e parte banco comercial, este novo intermediário prometia combinar todos os elementos do sistema financeiro do Brasil em uma instituição poderosa, cuja missão era investir e desenvolver a economia. Esses bancos foram autorizados a participar em todas as operações bancárias comerciais de curto prazo e empréstimos hipotecários de médio e longo prazo, bem como em projetos de desenvolvimento voltados para infraestrutura, urbanização e investimentos industriais. Mostrando visão avançada para a época, a lei de regulamentação identificava os investimentos possíveis do banco universal: estradas de ferro; construção de canais e de estradas; melhorias portuárias; desenvolvimento da oferta de trabalho através de programas de imigração; e desenvolvimento das telecomunicações. Projetos possíveis de desenvolvimento industrial incluíam a mineração, a construção de fábricas e oficinas industriais, e até mesmo a aquisição e operação de empresas industriais.

Para atrair banqueiros que formassem bancos universais, o governo fez várias concessões importantes: cedeu ao banco os direitos de terras devolutas que estivessem na sua área de atuação; deu-lhe preferência para a construção de ferrovias e projetos de obras públicas, além de preferência nos contratos de desenvolvimento da mineração e na concessão de projetos de imigração e colonização. Por fim, os bancos universais obteriam uma isenção de impostos tanto diretos quanto indiretos sobre os estabelecimentos industriais que fundassem, ou sobre os insumos importados para utilização nos projetos designados por lei (BRASIL, Decreto nº 165, 17 de janeiro de 1890, artigo 3). Em troca desses privilégios, os bancos tiveram de se comprometer a manter as contas certas para garantir o seu financiamento e promover o crédito agrícola.

Apesar dos incentivos, apenas dois bancos universais novos foram formados.²² O Banco de Santos e o Banco União de São Paulo foram organizados sob a nova

²¹ CASTRO (1978, p. 58-60). Castro observa que, apesar dos preços externos oscilarem entre uma baixa indexada de 87 e um máximo de 113, a taxa de câmbio em declínio de 1889 em diante garantiu um aumento no preço interno do café até 1894.

²² O Banco de Crédito Real foi transformado de banco hipotecário em banco universal por já ter o compromisso com o desenvolvimento econômico. Adquiriu o Banco Comercial para cumprir o papel de carteira comercial.

lei e estenderam empréstimos rurais para a agricultura a longo prazo, mas as suas operações comerciais foram muito maiores do que as hipotecárias. O Banco União de São Paulo investia na indústria como previsto na lei, e foi tão bem sucedido como dono de empresa industrial que deixou de ser banco em 1904 para dedicar-se à produção têxtil (foi o precursor da Votorantim). O Banco de Santos, por outro lado, operou quase que completamente como banco comercial. A carteira de investimentos de longo prazo teve pouco peso nos ativos desse banco. Só o mais velho dos três, o Banco de Crédito Real, se especializou em crédito hipotecário. Esse banco não prosperou, e foi à falência na virada do século XX.²³

O fracasso dos bancos universais, ou seja, a tendência ao predomínio dos bancos comerciais no mercado, fica visível nos lucros e perdas dessas empresas. Os empréstimos de longo prazo, que ofereciam risco elevado, deviam oferecer um retorno maior para compensar esse risco. Mas os bancos universais eram muito menos rentáveis do que os comerciais. Isso ocorreu porque os esforços dos formuladores de políticas governamentais para estimular os empréstimos a longo prazo não conseguiram derrubar a incerteza como grande obstáculo macroeconômico ao crédito. Vimos anteriormente que os empréstimos à agricultura estavam repletos de incertezas sobre a produtividade da terra, as condições climáticas, a entrada de novos fazendeiros no setor durante a época de *boom*, e assim por diante. O crédito à indústria também era de alto risco devido a incertezas, durante grande parte do século XIX. A indústria nacional era relativamente nova para a economia de São Paulo, tendo sido legalizada no Brasil apenas em 1808, e chegando a São Paulo em fins do século XIX. Os mercados financeiros não tiveram muito tempo para reunir informações sobre as indústrias e distinguir quais eram as mais adequadas à mão de obra e às matérias-primas disponíveis na região. Além desse problema, o governo brasileiro mostrava-se ambivalente em relação ao lugar onde se desenvolveria a indústria nacional na economia brasileira, optando sempre por promover políticas que estimulassem o comércio internacional. Às vezes agia para promover o desenvolvimento empresarial doméstico através da proteção tarifária, mas não de forma a que essa indústria pudesse realmente contar com esse apoio. A relação instável com a economia doméstica levava empresas industriais à falência e não colaborava para resolver os problemas de informação dos bancos. Tais incertezas impossibilitaram o compromisso dos bancos com o financiamento industrial a longo prazo, promovendo cada vez mais o predomínio da banca comercial.²⁴

23 Dado o limitado interesse e o fraco desempenho do sistema bancário universal no Brasil, o governo voltou-se para fontes estrangeiras e encontrou banqueiros franceses dispostos a formar um banco universal para atuar na economia paulista. O Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo foi formado em 1909 depois que o Estado de São Paulo ofereceu garantias de lucro para o banco comercial de J. Loste & Cie e Crédit Foncier. O Crédito Hipotecário e Agrícola, em grande parte financiado por uma emissão de títulos e apenas nominalmente por ações, funcionava como um banco privado até 1926, quando foi nacionalizado e renomeado como Banco do Estado de São Paulo ou Banespa – que existiu até recentemente. (TRINER, 2000, p. 168).

24 Banqueiros no nordeste dos EUA foram igualmente prudentes durante o período de expansão rápido dos negócios. Sua incapacidade de avaliar o valor de clientes novos reforçou a tendência a empréstimos de curto prazo. (LAMOREAUX, 1991).

Mesmo os banqueiros comerciais confrontaram a incerteza no *boom* de negócios pós-1890. As altas inimagináveis ocorridas durante a vigência da política econômica do Encilhamento, e as baixas profundas depois do colapso econômico que ele provocou, inviabilizaram a busca de informações de qualidade. Face às incertezas, os banqueiros comerciais de São Paulo adotaram duas estratégias para melhorar seu acesso à informação: especialização e redes sociais. A especialização foi um instrumento valioso à disposição dos bancos comerciais que queriam servir ao mundo empresarial dos anos 1890. Enquanto bancos comerciais do Império tendiam a servir o setor de comércio de importação/ exportação tradicional – que era sem dúvida o mais importante da economia de São Paulo – os bancos fundados depois de 1890 eram mais propensos a se aproveitar das oportunidades surgidas com as reformas na legislação comercial criada naquele ano. Os estatutos e as propostas de muitos dos bancos novos de São Paulo mostram que alguns se interessaram pelo financiamento da imigração de trabalhadores, outros pela construção de moradias populares, outros por empréstimos a pequenas empresas, e outros ainda pela competição por contratos de desenvolvimento de infraestrutura.

Mais importante do que a especialização foi a criação de redes sociais para melhorar o acesso à informação sobre empresas recém-fundadas, e assim reduzir o risco dos empréstimos. Listas de acionistas e diretores de empresas não bancárias mostram que as sociedades anônimas compartilhavam diretores. Isso funcionava como técnica de controle de risco nos dias de responsabilidade ilimitada do Império. Com esse impedimento removido pelas reformas de 1890, a organização de empresas como sociedade anônima foi usada por uma vasta gama de empreendimentos, mas a ambivalência do governo sobre o desenvolvimento econômico doméstico tornou difícil prever quais delas iriam sobreviver. Ter banqueiros como membros do conselho de diretores significava ganhar acesso ao financiamento bancário, enquanto os banqueiros ganhavam acesso a informações sobre as empresas. E ter membros do conselho que se destacassem na praça servia como meio de sinalizar para o público investidor que as empresas não bancárias eram uma aposta certa. Compartilhar diretores foi uma maneira razoavelmente eficiente de reunir conhecimento sobre diversas empresas em um mercado de informação imperfeita (HANLEY, 2004). As listas de acionistas e a composição dos conselhos de diretores demonstravam que havia, de fato, um forte grau de interconexão entre empresas bancárias e empresas não-bancárias. A partir de listas de acionistas e de membros da diretoria, foi possível identificar centenas de investidores e diretores de sociedades anônimas de São Paulo, durante o período de 1856 a 1905. Cerca de um terço destes investidores e diretores estavam ligados a duas ou mais empresas. E cerca de dois terços dessas pessoas, por sua vez, estavam ligadas a um banco.²⁵

²⁵ As empresas deixaram pouca documentação direta sobre finanças, de modo que tudo o que sabemos é recolhido das demonstrações financeiras e dos (raros) relatórios anuais publicados em jornais e monografias sobre o desenvolvimento econômico de São Paulo. As principais fontes para essa base de dados foram os grandes jornais, incluindo *A Província de São Paulo*, que foi renomeado para *O Estado de São Paulo* com a declaração da República; *Correio Paulistano*, *Diário Popular* e *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. Além disso, informações sobre as empresas foram adquiridas a partir de monografias publicadas em São Paulo, incluindo as de DEAN (1969); CANO (1981); MELLO (1985); SAES

Essas conexões eram vitais para o recolhimento de informações sobre uma economia que se expandia rapidamente para além dos setores tradicionais – tais como fazendas de café e as empresas que lhes serviam –, para desenvolver negócios urbanos como bondes, sistemas de telefonia, cervejarias, fábricas de vidro e assim por diante. Numa época em que lavradores e capitalistas diversificavam seus investimentos, era necessário um mecanismo para avaliar a capacidade dessas novas empresas que procuravam financiamento. O fato de que os bancos raramente emprestavam dinheiro a longo prazo é um forte sinal de sua aversão ao risco e de suas práticas cautelosas. Com base na interligação entre bancos e empresas não agrícolas, pode-se especular que o crédito de curto prazo ainda parecia exigir algum conhecimento e supervisão direta. Banqueiros e empresários de outros setores, então, pareciam muito conscientemente procurar alguma conexão direta entre si, no momento em que São Paulo industrializava-se rapidamente e sua área urbana se modernizava. Analisando alguns bancos no interior, parece que ali também existiu essa tendência, o que indica que os intermediários financeiros formais de fato dependiam de informação oportuna de boa qualidade. A colocação de bancos no centro da atividade econômica satisfazia a essa necessidade.

A maioria dos empréstimos feitos pelos bancos republicanos paulistas era a curto prazo, mas o ritmo e o escopo da demanda por outros produtos era grande. Isso impulsionou os banqueiros a atuar em áreas mais novas e arriscadas de crédito, particularmente em empréstimos a médio prazo com garantia de penhor de bens imóveis, e investimento direto em novos empreendimentos urbanos comerciais e industriais. Considerando que o crédito bancário comercial no Império era inteiramente composto por letras e descontos ou linhas de crédito, vemos que, em 1892, um de cada seis mil-réis investidos pelos bancos na economia de São Paulo assumia a forma de ações, títulos e empréstimos a longo prazo. Pesquisa de MARCONDES e HANLEY (2010) demonstra a tendência de bancos comerciais oferecerem empréstimos hipotecários de médio e longo prazo nos anos 1890. Tanto os bancos comerciais da cidade quanto as carteiras comerciais de bancos universais investiram em ações e títulos. No ambiente regulatório liberalizado que estimulou a formação de sociedades anônimas, os bancos domésticos investiram quase 15% dos seus ativos rentáveis em ações e obrigações de empresas, bem como títulos do governo. Os bancos de São Paulo, então, desenvolveram seus interesses comerciais não apenas através de diretorias interligadas, mas também com o investimento em empresas não bancárias.

Os bancos regionais comerciais do interior de São Paulo não se envolveram em investimento empresarial direto através do mercado de ações e títulos – para o qual

(1986); e SUZIGAN (1986). Fontes adicionais para setores específicos foram os seguintes: sobre bancos, ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Coleções “Bancos”, Número de Ordem 2138, 2139, 2140 e 2141. Em serviços públicos, ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Número de Ordem 5208; e PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA ELETROPAULO: Companhia Água e Luz, 1890-1901; Companhia Viação Paulista, 1890-1900; e relatórios sobre a mesma Viação Paulista, 1894 e 1897. Sobre ferrovias, *Relatórios* da COMPANHIA PAULISTA DE ESTRADAS DE FERRO, COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO, COMPANHIA ITUANA DE ESTRADAS DE FERRO, ESTRADA DE FERRO SOROCABANA, e a COMPANHIA UNIÃO SOROCABANA E ITUANA. Identifiquei um total de 519 acionistas e diretores de empresas paulistas no período de 1856-1905. Destes, 167, ou 32%, estavam ligados a duas ou mais empresas. Dos 167 com várias ligações, 103, ou 62%, estavam ligados a um banco.

seus clientes rurais tinham pouco uso – mas sim em empréstimos a prazos maiores do que os praticados em instituições bancárias comerciais. Eles foram os únicos bancos comerciais que dedicaram parte dos seus ativos a empréstimos lastreados em imóveis ou hipotecas, de longe o melhor serviço que poderiam prestar aos seus clientes. Empréstimos com penhor hipotecário eram um instrumento de crédito raro nas instituições de crédito a curto prazo como esses bancos comerciais. Isso porque bancos comerciais não foram incorporados pelo governo brasileiro como bancos hipotecários e, portanto, não tinham o direito de emitir notas hipotecárias para financiar sua carteira. Em vez disso, os bancos comerciais tiveram que financiar empréstimos hipotecários de médio e longo prazo com suas próprias fontes, a maioria das quais eram depósitos de curto prazo. Os bancos correram um risco muito grave ao fazer isso, porque os depositantes poderiam exigir seus fundos a qualquer momento, enquanto os mutuários tinham um tempo razoavelmente longo para pagar seus empréstimos. Se ocorresse uma corrida aos bancos, estes seriam incapazes de cobrar seus devedores a tempo de evitar a quebra. Apesar do risco de financiar empréstimos de médio e longo prazo com fontes de curto prazo, foi exatamente isso que três dos bancos comerciais regionais fizeram. Esses empréstimos formavam uma parte importante de suas carteiras de investimento, somando uma média de mais de 12% dos ativos rentáveis e atingindo por vezes até um terço dos ativos. Numa base proporcional, alguns desses bancos regionais dedicaram mais recursos a empréstimos hipotecários do que os próprios bancos hipotecários.

O investimento por parte dos bancos comerciais em instrumentos não tradicionais como empréstimos lastreados por imóveis, ou investimentos em títulos e ações de empresas não bancárias, reflete um comportamento bancário de estilo mais agressivo, adequado a uma economia que estava crescendo e se diversificando num ritmo acelerado. Bancos regionais, em maior grau, e os bancos comerciais da capital, em menor, atenderam às necessidades dos seus clientes nessa economia em transição, empregando parte de seus fundos disponíveis no crédito de longo prazo. Essa prática, entretanto, significava risco, porque os bancos comerciais de São Paulo eram financiados predominantemente por fontes de curto prazo. Ao ampliar a proporção do crédito de médio a longo prazo em suas carteiras, esses bancos ficaram vulneráveis em caso de uma crise, pois essas concessões aos clientes reduziam a liquidez do banco – ou seja, a capacidade de converter um ativo em dinheiro com atraso e perda mínimos. Se de repente um banco precisasse liquidar ações ou imóveis para cobrir uma dívida, suas próprias ações serviriam para minar o valor do ativo usado como garantia do empréstimo.

Tragicamente para o setor bancário paulista, este risco teórico virou realidade com a crise que ocorreu na virada do século XX: o pânico bancário de 1900, corrida aos bancos causada pelas políticas deflacionárias do Ministro da Fazenda, Joaquim Murinho, como parte do acordo Funding Loan, em 1898 (SZMRECSÁNYI, 2002). A vulnerabilidade dos bancos nacionais no pânico de 1900 foi causada por sua baixa liquidez. Os bancos no Rio de Janeiro que ainda seguravam papéis sem valor da bolha

do Encilhamento quebraram nessa ocasião, sob o impacto das políticas de austeridade de Murtinho.²⁶ Os bancos de São Paulo resistiram ao choque imediato do pânico de 1900, mas não ficaram imunes às condições deflacionárias que lhe deram origem. Dois bancos faliram em 1902, sendo um deles o Banco Mercantil de Santos, fundado em 1873. Mais bancos sucumbiram nos anos seguintes. Em 1906, o montante do capital investido em bancos domésticos de São Paulo era apenas metade do valor do setor em 1901. Depósitos também caíram espetacularmente – mais de 26%, de 1901 para 1906. Ao todo, as fontes de financiamento bancário doméstico diminuíram em mais de um terço nesse período. Quando a crise acabou, apenas um punhado de bancos comerciais domésticos sobrevivia em São Paulo.²⁷

O resultado mais marcante dessa crise foi que em poucos anos a posição relativa dos bancos paulistas e estrangeiros na economia de São Paulo foi invertida. Os bancos paulistas tinham controlado a maioria do mercado em depósitos e empréstimos antes da crise, mas cederam essa posição aos bancos estrangeiros depois das falências. Apenas por terem sobrevivido, estes tornaram-se as instituições financeiras predominantes após a crise. O problema da liquidez dos bancos domésticos foi um motivo importante dessa inversão, porque eles operavam com uma margem de liquidez menor do que a dos estrangeiros. Não foi a única razão, no entanto. Quando um banco quebra durante uma crise, significa que ele não teve acesso a novos fundos para cobrir suas obrigações. Os bancos estrangeiros faziam parte de grandes redes de filiais bancárias e, portanto, tinham acesso a esses fundos. Em época de crise, as filiais estrangeiras poderiam fazer apelos à sede para uma infusão de dinheiro. Os bancos brasileiros, por outro lado, formaram-se como “bancos de unidade” sem rede; portanto, sem acesso aos fundos de filiais. O banco doméstico encontrava-se plenamente exposto à crise econômica, mas só podia recorrer a seus saldos para sobreviver à recessão. Foi isso que fez a diferença no setor bancário paulista nos anos de crise. A baixa liquidez expôs os bancos ao perigo da quebra, mas seu acesso a uma rede significava a diferença entre sobrevivência e quebra. A combinação dessas duas características foi fatal às instituições domésticas, e permitiu que os bancos estrangeiros, embora severamente castigados, enfrentassem a tempestade.²⁸ Em 1910 os bancos estrangeiros já tinham capturado metade do negócio bancário em São Paulo; em 1920, receberam quase três quartos dos depósitos e fizeram

26 Sobre a crise bancária de 1900 no Rio de Janeiro, ver TRINER, 2000.

27 Os valores são nominais e foram captados dos balanços publicados nos jornais *Correio Paulistano*, *Diário Popular* e *O Estado de São Paulo* em janeiro-fevereiro de 1902 e janeiro-fevereiro de 1907.

28 Esses resultados dão razão à literatura que chama a atenção para o papel importante de filiais bancárias na estabilidade do setor bancário. Fazer parte de uma rede de filiais dá aos bancos a flexibilidade necessária para transferir fundos de um mercado a outro, dependendo do nível de risco tolerável em cada mercado. O setor bancário britânico adotou o sistema de grandes redes ao longo do século XIX, provendo sua economia com um sistema bancário estável. Este sistema é duplamente benéfico. Primeiro, redes de filiais permitiram aos bancos redistribuir recursos das regiões de crescimento lento para regiões de alto crescimento. (COTTRELL, 1979) Segundo, a estabilidade das redes de filiais eliminou ou reduziu os abalos do setor industrial britânico, minimizando as crises bancárias recorrentes, como aquela que os EUA sofreu, provocada pelos seus bancos unitários (COLLINS, 1991). WHITE (1983) cita uma relação inversa entre a adoção de redes e as falências de bancos nos EUA da década de 1920. Os benefícios de afiliação no setor bancário são demonstrados também pela experiência do Canadá, no qual o sistema bancário de filiais produziu uma incidência muito menor de falências bancárias do que nos EUA, onde o sistema era de bancos de unidade. A experiência comparativa dos bancos domésticos e estrangeiros em São Paulo certamente apoia essa tese.

quase 60% dos empréstimos.²⁹

O segundo resultado importante foi a consolidação do sistema bancário doméstico em alguns bancos de grande porte. Enquanto dezenas de bancos comerciais haviam se formado nos anos depois das reformas de 1890, apenas três sobreviveram à crise de 1900 na capital e apenas dois bancos domésticos foram fundados entre a virada do século e 1920. Como resultado da crise bancária, o grupo bancário doméstico depois de 1906 se caracterizava por ser um clube pequeno de instituições muito grandes. Um desses sobreviventes, o Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, já estava entre os maiores bancos na década de 1890, mas tornou-se ainda maior depois que a crise bancária já tinha passado. As falhas de seus concorrentes nacionais reforçaram a sua posição dominante.

O terceiro resultado da crise bancária foi a adoção do sistema de redes bancárias. Os bancos domésticos que sobreviveram aprenderam a importante lição de minimizar sua dependência de fontes estreitas de financiamento. Esses poucos bancos se expandiram agressivamente pelo estado todo, abrangendo todas as cidades economicamente importantes do interior. O Banco de São Paulo se estabeleceu em São Carlos, Ribeirão Preto e Jaú, cidades que perderam seus bancos regionais. O Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, já em Santos e Campinas, abriu uma caixa filial em Ribeirão Preto. Os dois bancos domésticos que se formaram após o pânico seguiram o exemplo. O Banco Commerciale Italiano di São Paulo estabeleceu filiais em cinco cidades do interior e no Rio de Janeiro. O Banco Comercial do Estado de São Paulo tinha filiais em onze cidades do interior.

Sem dúvida São Paulo perdeu algo de grande valor com o colapso do sistema bancário doméstico a partir de 1900. Mas a crise bancária e a subsequente consolidação mascararam a transformação institucional importante que acompanhou a crise: os bancos domésticos em operação depois de 1906 tinham se tornado intermediários plenamente formais. Isso foi fundamental para o desenvolvimento econômico, pois reduziu a importância das conexões pessoais para obter o acesso ao capital. Com a intermediação formal impessoal, o empresário podia levantar recursos apenas com uma ideia e uma boa proposta de negócios, sem precisar de conexão pessoal com um intermediário financeiro. O banqueiro, por sua vez, passaria a tomar suas decisões, com maior probabilidade, a partir de propostas de negócios, ao invés de utilizar informações privilegiadas, ou atender a uma recomendação de alguém das diretorias interconectadas ao banco. A tecnologia industrial foi ficando cada vez mais cara, no final do século XIX – o que a colocava fora do alcance das finanças das parentelas. Quanto mais as nações em desenvolvimento se aproximavam do século XX, mais o acesso ao capital financeiro ia se tornando essencial para o seu desenvolvimento. O acesso impessoal ao capital era a condição ideal para promover a mudança estrutural e o desenvolvimento econômico.

Em São Paulo, a força motriz dessa virada foi a crise bancária de 1900. Ela introduziu tanto estresse no setor bancário – primeiro através das falências bancárias,

²⁹ Valores nominais e porcentagens vêm de SAES e SZMRECSÁNYI (1995).

e em seguida pela rápida entrada de bancos estrangeiros desconhecidos – que a capacidade das redes pessoais para fornecer as informações necessárias ao bom funcionamento das transações diminuiu. Diretores de empresas e seus investidores de ambos os lados da equação – banco e cliente – haviam sofrido anos difíceis nos momentos de crise, o que enfraqueceu seus relacionamentos. E conforme a literatura da Sociologia Econômica, quando as conexões pessoais deixam de funcionar, os agentes econômicos se voltam para outros meios de produção da confiança.³⁰ Em São Paulo, as listas de acionistas e diretores de empresas apontam para essa mesma direção. Depois de 1906, os bancos tinham muito menos probabilidade de formar laços personalistas com outras empresas do que na época anterior. A incidência de conexões sociais entre empresas caiu de cerca de um em cada três diretores para aproximadamente um em seis; e o declínio em conexões com os bancos foi mais dramático ainda. Antes da crise bancária, a conexão mais frequente entre duas empresas teria sido entre um banco e uma empresa não bancária, porque os empresários procuravam ter alguma ligação direta e pessoal com uma instituição financeira. Depois da crise, os empresários passaram a procurar ligações com empresas no seu próprio setor econômico. Apenas um quarto de todas as ligações interempresas envolviam um banco, pois os empresários brasileiros se voltaram para novas formas institucionais de confiança.

Implicações para o desenvolvimento econômico

Entre 1856, quando o primeiro banco foi formado em São Paulo, e 1889, quando o Império caiu e veio a República, nove bancos foram fundados como sociedades anônimas. Oito deles eram bancos comerciais dedicados à criação de crédito de curto prazo pelo desconto de letras de câmbio e empréstimo de dinheiro a prazos de doze meses ou menos. Bancos dedicados ao crédito a curto prazo, embora não particularmente propícios à mudança estrutural por terem um horizonte pouco adequado ao investimento, melhoraram a eficiência da economia de São Paulo ao facilitar a circulação de bens e serviços. As letras de câmbio padronizadas e protegidas no Código Comercial de 1850 tinham sido a pedra fundamental das finanças pessoais no Brasil, e compuseram uma parte importante do negócio bancário de São Paulo sob o Império. Letras de câmbio, notas promissórias e créditos comerciais foram responsáveis pela maior parte da atividade bancária até a década de 1880.

Esse é um resultado surpreendente. Agricultores que teoricamente dependiam de crédito a longo prazo para expandir sua produção de café estavam investindo em instituições bancárias comerciais dedicadas ao crédito de curto prazo. É possível que os fazendeiros simplesmente trocassem os antigos arranjos de crédito pessoal pelas novas condições de crédito institucionais, escolhendo operar dentro do ciclo tradicional de crédito descrito anteriormente. É mais provável, no entanto, que fazendeiros/banqueiros preferissem práticas bancárias tradicionais, pois entendiam melhor do que ninguém o

³⁰ ZUCKER (1986). Sobre confiança e troca econômica, ver também os ensaios reunidos em COOK (2001) e RAUCH e CASELLA (2001).

risco dos empreendimentos agrícolas. A má qualidade da informação num ambiente produtivo de mudança rápida – como na economia paulista, que estava experimentando uma expansão recorde, ao mesmo tempo em que trocava de regime de trabalho –, tornava muito difícil julgar o potencial de projetos agrícolas. Os proprietários, então, viram o setor bancário não tanto como um setor que poderia inovar na oferta de crédito, e sim como um investimento alternativo e seguro para seu excedente de capital.³¹

Mesmo assim, progressos significativos para a intermediação financeira formal foram feitos em São Paulo sob o Império. Importados do Rio de Janeiro e adotados em São Paulo, os acordos financeiros entre comissários e fazendeiros tornaram-se cada vez mais inadequados, por causa do rápido crescimento na produção de café e da mudança na força de trabalho. No início dos anos 1880, essas mudanças evidenciaram a importância da evolução do sistema de arranjos financeiros pessoais para acordos cada vez mais institucionalizados, em benefício da economia de São Paulo. Apesar do ambiente regulatório tornar arriscado o investimento em sociedades anônimas, vários bancos novos foram fundados a partir da venda de ações. Essa é uma clara indicação de que a demanda por serviços bancários era grande o suficiente para prometer bons retornos aos investidores. Como resultado, o acesso ao crédito se abriu a uma parcela considerável da população, que não estava envolvida no comércio internacional. A formação de um banco hipotecário para fornecer empréstimos de longo prazo para o desenvolvimento da economia rural e urbana, graças à garantia de juros pelo governo paulista, concluiu essa fase inicial de formação institucional formal. No fim do Império, em 1889, São Paulo tinha desenvolvido um setor financeiro mais apto a atender essa economia em expansão.

As reformas que revolucionaram o ambiente de negócios em 1890 foram feitas para promover o desenvolvimento econômico nacional, facilitando a formação de empresas novas por um lado, e a criação de bancos universais, por outro. As reformas tiveram sucesso na primeira instância, mas falharam na segunda. O banco universal não foi amplamente adotado, além de que não era rentável. Apesar dos esforços do governo para promover esse tipo específico de banco, os banqueiros, após 1890, continuaram com a prática que tinha sido bem sucedida: oferecer crédito comercial. A predominância dos bancos comerciais em São Paulo foi produto de incertezas evidentes na economia brasileira ao longo da sua história, mas especialmente presentes na década de 1890. A mudança de regimes políticos e de políticas econômicas tornou o empréstimo a longo prazo muito arriscado. Ao limitar o crédito para curto prazo, os banqueiros podiam monitorar o desempenho de seus clientes semestre por semestre. Isso permitia que os bancos pudessem liquidar com facilidade uma posição potencialmente ruim. Essa estratégia originária das relações altamente pessoais da época das finanças informais foi bem sucedida, gerando altos lucros para as empresas e bons retornos ao investimento dos acionistas. Os banqueiros que, durante o Império, contavam com a reputação pessoal dos clientes como seguro, passaram a colocar membros de suas diretorias nos

31 Essa hipótese é confirmada pela análise de lucratividade discutida em HANLEY (2005, cap. 5).

conselhos de empresas não bancárias pela mesma razão. Eles usavam essas relações como fonte de informação para reduzir riscos.

A transição final da intermediação financeira pessoal para a impessoal teve resultado positivo, num período bastante difícil para as instituições bancárias domésticas. As reformas republicanas que tanto fizeram para promover a formação de novos negócios também tinham dado a banqueiros nacionais uma oportunidade de aumentar sua posição no mercado contra seus concorrentes estrangeiros. Entre essas dezenas de novos bancos nacionais, muitos manifestaram interesse numa clientela urbana, enquanto os bancos regionais se formaram para servir os clientes das cidades menores de São Paulo. Os bancos domésticos ampliaram seus serviços para além do crédito a curto prazo tradicional. Passaram a oferecer crédito a médio prazo sob penhor hipotecário, e a investir em empresas não bancárias, assumindo riscos para acomodar as necessidades de crédito de uma economia cada vez mais urbana e diversificada.

A capacidade de financiamento através de ações e depósitos locais foi tanto um triunfo da economia cafeeira quanto o calcanhar de Aquiles do sistema bancário de São Paulo. A quantidade de recursos disponíveis empregados no sistema produtivo atesta a grande riqueza gerada pelo café, e pelo seu comércio. Na década de 1890, os banqueiros brasileiros correram mais riscos do que os estrangeiros, em resposta às necessidades complexas de crédito de uma economia em processo de rápido crescimento e diversificação. Esses riscos, porém, foram exacerbados pelas características do sistema bancário de São Paulo, composto por bancos de unidade. Quando a economia se retraiu, muitos bancos foram apanhados com pouco dinheiro em caixa e com ativos ilíquidos nos balanços. Esses bancos foram destroçados. As quebras permitiram que os bancos estrangeiros, mais conservadores, capturassem uma parcela crescente do mercado de crédito paulista. Além disso, deixaram o setor bancário doméstico nas mãos de um punhado de grandes bancos nacionais.

O legado mais importante da crise bancária, do ponto de vista da formação de empresas nacionais e desenvolvimento econômico, foi o predomínio do crédito a curto prazo. Os bancos domésticos falidos eram as instituições que atuavam de forma mais agressiva em seus empréstimos; alguns ofereciam crédito a médio prazo destinado ao desenvolvimento imobiliário; outros investiam em ações e títulos de entidades regionais. O maior banco comercial doméstico que sobreviveu à crise, o Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, continuou a investir em ações e títulos. Já o novo Banco de Crédito Agrícola e Hipotecário de São Paulo passou a oferecer novos empréstimos hipotecários, que chegaram a ser responsáveis por quase 17% do crédito bancário oferecido por bancos domésticos paulistas.³² Mas os outros dois bancos locais, o Banco de São Paulo e Banco Comercial do Estado de São Paulo, só emprestavam seus recursos a curto prazo; os bancos estrangeiros, sempre comerciais – portanto, empregando dinheiro a curto prazo –, ofereciam a maioria do crédito no Estado. Com a

³² HANLEY (2005, cap. 5). Este montante de crédito inclui tanto o de longo prazo quanto o de curto prazo, mas depois de 1917 esse banco passou a enfatizar o crédito a curto prazo.

consolidação pós-crise e com o domínio avassalador dos bancos estrangeiros em São Paulo, veio o triunfo do crédito a curto prazo conservador.

Os bancos domésticos que sobreviveram à crise de 1900 controlavam uma parcela muito menor do mercado financeiro. Entretanto, eles também se transformaram. Adotaram a rede por filiais para contar com mais estabilidade em tempos de crise. Mais importante para o desenvolvimento econômico foi o fato de que esses bancos concluíram uma transição. De organizações altamente personalistas – que contavam com diretores comuns às empresas, para amenizar os riscos numa era marcada por tumulto político e econômico –, eles se tornaram instituições impessoais, nas quais esses laços de longa data aparentemente já não importavam mais. Isto significou uma maturação que, em outros casos observados na História, foi importante para o crescimento sustentado e a diversificação estrutural. A transição do relacionamento pessoal para as instituições impessoais, tão crítica para o desenvolvimento econômico, foi o "lado bom" de uma crise bancária devastadora, que, aparentemente, desfez muitos dos avanços no financiamento nacional da era republicana.

Referências

Fontes Manuscritas

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Coleções “Bancos”. Número de ordem 2138: 1865-1884. Número de ordem 2139: 1885-1887. Número de ordem 2140: 1888-1889. Número de ordem 2141: 1890-1891. Arquivo do Estado de São Paulo. Seção de Manuscritos.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA ELETROPAULO. São Paulo, Brasil. Manuscritos.

“Companhia Água e Luz,” 1890-1901.

“Companhia Viação Paulista,” 1890-1900.

Fontes Impressas

A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO. São Paulo, 1890-1889

BALMORI, Diana; VOSS, Stuart F.; WORTMAN, Miles. *Notable Family Networks in Latin America*. Chicago: University of Chicago Press, 1984.

BIRCHAL, Sérgio de Oliveira. *Entrepreneurship in Nineteenth-Century Brazil: The Formation of a Business Environment*. New York: St. Martin's Press, 1999.

BOVESPA. *Uma história centenária/ A Centennial History*. São Paulo, 1990.

BRASIL. *Coleção de Leis e Decretos, 1849-1920*. Rio de Janeiro, 1939.

CALOMIRIS, Charles W. The Costs of Rejecting Universal Banking: American Finance in the German Mirror, 1870-1914. In: LAMOREAUX, Naomi R.; RAFF, Daniel M.G. (Ed.). *Coordination and Information: Historical Perspectives on the Organization of Enterprise*. Chicago: University of Chicago Press; NBER, 1995.

CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981. (2 volumes).

CANALS, Jordi. *Universal Banking: International Comparisons and Theoretical Perspectives*. New York: Oxford University Press, 1997.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz Editora, 1981.

CASTRO, Ana Célia. *As empresas estrangeiras no Brasil, 1860-1913*. Rio de Janeiro: Zahars, 1978.

COLLINS, Michael. *Banks and industrial finance in Britain, 1800-1939*. New York: Cambridge University Press and the Economic History Society, 1991.

COMPANHIA ITUANA DE ESTRADAS DE FERRO. *Relatórios*. São Paulo, 1871-74, 1876-81, 1883, 1886-90.

COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO. *Relatórios*. São Paulo, 1874, 1877-79, 1882, 1884-88, 1891, 1893-1920.

COMPANHIA PAULISTA DE ESTRADAS DE FERRO. *Relatórios*. São Paulo, 1870-89, 1891-98, 1900-20.

COMPANHIA UNIÃO SOROCABANA E ITUANA. *Relatórios*. São Paulo, 1897-98, 1900, 1902.

COOK, Karen (Ed.). *Trust in Society*: the Russel Sage Foundation Series on Trust. 2. v. New York: The Russel Sage Foundation, 2001.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 1856-1900.

COTTRELL, P. L. *Industrial Finance, 1840-1914*: The finance and organization of the English manufacturing industry. London: Methuen & Co., 1979.

DEAN, Warren. *The Industrialization of São Paulo, 1880-1945*. Austin: University of Texas Press, 1969.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 1890-1920.

DIÁRIO POPULAR. São Paulo, 1890-1900.

ESTRADA DE FERRO SOROCABANA. *Relatórios*. São Paulo, 1872, 1874, 1876-78, 1882.

FOHLIN, Caroline. Universal Banking in Pre-World War I Germany: Model or Myth? *Explorations in Economic History*, Amsterdam, v. 36, p. 305-343, 1999.

GREMAUD, Amaury Patrick; SAES, Flávio Azevedo Marques de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas S.A., 1997.

HANLEY, Anne G. *Native Capital*: Financial Institutions and Economic Development in São Paulo, Brazil, 1850-1920. Redwood City: Stanford University Press, 2005.

_____. Is It Who You Know? Entrepreneurs and Bankers in São Paulo, Brazil, at the Turn of the Twentieth Century. *Enterprise and Society*, v. 5, n. 2, jun. 2004.

LAMOREAUX, Naomi R. Information Problems and Banks' Specialization in Short-Term Lending: New England in the Nineteenth Century. In: TEMIN, Peter (Ed.). *Inside the Business Enterprise*: Historical Perspectives on the Use of Information. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

LEVI, Darrell E. *The Prados of São Paulo, Brazil*: An Elite Family and Social Change, 1840-1930. Athens, GA: University of Georgia Press, 1987.

MARCONDES, Renato Leite; HANLEY, Anne G. Bancos na transição republicana em São Paulo: o financiamento hipotecário (1888-1901). *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 103-131, mar. 2010.

MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza*: São Paulo, 1845-1895. São Paulo: Editora Hucitec, 1985.

MELLO, Zélia Maria Cardoso de; SAES, Flávio Azevedo Marques de. Economia urbana em São Paulo (1850-1930). *Working Paper*, São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, Universidade de São Paulo, n. 9/84, 1984.

MUSACCHIO, Aldo. *Experiments in Financial Democracy*: Corporate Governance and Financial Development in Brazil, 1882-1950. New York: Cambridge University Press, 2009.

O ESTADO DE SÃO PAULO, 1890-1920.

PANG, Eul-Soo. *In Pursuit of Honor and Power*: Noblemen of the Southern Cross in Nineteenth-Century Brazil. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 1988.

PELÁEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. *História monetária do Brasil*: análise da política, comportamento e instituições monetárias. Rio de Janeiro: IPEA; INPES, 1976.

RAUCH, James E.; CASSELA, Alessandra (Ed.). *Networks and Markets*. New York: The Russell Sage Foundation, 2001.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista*: 1850-1930. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.

_____. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1986.

SAES, Flávio Azevedo Marques de; MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Principais características e fatores condicionantes da dinâmica da economia paulista entre 1850 e 1930*. Relatório final de pesquisa apresentado ao Programa Nacional de Pesquisa Econômica, Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, 1984.

SAES, Flávio A. M. de; ZMRECSÁNYI, Támas. El Papel de Los Bancos Extranjeros en la Industrialización Inicial de São Paulo. In: MARICHAL, Carlos (Ed.). *Las Inversiones Extranjeras en América Latina, 1850-1930*: Nuevos debates y problemas en historia económica comparada. Ciudad de Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1995.

SÃO PAULO. *Coleção de leis e posturas municipais promulgadas pela Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo no ano de 1881*. São Paulo: Typographia da “Tribunal Liberal”, 1881.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira*: origem e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SWEIGART, Joseph. *Financing and Marketing Brazilian Export Agriculture*: The Coffee Factors of Rio de Janeiro, 1850-1888. Ph.D. Dissertation, University of Texas at Austin, 1980.

SZMRECSÁNYI, Tamas. *Origens e Consequências do Funding Loan de 1898*. Unpublished paper delivered to the VI International Congress of the Brazilian Studies Association, 2002.

TRINER, Gail D. *Banking and Economic Development: Brazil, 1889-1930*. New York: Palgrave, 2000.

WHITE, Eugene Nelson. *The Regulation and Reform of the American Banking System, 1900-1929*. Princeton: Princeton University Press, 1983.

ZUCKER, Lynne G. Production of Trust: Institutional Sources of Economic Structure, 1840-1920. *Research in Organizational Behavior*, v. 8, p. 53-111, 1986.

Capitalismo, escravidão e a economia cafeeira do Brasil no longo século

XIX¹

Rafael de Bivar Marquese

Doutor e Livre-Docente em História da América Colonial, professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo desde 2003. Pesquisador do CNPq. Autor, entre outros, de *Administração & Escravidão* (Hucitec, 1999) e *Feitores do Corpo, Missionários da Mente* (Companhia das Letras, 2004).

Eric Williams e a historiografia sobre a escravidão brasileira

A publicação de *Capitalism & Slavery* foi contemporânea ao aparecimento de uma obra canônica para a compreensão do passado brasileiro. Com efeito, apenas dois anos antes da edição do livro de Eric Williams, veio a lume *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr. Não obstante suas diferenças, ambos os livros apresentavam vários pontos em comum: a importância conferida às economias das regiões tropicais do Novo Mundo para a formação do capitalismo europeu; o peso decisivo da escravidão negra em tais regiões; os impactos negativos da herança colonial escravista para as formações nacionais no Caribe e na América Latina. As convergências entre as perspectivas de Williams e Prado Jr. podem ser aquilatadas pelo trabalho pioneiro de Alice P. Canabrava sobre a indústria açucareira antilhana na primeira metade do século XVIII. Finalizada em 1945 – sem tempo hábil, portanto, para tomar ciência de *Capitalism & Slavery* – a tese de Canabrava se aproximava notavelmente das conclusões a que havia chegado Eric Williams, valendo-se para tanto do modelo analítico de Caio Prado Jr. e da prática de uma história econômica associada, naquele momento, à primeira geração da Escola dos *Annales*.²

Não é surpreendente, assim, a recepção positiva que a obra de Williams encontrou nas ciências sociais brasileiras a partir de fins da década de 1950. Esse impacto se prolongou por duas décadas. *Capitalism & Slavery* foi relevante tanto para Celso Furtado, economista filiado ao pensamento da CEPAL, como para o grupo de sociólogos da Universidade de São Paulo associado a Florestan Fernandes e Roger Bastide, que dele se utilizaram para reavaliar e criticar teses consagradas sobre a democracia racial brasileira (FURTADO, 2009; FERNANDES; BASTIDE, 1955). A perspectiva analítica de Williams, enfim, casava-se bem com uma tradição que vinha ganhando corpo no Brasil

¹ Este artigo faz parte de um projeto mais amplo financiado pelo CNPq, e foi originalmente apresentado à Conferência Internacional *New Perspectives on the Life and Work of Eric Williams*, realizada em setembro de 2011 no St. Catherine's College, Oxford University, Inglaterra. Também o discuti em seminários realizados no Departamento de História da Unifesp (setembro de 2011) e na UFPR (Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em História/Linha de Pesquisa Espaço & Sociabilidades, novembro de 2012). Agradeço os comentários e as críticas expostos por meus colegas nessas ocasiões, bem como os comentários e sugestões dos companheiros da *Second Slavery Research Network*.

² Cf. WILLIAMS (1944); PRADO Jr. (1942); e CANABRAVA (1981). Essas notas introdutórias retomam a apresentação de uma recente reedição do livro, de 2012.

e na América Latina em geral, e que logo desembocaria na Teoria da Dependência. O melhor exemplo disto está na tese de doutorado de Fernando Henrique Cardoso, ex-aluno de Fernandes: seu enquadramento para compreender o problema da transição da escravidão para o capitalismo na economia pecuarista do Rio Grande do Sul – um dos pontos de partida de suas posteriores investidas sobre o problema da dependência na América Latina – escorou-se inteiramente nos pressupostos do livro de Eric Williams (CARDOSO, 1962; CARDOSO; FALETTI, 1969).

Os trabalhos que mais se valeram do esquema interpretativo de Eric Williams foram elaborados por historiadores igualmente vinculados à Universidade de São Paulo. Dois desses trabalhos tornaram-se matriciais para a historiografia brasileira, referências obrigatórias em seus respectivos domínios. O primeiro foi a tese de livre-docência de Emilia Viotti da Costa, de 1964, tratando da crise da ordem escravista nas regiões cafeeiras do Centro-sul do Brasil; o segundo foi a tese de doutorado de Fernando Novais, de 1973, que examinou a crise do colonialismo português na América na virada do século XVIII para o XIX (COSTA, 1989; NOVAIS, 1979).

O livro de Viotti da Costa é o que nos interessa de perto. Com base em uma vasta pesquisa sobre a escravidão negra nas províncias cafeeiras do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de São Paulo ao longo do século XIX, em que dava conta das múltiplas dimensões econômicas, sociais, políticas e ideológicas do fenômeno, Emilia Viotti da Costa ofereceu um tratamento sofisticado da abolição da escravidão no Brasil. No livro, o evento foi compreendido “como resultado de um processo de longa duração que envolveu mudanças estruturais, situações conjunturais e uma sucessão de episódios que culminaram na Lei Áurea”. Nessa perspectiva, o exame do movimento abolicionista e da ação escrava, decisivos para o término da instituição, foi articulado à análise das transformações que criaram as possibilidades para a vitória de 1888: o fechamento do tráfico transatlântico de escravos, em 1850; as primeiras experiências com trabalho livre; a montagem do tráfico interprovincial; a ladinização da população escrava; o avanço da cafeicultura para novas áreas de fronteira do Oeste de São Paulo; o impacto das ferrovias sobre a economia cafeeira, que trouxe racionalização dos meios de transporte, estímulo às novas atividades econômicas e à urbanização, e que criou novas possibilidades para o emprego do trabalho livre; a crescente cisão nas classes senhoriais, polarizando os fazendeiros das áreas mais antigas do Vale do Paraíba (profundamente apegados à escravidão) e os das áreas pioneiras (menos compromissados com ela). O esquema analítico de Viotti da Costa, como se pode perceber, partilhava integralmente o quadro geral de interpretação de Eric Williams a respeito da “contradição entre desenvolvimento capitalista e escravidão” (COSTA, 1989, p. 28 e 30).

Nos anos seguintes à sua publicação, a interpretação que Emilia Viotti da Costa expôs em *Da Senzala à Colônia* obteve grande ressonância. A contraposição entre os fazendeiros do Vale do Paraíba e os do Oeste de São Paulo, por exemplo, foi incorporada por Eugene Genovese em sua análise comparada sobre os sistemas escravistas americanos; por Robert Toplin, em seu livro sobre a abolição da escravidão

no Brasil; e por Warren Dean, em sua monografia sobre o município cafeeiro de Rio Claro. Em outro registro, o ensaio de João Manoel Cardoso de Mello sobre o “capitalismo tardio” brasileiro valeu-se amplamente dos delineamentos de Williams. Mesmo os historiadores que procuraram, nos anos 1970, dar consistência teórica ao conceito de modo de produção escravista colonial, portanto sendo críticos do modelo, não deixaram de reconhecer em seu trabalho – e nos trabalhos que, a exemplo de Novais e Viotti, seguiram-no de perto – as marcas da referência fundadora.³

Mas com o avanço da *New Economic History*, o tipo de análise que Eric Williams propusera em 1944 paulatinamente perdeu espaço. Ainda na segunda metade da década de 1970, os trabalhos inovadores de Pedro Carvalho de Mello e Robert Slenes reviram muitos dos pressupostos que haviam norteado a historiografia sobre a escravidão brasileira do século XIX inspirada em *Capitalism & Slavery*. Com as lentes voltadas ao período posterior à abolição do tráfico negreiro transatlântico, Mello e Slenes demonstraram a lógica econômica do investimento em escravos nas fazendas de café do Centro-sul do Brasil até a década de 1880; apontaram para a inexistência de uma contraposição essencial entre a mentalidade empresarial dos senhores de escravos do Vale do Paraíba e a dos fazendeiros do Oeste de São Paulo; e, acima de tudo, argumentaram que os fundamentos da crise da escravidão brasileira deveriam ser buscados não no avanço das forças produtivas do capitalismo, mas, antes, na perda de legitimidade política da instituição em razão da pressão abolicionista.⁴

Para aferir o peso do abolicionismo, a perspectiva analítica escorada nos pressupostos teórico-metodológicos da *New Economic History* o tratou como “fator exógeno” à esfera econômica, cindindo assim o que, na análise de Emilia Viotti da Costa, constituía uma unidade contraditória. Viotti procurou responder ao desafio da revisão historiográfica dos anos 1970 em um longo prefácio à segunda edição de seu livro, em que respondia às críticas endereçadas a ele.⁵ No entanto, em que pese tal esforço, o tema foi dado por resolvido após a década de 1980, tornando-se corrente a avaliação de que os achados da *New Economic History* representavam última e definitiva palavra a respeito da natureza das forças econômicas na crise da escravidão brasileira.⁶ Não deixa de ser irônico que, no exato momento em que a história econômica perdia espaço para a história social e a história cultural nos ambientes acadêmicos internacionais, no caso

3 GENOVESE (1979); TOPLIN (1975); CARDOSO DE MELLO (2009). Sobre os trabalhos que esposam o conceito de modo de produção, ver CARDOSO (1975 e 1979); GORENDER (1985); e o debate editado por LAPA (1980).

4 Ver, desses dois historiadores, os seguintes trabalhos: SLENES (1976 e 1986); MELLO (1977, 1992, p. 629-646); e MELLO e SLENES (1980, p. 89-122).

5 A expressão “fator exógeno” é de MELLO (1978, p. 19-67, p. 26-28). Nas palavras de Emilia Viotti (*Da Senzala à Colônia*, prefácio à 2ª edição, p. 30), “partindo do pressuposto de que são os homens (e não as estruturas) que fazem a história, se bem que a façam dentro de condições determinadas, procurei analisar o processo [de crise da escravidão] nos vários níveis: o econômico, o social, o político e o ideológico, reconhecendo que, embora esses níveis tenham uma relativa autonomia e uma dinâmica que lhes é própria (não sendo possível, por exemplo, reduzir o ideológico ou o político ao econômico), todos eles estão profundamente inter-relacionados”.

6 Avaliação reafirmada no recente artigo de síntese de SLENES (2010, p. 124).

específico da historiografia sobre a crise da escravidão brasileira os próprios avanços da primeira (história econômica) tenham estimulado o desenvolvimento das outras duas (história social e cultural): denominada por Slenes como “um novo ‘paradigma’, ou linguagem teórica”, tal “revolução historiográfica” se assentou “na substituição de uma visão ‘economicista’, segundo a qual o escravismo definha com o surgimento do capitalismo, por outra ‘política’; economicamente vigoroso, o escravismo é agora destruído por uma luta entre sujeitos historicamente constituídos.” (SLENES, 2005, p. 17-18).

Tomado por esse “novo ‘paradigma’, ou linguagem teórica”, como uma categoria abstrata, incapaz de conferir inteligibilidade a processos vividos por sujeitos de carne e osso, o conceito de capitalismo acabou por ser abandonado, nas últimas duas décadas, pelos historiadores que escreveram sobre o passado escravista brasileiro.⁷ Temas como os padrões culturais de escravos e afrodescendentes livres, a resistência escrava, o imaginário sobre o negro, o trabalhador nacional e o imigrante, ou, então, as lutas jurídicas e políticas em torno da legitimidade da escravidão passaram a ocupar o primeiro plano da atenção dos especialistas. A despeito dos inegáveis méritos dessa historiografia, cuja contribuição para o melhor entendimento da história da escravidão no Brasil é definitiva, ela conduziu a um descaso como os processos históricos de longa duração e os quadros globais mais amplos nos quais se inscreveu o sistema escravista brasileiro. Adotando uma concepção de história que a encara como um vasto campo de indeterminação resultante de múltiplas agências locais equivalentes, os historiadores que trataram a crise da escravidão brasileira sob o prisma da história social e cultural acabaram por se aproximar, talvez de modo inadvertido, de alguns dos pressupostos teóricos da *New Economic History*, em especial seu individualismo metodológico.⁸

Voltar à proposta avançada originalmente por Eric Williams e por aqueles que, como Emilia Viotti da Costa, compartilharam seus pressupostos teóricos ainda pode render bons frutos. Para isso, no entanto, os limites de suas obras devem ser levados em conta, notadamente o descompasso que elas apresentam entre uma conceituação do capitalismo como um fenômeno nacional, confinado ao avanço da industrialização, do trabalho livre e do livre comércio britânicos, e uma concepção mais ampla da economia capitalista como um fenômeno transnacional, algo que seus próprios livros sugerem.⁹ Com efeito, ao longo de toda a segunda parte de *Capitalism & Slavery*, Williams ressaltou a estreita articulação da economia industrial britânica com a economia algodoeira escravista norte-americana, uma articulação que se estendia (em grau menor, claro, mas com implicações semelhantes) às economias escravistas de Cuba e

7 Para dois balanços historiográficos que esposam essa perspectiva, ver LARA (1995, p. 43-56); e CHALHOUB; SILVA (2009, p. 13-45).

8 Sobre o individualismo metodológico da nova história econômica e seu chão comum com certas variantes da história social e cultural, ver PIQUERAS (2008, p. 59-89); JOHNSON (2003, p. 113-24); TOMICH (2004, p. 3-31). Sobre o caso específico da historiografia da escravidão brasileira, ver WEINSTEIN (2001, p. 81-85).

9 Ver, a respeito, os comentários de TOMICH (2011, p. 303-16).

do Brasil. Se, por um lado, as forças da industrialização haviam destruído a escravidão nas possessões britânicas, por outro lado elas estimularam a expansão da escravidão negra nesses outros espaços. Nos termos de Williams, “o capitalismo britânico destruiu a escravidão nas Índias Ocidentais, mas continuava a prosperar com a escravidão no Brasil, em Cuba e nos Estados Unidos.” (WILLIAMS, 1994, p. 176).

O objetivo do artigo é explorar as descontinuidades das relações entre a economia-mundo capitalista e a escravidão negra nas Américas a partir do exame da economia do café no longo século XIX. O foco do debate sobre a “dupla tese” de Eric Williams sempre recaiu no Império Britânico e no açúcar. O procedimento continua a imperar. Basta lembrarmos o livro recente de David Beck Ryden (2009) sobre a abolição do tráfico britânico, que retoma a validade geral da tese dois de Williams, concentrando-se no exame da economia britânica. Mesmo no livro de Joseph Inikori (2002), que alargou o escopo da discussão sobre a tese um ao tratar o conjunto do comércio internacional da Europa entre o século XVI e o XIX, as maiores atenções incidem sobre trocas e produção dentro do universo inglês.

São duas as razões para deslocar o foco para o café e, por extensão, para o Brasil. A primeira é de que se trata de um tema e de um espaço praticamente ignorados nos principais debates internacionais sobre as teses de Eric Williams e as relações históricas entre capitalismo e escravidão. A segunda razão é mais relevante e se reporta à centralidade da economia cafeeira para a escravidão brasileira e para a economia-mundo no século XIX. O Sul dos Estados Unidos e o Brasil foram as duas maiores sociedades escravistas do hemisfério americano. O tráfico transatlântico negreiro para o Brasil entre as décadas de 1820 e 1840, sobretudo no período de 1835 a 1850, foi o mais intenso da história do infame comércio para as Américas, estando diretamente articulado à montagem da economia cafeeira brasileira. Ainda que o Brasil não se resumisse aos cafezais do Vale do Paraíba, eles representaram o principal esteio da economia do Império brasileiro, e promoveram, igualmente, a profunda transformação no mercado mundial do artigo. Entre 1790 e 1888, isto é, do início da Revolução de Saint-Domingue (atual Haiti) à abolição da escravidão no Brasil, a produção mundial de café aumentou dez vezes. Até 1790, a colônia francesa produzia cerca de 50% do café mundial, sendo seguida de longe pelas colônias holandesas do Suriname e de Java. Na esteira da revolução escrava, apareceram no mercado novos produtores do artigo em larga escala, como Jamaica e Cuba. As posições que iriam vigorar durante todo o século XIX foram logo decididas: em 1830, o Brasil passou a dominar de forma incontestada a produção mundial de café, secundado apenas por Java. Essa polarização perdurou sem questionamentos até a década de 1880, quando vários países latino-americanos (Colômbia, Guatemala, Costa Rica, México) entraram no mercado mundial, sem, contudo, ameaçarem o lugar do Brasil. Por fim, vale destacar como a passagem da liderança da produção de café, de Saint-Domingue para o Brasil, envolveu modificações substantivas nos padrões de exploração da força de trabalho. Na colônia francesa havia, em 1790, cerca de 158 mil escravos trabalhando em suas *plantations* cafeeiras,

que produziram naquele ano cerca de 34.500 toneladas métricas.¹⁰ Quase cem anos depois, o agrônomo holandês C.F. van Delden Laërne estimou que 284 mil escravos trabalhavam nas fazendas de café das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, produzindo, no entanto, perto de 350 mil toneladas métricas (1885, p. 119-24). Ou seja, enquanto em Saint-Domingue obtinha-se 0.22 toneladas métricas/ano por escravo, no Brasil essa proporção era de 1.23, uma produtividade, portanto, quase seis vezes maior.

Eis meu argumento: no período de 1790 a 1888, é possível identificar três momentos distintos na relação entre a economia-mundo capitalista e a produção escravista de café, nos quais as interações entre forças globais e forças locais passaram por transformações substantivas. O primeiro momento (décadas de 1790 a 1820) foi marcado pela crise da economia cafeeira construída na base caribenha durante o século XVIII; o segundo momento (décadas de 1820 a 1860) testemunhou o arranque do complexo cafeeiro no Brasil, diretamente conectado à consolidação da nova ordem industrial no Atlântico Norte; o terceiro momento foi deslanchado pela crise da economia escravista cafeeira brasileira, resultante da Guerra Civil norte-americana (1861-1865) e da reorganização da economia-mundo capitalista durante a chamada Grande Depressão (1873-1896). Para analisar esses movimentos, pretendo seguir a proposta de Antonio Barros de Castro, que compreende a lavoura do café “em três tempos e três espaços”:

[...] a característica que não apenas diferencia profundamente o chamado ciclo cafeeiro, como constitui, a nosso ver, uma chave para a interpretação do significado desta lavoura na história econômica brasileira, é sua marcante “mobilidade”. O café foi, entre nós, uma “cultura itinerante”. Na expansão como na crise, devemos analisá-la como uma atividade em movimento. Dada esta característica, a lavoura em expansão compreendia: uma faixa ou zona pioneira, onde o café está penetrando; uma região em que ele se encontra consolidado e plenamente produtivo; uma região decadente, onde a cultura se encontra em regressão. (CASTRO, 1971, v. II, p. 60-61).¹¹

Em cada um dos momentos acima assinalados, observam-se relações específicas entre as zonas pioneiras, as zonas maduras e as zonas decadentes na arena mundial, que muito iluminam as dinâmicas contraditórias entre os ritmos da economia-mundo capitalista e a produção escravista de café.

Do Caribe ao Vale do Paraíba

Comparada com outros artigos tropicais como o açúcar e o tabaco, a produção em larga escala de café sob o comando europeu para abastecimento dos mercados consumidores metropolitanos foi uma criação relativamente tardia. Dos primeiros contatos dos europeus com a bebida, em fins do século XVI e inícios do século XVII, à

¹⁰ Estimativa obtida a partir de dados colhidos nos trabalhos de DUBOIS (2004, p. 24-28) e GEGGUS (1993, p. 76).

¹¹ Castro também sugere, em outro texto, que seu modelo dos três tempos inspirou-se na análise de Eric Williams sobre a “lei da produção escrava” (1984, p. 46). Um trabalho que se aproxima do que propõe Castro – tratando neste caso da mobilidade espacial da lavoura algodoeira nos Estados Unidos – é o de WRIGHT (1978 e 1987).

implantação dos cafezais na Indonésia (pelos holandeses) e na América (por franceses e holandeses) entre 1690-1730, a oferta coube exclusivamente aos produtores árabes do Iêmen. Quando, após a década de 1730, as potências europeias conseguiram montar bases cafeeiras permanentes em regiões vizinhas ao Índico e ao Atlântico, o complexo econômico da mercadoria passou a ser regulado pelo sistema mercantilista. Seus resultados para as metrópoles do noroeste europeu, no entanto, foram desiguais. A França foi, no século XVIII, a maior beneficiária dele, convertendo-se no centro da economia cafeeira mundial; no que se refere à Inglaterra, a política adotada pela *East Indian Company* tornou o mercado britânico de bebidas estimulantes cativo do chá embarcado em Cantão, ao passo que a produção holandesa de café em Java foi constricta pela ação monopolista da V.O.C., que a tratou durante todo esse período como especiaria, não como artigo a ser distribuído em larga escala.¹²

A produção da América não demorou a suplantar a da Ásia. Em que pese a relevância do Suriname, as possessões francesas no Caribe foram as que se destacaram como zonas cafeeiras no período compreendido entre 1730 e 1790. Houve nelas uma relativa complementaridade entre as áreas açucareiras, que ocupavam terras baixas, planícies e fundos de vales, e as áreas cafeeiras, montadas nas terras altas, mais adequadas aos arbustos do café. Essa conjugação encontrou solo perfeito em Saint-Domingue, sobretudo após a Guerra dos Sete Anos (1755-1763). Como se pode ler na **Tabela 1**, que sumaria o desempenho dos maiores produtores mundiais entre 1755 e 1790, no início do conflito a Martinica se encontrava à frente dos demais competidores, mas, logo ao término dele, tanto o Suriname como Saint-Domingue tomaram a dianteira. Rapidamente, no entanto, Saint-Domingue descolou-se do Suriname, convertendo-se na principal zona de fronteira do café. Na década que se seguiu à Guerra dos Sete Anos, sua produção triplicou. Um novo salto se deu na década de 1780, para o que certamente contribuiu o incremento do tráfico transatlântico de escravos para a colônia, com cerca de 222 mil africanos desembarcados somente entre 1784-1790.¹³ Tal como o açúcar, a pujante produção de café de Saint-Domingue permitiu à França manter um lucrativo comércio de reexportação, estruturado em torno dos portos de Nantes, Bordeaux e Marselha. Os consumidores do artigo francês eram representados, em grande parte, pelas camadas endinheiradas do norte da Europa, e, para tanto, Amsterdã desempenhava importante papel como ponto de entroncamento na distribuição para aqueles mercados (TROUILLOT, 1982, p. 331-388; BRAUDEL, 2005, p. 231).

¹² Cf. TUCHSCHERER (2003); SMITH (1996, p. 183-214); COWAN (2005, p. 75-77); ELSON (1994, p. 24-5); CLARENCE-SMITH (1994, p. 241-264); ARRIGHI, BARR & HISEADA (2001, p. 117).

¹³ Todos os dados aqui citados sobre o tráfico transatlântico de escravos foram retirados de www.slavevoyages.org.

Tabela 1: Produção de café em toneladas métricas, 1755-1790

	Java	Suriname	Saint-Domingue	Martinica	Jamaica
1755	1.512	2.423	3.150	5.517 (1753)	46
1764	1.731	6.160	6.750	3.157 (1765)	113
1774	2.284	7.615	18.000	6.771	585
1790	1.678	5.143	34.650	4.404	1.035

Fontes: **Java/Suriname**: SAMPER; FERNANDO (2003, p. 412); **Saint-Domingue**: TROUILLOT (1982, p. 337); **Martinica**: MAY (1972) (estatísticas para 1753, 1765, 1774); GONZÁLEZ FERNÁNDEZ (1989, p. 151-176, p. 153) (estatística para 1790); **Jamaica**: SMITH (1998, p. 68-89, p. 71-73).

A revolução escrava iniciada em 1791 no norte de Saint-Domingue, e que culminaria, em 1804, na declaração de independência do Haiti, alterou por completo a composição da economia mundial do café. Em uma conjuntura de curva ascendente de consumo, a retirada brusca de Saint-Domingue do mercado rapidamente impactou as demais zonas cafeeiras mundiais. De início, foram as Antilhas britânicas quem mais se aproveitaram desse vácuo, sobressaindo-se a Jamaica, até então produtora marginal. Valendo-se de terras não utilizadas para a cultura da cana no interior da ilha, sua produção saltou para 6 mil toneladas nos anos finais do século XVIII, atingindo, em 1808, o pico histórico de 13.500 toneladas. Demerara, incorporada ao Império britânico no curso dos conflitos inaugurados pela Revolução Francesa, também verificou notável salto em sua produção de café. Em 1810, chegou a 8.640 toneladas métricas, volume máximo obtido durante a vigência da escravidão.

Como ressalta Seymour Drescher (2004), “durante os quinze anos entre o começo das guerras anglo-francesas em 1793 e a abolição britânica do tráfico de escravos, o café foi o produto comercial que se expandiu mais rapidamente nas colônias britânicas”. Nos primeiros anos do século XIX, afirma ele, o montante produzido nas possessões britânicas teria se aproximado de metade da oferta mundial de café; contudo,

[...] o lugar da produção britânica no total da produção mundial diminuiu quase tão rapidamente como havia crescido. No período de 1821-1825, a participação das Índias Ocidentais britânicas no total combinado das exportações cubanas, brasileiras e caribenhas era de 37%. Em 1830, havia caído abaixo de 22%.

Segundo Drescher, a queda na produção britânica de café deveu-se basicamente à abolição do tráfico negreiro transatlântico para o Império britânico e à interdição legal do deslocamento de escravos entre suas diferentes colônias. Forçados a escolher em que atividade alocar uma força de trabalho decrescente e cada vez mais velha, os plantadores das Índias Ocidentais optaram pelo açúcar, cuja rentabilidade era maior que o café. Caso o tráfico negreiro permanecesse aberto, especula Drescher, possivelmente os britânicos seriam capazes de manter sua posição no mercado cafeeiro mundial (DRESCHER, 2004, p. 245-46).

A composição da oferta mundial após 1815, isto é, após a volta da paz ao Atlântico Norte, parece corroborar o argumento de Drescher. Na década de 1820 a Jamaica – ainda a maior produtora britânica – foi ultrapassada por Java, pelo Haiti independente (ambos zonas sem escravidão) e pelos novos produtores escravistas de Cuba e do Brasil. Até 1807, a produção cubana foi pequena, não atingindo a faixa de mil toneladas, mas o plantio em larga escala efetuado a partir de 1804 permitiu que, em 1810, esse número saltasse para 4.600 toneladas. Em 1821, chegou a 10 mil toneladas. Nessa altura, a produção cubana era equivalente à da Jamaica, sendo ambas superiores à javanesa. Na década de 1820, enquanto a produção jamaicana estacionou, a de Cuba e de Java cresceu de forma substantiva, a primeira mais que a segunda: a produção cubana triplicou entre 1822 e 1830, atingindo, em 1833, cifra próxima à de Saint-Domingue em 1790, isto é, cerca de 29.500 toneladas. Mais incrível, contudo, foi o que ocorreu com o Brasil: o volume de café exportado pelo país quadruplicou, indo de 13.500 toneladas, em 1821, para 67 mil toneladas, em 1833.¹⁴

Em uma primeira leitura, esses números sugerem que, sem o concurso do tráfico negreiro transatlântico, os produtores jamaicanos de fato não tinham como competir com brasileiros e cubanos. Porém, destaca-se o salto do Brasil em relação a Cuba na década de 1820, tanto mais notável se lembrarmos que, de acordo com o censo cubano de 1827, era empregada nos engenhos açucareiros daquela colônia uma força de trabalho equivalente à de suas fazendas de café, algo como 50 mil escravos em cada qual. Como entender o descolamento da cafeicultura brasileira em relação às suas competidoras caribenhas?

Neste ponto, é importante prestar atenção ao peso da variável ambiental, ou, noutros termos, a conformação da cafeicultura como uma atividade “em três tempos e três espaços”. Vejam-se, na **Tabela 2**, as estimativas de produtividade dos arbustos de café no Caribe e no Brasil em dois momentos distintos, isto é, na década de 1790, quando Saint-Domingue e Jamaica estavam na fronteira da mercadoria, e na década de 1820, quando esse lugar era ocupado por Cuba e pelo Brasil.

Tabela 2: Estimativa de produtividade dos cafeeiros por mil pés em arroba (@).

	Suriname	Saint-Domingue	Jamaica	Cuba	Brasil (Vale do Paraíba)
c.1790	45@ (c.1780)	31@	33@		
c.1820				27@	91@

Fontes: **Suriname:** GUISAN (1788, p. 131); **Saint-Domingue:** LABORIE (1798, p. 152); **Jamaica:** EDWARDS, Bryan (1793, v. II, p. 279-81); **Cuba:** MARRERO (1984, v. 5, p. 110-1); **Vale do Paraíba:** SAINT-HILAIRE (1974, p. 101). 1 arroba = 14,7 kg.

A produtividade dos arbustos de café no Vale do Paraíba era, no momento do arranque da cafeicultura brasileira, três vezes superior aos do Caribe e o dobro

¹⁴ Dados retirados de SAMPER; FERNANDO (2003).

das Guianas. Ou seja, mesmo se o Império britânico houvesse mantido o tráfico transatlântico e o trânsito de escravos entre suas colônias, muito provavelmente elas não conseguiriam fazer frente à produção brasileira. O estancamento e o declínio da produção cafeeira da Jamaica, após 1808, não foram resultado exclusivo das ações do movimento antiescravista metropolitano: devido às técnicas agronômicas então empregadas – que acarretavam rápida exaustão dos solos em razão do processo erosivo nas encostas plantadas com o arbusto – e a oferta relativamente restrita de terras no interior montanhoso da ilha, a cafeicultura jamaicana em pouco tempo atingiu seu limite produtivo máximo (MONTEITH, 2002). Um argumento semelhante pode ser aplicado ao caso de Cuba, que ao contrário das colônias britânicas, teve livre acesso ao circuito transatlântico de escravos até a década de 1860. Disputando palmo a palmo a preferência dos consumidores de artigos tropicais nos mercados do Atlântico Norte com seus rivais brasileiros, desde os anos vinte os cafeicultores cubanos enfrentaram, no ocidente da ilha, a competição dos produtores açucareiros pelos mesmos recursos em termos de terras e trabalho. A produtividade sensivelmente mais elevada do açúcar – cujas vantagens comparativas tornaram-se evidentes na medida em que a malha ferroviária cobriu grande parte da zona ocidental da ilha – trouxe a crise definitiva da cafeicultura cubana na década de 1840.¹⁵

Tais observações não visam reduzir a explicação do surgimento do Brasil como grande produtor no mercado mundial de café às excepcionais condições geoecológicas de que gozava sua região Centro-sul para o cultivo do artigo. A construção do Vale do Paraíba como a fronteira da mercadoria nas décadas de 1820-1830 – isto é, como a nova “zona pioneira” mundial do café – dependeu da desmontagem dos travejamentos do sistema colonial português que, durante o século XVIII, dificultaram seu deslanche; do papel que a nova configuração do Império português adquiriu após 1808; e, sobretudo, da política da escravidão iniciada pelo Regresso Conservador durante a Regência, que deu as condições institucionais finais para o arranque cafeeiro. A correspondência estreita entre o volume do tráfico negreiro transatlântico após 1835 e o crescimento das exportações brasileiras de café expressa claramente essa correlação.

Adquirindo grande parte dos escravos desembarcados no Centro-sul do Brasil entre 1835 e 1850, o volume de café que os fazendeiros do Vale do Paraíba passaram a ofertar no mercado mundial a partir da década de 1830 ultrapassou em muito o padrão caribenho do século XVIII, o que implicou modificações substantivas nas duas pontas da cadeia da mercadoria. De um lado, a planta de suas unidades cafeeiras era inédita, com modalidades de administração da paisagem e do trabalho concebidas para dar conta de uma escala inaudita de produção (MARQUESE, 2008, p. 138-152; 2009a; 2009b, p. 855-880). Do outro lado, a nova “zona pioneira” atrelou-se a um novo mercado consumidor. Ao longo do século XIX, a demanda nos mercados tradicionais da Europa continental cresceu de forma contínua, mas, em meados do século, o principal sorvedouro passou a estar na América do Norte (GREENHILL, 1992, p. 156). O envolvimento dos norte-

¹⁵ Este e o parágrafo seguinte baseiam-se em MARQUESE; TOMICH (2009, p. 339-383).

americanos nos circuitos caribenhos datava da década de 1770, acentuando-se após a independência, quando seus comerciantes desenvolveram uma complexa rede de reexportação de café. Tal rede já era responsável, em 1804, por cerca de 10% dos ganhos dos Estados Unidos com bens exportáveis (McDONALD, 2005, p. 15). Com a normalização dos mercados atlânticos após as guerras napoleônicas e o fim de seu papel como intermediário neutro, os Estados Unidos passaram da condição de reexportadores para a de importadores de café. A demanda interna do produto, cujo consumo associou-se de modo indelével à própria identidade nacional (McDONALD; TOPIK, 2008) cresceu exponencialmente a partir da década de 1820, para o que a política de tarifação livre adotada em 1832 certamente muito contribuiu. A variável decisiva, no entanto, esteve do lado da oferta: entre 1821 e 1848, os preços nominais e reais do café no mercado norte-americano tiveram queda contínua, claramente determinada pela massa crescente de produto brasileiro, o que, por sua vez, facultou a amplas parcelas da população norte-americana a aquisição do hábito de seu consumo (BACHA, 1992, p. 20; TOPIK, 2003, p. 37-40). Vemos, aqui, o clássico mecanismo descrito pela Lei de Say, de indução do consumo pela oferta. Nos termos de João Manoel Cardoso de Mello, “é a própria expansão da oferta brasileira que permite, em última instância, que a demanda se amplie constantemente e, ao mesmo tempo, estimule novamente, dentro de certas condições, o crescimento da oferta.” (CARDOSO DE MELLO, 2009, p. 48).

Após a década de 1830, Brasil e Estados Unidos dominaram as duas pontas da cadeia da mercadoria do café, em uma rede transformada pela massificação em todas as suas etapas e pela exclusão de antigos produtores, como a Jamaica e o Suriname, e de novos, como Cuba.¹⁶ Java, a outra grande produtora que foi destaque no mercado mundial nos anos trinta do século XIX, não foi capaz de romper essa associação, em vista da inelasticidade de sua produção fundada na exploração de uma economia majoritariamente camponesa. No reverso da medalha, os fazendeiros brasileiros contaram com a elasticidade propiciada pelo tráfico transatlântico de escravos e com a possibilidade de criarem uma nova planta produtiva em uma zona de fronteira aberta. Mesmo que tenha sido forçada, em 1850, a abdicar do infame comércio, pode-se afirmar que a classe senhorial do Vale do Paraíba acumulava, no início daquela década, uma história de grandes sucessos. Contra os inimigos internos: entre 1835 e 1845, com os recursos fiscais ofertados pela exportação de café, os poderes centrais do Império do Brasil conseguiram derrotar grupos provinciais que a eles se opunham; do mesmo modo, as poucas ações de resistência escrava coletiva que eclodiram no Vale do Paraíba durante o arranque da cafeicultura foram facilmente esmagadas pela repressão dos fazendeiros.¹⁷ Contra o inimigo externo: o estoque de africanos ilegalmente escravizados após 1835, a contrapelo da lei de 1831 e da fortíssima pressão diplomática

¹⁶ Um ponto há muito salientado por MONBEIG (1984, p. 105) e FRANCO (1983, p. 172-3).

¹⁷ Sobre a construção da classe senhorial e a afirmação do poder central, ver MATTOS (1987); sobre o poder senhorial contra os escravos do Vale do Paraíba, ver as informações contidas no capítulo 2 de GOMES (2006).

e naval britânica é que sustentaria os altos patamares da produção cafeeira do Vale do Paraíba até o final da década de 1860. Após encerrar o tráfico em 1850, o Estado imperial brasileiro em momento algum colocou em risco os direitos de propriedade dos fazendeiros de café sobre a enorme massa de trabalhadores que eles mantinham, em cativeiro ilegal, dentro de suas propriedades (PARRON, 2011, p. 287-303).

Nos municípios do Vale do Paraíba ocidental, mais próximos à divisa das províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo (Areias, Queluz, Bananal, Resende, Barra Mansa, São João Marcos, Piraí, Vassouras, Valença, Paraíba do Sul), a cafeicultura era, nos anos cinquenta, uma atividade que contava com quase três décadas de exploração contínua. Na conceituação de Antonio Barros de Castro, esses municípios haviam se convertido então em zona madura, bem abastecida de escravos pelo incremento do tráfico transatlântico nos anos quarenta. As novas zonas pioneiras se encontravam agora no Vale do Paraíba mineiro (região de Juiz de Fora), nos municípios orientais do Vale fluminense (região de Cantagalo), e no chamado “Oeste Velho” de São Paulo, isto é, na região de Campinas e municípios vizinhos. Neste último caso, notam-se os efeitos da reorganização do mercado mundial de artigos tropicais ocorridos sob o regime de livre comércio na economia-mundo industrial. A produção avassaladora de café do Vale do Paraíba nas décadas de 1830 e 1840 colocou em xeque a cafeicultura cubana, cujas áreas no ocidente da ilha acabaram sendo definitivamente revertidas para a produção açucareira. Por sua vez, o crescimento exponencial do açúcar cubano nas décadas de 1840-1850 retirou do mercado áreas menos competitivas, como era o caso do chamado “quadrilátero do açúcar”, a macrorregião de Jundiaí-Campinas-Piracicaba-Itu que entrara no mercado mundial do açúcar na esteira da Revolução de Saint-Domingue. Incapazes de competir com os rivais cubanos, seus senhores voltaram-se para o café na virada da década de 1840 para a de 1850.¹⁸

Em todas as novas zonas pioneiras do Centro-sul do Brasil, o recurso ao tráfico interno de escravos para a expansão das lavouras cafeeiras se fez necessário já nos primeiros anos da década de 1850; até a década seguinte, o movimento intraprovincial de escravos superou o interprovincial para o abastecimento delas.¹⁹ Porém, na fronteira do “Oeste Velho”, alguns de seus fazendeiros se sentiram estimulados a testar um caminho alternativo para a recomposição de força de trabalho, paralelo à aquisição de escravos no mercado interno. A despeito de seu pequeno peso demográfico e seu fracasso como alternativa viável à escravidão, o episódio do sistema de parceria com o concurso de trabalho migrante europeu acabaria se revelando crucial. Os esforços de terreno para a reconfiguração das relações de trabalho na cafeicultura produziram um acúmulo de experiências que dariam origem, no correr da década de 1870, a um novo modelo de engajamento de trabalho livre não assalariado.²⁰ Como veremos logo abaixo,

¹⁸ Sobre os movimentos da produção cubana de açúcar e a trajetória do “quadrilátero do açúcar”, ver os trabalhos de TOMICH (2004); MORENO FRAGINALS (1989); BERGAD (1990) e PETRONE (1968).

¹⁹ Cf. SLENES (2004, p. 346).

²⁰ Tema bem explorado por STOCKLE; HALL (1983, p. 80-120).

tal arranjo de trabalho, criado na fronteira cafeeira de São Paulo, pôde ser facilmente empregado na crise terminal da escravidão.

Em fins da década de 1850, todavia, quando ficou demonstrado que o sistema de parceria não funcionava como alternativa concreta para a mobilização em larga escala de trabalhadores para a cafeicultura, tanto os fazendeiros das zonas maduras como os das zonas pioneiras entenderam que sua prosperidade dependeria por um longo tempo do trabalho escravo. Os riscos do fim do tráfico negreiro transatlântico para uma eventual politização da instituição haviam sido vencidos; o Sul dos Estados Unidos passava a indicar o caminho para o futuro da escravidão brasileira. O tráfico interno de escravos e o crescimento vegetativo da população escrava, e também os fundamentos da incrível expansão da economia algodoeira do Baixo Sul norte-americano nos anos quarenta e cinquenta, prefiguravam um quadro muito promissor para a expansão da cafeicultura brasileira, tanto mais que, desde 1848, os preços internacionais do artigo vinham demonstrando forte tendência ascensional (PARRON, 2011, cap. 4; BACHA, 1992, p. 20).

A curva positiva nos preços do café, na verdade, fez parte de um processo mais amplo de valorização das *commodities* tropicais no correr da década de 1850. A alta nos preços do café, do açúcar e do algodão, por seu turno, trouxe a alta nos preços dos escravos no Brasil, em Cuba e nos Estados Unidos (BERGAD, 2007, p. 161; VERSIANI, F.R.; VERGOLINO, J.R., 2002). Os fazendeiros das zonas maduras, possuidores de amplos estoques de escravos, viram o valor de seu capital aumentar de um momento para outro, ao passo que aqueles que estavam adquirindo novos escravos nas zonas pioneiras nutriam a expectativa de um rápido retorno do investimento em cativos. O crescimento no volume do café produzido e o avanço espacial da fronteira da mercadoria, no entanto, gerou pressão crescente sobre o sistema de transporte então disponível. Contando com uma vasta rede de criação no Sul do Brasil e capazes de ultrapassar com sucesso a barreira da topografia montanhosa que se interpunha entre o Vale do Paraíba e os portos litorâneos de São Paulo e do Rio de Janeiro, as mulas foram plenamente operacionais no período de montagem e expansão da lavoura cafeeira. Na década de 1850, entretanto, o deslocamento da força de trabalho para o cultivo do café gerou pressão inflacionária sobre os mantimentos, dentre os quais se destacava o milho, que competia diretamente com terras cafeeiras e constituía o combustível das tropas de mulas (RIBAS, 1989, p. 180-97). O tempo de deslocamento entre o interior cada vez mais distante e o litoral ameaçava tornar proibitivo o uso do sistema tradicional das mulas. A única solução possível ao problema estava nas ferrovias, como bem sabiam os contemporâneos.²¹

No início dos anos cinquenta, finalmente consolidou-se o *know-how* necessário para a construção de linhas ferroviárias capazes de atravessar grandes obstáculos topográficos como serras e cordilheiras, no exato momento em que os capitais britânicos estavam procurando oportunidades de investimento mundo afora (HOBSBAWM, 2000,

21 Avaliação que constitui o cerne do argumento de WERNECK (1855, p. 93-109).

p. 88). As ferrovias *D. Pedro II* e *São Paulo Railway*, concebidas para servir às áreas cafeeiras do Centro-sul do Brasil e cujas construções começariam na segunda metade da década de 1850, muito iriam se valer do novo saber tecnológico e desse afluxo de capitais (EI-KAREH, 1982; MATOS, 1990, p. 65-8; SAES, 1981, p. 38-41).

A crise mundial da escravidão e as novas fronteiras do café no Brasil

Se, na década de 1850, o *boom* das *commodities* trouxe grande prosperidade para o Império do Brasil, por outro lado ele esteve nas raízes do conflito bélico que, nos anos sessenta, alteraria por completo as perspectivas de futuro da escravidão brasileira. A escalada das tensões que levaram à eclosão da Guerra Civil norte-americana muito deveu aos êxitos da economia algodoeira no decênio anterior. Verificando forte curva ascendente em seus preços internacionais desde 1847, o sucesso econômico do algodão aguçou a pressão sulista por terras e trabalho, que se expressou politicamente na questão do estatuto da escravidão nos territórios conquistados na guerra contra o México; no problema do comprometimento dos Estados do Norte com a captura e o retorno de escravos fugitivos do Sul; nas campanhas pela reabertura do tráfico transatlântico de escravos e pela anexação (por compra ou conquista) de territórios no Caribe, Cuba em especial. Diante da crescente animosidade ao que era denominado, nos Estados do Norte, de *Slave Power Conspiracy*, e do colapso do sistema partidário construído na década de 1820, os senhores de escravos do Sul e seus representantes políticos se fiaram cada vez mais na crença do poder do *King Cotton* para contrabalançar o avanço da plataforma antiescravista no Norte ou, no limite, para afiançar o movimento de independência dos Estados do Sul. Em 1860, nove décimos do algodão bruto importado pela Grã-Bretanha foram produzidos nos estados escravistas do Sul dos Estados Unidos; ao se lançar à Guerra Civil, o campo escravista confederado foi impulsionado pelo prognóstico de que o conflito seria rapidamente resolvido em vista da dependência dos centros industriais da Europa em relação à oferta sulista da matéria-prima.²²

O Sul dos Estados Unidos representava, nas décadas de 1840 e 1850, o muro de contenção política e ideológica da escravidão brasileira e, também, da escravidão cubana.²³ Não foi acaso, portanto, que o início da crise da escravidão nesses dois países coincidiu com o resultado final da Guerra Civil. Logo veremos como a Lei do Ventre Livre representou o ponto de virada da escravidão brasileira, iniciando a cadeia de eventos que, em menos de duas décadas, daria cabo a uma instituição secular. No plano econômico imediato, contudo, o resultado da Guerra Civil foi positivo para a cafeicultura brasileira. Durante o conflito, a demanda norte-americana por café retrocedeu, o que foi contrabalançado pela quebra temporária da produção brasileira nas safras de 1861-1862 pela praga da borboletinha. Em razão do bloqueio naval, Nova Orleans, até então a principal praça para o café brasileiro nos Estados Unidos, perdeu a

22 BRUCHEY (1967) (preços do algodão); TAKAKI (1971) (reabertura do tráfico); MAY (2002) (expansão no Caribe); SINHA (2000), e RICHARDS (2000) (*Slave Power*); SCHOEN (2009) (*King Cotton*).

23 Ponto bastante explorado em MARQUESE; PARRON (2011, p. 97-117).

posição para Nova Iorque, doravante a principal praça cafeeira mundial. Dois anos após a vitória da União, os preços pagos ao café brasileiro na nova praça explodiram, em uma forte tendência de alta que se prolongaria até 1878. A conjuntura positiva se deveu ao aumento substancial da demanda nos Estados do Norte e do Meio-Oeste, fruto tanto do crescimento do consumo *per capita* como do crescimento demográfico (BACHA, 1992, p. 20-21; DELFIM NETTO, 1981, p. 16; THURBER, 1884, p. 130; GREENHILL, 1992, p. 157).

No exato momento em que os preços internacionais do café decolavam, os trilhos da D. Pedro II e da São Paulo Railway finalmente chegavam serra acima, ao Vale do Paraíba e ao “Oeste Velho” de São Paulo. Nos anos seguintes, diferentes ramais ferroviários entrariam a fundo nas zonas cafeeiras do Centro-sul do Brasil. Encampada pelo governo imperial, a D. Pedro II rapidamente cobriu toda a parte ocidental do Vale do Paraíba (zona madura a caminho da regressão), avançando também em direção ao Vale do Paraíba mineiro (zona pioneira convertida em madura). A Estrada de Ferro Cantagalo, uma nova companhia, composta por capitais dos próprios fazendeiros da região de Cantagalo, foi construída entre 1860 e 1873, ligando esta cidade a Niterói. Sua função era atender o que, no início da sua montagem, ainda era uma zona pioneira. O mesmo modelo serviu para as companhias ferroviárias criadas na província de São Paulo após a chegada dos trilhos da Santos-Jundiaí (a *São Paulo Railway*, companhia pertencente aos ingleses) ao planalto. A Paulista (1869) e a Mogiana (1872) foram montadas com capitais dos fazendeiros da fronteira, sendo, até as primeiras décadas do século XX, as duas principais artérias de expansão da cafeicultura pelo interior paulista (MONBEIG, 1984, p. 174-6; MATOS, 1990, p. 78-90).

A confluência entre a alta dos preços internacionais e a chegada das ferrovias às zonas maduras e pioneiras trouxe impulso renovado à expansão da cafeicultura brasileira. Todavia, nas novas condições advindas da aprovação da Lei do Ventre Livre, essa confluência colocou em movimento um conjunto de forças que, ao levarem a escravidão nas zonas cafeeiras aos seus limites ecológicos, sociais e políticos, acabaria por acelerar os vetores da crise da instituição em escala nacional.

A Lei do Ventre Livre foi aprovada em setembro de 1871 contra o voto de todas as bancadas das províncias cafeeiras do Centro-sul do Império do Brasil (CONRAD, 1977, p. 362). Frente a esta clara derrota política, os fazendeiros do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de São Paulo procuraram nos anos seguintes se recompor do revés, silenciando quaisquer possibilidades de avanço na plataforma antiescravista que se arriscou desenhar em 1869-1871. No curto prazo, a estratégia foi bem sucedida: tal como ocorrera após a abolição do tráfico transatlântico em 1850, sufocou-se em 1871 a potência abolicionista contida nos debates sobre a libertação do ventre escravo como caminho para o fim gradual da escravidão. Não surpreende, assim, que a medida legislativa não tenha sido capaz de quebrar com a alta dos preços dos escravos, notavelmente estimulada pela tendência positiva dos preços do café que vinha de 1848 – e que ganhou novo impulso após 1868 – e pelo rebaixamento do custo do frete, com

o aumento da capacidade de transporte de grandes volumes de café propiciado pelas ferrovias que adentravam em novas áreas mais produtivas.

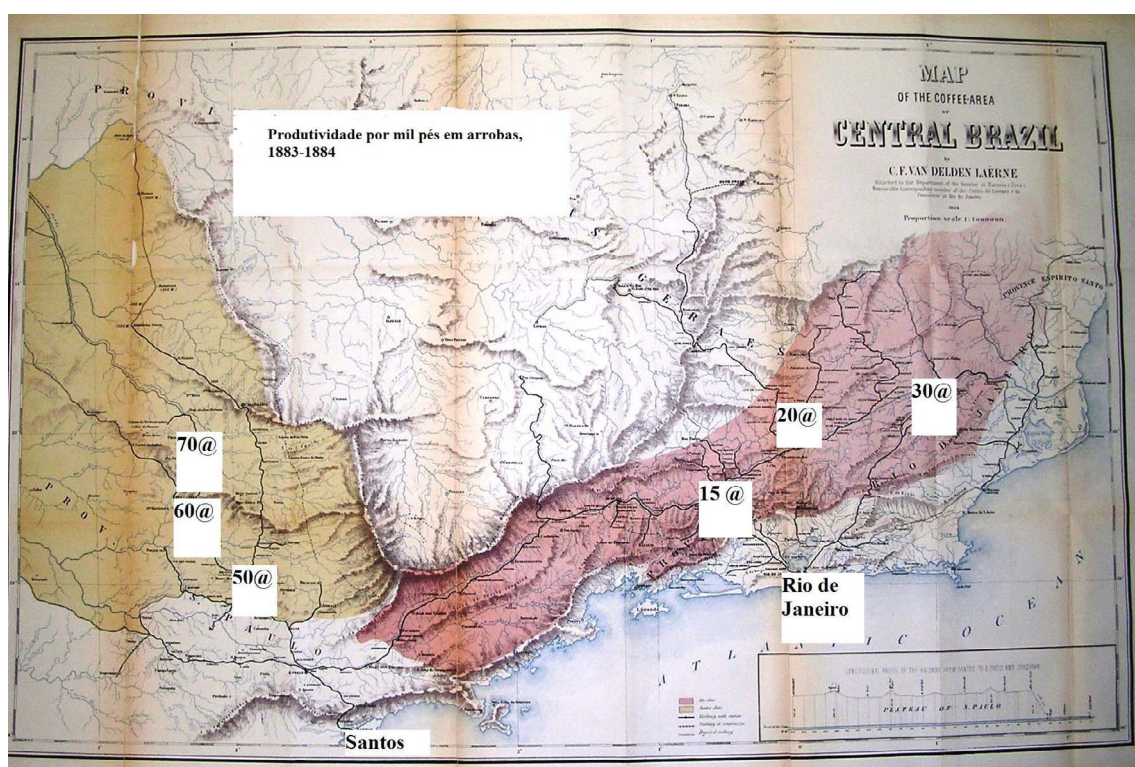
A década compreendida entre 1872 e 1881 representou o pico do tráfico interno de escravos no Brasil, com quase 100 mil escravos deslocados para as zonas cafeeiras do Centro-sul, e claro predomínio das transferências interprovinciais sobre as intraprovinciais (SLENES, 2004, p. 331). A distribuição regional desses cativos não foi uniforme. Ainda que fazendeiros de todo o Centro-sul tenham adquirido escravos no mercado interno, os principais polos compradores estavam nas zonas de fronteira recém atendidas pelas ferrovias. Tal foi o caso de Cantagalo: entre 1873 (ano da chegada da ferrovia ao município) e 1882, sua população escrava saltou de 17.562 para 21.621. Padrão análogo pode ser observado em todos os municípios do “Oeste Novo” de São Paulo (isto é, para além da região de Campinas), cobertos pelos trilhos da Paulista e da Mogiana: no período de 1874 a 1882, seu número de escravos aumentou de 26.282 para 38.242 (CONRAD, 1977, p. 355-6). Já nos municípios de exploração mais antiga do Vale do Paraíba ocidental, entre 1872 e 1884 a população escrava ou estacionou (casos de Valença e Barra Mansa, no Rio de Janeiro), ou regrediu (Vassouras e Piraí, no Rio de Janeiro, Bananal, em São Paulo), segundo Sales (2008, p. 258-9).

Esses números dão a ver os impactos diferenciados das ferrovias e da Lei do Ventre Livre nos “três espaços” da cafeicultura brasileira na década de 1870. O Vale do Paraíba ocidental, região que dominara o mercado mundial do café a partir da década de 1830, apresentava na década de 1870 uma população escrava estabilizada e, conforme sugere o estudo de Ricardo Salles sobre Vassouras, tendente a um crescimento vegetativo moderado. Faltam pesquisas sobre esse assunto para os demais municípios da região, mas a hipótese de que neles haveria uma tendência à estabilidade demográfica escrava é consistente (é importante lembrar que, nos movimentos assinalados no parágrafo anterior, não entram no cômputo os chamados “ingênuos”, isto é, os filhos de mães escravas nascidos depois de 1871 e formalmente livres conforme a lei imperial). Toda essa zona, no entanto, verificava rendimento decrescente de seus cafezais. A chegada da ferrovia D. Pedro II na conjuntura econômica favorável da década de 1870 estimulou a aceleração da exploração de seus recursos naturais e humanos, com a alocação de mais pés de café por escravo em idade produtiva ideal e a derrubada de suas últimas reservas florestais – à beira da completa exaustão, como revelam os valores crescentes das terras em mata em relação às terras plantadas com café, das terras abandonadas para capoeiras ou convertidas em pasto – com vistas à reposição do grande número de arbustos improdutivos (STEIN, 1990, p. 264-5; SLENES, 1986, p. 139-40; FRAGOSO, 1983; MARQUESE, 2008).

Situação bem distinta da que enfrentavam os fazendeiros das zonas de fronteira. Ao visitar o Centro-sul do Brasil entre os meses de setembro de 1883 e abril de 1884, o agrônomo holandês C.F. van Delden Laërne recolheu informações detalhadas de 44 fazendas, relativas à composição da força de trabalho, do maquinário, da extensão territorial, da produtividade do trabalho e dos arbustos de cada uma delas. Reagrupando

os dados concernentes à produtividade dos pés e projetando-os sobre o belo mapa inscrito no livro, que destaca em vermelho as zonas tributárias do porto do Rio de Janeiro (Vale do Paraíba ocidental – região de Vassouras a Bananal; Vale do Paraíba mineiro – região de Juiz de Fora; Vale do Paraíba oriental – região de Cantagalo) e, em amarelo, as zonas tributárias do porto de Santos (“Oeste Velho” – região de Campinas; “Oeste Novo”, região servida pelas redes das ferrovias Paulista e Mogiana), notamos claramente o contraste entre os “três espaços”, e em que medida o Vale do Paraíba ocidental se encontrava na posição que, em 1820, coubera aos espaços cafeeiros do Caribe:

FIGURA 1



Fonte: VAN DELDEN LAERNE (1885, p. 328-335). 15@: estimativa de fazendas em Vassouras/Valença (RJ); 20@: estimativa de fazendas em Juiz de Fora (MG); 30@: estimativa de fazendas em Cantagalo (RJ); 50@: estimativa de fazendas em Campinas (SP); 60@: estimativa de fazendas em Limeira/Rio Claro (SP); 70@: estimativa de fazendas em Araras (SP). No mapa é bem evidente como as ferrovias do centro-sul (assinaladas pelas linhas pretas) foram construídas para atender às diferentes zonas cafeeiras.

Na zona de fronteira do “Oeste Novo”, a produtividade do solo e o preço da terra funcionaram, na virada da década de 1870 para a de 1880, como poderoso atrativo para a migração de cafeicultores. Na imprensa periódica de Resende, município do Vale do Paraíba ocidental fluminense, noticiava-se, em fevereiro de 1878, que “em São Simão [município ao norte de Araras, na província de São Paulo] diminutas áreas estão ali já cultivadas e o todo ainda está coberto de pujantes e esplêndidas matas [...]; as terras para café, livres da geada, ainda estão por preço moderado, pois que se tem vendido, preço médio, a 40\$000 o alqueire”. Em Resende, o alqueire da terra virgem cada vez

mais escassa era então cotado a 400\$000, e a produtividade dos cafezais novos era ainda mais frustrante: apenas 16@ por mil pés – em São Simão, ela estava em 100@.²⁴ Em 1878, a Estrada de Ferro Mogiana atingira o município de Casa Branca, a cerca de 60 km em linha reta de São Simão (MATOS, 1990, p. 91). A expectativa da chegada dos trilhos da Mogiana promoveu intensa especulação fundiária, com consequente elevação do preço da terra: a extensão da ferrovia até Ribeirão Preto, primeira estação após São Simão, fez os preços médios do alqueire subirem, em 1884, para 115\$000, ou seja, quase o triplo de seis anos antes. Mesmo assim, o preço da terra na fronteira do café era, então, bem inferior ao dos solos virgens em Vassouras, sendo equivalente aos preços de terras esgotadas – ou em vias de – naquele município do Vale do Paraíba ocidental.²⁵

Em um importante artigo no qual reavaliou criticamente a interpretação de Stanley Stein sobre a “decadência” de Vassouras na década de 1870, Robert Slenes argumentou convincentemente que o investimento em escravos e café era, naquele tempo e espaço específicos, racional do ponto de vista contábil, algo que é corroborado pela avaliação de Pedro Carvalho de Mello sobre a lucratividade média da empresa cafeeira escravista de então. Com base nessas constatações, Slenes afirmou que, “se a súbita ‘ascensão’ de São Paulo pode parecer inevitável ao historiador, com sua visão retrospectiva, provavelmente apanhou os contemporâneos do processo desprevenidos” (SLENES, 1986, p. 135; MELLO, 1978, p. 44). A hipótese não se sustenta. A manutenção dos padrões de administração da paisagem e do trabalho que, em décadas anteriores, constituíram a base do sucesso do Vale do Paraíba no mercado mundial, empurrou seus fazendeiros para o esgotamento ecológico de suas unidades nas décadas de 1870 e 1880, em um processo que era de pleno conhecimento dos atores contemporâneos. A paisagem destruída das zonas decadentes do Vale lhes mostrava isto todo dia; a imprensa local discutia com frequência o assunto; quando faleciam, seus inventários anotavam o diferencial crescente de preços entre terras esgotadas, cada vez mais dominantes, e matas virgens, cada vez mais raras.²⁶ Se a mecânica da economia cafeeira na virada dos anos setenta para os oitenta conduzia rapidamente ao colapso ambiental do Vale, ela também indicava as possibilidades de um crescimento exponencial no “Oeste Novo” de São Paulo.

Em resumo, as ferrovias, ao promoverem a exploração máxima das zonas decadentes do Vale do Paraíba e ao estimularem a valorização fundiária nas zonas de fronteira do Oeste paulista, aprofundaram a separação entre elas. A demanda por trabalho desempenhou papel central nessa discrepância crescente (STOLCKE; HALL, 1983, p. 102-3; CARDOSO DE MELLO, 2009, p. 68). Para a realização do capital invertido em fazendas formadas nas zonas de fronteira, a pressão por mais trabalhadores acentuou-

24 WHATELY (1987, p. 47-61). O documento encontra-se citado na p. 52.

25 Sobre a especulação fundiária em Ribeirão Preto e respectivos valores da terra, ver BACELLAR (1999, p. 111); sobre os preços em Vassouras, STEIN (1990, p. 264).

26 Sobre o registro na imprensa local e nos inventários, ver STEIN (1990, p. 254-65); sobre a percepção paisagística, ver MARQUESE (2007, p. 55-76).

se. Na década de 1870, a demanda foi atendida pelo tráfico interprovincial; em 1883, ano em que Laërne compilou os dados citados há pouco, e os trilhos chegaram ao “Potosí do café”, como os coevos denominavam a região de Ribeirão Preto, isso já não mais era possível, muito em razão dos próprios efeitos das ferrovias sobre a economia cafeeira e, por conseguinte, sobre os fluxos negreiros internos ao Império do Brasil.

As compras de cativos no circuito interprovincial pós 1871 tiveram perfil distinto do que vigorara nos Estados Unidos antes da Guerra Civil. No Brasil, o tráfico interno não procurou resguardar a capacidade reprodutiva dos escravos com compras equilibradas de jovens cativos de ambos os sexos, mas sim explorar, até os limites colocados pela Lei do Ventre Livre, o estoque da população escrava brasileira. As províncias que, entre 1872 e 1881, mais perderam escravos para o café foram as que prosperaram com o algodão durante a Guerra Civil norte-americana: com a recuperação da economia do Sul norte-americano ainda durante a Reconstrução, os pequenos produtores de algodão e de mantimentos do Nordeste brasileiro se viram compelidos a vender seus cativos para o Centro-sul (e não para os engenhos de açúcar da região, acuados pela competição cubana), movimento agravado com a grande seca que os afligiu entre 1877 e 1880 (SLENES, 2004, p. 338-40).²⁷ Processo correlato ocorreu no Rio Grande do Sul: face à maior competitividade dos criadores de gado do rio da Prata, servidos por uma crescente malha ferroviária, os pecuaristas e charqueadores rio-grandenses em crise também passaram a remeter escravos para as províncias cafeeiras.

Encerrada a perspectiva de manutenção da escravidão com base na reprodução vegetativa, o tráfico interprovincial da década de 1870 incidiu sobre jovens do sexo masculino, nascidos no Brasil, apartados de redes familiares consolidadas e provenientes de regiões cujos padrões de trabalho eram muito diferentes das realidades das fazendas de café do Centro-sul (MOTTA, 2010, p. 147-50 e 351-2; GRAHAM, 2004, p. 311; SLENES, 2004, p. 351). Ao chegarem nelas, viram-se forçados a residir em senzalas em quadra, a obedecer rígidos protocolos disciplinares e a cumprir uma enorme carga de trabalho. Não por acaso, as áreas que mais adquiriram escravos no tráfico interprovincial foram as que verificaram maior aumento nas tensões escravistas, o que ressalta uma diferença importante entre o Vale do Paraíba ocidental e as zonas de fronteira do Vale oriental e do Oeste (Velho e Novo) de São Paulo. Ainda que em todas essas regiões não fossem raros, na década de 1870, os casos de prepostos senhoriais assassinados por escravos que haviam sido transacionados no tráfico interprovincial – uma das formas mais agudas de expressão da insubordinação escrava –, a percepção dos riscos representados pela introdução de grupos crescentes de cativos desenraizados era mais aguda nas zonas que mais dependiam deles para a expansão de seus cafezais.²⁸ Com efeito, a sobre-exploração do trabalho escravo no Vale do Paraíba ocidental, com escravarias

²⁷ Sobre o perfil demográfico do tráfico interno nos Estados Unidos, ver TADMAN (1989).

²⁸ Ver as observações do memorialista ANDRADE (1989, p. 87-8), e a análise da historiadora MATTOS DE CASTRO (1995, p. 137-88). “No caso específico de Campinas”, escreve SLENES (1986, p. 136), “há indícios de que a incidência de fugas de escravos era maior em fazendas recém-formadas (com muitos escravos importados de outras regiões) do que em fazendas mais velhas com plantéis relativamente estáveis”.

sedimentadas em comunidades relativamente coesas, não produziu tensões como as que galvanizaram as regiões de fronteira do café.²⁹

O novo padrão de resistência escrava quebrou com a experiência histórica do Vale do Paraíba nas décadas de 1830-1840. Ali os fazendeiros controlaram as tentativas coletivas de ação impulsionadas, naquela ocasião, por uma escravaria majoritariamente africana e que caminhava sozinha (GOMES, 2006, p. 257; SLENES, 2000). Na virada da década de 1870 para a de 1880, a estratégia de contenção da plataforma antiescravista posterior à aprovação da Lei do Ventre Livre naufragou com a articulação do movimento abolicionista brasileiro em bases nacionais e, sobretudo, com as novas modalidades de resistência coletiva de uma escravaria que, agora, era esmagadoramente crioula e contava com suporte fora das senzalas. A primeira vitória veio com as leis aprovadas em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro em 1881, interditando o tráfico interprovincial por meio da imposição de taxas que o tornavam proibitivo. Na gênese da lei paulista em 1878, ressalta Célia Maria Marinho Azevedo, seus proponentes esgrimiram três conjuntos de argumentos: 1) a Lei do Ventre Livre causara efeitos profundamente danosos sobre a disciplina escrava, diante da percepção geral de erosão da legitimidade da instituição com a impossibilidade de sua reprodução no tempo; 2) o tráfico interprovincial vinha acirrando de modo perigoso as relações escravistas, com a introdução constante, nas fazendas paulistas, de escravos desenraizados do Norte do Brasil; 3) a polarização entre um Norte sem escravos e um Sul escravista prefigurava a experiência pregressa da Guerra Civil norte-americana, sendo necessário manter o comprometimento nacional com a instituição para evitar que um resultado daquela natureza se repetisse no Brasil. A essas variáveis somou-se, em 1881, os receios dos efeitos que a agitação abolicionista teria para a disciplina dentro das fazendas (AZEVEDO, 1987, p. 114-58). Ou seja, os atores políticos que promoveram a lei contra o tráfico interprovincial na Assembleia de São Paulo apresentaram uma leitura muito clara de todas as pressões sociais e políticas produzidas pela expansão cafeeira do Centro-sul durante a década de 1870.

Ao contrário das expectativas dos cafeicultores que deram suporte à suspensão do tráfico interprovincial em 1881, as tensões escravistas não arrefeceram. Pelo contrário, só aumentaram. Sinais disso começaram a surgir em 1882, com rumores de articulação entre agitadores abolicionistas e escravos das fazendas de café. Tais rumores adquiriram maior concretude após 1885, com o cruzamento real entre o movimento antiescravista e a ação coletiva dos escravos na luta pela abolição imediata. Os eventos principais da revolução abolicionista que sacudiu o Brasil entre 1887 e 1888 – e cujo epicentro esteve justamente na fronteira cafeeira de São Paulo – são bem conhecidos. Para encerrar este item, gostaria de lembrar o outro lado das ferrovias: o mesmo meio de transporte que, na década de 1870, fora responsável pelo aumento da demanda de escravos (e, portanto, pela piora nas suas condições de existência) serviu, nos anos

²⁹ A respeito da sobre-exploração do trabalho no Vale, ver MARQUESE (2008). Sobre o Oeste de São Paulo e o Vale do Paraíba oriental, ver respectivamente MACHADO (1987); DEAN (1977, p. 135); GOMES (2006, p. 257).

finais da escravidão brasileira, como um dos principais canais para a fuga coletiva das fazendas e, assim, para o colapso da instituição.³⁰

A abolição da escravidão e o mercado de trabalho internacional

Como se leu na introdução deste artigo, a historiografia revisionista das décadas de 1980 e 1990 questionou a contraposição fazendeiros do Vale do Paraíba/fazendeiros do Oeste de São Paulo, enquanto chave analítica capaz de explicar o encaminhamento político da escravidão em sua crise final. Os historiadores da geração anterior argumentavam que, num quadro de crescente incompatibilidade entre o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e as relações sociais de produção escravistas, os fazendeiros progressistas do Oeste – dispondo de condições adequadas para empregar o trabalho livre ou em busca de trabalhadores assalariados afinados a uma racionalidade de mercado que eles próprios já portavam – encontraram na imigração uma solução inovadora ao escravismo. Este caminho, entretanto, estava bloqueado aos fazendeiros tradicionalistas do Vale. Para os críticos dessa explicação, ambos os grupos estiveram comprometidos com a instituição até as vésperas da abolição: em seu apego ao trabalho escravo, os senhores do Vale responderam às mesmas forças do mercado que moldaram a atuação dos senhores do Oeste. O que os levou a se voltarem para a imigração foi a escalada dos conflitos sociais e políticos após 1886, e não um projeto prévio, supostamente mais atinado à racionalidade capitalista moderna: o término da instituição, assim, teria sido fruto da atuação exclusiva dos grupos subalternos (escravos, libertos, trabalhadores urbanos e classes médias abolicionistas) que contra ela se insurgiram, mas que atingiu de forma desigual os fazendeiros do Vale e do Oeste.

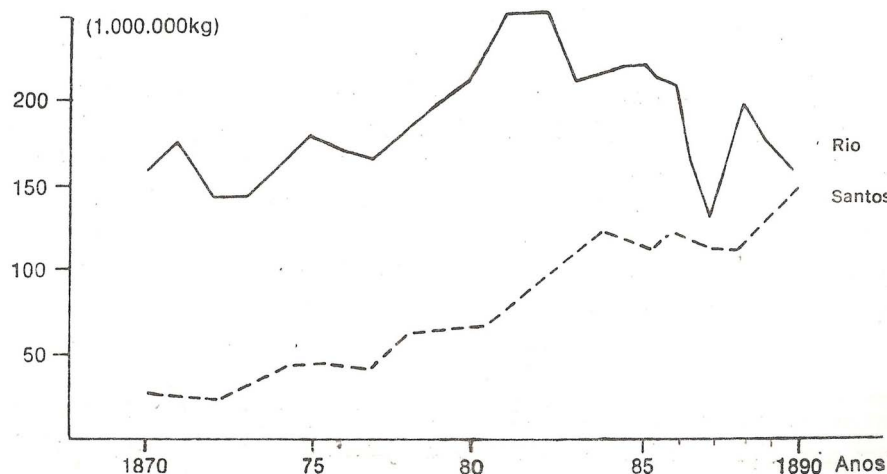
Em que pese sua inegável pertinência, falta ao modelo revisionista (que é hoje predominante na historiografia sobre a escravidão brasileira) uma avaliação mais adequada de como a expansão da fronteira da mercadoria nas condições históricas particulares da economia mundial do terço final do século XIX *forçou* os fazendeiros das zonas pioneiras a enfrentar, de um modo bastante inovador, o problema da oferta de trabalho.³¹ Vejamos, para tanto, as curvas da produção de café da “zona do Rio” e da “zona de Santos” expostas em um importante estudo de fins da década de 1970, que procurou justamente rever a interpretação até então consagrada sobre a crise da escravidão brasileira:

³⁰ Sobre as ferrovias, a revolta das senzalas e o abolicionismo, ver MACHADO (1994, capítulo 4). A expressão “revolução abolicionista” é de GORENDER (1990, capítulo 9).

³¹ Esse argumento foi originalmente proposto, entre outros, por COSTA (1989); CANABRAVA (2005); BEIGUELMAN (1977); CARDOSO DE MELLO (2009); e SAES (1996).

Exportações de café em 1.000.000 kg, 1870-1890

FIGURA 2



Fonte: MELLO (1978, p. 29).

No primeiro caso, nota-se uma clara curva descendente após o pico nas safras de 1881 e 1882. Nos anos seguintes, o volume global se manteve alto, mas cada vez mais ao cargo da expansão dos cafezais no Vale do Paraíba mineiro, tributário da ampliação da malha ferroviária que desembocava no porto do Rio. Contando com uma base demográfica considerável e, em especial, com grandes reservas de matas virgens ainda não exploradas, os fazendeiros do Vale do Paraíba mineiro (ou “Zona da Mata”) atravessaram a crise da escravidão sem grandes perturbações e sem a necessidade de aporte externo de mão de obra. Sua produção cafeeira continuou a se expandir na virada do século XIX para o XX, valendo-se de trabalhadores livres nacionais, muitos dos quais ex-escravos (LANA, 1988; PIRES, 1993; GUIMARÃES, 2009).

Situação bem distinta era vivida pela “zona de Santos”, que englobava o “Oeste Velho” e o “Oeste Novo” – esta última, uma região de baixa densidade demográfica. A crescente exportação posterior a 1881, resultado de arbustos plantados nas novas áreas de expansão cafeeira durante o ápice do tráfico interprovincial de escravos, acirrou a pressão por mais trabalhadores. Outro salto notável no volume da produção escoada por Santos ocorreu em 1887, fruto de cafezais plantados depois de 1883, ou seja, após o fechamento do tráfico interprovincial, quando restava aos cafeicultores da fronteira apenas o recurso do tráfico intraprovincial de escravos (MOTTA, 2010, p. 274-345). Assim procedendo, os fazendeiros do “Oeste Novo”, bem servidos pela Paulista e pela Mogiana, estavam obedecendo aos estímulos do mercado: entre 1878 e 1885, os preços pagos em dólar na praça de Nova Iorque sofreram sensível queda, contrabalançada, no entanto, pela desvalorização da moeda brasileira; entre 1886 e 1892, os preços em dólar duplicaram, em uma situação cambial que permaneceu favorável aos exportadores brasileiros. Os movimentos dos preços nessa conjuntura, aliás, demonstram mais uma

vez a estreita articulação entre as duas pontas da cadeia da mercadoria do café na era do consumo de massa (BACHA, 1992, p. 334, 341; DELFIM NETTO, 1981, p. 21; TOPIK, 2003, p. 31). A resposta dos fazendeiros do Oeste Novo foi imediata: em 1889-1890, 112 mil toneladas saíram por Santos; em 1890-1891, 176.700; em 1891-1892, 220 mil. O aumento desse volume resultou de cafezais plantados entre 1886 e 1888, durante o auge do movimento abolicionista e da revolta das senzalas. Como explicar o comportamento empresarial dos fazendeiros da fronteira, em uma situação tão crítica como esta, quando suas perspectivas em relação à permanência da escravidão por mais do que cinco anos eram praticamente nulas?³²

Para obter uma resposta, temos que voltar aos debates iniciados na Assembleia Provincial de São Paulo em 1878, que conduziram, em 1881, à aprovação da lei interditando o tráfico interprovincial de escravos. A historiadora Célia Maria Marinho Azevedo, ao tratar do tema (AZEVEDO, 1987, p. 113-25), não prestou atenção devida à atuação do proponente do projeto de lei contra o tráfico interprovincial – o republicano Martinho Prado Jr. – na zona pioneira. Em 1877, ele começara a investir seus capitais na aquisição de terras em Ribeirão Preto, constituindo, em poucos anos, os fundos territoriais da famosa – e enorme – fazenda Guataparã; em 1878, ano em que se noticiava na imprensa de Resende (RJ) as potencialidades da região, ele fazia o mesmo nas páginas d'*A Província de São Paulo*. Ainda em 1878, a Mogiana obtivera autorização para alongar seus trilhos de Casa Branca a Ribeirão Preto, entrando em disputa com a Paulista (da qual Martinho Prado Jr. era um dos fundadores) pelos direitos sobre a área (MONBEIG, 1984, p. 140-1; BACELLAR, 1999, p. 118-21; MATOS, 1990, p. 91). Entre 1878 e 1881, portanto, já se encontrava desenhada a nova escala que a cafeicultura poderia assumir na zona de fronteira do Oeste Novo. Desde, é claro, que fosse solucionado o problema crucial da oferta de trabalho. Laërne percebeu com clareza o ponto de vista dos que estavam investindo naquela região, encampando-o em seu relato:

[...] nesse país, a produção de café passa por uma crise, que, como todos sabem, ameaça sua própria existência. Mas, não é o sistema de cultivo adotado que ocasiona a crise: é a necessidade cada vez mais urgente de trabalhadores. Se essa demanda for suprida, o Brasil poderá enviar mais de dez vezes o volume atual aos vários empórios do mundo. (LAËRNE, 1885, p. 272-3).

A nova classe de fazendeiros à qual pertencia Martinho Prado vinha articulando desde o final dos anos setenta esquemas para a imigração em massa, em uma preparação que correu paralela e em reforço mútuo com a crise da escravidão, e que muito se valeu de experiências acumuladas com o fracasso do sistema de parceria. A potencialidade do imigrante – europeu ou asiático – para a demanda cafeeira por trabalho foi uma variável em jogo durante toda a crise da escravidão brasileira, bastando lembrar o papel que ela ocupou nos debates do Congresso Agrícola de 1878 (EISENBERG, 1989, p. 150-9).

³² Sobre a expectativa econômica dos fazendeiros de café acerca do futuro da escravidão na década de 1880, ver MELLO (1978, p. 57).

Se os proprietários da fronteira não tinham como prefigurar, no início dos anos setenta, a viabilidade da solução italiana (até então, a Itália havia perdido pouca gente para os fluxos migratórios transoceânicos), eles – como outros atores coevos no Brasil – vinham observando atentamente, e há bastante tempo, o enorme fluxo de trabalhadores do norte da Europa para os Estados Unidos. Naquela década, também puderam acompanhar a experiência da Reconstrução norte-americana e a recomposição da produção algodoeira do Sul; porém, aos seus olhos uma solução como a do *sharecropping* não teria como ser aplicada em São Paulo, em razão da baixa densidade demográfica da fronteira cafeeira e do próprio malogro do sistema de parceria (STOCKLE; HALL, 1983, p. 115).

Justamente em 1878, Antonio de Queiroz Telles visitou oito países da Europa ocidental para verificar quais ofereciam as melhores perspectivas para o recrutamento de trabalhadores braçais. De volta ao Brasil, reportou aos seus pares que a miséria do Norte da Itália apontava um caminho promissor (ALVIM, 1986, p. 47). Noutras palavras, as atenções dos cafeicultores da fronteira se voltaram para os italianos no exato momento em que Martinho Prado Jr. – primo de Queiroz Telles – comprava terras em Ribeirão Preto, promovia a expansão dos trilhos da Paulista e propunha, na Assembleia Provincial de São Paulo, o fim do tráfico interprovincial de escravos. Após a aprovação dessa última medida, Martinho Prado Jr. e seu irmão Antonio da Silva Prado promoveram gestões para preparar todo o quadro institucional da imigração em massa: transporte subsidiado às famílias de trabalhadores rurais europeus, aprovado pela Assembleia Provincial de São Paulo em março de 1884; obrigatoriedade de os imigrantes passarem pela triagem de uma hospedaria em São Paulo (1885), de onde seriam diretamente encaminhados, novamente com passagem subsidiada, para as fazendas de café; criação, em 1886, de uma *Sociedade Promotora da Imigração* (SPI) para coordenar o recrutamento, o transporte e a distribuição de mão de obra imigrante. No ano de sua fundação, a SPI anunciava em brochuras no Norte da Itália o modelo de imigração para as áreas cafeeiras que vigoraria até a crise mundial dos anos 1930 (HOLLOWAY, 1984, p. 64-116).

Em duas palavras, a articulação da imigração em massa foi parte constitutiva essencial da crise da escravidão brasileira e da multiplicação das alternativas de futuro disponíveis aos contemporâneos, o que demonstra a ausência de sentido de se estabelecer correlações antagônicas como *imigrantismo* -> *abolição* x *resistência escrava* -> *abolição* -> *imigração*. Porém, como devemos avaliar o comprometimento dos fazendeiros da fronteira com a escravidão até o início de 1888 – no caso de Antonio Prado, até os primeiros dias de maio? Afora certa solidariedade com seus velhos companheiros de classe, o comportamento traduzia a tentativa de administrar o fim da escravidão, postergando ao máximo a abolição para garantir o bom andamento da transição para um novo regime de trabalho. Para os fazendeiros das zonas decadentes, com terras esgotadas, não restava outra opção que a de apegar-se à instituição e esperar a eventualidade de uma indenização pela libertação compulsória de seus escravos. Na hora da verdade da revolução de 1887-1888, os fazendeiros da fronteira puderam

mudar de roupa sem problemas, em uma atitude típica dos “*camaleões políticos*”, na precisa expressão de Robert Toplin (1975, p. 229-33). No desenho imigratório por eles elaborado, garantiu-se, entre 1886 e 1892, o aporte de 192 mil trabalhadores italianos para a lavoura cafeeira paulista. Tendo-se em conta o volume do tráfico interprovincial de escravos entre 1872 e 1881 (100 mil cativos para o conjunto das três províncias cafeeiras), observa-se como o suprimento de trabalho fornecido pela imigração em massa rapidamente atendeu à demanda prévia, trazendo a solução para a crise da escravidão nas áreas de fronteira e criando a base para a espetacular expansão de seus cafezais nos anos seguintes à abolição (HOLLOWAY, 1984, p. 60-102).

Os historiadores que tratam da crise da escravidão brasileira em geral explicam o problema da imigração sob a ótica da demanda, isto é, privilegiam os fatores de atração. Foi o que fiz até este momento. Os especialistas em migração, contudo, apontam, no caso específico do engate do deslocamento em massa de italianos para o Brasil, para a importância da oferta, isto é, para os fatores de expulsão dos emigrantes. Em comparação com os demais fluxos migratórios europeus, o fenômeno da emigração em massa de italianos às Américas foi relativamente tardio (HOBBSBAWM, 2000, p. 274). O movimento somente adquiriu vulto após a unificação do país. Até 1886, o destino principal estava em outros países europeus, e, no caso da emigração para o Novo Mundo, nos Estados Unidos. Entre aquela data e 1896, entretanto, quando a origem dos migrantes foi predominantemente veneta, o Brasil se tornou o principal receptor de italianos, suplantando todos os destinos europeus bem como os outros dois grandes destinos do Novo Mundo, os Estados Unidos e a Argentina (FAINI; VENTURINI, 1994, p. 76).

Podemos ver, agora, o outro lado da reconfiguração dos circuitos globais de trabalhadores e de mercadorias que esteve nas próprias origens da crise da escravidão brasileira. A proletarianização de pequenos proprietários e arrendatários rurais e a pauperização dos chamados *braccianti* do Vêneto italiano³³ foram resultado direto das transformações econômicas e agrárias sofridas pelo norte da Itália após a unificação do país. A eliminação de posses coletivas, a abolição do uso comunal da terra, o avanço da drenagem das planícies, ou seja, as forças que promoviam uma “transformação capitalista do campo” no Vêneto tiveram por efeito “a ‘expulsão’ dos trabalhadores rurais de suas seculares zonas de fixação”; onde a propriedade rural se encontrava bastante dividida, “as condições miseráveis [...] não eram [...] apanágio somente de *braccianti* e assalariados, mas constituíam a norma mesmo para a grande fileira de pequenos proprietários, colonos e meeiros”. Os impactos negativos das alterações promovidas pelas transformações institucionais que se seguiram à unificação italiana foram potencializados pelo que Emilio Franzina e outros especialistas consideram como a variável central da crise agrária italiana: a “drástica queda internacional dos preços

³³ Como esclarece Alvim (1986, p. 29), “essa categoria, a mais explorada de todos os trabalhadores braçais, apresentava uma diferença sutil entre os *braccianti* obrigados ou fixos, que estavam ligados à propriedade mediante um contrato anual, e os *braccianti* temporários, que só trabalhavam nos momentos de grande necessidade de mão de obra, recebendo por dia ou por cota.”

do trigo, cujas primeiras vítimas não eram os camponeses pobres, mas os pequenos arrendatários, os pequenos proprietários, ou seja, os pequenos produtores capazes de inserir-se no mercado por si próprios, mas incapazes, por causa da sua objetiva fragilidade, de resistir à violência das crises conjunturais”. Em meados da década de 1880, com a aceleração da crise pela diminuição contínua dos preços do trigo, os grandes arrendatários capitalistas reduziam a demanda de braços e os já escassos ganhos dos *braccianti* foram ainda mais comprimidos, restando-lhes como saída a emigração. Esses trabalhadores rurais, com famílias numerosas, sem quaisquer recursos, acabaram sendo facilmente arregimentados após 1886 pelo esquema de subvenção integral de passagens transatlânticas criado pelo governo de São Paulo. O perfil do imigrante estrangeiro desejado pelos cafeicultores que enfrentavam a crise da escravidão brasileira era a de um trabalhador rural em trânsito com sua família e disciplinado pela pregação católica, exatamente o que seus emissários haviam encontrado no Vêneto em 1878.³⁴

Essas informações exigem que desloquemos nosso foco – ainda que de forma sucinta – para as modificações que se verificaram, no terço final do século XIX, no mercado mundial do trigo, haja vista que as transformações agrárias no norte da Itália estiveram diretamente relacionadas à “invasão de grãos”³⁵ na Europa que se seguiu à década de 1870, fruto da produção do Meio-Oeste dos Estados Unidos e, após 1880, das estepes russas.

As forças que levaram à reconfiguração do mercado mundial do trigo vinham sendo gestadas desde antes da Guerra Civil norte-americana. Elas incluíram, nas duas pontas da cadeia da mercadoria, a abertura do mercado britânico ao produto norte-americano (com a derrubada das *Corn Laws*, em 1846) e a ascensão de Chicago como o ponto nodal de toda a agricultura do Meio-Oeste. A infraestrutura composta por ferrovias, elevadores mecânicos, sistemas de avaliação e inspeção dos grãos de trigo e mercado de futuros que notabilizaria mundialmente o complexo agrário do *Great West* norte-americano, encontrava-se pronta em 1861 (ROTHSTEIN, 1960, p. 401-418; MEINIG, D.W., 1993, p. 323-34; CRONON, 1991, p. 65-70). Ao mesmo tempo, era nos estados de Indiana, Illinois, Michigan, Wisconsin e Ohio que estavam as bases do novo Partido Republicano. Nas eleições de 1856, a agremiação firmou-se como partido nacional, porém sem nenhuma penetração nos Estados do Sul. Desde seu surgimento, o Partido Republicano encampou à sua plataforma eleitoral o programa do *free soil*, isto é, a necessidade de se abrir o povoamento dos territórios a Oeste aos trabalhadores do Leste e aos imigrantes europeus despossuídos, plataforma que se casava com o complexo de interesses econômicos comandados a partir de Chicago. O projeto do *Free Homestead* tornou-se uma das principais bandeiras do Partido Republicano e motivo da ampliação de sua base eleitoral nas cidades manufatureiras da Costa Leste. Seu conteúdo antiescravista, que procurava livrar os territórios a Oeste da presença da escravidão, chocou-se frontalmente com o projeto do expansionismo escravista

³⁴ Todas as citações são de FRANZINA (2006, p. 39; 144-5; 217; 264).

³⁵ Expressão de O'ROURKE (1997, p. 775-801).

advogado pelos senhores do algodão do Sul. Como se sabe, na questão territorial e em suas intersecções com o problema da escravidão encontram-se os fundamentos do colapso do segundo sistema partidário norte-americano, que conduziu, em 1860, à eleição de Abraham Lincoln e à eclosão da Guerra Civil – ela própria passível de ser lida como um grande choque entre dois expansionismos, o do trigo livre contra o do algodão escravo (ASHWORTH, 2008, p. 317-25; DRESCHER, 2009; FOGEL, 1989, p. 302-52; SCHOEN, 2009, p. 237-59). As condições políticas inauguradas pela secessão dos Estados Confederados permitiram, em 1862, a fácil aprovação do *Homestead Act* pelo Congresso Federal (COSTA, 1987, p. 153). A vitória da União acelerou o processo de consolidação do mercado nacional norte-americano, impulsionando a abertura de vastas áreas aos agricultores familiares atraídos pela promessa de terra livre nas pradarias nos novos estados do Kansas, Nebraska, Minnesota e Dakota do Sul e do Norte – e, assim, facultando o arranque definitivo do complexo cerealífero comandado a partir de Chicago (CRONON, 1991; WOLF, 2009, p. 378-83; ARRIGHI, 1996, p. 300).

Dado o montante de produto remetido pelos Estados Unidos à Europa, “em 1894, o preço do trigo era apenas pouco mais de um terço do que fora em 1867”. Com base nessa constatação, Eric Hobsbawm argumenta que a chave para se compreender a chamada “Grande Depressão” (1873-1896) não consiste em conceituá-la como um período de retração no volume global da produção industrial e agrícola, mas sim de queda “na sua lucratividade”, que teve na agricultura “a vítima mais espetacular do declínio dos lucros” (HOBSBAWM, 1988, p. 60-1). Nessa conjuntura, houve uma mudança importante na composição da firma agrícola norte-americana, que possibilitou aos agricultores dos Estados Unidos simultaneamente enfrentarem a adversidade que eles próprios haviam gerado com o volume crescente de sua produção e criarem as condições para uma nova expansão: a combinação entre segadora e ceifeira mecanizadas permitiu que unidades familiares nucleares praticassem com sucesso o cultivo de trigo em propriedades com 35 alqueires, doravante convertidas em modelo básico de unidade produtiva rural em todo o Meio-Oeste (FRIEDMANN, 1978, p. 545-586).

Na face europeia da economia-mundo capitalista, o produto norte-americano, além de fazer despencar os preços do trigo, reordenou as posições locais de compradores e vendedores. Até meados do século XIX, a Rússia era a grande fornecedora do trigo importado pela Grã-Bretanha. Os efeitos combinados da supressão das *Corn Laws* e da montagem do complexo cerealífero do Meio-Oeste transformaram o mercado britânico em área cativa do trigo norte-americano, com a consequente exclusão do produto russo. A modificação na estrutura da economia cerealífera russa que se seguiu à emancipação dos servos e, em especial, à montagem de uma grande rede ferroviária (com aporte de capital britânico) conectando novas áreas agrícolas da Ucrânia aos portos do Mar Negro, permitiu aos seus proprietários rurais buscarem novos mercados onde pudessem competir com o trigo norte-americano. O Norte da Itália foi justamente um desses novos mercados inundados pelo trigo da América do Norte e das estepes ucranianas (ROTHSTEIN, 1960; FALKUS, 1966, p. 416-429).

E aqui apresento meu ponto de chegada. A ampliação das fronteiras globais da mercadoria, possibilitada pelos novos meios de transporte (ferrovias, barcos a vapor), pela expansão financeira britânica e pelo papel cada vez mais importante dos Estados Unidos na economia-mundo capitalista após a Guerra Civil, unificou as trajetórias de espaços econômicos e humanos até então cindidos, como o eram o Brasil e a Itália. O principal mercado para o café brasileiro estava, desde 1830, nos Estados Unidos, que foram, entre 1840 e 1860, o esteio da defesa da escravidão brasileira no sistema interestatal. Como vimos ao longo do texto, o resultado da Guerra Civil norte-americana teve um duplo efeito sobre a instituição no Brasil. Por um lado, o aumento exponencial da população norte-americana após 1865 e de seus níveis de renda ampliou o mercado consumidor para o café brasileiro; nos mesmos anos em que se expandia notavelmente a malha ferroviária norte-americana nos novos estados do Meio-Oeste (parte indissociável dos processos mencionados de aumento populacional e de renda), montava-se a malha ferroviária nas zonas de fronteira do café do Brasil, que permitiu aos seus produtores responderem aos preços em alta, acirrando, no entanto, a pressão por mais trabalhadores. Por outro lado, como resultado desta mesma Guerra Civil, a escravidão brasileira entrou em crise. Em um quadro econômico mundial marcado pelo surgimento de novos produtores de algodão, de açúcar e de carne, as forças do mercado enfraqueceram o comprometimento nacional com a escravidão no Brasil ao darem impulso ao tráfico interno de escravos para as áreas cafeeiras do Centro-sul do Império, as mais competitivas dentro da nova divisão internacional do trabalho. As bases da legitimidade da instituição no Brasil foram permanentemente danificadas após a aprovação da Lei do Ventre Livre em 1871, abrindo o caminho para a progressiva erosão do poder dos senhores, para o surgimento de um movimento abolicionista organizado em bases nacionais e para um novo protagonismo escravo. Ora, esses mesmos processos da economia-mundo capitalista que levaram à ampliação do mercado consumidor cafeeiro e que colocaram pressão crescente sobre as relações escravistas no Império do Brasil deram ensejo, na outra ponta da cadeia da mercadoria, ao avanço das fronteiras cerealíferas que produziram impacto devastador sobre a agricultura do Norte da Itália. As alterações no mercado mundial do trigo desestruturaram uma região que, até então, estivera fora dos fluxos globais de migração de massa.

Os trabalhadores rurais italianos que chegaram aos milhares no porto de Santos após 1886 foram encaminhados para unidades rurais que, se seguiam o mesmo padrão agrônomo criado no Vale do Paraíba na década de 1830, ampliaram em muito a escala espacial e de produção. Nas franjas pioneiras do Oeste Novo de São Paulo, foram montadas unidades que romperam com a planta produtiva do Vale, a mesma até então vigente no Oeste Velho. As novas fazendas apresentavam respostas inovadoras ao manejo de enormes quantidades de volume de grãos e à coordenação de forças de trabalho que podiam facilmente ultrapassar o milhar. A cafeicultura paulista pós-abolição, assim, deu prosseguimento à perversa associação criada no Caribe do século XVIII: quanto mais produtiva é a terra, maior é a exploração dos trabalhadores. O arranjo do

colonato, com uma complexa combinação de pagamento fixo (nas capinas dos cafezais), por tarefas (na colheita dos grãos) e permissão para o cultivo de mantimentos, permitiu aos fazendeiros paulistas a extração de uma enorme carga de trabalho dos imigrantes.³⁶

Tudo isso, enfim, salienta a necessidade de recuperarmos a categoria capitalismo para entendermos corretamente o passado escravista do Novo Mundo e suas articulações com os fluxos globais de mercadorias e pessoas. Ao fazê-lo, reencontramos a contribuição perene de Eric Williams e das gerações pregressas de historiadores e cientistas sociais brasileiros.

³⁶ Sobre a nova planta produtiva das fazendas do Oeste Novo, ver BENINCASA (2007, p. 277-312); sobre a exploração do trabalho sob o colonato, ver MARTINS (2010, p. 76).

Referências

- ALVIM, Zuleika Maria Forcioni. *Brava Gente! Os italianos em São Paulo, 1870-1920*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ANDRADE, Eloy de. *O Vale do Paraíba*. Rio de Janeiro: Real Gráfica, 1989.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. Unesp, 1996.
- ARRIGHI, Giovanni; BARR, Kenneth; HISEADA, Shuji. A transformação da empresa capitalista. In: ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. *Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial*. (1. ed: 1999; trad. port.). Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2001.
- ASHWORTH, John. *Slavery, Capitalism and Politics in the Antebellum Republic: Volume 2. The Coming of the Civil War, 1850-1861*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Uma rede fundiária em transição. In: BACELLAR, C.; BRIOSCHI, L. (Org.). *Na Estrada do Anhangüera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: CERUHumanitas, 1999.
- _____. Apogeu cafeeiro na Alta Mojiânia. In: BACELLAR, C.; BRIOSCHI, L. (Org.). *Na Estrada do Anhangüera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: CERUHumanitas, 1999.
- BACHA, Edmar. Política Brasileira do Café: uma Avaliação Centenária. In: BACHA, Edmar; GREENHILL, Robert. *150 anos de café*. Rio de Janeiro: Marcelino Martins & E. Johnston, 1992.
- BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1977.
- BENINCASA, Wladimir. *Fazenda paulista: arquitetura rural no ciclo cafeeiro*. 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura)—Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2007.
- BERGAD, Laird W. *Cuban Rural Society in the Nineteenth Century: the social and economic history of monoculture in Matanzas*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- _____. *The Comparative Histories of Slavery in Brazil, Cuba, and the United States*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo*: séculos XV-XVIII, volume 1: As Estruturas do Cotidiano. (1. ed. fr: 1979; trad. port.). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BRUCHEY, Stuart (Ed.). *Cotton and the Growth of the American Economy: 1790-1860. Sources and Readings*. New York: Harcourt; Brace & World, 1967.

CANABRAVA, Alice P. *O açúcar nas Antilhas: 1697-1755*. (1. ed: 1946). São Paulo: IPE; USP, 1981.

_____. A grande lavoura. (1. ed: 1971). In: _____. *História Econômica: estudos e perspectivas*. São Paulo: ABPHE; Hucitec; Ed.Unesp, 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. O modo de produção escravista colonial na América. In: SANTIAGO, Théo (Org.). *América Colonial*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.

_____. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependencia y Desarrollo en América Latina*. Mexico: Siglo XXI, 1969.

CARDOSO DE MELLO, João Manoel. *O Capitalismo Tardio*. (1. ed: 1978). Campinas: Edições Facamp, 2009.

CASTRO, Antonio Barros de. *Sete ensaios sobre a economia brasileira*. v. 2. Rio de Janeiro: Forense, 1971.

_____. As mãos e os pés do senhor de engenho: dinâmica do escravismo colonial. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). *Trabalho escravo, economia e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1984.

CHALHOUN, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 14, n. 26, 2009.

CLARENCE SMITH, William Gervase. The impact of forced coffee cultivation on Java, 1805-1917. *Indonesia Circle*, n. 64, 1994.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*. (1. ed. ingl.: 1973; trad. port.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

COSTA, Emília Viotti da. Política de terras no Brasil e nos Estados Unidos. In: _____. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *Da Senzala à Colônia*. (1. ed: 1966). São Paulo: Brasiliense, 1989.

COWAN, Brian. *The Social Life of Coffee: the emergence of the British coffeehouse*. New Haven: Yale University Press, 2005.

CRONON, William. *Nature's Metropolis: Chicago and the Great West*. New York: W.W.Norton, 1991.

DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. (1. ed. ingl.: 1976; trad. port.). Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977.

DELFIM NETTO, Antonio. *O problema do café no Brasil*. (1. ed: 1966). São Paulo: IPE; USP, 1981.

DRESCHER, Seymour. The Fragmentation of Atlantic Slavery and the British Intercolonial Slave Trade. In: JOHNSON, Walter (Ed). *The Chattel Principle: internal slave trades in the Americas*. New Haven: Yale University Press, 2004.

_____. *Abolition: a history of slavery and antislavery*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

DUBOIS, Laurent. *Avengers of the New World: the story of the Haitian revolution*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2004.

EDWARDS, Bryan. *The History, Civil and Commercial, of the British Colonies in the West Indies*. 2nd v. Dublin: 1793.

EISENBERG, Peter. A mentalidade dos fazendeiros no Congresso Agrícola de 1878. In: _____. *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora Unicamp, 1989.

EL-KAREH, Almir Chaiban. *Filha branca de mãe preta: a Companhia da Estrada de Ferro D. Pedro II, 1855-1865*. Petrópolis: Vozes, 1982.

ELSON, Robert. *Village Java under the Cultivation System: 1830-1870*. Sydney: Asians Studies Association of Australia in association with Allen and Unwin, 1994.

FAINI, Riccardo; VENTURINI, Alessandra. Italian Emigration in the PreWar Period. In: HATTON, Timothy J.; WILLIAMSON, Jeffrey G. (Ed.). *Migration and the International Labor Market: 1850-1939*. London: Routledge, 1994.

FALKUS, M.E. Russia and the International Wheat Trade: 1861-1914. *Economica*, New Series, v. 33, n. 132, Nov. 1966.

FERNANDES, Florestan; BASTIDE, Roger. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: UNESCO; Anhembi, 1955.

FOGEL, Robert William. *Without Consent or Contract: the rise and fall of American slavery*. New York: W.W.Norton, 1989.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul: 1850-1920*. Um estudo de relações não capitalistas de produção. 1983. Dissertação (Mestrado em História)—Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. (1. ed: 1969). São Paulo: Kairós, 1983.

FRANZINA, Emilio. *A Grande Emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. (trad. port.). Campinas: Editora Unicamp, 2006.

FRIEDMANN, Harriet. World Market, State, and Family Farm: Social Bases of Household Production in the Era of Wage Labor. *Comparative Studies in Society and History*, v. 20, n. 4, Oct. 1978.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. (1. ed: 1959). São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GEGGUS, David. Sugar and Coffee Cultivation in Saint Domingue and the Shaping of the Slave Labor Force. In: BERLIN, I.; MORGAN, P. (Org.) *Cultivation and Culture: labor and the shaping of slave life in the Americas*. Charlottesville, Va.: University Press of Virginia, 1993.

GENOVESE, Eugene. *O mundo dos senhores de escravos*. Dois ensaios de interpretação. (1. ed. ingl: 1969; trad. port.) Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. (ed. revista e ampliada). São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GONZÁLEZ FERNANDÉZ, Doria. Acerca del mercado cafetalero cubano durante la primera mitad del siglo XIX. *Revista de la Biblioteca Nacional José Martí*, v. 2, 1989.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. (1. ed: 1978). São Paulo: Ática, 1985.

_____. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

GRAHAM, Richard. Another Middle Passage? The Internal Slave Trade in Brazil. In: JOHNSON, Walter (Ed). *The Chattel Principle: internal slave trades in the Americas*. New Haven: Yale University Press, 2004.

GREENHILL, Robert. E. Johnston: 150 anos de café. In: BACHA, Edmar; GREENHILL, Robert. *150 anos de café*. Rio de Janeiro: Marcelino Martins & E. Johnston, 1992.

GUIMARÃES, Elione. *Terra de Preto: usos e ocupação da terra por escravos e libertos*. Vale do Paraíba mineiro, 1850-1920. Niterói: Editora da UFF, 2009.

GUISAN, J.B. *Traité sur les terres noyées de la Guyane*. Paris, 1788.

HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. (trad. port.) Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.

_____. *A Era do Capital: 1848-1875*. (trad. port.). São Paulo: Paz & Terra, 2000.

HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café*. Café e sociedade em São Paulo, 1886-1934. (trad. port.) Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1984.

INIKORI, Joseph E. *Africans and the Industrial Revolution in England. A Study in International Trade and Economic Development*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

- JOHNSON, Walter. On Agency. *Journal of Social History*, v. 37, n. 1, 2003.
- LABORIE, P.J. *The Coffee Planter of Saint Domingo*. London, 1798.
- LANA, Anna Lucia Duarte. *A transformação do trabalho*. Campinas: Ed. Unicamp, 1988.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- LARA, Silvia Hunold. *Blowin' in the Wind: Thompson e a experiência negra no Brasil. Projeto História*, São Paulo, n. 12, p. 43-56, out. 1995.
- MACHADO, Maria Helena P.T. *Crime e escravidão. Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. *O Plano e o Pânico. Os movimentos sociais na década da abolição*. São Paulo: Edusp; Ed. UFRJ, 1994
- MARQUESE, Rafael de Bivar. A paisagem da cafeicultura na crise da escravidão: as pinturas de Nicolau Facchinetti e Georg Grimm. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 44, p. 55-76, fev. 2007.
- _____. Diáspora africana, escravidão e a paisagem da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba oitocentista. *Almanack Braziliense*, n. 7, maio 2008.
- _____. Espacio y poder en la caficultura esclavista de las Américas: el Valle del Paraíba en perspectiva comparada, 1750-1850. PIQUERAS, José Antonio (Ed.). *Trabajo libre y trabajo coactivo en sociedades de plantación*. Madrid: Siglo XXI, 2009a.
- _____. A ilustração lusobrasileira e a circulação dos saberes escravistas caribenhos: a montagem da cafeicultura brasileira em perspectiva comparada. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 16, n. 4, out./dez. 2009b.
- MARQUESE, Rafael de Bivar; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: GRINBERG, K.; SALLES, R. (Org.). *O Brasil Imperial: v. II, 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis Peixoto. Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão. *Topoi*, v. 12, n. 23, jul./dez. 2011.
- MARRERO, Levi. *Cuba: Economía y Sociedad*. Madri: Ed. Playor, 1984.
- MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. (ed. rev. e ampliada). São Paulo: Contexto, 2010.
- MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e ferrovias. A evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. (1. ed: 1973). São Paulo: Pontes, 1990.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema. A formação do Estado Imperial*. São Paulo: INL; Hucitec, 1987.
- MATTOS DE CASTRO, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio. Os significados da liberdade no Sudeste escravista: Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

MAY, Louis-Phillipe. *Histoire Économique de la Martinique: 1635-1763*. (1. ed: 1930). Fort de France: Société de Distribution et de Culture, 1972.

MAY, Robert E. *The Southern Dream of a Caribbean Empire: 1854-1861*. Gainesville: University Press of Florida, 2002.

McDONALD, Michelle Craig. *From Cultivation to Cup: Caribbean Coffee and the North American Economy, 1765-1805*. PhD Dissertation. Michigan: The University of Michigan, 2005.

McDONALD, Michelle Craig; TOPIK, Steven. Americanizing Coffee: Remaking a Consumer Culture. In: TRENTMANN, Frank; NÜTZNADEL, Alexander (Ed.). *Food and Globalization: Consumption, Markets and Politics in the Modern World*. Oxford: Berg Publishers, 2008.

MEINIG, D.W. *The Shaping of America. A Geographical Perspective on 500 years of History: volume II, Continental America, 1800-1867*. New Haven: Yale University Press, 1993.

MELLO, Pedro Carvalho de. Aspectos econômicos da organização do trabalho da economia cafeeira do Rio de Janeiro: 1850-1888. *Revista Brasileira de Economia*, v. 32, n. 1, jan./mar. 1978.

_____. Expectations of Abolition and Sanguinity of Coffee Planters in Brazil, 1871-1888. In: FOGEL, Robert William; ENGERMAN, Stanley L. (Ed.). *Without Consent or Contract. The Rise and Fall of American Slavery. Conditions of Slave Life and the Transition to Freedom. Volume 2 – Technical Papers*. New York: W.W. Norton, 1992, p. 62-946.

MELLO, Pedro Carvalho de; SLENES, Robert W. Análise econômica da escravidão no Brasil. In: NEUHAUS, Paulo (Org.). *Economia brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p. 89-122.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. (1. ed. fr.: 1952; trad. port.). São Paulo: Hucitec, 1984.

MONTEITH, Kathleen. Planting and Processing Techniques on Jamaican Coffee Plantations, During Slavery. In: SHPHERD, V. (Ed.). *Working Slavery, Pricing Freedom. Perspectives from the Caribbean, África and the African Diaspora*. Kingston: Ian Randle Publ.; Oxford: James Currey Publ., 2002.

MORENO FRAGINALS, Manuel. *O engenho: complexo socioeconômico açucareiro cubano*. (trad. port.) São Paulo: Hucitec; Unesp, 1989, 3. v., v.II.

MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além*. O tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição, Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887). Tese (Livre Docência). São Paulo: FEA/USP, 2010

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial: 1777-1808*. São Paulo: Hucitec, 1979.

O'ROURKE, Kevin H. The European Grain Invasion: 1870-1913. *The Journal of Economic History*, v. 57, n. 4, Dec. 1997.

PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil: 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo*. Expansão e declínio: 1765-1851. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

PIQUERAS, José Antonio. El Dilema de Robison y las Tribulaciones de los Historiadores Sociales. *Historia Social*, n. 60, 2008, p. 59-89.

PIRES, Anderson. *Capital agrário, investimento e crise da cafeicultura de Juiz de Fora: 1870-1930*. 1993. Dissertação (Mestrado)—Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

_____. *Café, Finanças e Indústria*. Juiz de Fora, 1889-1930. Juiz de Fora: Funalfa, 2009.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. (1. ed: 1942). São Paulo: Brasiliense, 1987.

RIBAS, Rogério de Oliveira. *Tropeirismo e escravidão: um estudo das tropas de café das lavouras de Vassouras, 1840-1888*. 1989. Dissertação (Mestrado)—Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1989.

RICHARDS, Leonard L. *The Slave Power*. The Free North and Southern Domination: 1780-1860. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2000.

ROTHSTEIN, Morton. America in the International Rivalry for the British Wheat Market: 1860-1914. *The Mississippi Valley Historical Review*, v. 47, n. 3, Dec. 1960.

RYDEN, David Beck. *West Indian Slavery and British Abolition: 1783-1807*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. *As ferrovias de São Paulo: 1870-1940*. São Paulo: Hucitec; INL/MEC, 1981.

_____. Estradas de ferro e diversificação da atividade econômica na expansão cafeeira em São Paulo: 1870-1900. In: SZMRECSÁNSYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1996.

SAINTHILAIRE, Auguste de. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo: 1822*. (trad. port.) São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX*. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SAMPER, Mário; FERNANDO, Radin. Historical Statistics of Coffee Production and Trade from 1700 to 1960. In: CLARENCESMITH, William Gervase; TOPIK, Steven (Ed.). *The Global Coffee Economy in Africa, Asia, and Latin América: 1500-1989*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SCHOEN, Brian. *The Fragile Fabric of Union*. Cotton, Federal Politics, and the Global Origins of the Civil War. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2009.

SINHA, Manisha. *The Counter Revolution of Slavery*. Politics and Ideology in Antebellum South Carolina. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2000.

SLENES, Robert W. *The Demography and Economics of Brazilian Slavery*. PhD Dissertation. Stanford: Stanford University, 1976.

_____. Grandeza ou Decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da Província do Rio de Janeiro: 1850-1888. In: COSTA, I. del Nero da (Org.). *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986.

_____. O escravismo por um fio? Prefácio ao livro de GOMES, Flávio dos Santos. *A Hidra e os Pântanos*. Mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX). São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

_____. Brazil. In: PAQUETTE, Robert L.; SMITH, Mark M. (Ed.). *Oxford Handbook of Slavery in the Americas*. New York: Oxford University Press, 2010. p.124.

SMITH, S.D. Accounting for Taste: British Coffee Consumption in Historical Perspective. *Journal of Interdisciplinary History*, v. 27, n. 2, Autumn 1996.

_____. Sugar's Poor Relation: Coffee Planting in the British West Indies, 1720-1833. *Slavery and Abolition*, v. 19, n. 3, 1998.

STEIN, Stanley J. *Vassouras*. Um município brasileiro do café: 1850-1900. (1. ed: 1957; trad. port.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

STOLCKE, Verena; HALL, Michael. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. *Revista Brasileira de História*, n. 6, set. 1983.

TADMAN, Michael. *Speculators and Slaves*. Masters, Traders, and Slaves in the Old South. Madison: University of Wisconsin Press, 1989.

TAKAKI, Ronald T. *A ProSlavery Crusade*. The Agitation to Reopen the African Slave Trade. New York: The Free Press, 1971.

THURBER, Francis Beatty. *Coffee, from Plantation to Cup*. 6th ed. New York: American Grocer Publ., 1884.

TOMICH, Dale. *Through the Prism of Slavery: Labor, Capital, and World Economy*. Boulder, Co: Rowman & Littlefield, 2004. p. 331.

_____. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: GRINBERG, K.; SALLES, R. (Org.). *O Brasil Imperial*: vol. II, 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. Econocide? From Abolition to Emancipation in the British and French Caribbean. In: PALMIÉ, Stephan; SCARANO, Francisco (Ed.). *The Caribbean. A History of the Region and Its Peoples*. Chicago: The University of Chicago Press, 2011.

TOPIK, Steven. The Integration of the World Coffee Market. In: CLARENCE-SMITH, W.G.; TOPIK, S. (Ed). *The Global Coffee Economy in Africa, Asia, and Latin América: 1500-1989*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

TOPLIN, Robert. *The Abolition of Slavery in Brazil*. New York: Atheneum, 1975.

TROUILLOT, Michel Rolph. Motion in the System: Coffee, Color, and Slavery in Eighteenth Century Saint Domingue. *Review. A Journal of the Fernand Braudel Center*, v. 5, n. 3, Winter 1982.

TUCHSCHERER, Michel. Coffee in the Red Sea Area from the Sixteenth to the Nineteenth Century. In: CLARENCE-SMITH, W.G.; TOPIK, S. (Ed). *The Global Coffee Economy in Africa, Asia, and Latin América: 1500-1989*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

VAN DELDEN LAËRNE, C.F. *Brazil and Java*. Report on Coffee Culture in America, Asia, and Africa. Londres; Haia: Martinus Nijhoff, 1885.

VERSIANI, F.R.; VERGOLINO, J.R.O. *Preços de escravos em Pernambuco no século XIX*. Texto para Discussão nº 252. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2002.

WEINSTEIN, Barbara. The Decline of the Progressive Planter and the Rise of Subaltern Agency: Shifting Narratives of Slave Emancipation in Brazil. In: JOSEPH, Gilbert M. (Ed.). *Reclaiming the Political in Latin American History*. Essays from the North. Durham: Duke University Press, 2001. p. 81-85.

WERNECK, Luis Peixoto de Lacerda. Breves considerações sobre a posição atual da lavoura de café. *Almanack Laemmert*, Suplemento. Rio de Janeiro: Laemmert, 1855.

WHATELY, Maria Celina. *O café em Resende no século XIX*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

WILLIAMS, Eric. *Capitalism & Slavery*. (1st ed: 1944). Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1994.

_____. *Capitalismo e Escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p.1517.

WOLF, Eric. *A Europa e os Povos sem História*. (1. ed: 1982; trad. port.). São Paulo: Edusp, 2009.

WRIGHT, Gavin. *Political Economy of the Cotton South*. Households, Markets, and Wealth in the Nineteenth Century. New York: W.W.Norton, 1978.

_____. Capitalism and Slavery on the Islands: A Lesson from the Mainland. In: SOLOW, B.L.; ENGERMAN, S.L. (Ed.). *British Capitalism & Caribbean Slavery*. The Legacy of Eric Williams. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

Geração Coca-Cola: um “best seller” esquecido e a história cultural da “quase década” (1955-1964)

James Woodard

Professor de História da Montclair State University, com doutorado e mestrado na Brown University. Autor de *A place in politics: São Paulo, Brazil, from seigneurial republicanism to regionalist revolt* (Duke University Press, 2006)

Ao receber o convite dos organizadores para participar de um seminário em comemoração à abertura das novas instalações do Arquivo Público do Estado de São Paulo e em homenagem à Profa. Emilia Viotti da Costa, pensei, num primeiro momento, que deveria apresentar um trabalho baseado em minhas pesquisas nas coleções do APESP – pesquisas que contribuíram para a preparação da minha tese de doutorado, defendida em agosto de 2003 e publicada, depois de um longo processo de revisão, em abril de 2009. Num segundo momento, pensei que seria melhor ainda se pudesse apresentar um trabalho que ao mesmo tempo estabelecesse algumas ligações entre aquelas pesquisas e uma ou mais das muitas contribuições historiográficas feitas pela Profa. Emilia. Pensei em escrever algo sobre a chamada Revolução de 1932, já que é um tema sobre o qual ela organizou uma coleção de documentos, publicada pelo Arquivo do Estado no quinquagésimo aniversário deste evento. Mas, apesar do Movimento de 1932 figurar de forma importante na conclusão da minha tese e do livro que resultou dela (o subtítulo de ambos é “São Paulo, Brazil, from Seigneurial Republicanism to Regionalist Revolt” – a “rebelião regionalista” sendo aquela de 1932), desisti da ideia. Em primeiro lugar, estava certo de que a Barbara Weinstein falaria sobre 1932, e de que as comparações inevitáveis entre as nossas falas só poderiam ser desvantajosas para mim. Em segundo, já publiquei o que queria dizer sobre os eventos de 1932, mas não sobre os eventos e ocorrências das décadas anteriores. Em particular, pensei em contribuir com uma discussão acerca do radicalismo pequeno-burguês daqueles anos, tanto na capital do estado quanto no porto de Santos e em algumas cidades do interior. Esse radicalismo operava nas margens de movimentos mais amplos (a última campanha presidencial de Ruy Barbosa; a Reação Republicana; a rebelião de 1924; o Partido Democrático de São Paulo), e sua atuação política foi ligada a uma parte da imprensa paulistana, na época chamada de “imprensa amarela” ou “imprensa de escândalo”. Essa imprensa pode ser exemplificada pelo jornal vespertino *O Combate* e pela revista semanal *O Parafuso*. Uma discussão do assunto, e do republicanismo radical ligado a essa imprensa, me ofereceria a oportunidade de dialogar com aspectos do trabalho da Profa. Emilia, em particular o seu interesse duradouro nas tensões entre a liberdade e a necessidade (*freedom and necessity*) ou agência e estrutura (*agency and structure*) na política popular.

Mas o meu plano não vingou. James Green já tinha falado aos outros organizadores do seminário sobre algumas comunicações minhas, recentemente apresentadas em

congressos da American Historical Association. Tratavam-se de trabalhos sobre o consumismo, a cultura de consumo e a americanização durante a chamada “quase década” brasileira, de 1955 a 1964.¹ Meu ponto de partida era que historiadores do Brasil nos Estados Unidos, com poucas exceções sem importância, tinham pulado um período rico e significativo. Como resultado, argumentei que temos estudos valiosos da história cultural da “Era Vargas” e uma crescente produção historiográfica sobre a qual alguns têm se referido como “o longo 1968”, mas os anos marcados pelo intervalo tinham sido desprezados. Esse foi o assunto escolhido pelos organizadores para o seminário de hoje, um assunto que faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo, concluído em 2010, e que será a base de um novo livro, sobre as origens do consumismo, da ideologia e das instituições consumistas no Brasil.

* * *

Para a minha comunicação, escolhi como tema um episódio esquecido da “quase década”. Em agosto de 1957, foi publicado um livro pequeno, mas polêmico, obra de um jornalista chamado Pascoal Melantônio. O título do livro é *Geração Coca-Cola*, uma expressão reprovativa usada pela primeira vez no Brasil nos anos 40 – segundo alguns, por Luiz Martins, para caracterizar os jovens membros do grupo *Clima*, entre eles Antonio Cândido de Mello e Souza (GAMA, 1998) – e que reapareceria eventualmente desde aquele tempo. No contexto do final da década de 1950 e início da de 1960, a polêmica do autor gerou um grande interesse público. A primeira impressão do livro esgotou-se em pouco tempo, motivando a publicação de uma segunda edição em 1959, “que teve a melhor aceitação do público e da crítica [...] permanecendo aqui em São Paulo durante várias semanas como um dos livros mais vendidos”, segundo a orelha da terceira edição, publicada em 1963. Naquele tempo, como hoje, um livro que chegasse à sua terceira edição tinha realizado um feito impressionante. Nesse caso, o livro foi impulsionado por duas forças justapostas: a cobertura da mídia de massa (em jornais matutinos e vespertinos, e também no rádio) e a polêmica causada pela obra, que se encaixou naquele momento cultural específico, reforçando algumas das suas preocupações sociais mais importantes.

Cada uma das três edições do livro foi revista e atualizada. Infelizmente, ainda não foi possível encontrar um exemplar da primeira edição, de agosto de 1957. A terceira edição, que – segundo veremos – é a mais radicalmente revista, é a que se acha com mais facilidade hoje em dia. Foi mais difícil encontrar um exemplar da segunda edição; segundo o prefácio, e fazendo comparações entre o texto de 1959 e as resenhas da primeira edição, a segunda deve ser bastante fiel à primeira.²

De acordo com as três edições do livro, uma “geração coca-cola” tinha surgido no Brasil. Essa geração era sintoma de uma síndrome tão geral quanto perigosa, a “americanização” do Brasil. Para Melantônio, segundo as duas primeiras edições do

¹ A expressão “quase década” é de FRANCIS (1980).

² Após a escrita desse texto, encontrei um exemplar da primeira edição de *Geração Coca-Cola*. A principal diferença entre essa edição e a segunda é a ampliação da última, pela inclusão de quatro crônicas novas; de resto, os dois livros são quase idênticos.

livro, as origens desse problema decorreram da Primeira Guerra Mundial, e do declínio da influência francesa e ascensão da norte-americana. Não é que Melantônio se identificasse completamente com a tradição francófila – ele também criticou, de uma maneira geral, “o feio vício de subestimar as nossas coisas, os nossos hábitos e costumes” (MELANTONIO, 2. ed., p. 11) –, mas aceitava aquela tradição como um aspecto mais ou menos inevitável da formação cultural brasileira: “Até os fins do século XIX, vivíamos enamorados da França. Falávamos francês, vestíamos à francesa, amávamos à gaulesa e chegávamos até a pensar como nos ditava Paris.” É verdade, uma verdade feliz na interpretação de Melantônio, que “em São Paulo, e noutras regiões temperadas do país”, a influência francesa era amenizada pela “influência inglesa”, mas essa influência “não chegou a preponderar, porquanto a maioria achava mais interessantes e sutis os figurinos franceses, que tinham a seu favor a nossa elite intelectual, a nossa aristocracia rural e econômica”. Predominante até a década de 1910, essa situação se desfez no pós-guerra:

O avião, os trens elétricos, o telégrafo sem fio, o cinema falado, modificaram por completo o panorama no Brasil e conseqüentemente, os costumes de sua gente. Desapareceu completamente a influência francesa e o mundo latino deixou de existir para nós. E no ano da graça de 1959, o que é que verificamos? Simplesmente isso: -- o brasileiro, o povo menos disposto a americanizar-se, americanizou-se completamente. (2. ed., p. 12).

Essa americanização, para Melantônio, se resumia à adoção dos produtos e das práticas do consumismo norte-americano: o “cidadão fumando” cigarros de marca norte-americana; moças se perfumando com preparações de marca “Yankee”; moços vestindo “roupas extravagantemente esportivas”; o sucesso “desses miraculosos ‘big’ [...] romances americanos” (2. ed., p. 13), e também das histórias em quadrinhos, produto “do ‘Coca-colismo’ mental que caracteriza a maior parte desta geração [...] juventude materialista, esportiva, e inconseqüente” que prefere “coisas fáceis e simples. O rádio [...] o cinema e a televisão [...]” (2. ed., p. 67-68) e a revista *Seleções de Reader’s Digest*, “que segundo eles próprios dizem, é prática, barata e não é nacional” (2. ed., p. 16). Como indica o uso da palavra “big”, o progresso da americanização havia ido muito além da área da cultura material, chegando a ser algo que afetava o comportamento e até a própria linguagem: “Como se porta, hoje, a nossa mocidade? Francamente à americana. Um grupo de rapazes conversando, sem dúvida alguma, é a coisa mais gozada e pitoresca do mundo em que vivemos. É ‘big’ para cá, é ‘big’ para lá. É ‘alô boy’ aqui e ‘alô boy’ acolá. ‘Okay’ é uma palavra então que se ouve a todo instante” (2. ed., p. 13). Rapazes – “sem gravata, sem paletó, faça frio ou calor, mascando chicletes” – enchendo os cinemas e imitando “os heróis de Hollywood” (2. ed., p. 14). Para “os adolescentes de ambos os sexos”, entre eles “garotas de calças rancheiro” – que seriam “blue jeans” no prefácio à terceira edição –, “moças e rapazes da classe média para cima, freqüentadores de bons colégios”; para eles não havia salvação da “moléstia grave” do “rock and roll” (2. ed., p. 33, 35). O julgamento de Melantônio era arrasador: “Essa gente

atравanca o trânsito, enche os cinemas, infelicita a rua Barão de Itapetininga, estoura, aos sábados, na Avenida São João e arruína o Brasil.” (2. ed., p. 14).

Hollywood, *rock and roll*, histórias em quadrinhos, chicletes, *Seleções*, roupas esportivas, “*blue jeans*”, mas particularmente Hollywood – aqui estavam os culpados, todos “*Made in the U.S.A.*” Essa ideia fixa levou Melantônio a alguns erros flagrantes, por exemplo, na sua denúncia da “geração coca-cola” como sendo “a mocidade que está ao par dos últimos acontecimentos esportivos, a principal responsável pela renda fabulosa dos jogos de futebol.” (2. ed., p. 13). Diga-se o que quiser da “americanização”, não acho possível culpar os Estados Unidos pela paixão nacional pelo jogo inglês – e, vamos também notar que a popularidade do futebol no Brasil dos anos 50 não era algo novo, limitado à geração-alvo do escritor, de vinte anos ou menos.

Matizes como esses, todavia, provavelmente escaparam à notícia do público daquela época, pois no momento em que o livro *Geração Coca-Cola* chegou às prateleiras das livrarias paulistas aquele público já estava sofrendo de um “pânico moral”. Ou seja, ao voltar sua atenção para aquela época, o historiador se acha diante de um daqueles episódios psicossociais em que membros preeminentes de uma comunidade (seja local, regional ou nacional) reagem de forma aparentemente irracional e/ou excessiva frente a uma suposta ameaça aos códigos culturais dominantes. A expressão “geração coca-cola” logo se tornou sinônimo de outra expressão que correria boca a boca: “juventude transviada” – não por acaso o título do penúltimo filme de James Dean, lançado no Brasil em 1956, após a morte do ator principal. Uma geração errante, delinquente, talvez devassa. Segundo Melantônio,

[...] essa juventude transviada, caminha para a ruína e completa dissolução. Sem ideais, sem objetivos nobres, sem amparo, inimiga do sacrifício e da modéstia, crescem desfibrados e céticos e, ao mesmo tempo, perigosos, porquanto insensatos, e amanhã, como homens feitos, vão aumentar o lúgubre exército daqueles que já chafurdaram no vício e na degradação, de cujo espetáculo os dias que correm servem de cenário para todos aqueles que querem ver. (2. ed., p. 34).

Meses depois de esgotada a primeira edição do livro, os Tenentes do Diabo combinaram as duas expressões num dos temas do carnaval carioca de 1958: a condenação da “Juventude Coca-Cola” pelo clube tradicional. A morte da jovem Aida Cury, pouco tempo depois, pareceu confirmar todos os temores dos pais de família, como também de outras autoridades da época: ela se jogou ou foi jogada do décimo segundo andar de um prédio residencial em Copacabana, em julho de 1958, depois de uma tentativa de estupro por parte de dois ou mais rapazes. “O crime do Edifício Rio Nobre colocava sob os holofotes a Juventude Transviada”, segundo o jornalista e memorialista Joaquim Ferreira dos Santos, “se pregava [este] rótulo num grupo de jovens com gostos mais ou menos afins: no caso, *rock and roll*, camisa vermelha nos rapazes e calça jeans nas garotas, tudo jogado em cima de uma lambreta.” (SANTOS, 1997, p. 39).

Entretanto, no momento do lançamento da primeira edição de *Geração Coca-Cola*, o pânico moral acerca da chamada juventude transviada não tinha alcançado o nível de 1958 em diante – no qual políticos, jornalistas, psicólogos e até generais do exército iriam entrar no debate, cada um contribuindo para a inquietação reinante. Em 1957, do ponto de vista de Melantônio, o declínio geral no prestígio da literatura e das artes, e particularmente o declínio da autoridade patriarcal, ocupou espaços que mais tarde seriam preenchidos por temores mais sinistros. O primeiro deles é exemplificado pela sua reclamação sobre “a geração que sabe de cor e salteado o nome do último ‘crack’ da pelota e ignora a existência de um Cesar Lattes; que ovaciona um chute de Zizinho mas nunca leu Ruy Barbosa.” (2. ed., p. 13-14). Aqui estava “uma casta nociva que não pensa, não lê, e cuja única preocupação é o diploma fácil e uma baratinha. O teatro, a música, a literatura, a arte, para eles não existem... e se existem de nada servem. Para eles, só o cinema, e assim mesmo, de Hollywood, pois num clima falso e artificial é que eles se sentem felizes.” (2. ed., p. 14-15). Ao declínio do prestígio simbólico de patriarcas literários e políticos exemplificados por Ruy Barbosa, era somado o declínio da autoridade patriarcal no dia a dia: a crise do “regime patriarcal, o tal do regime do fio de barba, [em que] era obrigado a obedecer o pai.” (2. ed., p. 58).

Seria razoável supor que o lamento sobre o desprestígio de Ruy em comparação com Zizinho era tanto uma questão racial quanto cultural, mas neste caso – apesar do fato de que questões raciais surgem, aqui e ali, na polêmica – argumentarei que a questão suma era social, ou de classe (concordaria, entretanto, que classe, raça, e cultura são quase impossíveis de desenredar em contextos como este). Para Melantônio, um autodidata, filho de imigrantes, nascido numa cidade do interior do estado de São Paulo, o arrivismo dos “novos ricos”, como também os ultrajes de “playboys” de origens tradicionais, eram elementos absolutamente centrais das crises moral e cultural personificadas nos membros da “geração coca-cola”. E, de fato, na sua discussão dos “coca-colas”, Melantônio fez uma distinção entre três subgrupos. Segundo ele, “A geração ‘coca cola’, como todas as outras coisas, divide-se em três classes” – um ponto de vista bastante coerente com a sua própria posição social. A terceira classe era a “a mais humilde”, e também a menos afrontosa, sendo “composta daqueles que aos domingos vestem um terno novo, assistem a um jogo de futebol, e à noite, comem e se embriagam para melhor poderem dormir o sono dos justos e dos bem aventurados”. “Os da segunda classe”, continuou, “são aqueles, comerciários, bancários, ou filhos de novos ricos, que aos sábados vão aos cinemas (filmes americanos) para fazerem barulho e incomodarem os vizinhos”, e depois “põem à mostra as últimas boçalidades aprendidas na película *A lei do mais forte*”. “Aos domingos, à tarde, os que têm automóvel, percorrem os bairros proletários, com o objetivo único de conquistarem todas as moças que encontrarem na sua passagem. Os que não o têm, afundam-se nas domingueiras dançantes exibindo a sua cretinice em passo de Fox.” (2. ed., p. 15). Porém, Melantônio reservou o peso da sua ira para “Os da primeira classe, a mais infeliz de todas, os chamados ‘granfinos’, oriundos de nossas famílias de tradição e fortuna,

donos de luxuosos automóveis, fumando vastos cachimbos, que se dirigem a qualquer tempo ao Guarujá ou às chamadas ‘boites’ elegantes”. Os membros deste grupo e seus pares *nouveaux riches* mereceram um capítulo a parte (“Covardias dos ‘Play-Boys’” – capítulo publicado pela primeira vez na segunda edição, p. 83-84), e outras censuras em crônicas que os repreendem: “o novo rico [...] semianalfabeto, pretensioso, egoísta, que exhibe despididamente o seu Cadillac e as vistosas jóias da sua bem nutrida consorte, como se fossem o maior atestado de bom gosto e finura.” (1. ed., p. 24-25; 2. ed., p. 24); “novos ricos, beneficiários de negociatas escandalosas, ambientados com o mercado negro e o contrabando”, misturados com “as famílias de tradição... que assistem impassíveis, dando um atestado triste de sua fraqueza e pusilanimidade, a decadência e a derrocada de todos aqueles princípios que serviram de arcabouço a uma sociedade decente, que sempre foi motivo de justo orgulho e ufanía de seus antepassados.” (1. ed., p. 33-34; 2. ed., p. 33); e *composite characters* como “um polonês baixinho e descorado, milionário uma porção de vezes, enriquecido ao que parece, num vultuoso contrabando de televisores”, dono de um “rico e confortável automóvel” (1. ed., p. 19; 2. ed., p. 18). Nessas citações encontramos um rancor expressado abertamente perante uma audiência considerável, e não – como sugerido num livro bastante citado entre especialistas norte-americanos, cujo tema é “the making of middle-class lives in Brazil” – inquietações privadas e medo de declínio social, anseios particulares que não achariam seu lugar próprio no discurso público da época (OWENSBY, 1999).

* * *

Espero ter mostrado que a polêmica do livro *Geração Coca-Cola* ofereceu alguma coisa a todos. À direita, os conservadores podiam apreciar os apelos às tradições patriarcais e às raízes “latinas” do país (esta é outra maneira pela qual as questões de raça se inserem no livro). Ao mesmo tempo, os leitores da esquerda podiam aplaudir as denúncias da grã-finagem e dos novos ricos. Nacionalistas de todas as estirpes podiam unir-se para lamentar a desnacionalização da mocidade.

Espero também já ter sugerido que o resultado foi uma sensação; houve uma sinergia entre a receptividade da mídia às mensagens do livro e a popularidade destas. Dentro de dois meses, a primeira edição do livro foi tema de pelo menos duas transmissões da Rádio Gazeta. Até o fim de 1957, quando foi lançado, o livro foi assunto de pelo menos três reportagens no jornal *A Gazeta*, do mesmo grupo. Também mereceu resenhas em *O Estado de S. Paulo*, *Folha da Noite*, *Diário Popular* e *Última Hora*. A cobertura do livro pela imprensa paulistana continuou no início de 1958 – nas *Folhas*, no *Diário da Noite* e no *Correio Paulistano*. *Geração Coca-Cola* foi noticiado até pela mais importante revista intelectual paulistana da época, a *Anhembi*.³ Ao mesmo tempo,

³ Alguns anos depois, *Anhembi*, revista dirigida por Paulo Duarte, iria publicar um ensaio da Profa. Emilia sobre “A consciência de crise no pensamento ocidental”. Embora o artigo tratasse de figuras mais destacadas do que Melantônio e seus interlocutores na imprensa e no rádio, várias das suas considerações seriam aplicáveis à “consciência de crise” destes. Por exemplo: “A idéia de mediocrização da cultura resulta na realidade de uma ilusão de um grupo, o qual pressionado pelos seus próprios problemas enxerga toda a realidade desse ângulo parcial. Por outro lado muitos dos aspectos dessa ‘crise’ não comprometem todos os grupos sociais igualmente, nem atingem a toda a civilização ocidental. As conclusões pessimistas a propósito do estado em que se encontra a civilização ocidental, [...] talvez não encontrem nas gerações próximas a receptividade que tiveram nos meados deste século.” E mais adiante: “Não há dúvida que a

como já indiquei, os Tenentes do Diabo fizeram do assunto um tema do carnaval carioca daquele ano.

Dois exemplos da recepção crítica do livro merecem um pouco mais da nossa atenção. Eles vêm de lados opostos do espectro político da época: do *Correio Paulistano* (historicamente republicano e nominalmente secular, mas naquele momento sob o controle de um grupo ligado ao conservadorismo católico) e da edição paulistana do jornal *Ultima Hora* (representante da esquerda nacionalista).

Em *Geração Coca-Cola*, Melantônio citou de uma forma bem favorável o diretor do *Correio Paulistano*, João de Scantimburgo (um escritor católico leigo que se dava ares de filósofo). O resenhista do *Correio*, Antonio D’Elia, retribuiu o favor ao identificar no livro uma “honesta intenção moralizadora e espinhafradora [que] repele o uso do humor voltaireano para ficar num azedume que se aproxima do de La Rochefoucauld, [e que] diz sem dúvida verdades sobre a nova geração”. Vale a pena notar pelo menos duas coisas acerca dessa resenha: em primeiro lugar, que o autor dela, assim como o autor do livro, era jornalista, de meia-idade, e de ascendência italiana; em segundo lugar, o contrassenso das referências eruditas a Voltaire e ao Duque de Rochefoucauld, na resenha de um livro que criticava a tendência brasileira de se deixar influenciar pelas ideias e comportamentos que vinham de fora (D’ELIA, 1958).

Na edição paulistana de *Ultima Hora*, o jornalista Fernando Goes – nascido na Bahia e descrito por Oracy Nogueira como “mulato” (CAVALCANTI; NOGUEIRA, 1995, p. 125) – também se mostrou entusiasta do livro. Segundo ele,

O autor reuniu neste livro uma série de crônicas em que se revolta muito justamente com uma série de transformações a que estamos assistindo em nossa cidade. A chamada “Geração Coca Cola”, as modas ianquis solapando nossas tradições, o império dos novos ricos, são esses os temas em torno dos quais giram suas crônicas, sempre agradáveis, porquanto, Paschoal Melantônio é dono de um espírito irônico e sarcástico.⁴

Recipiente de louvores da esquerda e da direita, de cobertura na imprensa e no rádio, não é de se surpreender que o livro tenha alcançado uma terceira edição. Porém, as revisões e outras modificações que o texto recebeu entre a segunda edição e a terceira merecem um pouco de descrição.

Em primeiro lugar, a terceira edição é bem mais curta, com menos da metade das páginas da segunda edição. Capítulos inteiros foram cortados, numa tentativa de produzir o “verdadeiro ‘best seller’” de 1959 “em formato mais popular como convém a obras dessa natureza” (orelha da 3. ed.).

Em segundo lugar, houve modificações pequenas – algumas apenas no sentido de atualizar o texto; outras mostrando mudanças na perspectiva do autor. O “twist” se

família patriarcal, ou pelo menos aquela que se fundamentava na total submissão da mulher, desaparece. Mas isso não significa necessariamente decadência, nem o fim da civilização.” Cf. COSTA (maio 1962).

4 *Ultima Hora*, 11 de agosto de 1957, citado na quarta capa da segunda edição de *Geração Coca-Cola*. Infelizmente, segundo as minhas pesquisas, aquele número da edição paulistana de *Ultima Hora* não consta na coleção do Arquivo Público do Estado de São Paulo (pesquisa realizada em 2010), nem na hemeroteca da Biblioteca Nacional (pesquisa realizada em 2012).

juntou ao “*rock and roll*” como evidência de declínio moral (3. ed., p. 23-25). Na segunda edição, a admiração da mocidade por Zizinho e sua ignorância a respeito de Ruy Barbosa provocaram o escárnio de Melantônio; na terceira, Zizinho foi substituído por Pelé (3. ed., p. 20). A ascensão, literal e figurativa, do apartamento como forma de moradia surgiu como alguma coisa a ser condenada, “[n]um país de imensa extensão territorial como o nosso, [onde] o lógico seria um crescimento horizontal e não vertical como se verificou”, porque “transformou radicalmente as bases em que se assentava a estrutura patriarcal da família brasileira, nos seus aspectos mais tradicionais, de acordo com as suas legítimas origens latina e lusitana” (3. ed., p. 6). Outro alvo novo era a adoção de hábitos alimentares norte-americanos, “a mudança do sistema de alimentação, com o uso imoderado dos alimentos enlatados, e com a proliferação assustadora de inúmeras casas de lanche, onde a comida é servida no balcão, verdadeiras manjedouras, com banquetas coloridas, sem espaldar, onde é preciso ser de circo, ou conhecer as artes de um perfeito acrobata, para se conseguir um relativo e precário equilíbrio” (3. ed., p. 6).

Na terceira edição, o declínio da influência europeia no Brasil e sua substituição pela influência norte-americana são datados de 1930 para cá, e não desde o final da década de 1910 (3. ed., p. 6; 13). Essa revisão, que pode parecer de primeiro como sendo de pouca importância, é algo que voltaremos a discutir.

Homofobia, um tema menor na segunda edição, é algo visível desde a primeira página do prefácio da terceira edição. Nele, encontramos a descrição de “um ‘play-boy’, um infeliz, um desses latagões imberbes, que usam ‘*blue-jeans*’ apertados para modelar e realçar as formas, como fazem as mulheres ‘coquetes’, cabelos compridos (que dizem ser para enfrentar o calor), blusões pesadíssimos, duas vezes mais que qualquer paletó (assim é que eles procuram vencer o verão), pulôveres de lã enroladinhos no pescoço, tudo de acordo com o último figurino, matou um médico com quem mantinha relações homossexuais desde a adolescência, que o sustentava como se sustenta uma concubina qualquer.” (3. ed., p. 5-6).

Na sua discussão desse caso, que diferentemente do da jovem Aida Cury não chegou a fazer parte da memória contemporânea do Brasil, como também em outras partes do prefácio da terceira edição, Melantônio se mostrou mais apto a culpar os pais e mães brasileiros, e de fato a sociedade brasileira como um todo, do que os membros de uma só faixa etária (a “geração coca-cola” do título).

Apesar do corte de mais da metade das páginas da segunda edição, Melantônio encontrou espaço para palavras amáveis dirigidas ao escritor Cláudio de Araújo Lima, e incluiu dois extratos longos do seu livro *Imperialismo e angústia*, publicado em 1960 pela editora Civilização Brasileira, da esquerda nacionalista. Aqui encontramos uma ponte para um livro que não caiu no mesmo esquecimento a que foi relegado *Geração Coca-Cola*, e que é citado extensivamente na historiografia, a começar pelo primeiro livro de Thomas E. Skidmore, publicado sete anos após o de Araújo Lima.

Tomadas como um todo, as citações amáveis do livro de Araújo Lima são somente as indicações mais óbvias de uma guinada de Melantônio para a esquerda

entre 1959 e 1963. A datação do advento do imperialismo norte-americano a partir de 1930, em vez da era da pós-Primeira Guerra Mundial, é outra, mostrando a adoção da velha linha do Partido Comunista Brasileiro de que aquele ano marcou a passagem da hegemonia inglesa para a norte-americana no Brasil. Outras indicações desta guinada incluem a supressão de um capítulo que zombava de um escritor “[e]xuberante, bem nutrido, falador, comunicativo, de tendência esquerdista ou socialisteira” (2. ed., p. 39), e a retirada de outro, que mencionou “a demagogia populista” reinante entre a “maioria dos nossos políticos e governantes” (2. ed., p. 22), como também o ceticismo evidente no prefácio da terceira edição em relação aos “defensores da ‘civilização cristã’” no Brasil (3. ed., p. 7). De modo similar, o capítulo em que Melantônio citava João de Scantimburgo também foi cortado. Neste contexto, um depoimento de Emília Viotti da Costa sobre os anos posteriores a 1964 também vale para os anos imediatamente anteriores: “O centro dividiu-se: uns foram para a esquerda, outros para a direita,” (COSTA, 1999).

* * *

Quais conclusões podemos tirar dessas modificações, do livro em si e de sua recepção crítica e popular? Qual seria o seu significado mais amplo? Ao ensaiar algumas respostas a essas perguntas, acho importante tocar em quatro aspectos da polêmica e da política cultural (*cultural politics*) em meio a qual foram modelados a sua recepção pela mídia e o seu sucesso popular, para depois discutir o seu significado para o meu projeto de livro atual. Esses quatro aspectos podem ser resumidos como sendo: o global-contextual, o social, o ideológico e o profissional.

Em primeiro lugar, o global-contextual: uma das razões do sucesso do livro *Geração Coca-Cola* foi a sua afinação com um momento específico na história do Brasil e do mundo ocidental mais amplo – o “pânico moral” da segunda metade da década de 1950 em relação a várias mudanças na cultura juvenil (*youth culture*), que no Brasil se tornou sinônimo da expressão “juventude transviada”; um pânico moral do qual as autoridades brasileiras, de pais de família a chefes de polícia, tomavam parte em inquietações transatlânticas e trans-equatorianas. A ironia aqui é que a polêmica antiamericanista de Melantônio fazia parte de um momento cultural em que tanto os objetos do pânico moral como suas expressões eram transmitidos transnacionalmente. Ao mesmo tempo, os objetos e as expressões dessas ansiedades foram se modificando para adequar-se às condições materiais e tradições culturais do Brasil daquela época. Dentre essas modificações, no eixo “condições materiais” / “objetos da ansiedade”, notamos a substituição da motocicleta pela lambreta. No eixo “tradições culturais” / “expressões da ansiedade”, encontramos o recurso específico à ideia do patriarcado (*patriarchy*), algo que tinha forma e significado bem diferentes no Brasil do que, por exemplo, no centro-oeste (*Midwest*) norte-americano. Convém notar mais uma ironia nesse momento: o fato de que o patriarcalismo legendário tipo gilbertofreyreano não fazia parte da história vivida por Melantônio, mas sua adesão à ideia daquela “tradição inventada” era exigida pela comunidade imaginada – isto é, da identidade nacional –

de membros da sua geração, mesmo que estes fossem filhos de imigrantes recentes criados longe das míticas casas grandes e senzalas do nordeste açucareiro.⁵

O fato de Melantônio ser filho de imigrantes e autodidata nos leva ao aspecto social da polêmica e da sua recepção. Ambas tiveram origem em uma posição de classe específica. Melantônio e a grande maioria dos seus interlocutores na imprensa e no rádio se encontraram no mesmo terreno social: membros de uma classe média que ascendeu ao longo da primeira metade do século vinte, mas que foi excluída dos grandes lucros do "boom" dos anos cinquenta. Tratava-se de um avanço material que ameaçava minar as bases culturais em que haviam construído as suas carreiras e as suas identidades – a cultura letrada, o sacrifício e a modéstia, a apreciação pelas artes finas, as tradições "latinas".

Como se vê, esse aspecto social é também, de certa forma, ideológico. Mas ao nos referirmos aos aspectos ideológicos do livro e da trajetória do autor, também podemos apontar peculiaridades, especificidades que não necessariamente foram compartilhadas com outros membros do mesmo estrato social. As revisões feitas entre a edição de 1959 e a de 1963, como acabamos de mostrar, refletem uma mudança de postura ideológica – de um conservadorismo cultural, cético, do centro do espectro político, e que provavelmente situou Melantônio dentro da União Democrática Nacional na década de 50, para uma posição na esquerda nacionalista que, em 1963, era difícil de distinguir da linha do PCB. Por mais radical que possa parecer, tal ziguezague ideológico da direita para a esquerda era bem menos radical do que a trajetória de outras figuras mais famosas – entre essas a de San Thiago Dantas, Abdias do Nascimento e Helder Câmara –, apesar de assemelhar-se com um trecho da trajetória desse último, do udenismo do início da década de 1950 ao apoio às reformas de base durante o governo Goulart. Mesmo assim, a questão das raízes conservadoras (ou até reacionárias, em termos culturais) de certos setores das esquerdas brasileiras surge no caso do jornalista Pascoal Melantônio e do sucesso do seu livro.

Quaisquer que tenham sido os detalhes da trajetória ideológica do autor de *Geração Coca-Cola* (e acho muito provável que o seu zigue para a esquerda tenha sido seguido por um zague de volta para a direita, antes do 1º de abril de 1964, como aconteceu com muitas outras figuras públicas paulistas, inclusive muitos que haviam sido queremistas, varguistas ou trabalhistas, ou aliados destes),⁶ a guinada para a esquerda ocorreu ao lado de mudanças profissionais na vida do autor; e aqui nos deparamos com o aspecto profissional desse episódio. Entre 1959 e 1963, Melantônio – jornalista desde os 17 anos – se tornou publicitário, uma carreira criada sob a influência cultural e econômica dos Estados Unidos no Brasil a partir do final dos anos 1920. Em outras palavras, nos mesmos anos da sua guinada para a esquerda, Melantônio virou agente

⁵ Como assinalado por MELLO e NOVAIS (1998, p. 582), os arranjos de família entre os novos imigrantes e seus descendentes em São Paulo eram, quando muito, "semipatriarcais", mesmo para as famílias mais "solidamente estabelecidas" no Brasil.

⁶ Por exemplo, Hugo Borghi e Menotti Del Picchia, além de Adhemar de Barros e seus lacaios no Partido Social Progressista, ex-aliados do PTB. Devemos também lembrar que em 1965 o PTB paulista cindiu-se entre o MDB e a ARENA.

dos processos que, segundo seu livro, vinham corrompendo a sociedade brasileira, particularmente a mocidade da “geração coca-cola”. Com este ponto chegamos ao cerne do meu trabalho atual, sobre as origens do consumismo, da ideologia e das instituições consumistas no Brasil.

* * *

Seria razoável supor que as críticas enunciadas por Melantônio fossem um índice da fragilidade da ideologia e das instituições consumistas no Brasil durante a nossa “quase década”. Isto é, o fato de Melantônio – um publicitário, portanto alguém identificado profissionalmente com a promoção do consumismo – se mostrar hostil aos efeitos de um processo de “americanização” cujas expressões mais nítidas operavam na área de consumo, seria uma indicação da pouca eficácia da “cultura do consumo” formulada em moldes norte-americanos. Contudo, o meu argumento é o contrário. O fato de que Melantônio, embora agente daquela cultura, tenha chegado a ter uma visão cada vez mais crítica das mudanças sociais e culturais que ele próprio ajudara a induzir é uma indicação da força e resistência das instituições e ideias consumistas naquela época. Se pensarmos bem, podemos perceber que ao mesmo tempo em que Melantônio criticou, de forma arrasadora, a influência de modos de consumo e comunicação norte-americanos no Brasil, ele se mostrou aparentemente cego quanto ao nível da sua implicação no conjunto cultural em que aquela influência operou.

Poderíamos dizer algo muito similar a respeito dos admiradores do autor: jornalistas, ensaístas, radialistas. Eles estavam escrevendo de dentro de profissões, instituições e modos de viver e pensar que haviam sido profundamente alterados, se não criados, pela expansão da cultura norte-americana no Brasil. Eles também eram implicados nessa expansão, por via de processos que eles só raramente reconheciam e dos quais nunca foram completamente cientes.

Para citar um só exemplo, o jornal *Ultima Hora* publicou uma resenha elogiosa do livro *Geração Coca-Cola* indicando que a posição do jornal era completamente de acordo com suas críticas sobre a “americanização”. Mas, ao mesmo tempo, os diretores da folha bem sabiam que o seu jornal não sobreviveria uma semana sem a demanda de um público que buscava exemplares do *Ultima Hora* principalmente por seus cartazes de cinema e notícias das estrelas de Hollywood. Mais importante ainda era a receita publicitária oriunda dos cinemas e das grandes casas retalhistas que estavam fazendo fortunas vendendo perfumes de marcas “Yankee” e “roupas extravagantemente esportivas”.⁷ Mas até agora estamos falando, é claro, de considerações que não escapavam do raciocínio dos diretores do jornal e de seus subalternos. Em outras áreas do jornal, porém, podemos apontar casos em que considerações consumistas aparecem de várias outras formas, de algumas das quais, inclusive, os próprios escritores e diretores do jornal não estavam completamente cientes. As implicações

7 O *Correio Paulistano* poderia ter resistido por mais tempo que o *Ultima Hora*. Sob a direção de João de Scantimburgo, o *Correio* recebeu uma subvenção da Arquidiocese. Mas em última análise esse jornal também era profundamente dependente da receita publicitária oriunda dos grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros. A subvenção da diocese é notada em DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA (1956).

mais abrangentes desses casos com certeza lhes escaparam. Ao percorrer os números do jornal, vemos, por exemplo, notícias que poderiam ter sido escritas por publicitários de carreira ou os agentes de firmas comerciais, enaltecendo o “shopping”, formulando ideias de um consumismo “democrático” típico dos EUA do pós-guerra, e conclamando “o povo” para festejar novas tecnologias mercadológicas (JÁ SE PODE..., 1955; 6 MIL MULHERES..., 1956).

Para tais profissionais e muitos outros da mesma classe, e mesmo para a minoria entre eles que se situava “na esquerda”, vários dos produtos e das práticas, das técnicas e das tecnologias, das ideias e das instituições do capitalismo consumista (*consumer capitalism*) implantados nos Estados Unidos entre os anos 1880 e 1950, e exportados pelo mundo afora a partir da década de 1910, já faziam parte da estrutura cultural – atual e/ou aspirativa – da vida urbana brasileira. E esses profissionais não estavam sós. De fato, na “quase década”, e até um pouco antes desse período, desejos e sonhos desse tipo aparecem na historiografia da classe operária brasileira. Por exemplo, para citar um estudo recente da Companhia Siderúrgica Nacional, notamos que a partir de 1952 a cidade de Volta Redonda estava sujeita a apagões periódicos porque as casas operárias medianas daquela cidadela do trabalhismo e do desenvolvimentismo “exibiam mais eletrodomésticos do que os lares operários de qualquer outra cidade no Brasil” (tradução nossa). Tomando esse fato como ponto de partida, podemos ampliar ou estender o argumento central do livro de Oliver Dinius, e dizer que os operários de Volta Redonda não somente debilitaram o modelo reinante do capitalismo de Estado nas mesas de negociação, como também arriscaram seu funcionamento regular a partir das mesas das suas cozinhas (DINIUS, 2011). Outrossim, segundo o livro recente de Paulo Fontes, *Um nordeste em São Paulo*, entre as expectativas dos migrantes nordestinos na cidade – a maioria dos quais nunca chegaria a desfrutar os salários, a estabilidade, e os outros benefícios da “família siderúrgica” da CSN – havia a de “um acesso, ainda que modesto, aos bens de consumo que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro começava a gerar” (FONTES, 2008). Nesse mesmo trecho do livro, Paulo cita uma cena do filme documentário *Viramundo* (1965). Vale a pena citar a mesma cena de uma maneira mais ampla do que no livro, e aqui reproduzo o depoimento de um migrante que virou trabalhador industrial, alcançando assim um sucesso pessoal excepcional: “Enquanto a vida que levo aqui em São Paulo, estou satisfeito. Quero que Deus me dê muita saúde para trabalhar... Quanto à minha casa, eu prefiro construir uma boa casa na frente para morar. E dentro da minha casa eu tenho televisão, tenho geladeira, e tenho três filhos que adoro. Mas gosto muito de São Paulo, desse povo que adoro muito, um povo que olha para frente, ajuda aqueles que precisam. Não me considero um nortista e sim um paulista e aqui eu pretendo morrer”.

De certa forma, esse depoimento nos oferece uma espreitadela de relance num dos processos históricos mais importantes da “quase década”. Todavia, ele está ausente, e não apenas da historiografia norte-americana à qual me referi ao começar minha fala de hoje. Também é tratado de forma perfunctória na historiografia brasileira,

uma historiografia bem maior, mais ampla e mais sofisticada na sua cobertura da história cultural do pós-guerra brasileiro. Por exemplo, no capítulo relevante do quarto volume da *História da vida privada no Brasil*, os “novos padrões de consumo” desses anos são apresentados como se fossem um fato consumado; sua emergência, pelo menos até 1964, é tratada como algo que nem merece explicações do tipo “por quê?” ou “como?”; e não há, de forma alguma, um olhar mais atento para as suas ironias (MELO e NOVAIS, 1998). A historiografia como um todo ainda está à espera de um relato amplo da emergência e expansão das instituições, ideias, práticas, e padrões consumistas no Brasil desses anos. Esse relato deve centrar-se em considerações e análises dos agentes principais daquelas mudanças econômico-culturais, mas ao mesmo tempo não perder de vista a participação de outros atores, inclusive alguns que se pensavam defensores da tradição e/ou de uma modernidade alternativa nacional, da mesma maneira que o nosso Pascoal Melantônio, defensor veemente ora desta, ora daquela. Resta também considerar – e debater – de quais maneiras uma história assim escrita nos levaria a reformular as nossas interpretações da história do Brasil no século XX, vista a partir do nosso tempo.

Referências

- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; NOGUEIRA, Oracy. Oracy Nogueira: esboço de uma trajetória intelectual (Depoimento). *Manguinhos: História, Ciências, Saúde*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 119-134, jul.-out. 1995.
- COSTA, Emilia Viotti da. Consciência de crise no pensamento ocidental. *Anhembi*, São Paulo, v. 46, p. 511-536, maio 1962.
- _____. Devemos rever a imagem que temos de nós mesmos. *Revista Adusp*, São Paulo, p. 14-29, jun. 1999.
- D'ELIA, Antonio. Franciscanismo e Cocacolisismo. *Correio Paulistano*, São Paulo, 26 jan. 1958, 2. cad., p. 6.
- DINIUS, Oliver J. *Brazil's steel city: developmentalism, strategic position, and industrial relations in Volta Redonda, 1941-1964*. Stanford, Cal., EUA: Stanford University Press, 2011.
- FONTES, Paulo. *Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista, 1945-1966*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 2008.
- FRANCIS, Paulo. *O afeto que se encerra: memórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- GAMA, Lúcia Helena. *Nos bares da vida: produção cultural e sociabilidade em São Paulo, 1940-1950*. São Paulo: Ed. SENAC, 1998.
- JÁ SE PODE fazer compras em São Paulo levando o carro até dentro da loja! (recorte de jornal, *Ultima Hora* [São Paulo], 28/8/1955), Museu Paulista, AHM, SDP, ST/EP, texto 480, cx. 2.
- LIMA, Cláudio de Araújo. *Imperialismo e angústia: ensaio sobre as bases de uma sócio-psiquiatria da classe média brasileira na era imperialista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.
- MELANTÔNIO, Pascoal. *Geração Coca-Cola*. 1. ed. São Paulo: Editora Cupulo, 1957. 73 p.
- _____. *Geração Coca-Cola*. 2. ed. São Paulo: Editora Piratininga, 1959. 87 p.
- _____. *Geração Coca-Cola*. 3. ed. São Paulo: Editora Obelisco, 1963. 39 p.
- MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 582.

OWENSBY, Brian P. *Intimate ironies: modernity and the making of middle-class lives in Brazil*. Stanford, Cal., EUA: Stanford University Press, 1999.

SANTOS, Joaquim Ferreira dos. *Feliz 1958: o ano que não devia terminar*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

6 MIL MULHERES consagram ontem as “goldwyn girls”. 15/5/1956 (recorte de jornal, *Ultima Hora* [São Paulo]), Museu Paulista, AHM, SDP, ST/EP, texto 513, cx. 2.

SKIDMORE, Thomas E. *Politics in Brazil, 1930-1964: an experiment in democracy*. Oxford: Oxford University Press, 1967.

DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA: Foreign Service Despatch no. 190, São Paulo, 24 de fevereiro de 1956, “Daily CORREIO PAULISTANO under New Ownership”, United States National Archives and Record Administration, College Park, Maryland, Record Group 59, General Records of the Department of State, 932.61/2-2456.

VIRAMUNDO. Direção: Geraldo Sarno. São Paulo, 1965, (36 min).

WOODARD, James P. Marketing modernity: the J. Walter Thompson Company and north american advertising in Brazil, 1929-1939. *Hispanic American Historical Review*, Durham, North Carolina, EUA, v. 82, n. 2, p. 257-290, maio 2001.

Stars, Pin-ups e It girls! Atrizes brasileiras sob o paradigma do estrelato hollywoodiano, 1950-1954

Ana Carolina de M. D. Maciel

Doutora em História (Unicamp), com pós-doutorado no Museu Paulista (USP). Realizou dois estágios de pesquisa no Centre de Recherches Historiques (EHESS-CNRS). É autora de palestras, artigos e capítulos dedicados à historiografia, à memória e ao audiovisual. Dentre suas publicações, destaca-se o livro *Yes, nós temos bananas* (Alameda Ed., 2011).

Dou início à minha comunicação esboçando brevemente o percurso que trilhei tendo como mote a temática das *stars* brasileiras. Em 2000 realizei uma cinebiografia sobre Vera Sampaio. Durante a pesquisa para o filme, deparei-me com uma vasta documentação, constituída por periódicos de cinema e revistas de variedades publicadas no Brasil ao longo dos anos 1950. Tais fontes me possibilitaram tomar conhecimento de uma profusão de atrizes, atores, filmes e eventos perdidos no tempo, graças a prática sistemática em prol da divulgação (e por que não criação?) de um sistema estelar nacional.

Essa pesquisa integrava uma série de documentários – que faziam parte do Projeto Narratrizes –, os quais se propunham a resgatar atrizes do denominado “período industrial do cinema brasileiro”. O caso de Vera apresentava algumas especificidades: ela havia começado a carreira tardiamente e, embora fosse uma atriz que não atingiu grande notoriedade – devido aos seus pequenos papéis em produções da Companhia Cinematográfica Vera Cruz –, havia transformado seu apartamento numa espécie de “cenário”, onde tudo remetia a esse passado cinematográfico: nas paredes avistavam-se fotografias e cartazes; no quarto havia um biombo com autógrafos de personagens célebres, nas mesas da sala estavam dispostos álbuns com recortes da imprensa que mencionavam tanto sua carreira quanto a de seu marido, o cenógrafo e diretor Osvaldo Sampaio.

Dando continuidade ao Projeto Narratrizes, realizei mais um documentário, dessa vez tendo como tema a trajetória da atriz Eliane Lage – protagonista de *Caiçara*, dirigido por Adolfo Celi, Tom Payne e John Waterhouse em 1950, o primeiro filme da Companhia –, que foi considerada pela imprensa da época como sendo a grande “*star*” dos estúdios. Detentora de uma carreira triunfal, Eliane Lage prosseguiu como protagonista de todos os filmes em que trabalhou e era assunto frequente em matérias e artigos.

Quando a entrevistei, ela vivia numa fazenda e assumia postura distinta daquela de Vera, ou seja, negava categoricamente a importância do seu passado cinematográfico. Sendo assim, suas “lembranças” dos tempos de cinema estavam acondicionadas fora do alcance do olhar, dentro de um antigo baú. Décadas após o término da Companhia – e também do casamento com o cineasta Tom Payne –, o cinema não mais se inseria em sua vida cotidiana.

Durante a pesquisa para os referidos filmes, uma personagem – até então bastante obscura para mim – foi surgindo à luz: a Companhia Cinematográfica Vera Cruz. Esse crescente interesse culminou com a minha tese de doutorado (*Yes, nós temos bananas*, publicada em 2011 pela Alameda Editora), na qual me dediquei a situar a proposta de cinema “industrial” paulistano. As revistas nacionais continuaram sendo um pilar fundamental para essa investigação, possibilitando que eu acompanhasse o processo de implantação de um *studio system* e, conseqüentemente, de um *star system made in Brazil*. Assim, munida de uma indagação aparentemente óbvia (“por que a Vera Cruz fracassou?”) e para a qual não consegui uma resposta, mas algumas possibilidades plausíveis, busquei fundamentar esse malogrado sonho (ou pesadelo?) do cinema industrial.

* * *

A Companhia Cinematográfica Vera Cruz não foi a única, mas seguramente foi a primeira iniciativa de porte devidamente equipada para ser uma verdadeira “indústria” de cinema. Seu *slogan* – “Do planalto abençoado para as telas do Mundo” – traz subjacente as metas almejadas por seus fundadores: expandir sua produção rumo a plateias estrangeiras. Francisco Matarazzo Sobrinho, comumente conhecido como Cicillo (1898-1977), foi um mecenas. Com o napolitano Franco Zampari (1898-1966), lançou-se, ali, no campo da sétima arte.

Cicillo era membro do clã Matarazzo, imigrantes italianos que aqui aportaram em fins do século XIX e se tornaram prósperos industriais, detentores de um vasto império que incluía de metalúrgicas a uma frota marítima, apenas para citar alguns empreendimentos. Na década de 1940, São Paulo efervescia em termos de desenvolvimento urbanístico e cultural; inserido no clima reinante, Cicillo diversifica a atuação industrial com sua decisiva atuação no campo das artes plásticas, fundando o Museu de Arte Moderna e a Bienal, estabelecimentos culturais de porte e que permaneceram, de forma decisiva, na vida cultural paulistana.

Franco Zampari era amigo de infância de Cicillo e trabalhava na Metalúrgica Matarazzo. Embora fosse engenheiro de formação, enveredou pelo teatro, fundando o Teatro Brasileiro de Comédia (TBC) em 1948, cujo mecenas e presidente de honra era o próprio Cicillo. O êxito do TBC – que ao instaurar uma produção de qualidade, contratar equipe técnica e elenco fixos conquistava críticos e um número crescente de espectadores – os encorajou rumo à sétima arte. Finda a Vera Cruz, Zampari prosseguiu mais alguns anos à frente do TBC, para em seguida sair definitivamente da cena cultural.

Os fundadores da Vera Cruz desconheciam o fazer cinematográfico e, para sanar tal deficiência, contrataram Alberto Cavalcanti – um cineasta brasileiro radicado há décadas na Europa – para ser o produtor geral da Companhia. Para uma breve descrição biográfica sua, tomo emprestadas as palavras dos biógrafos Pellizzari e Valentinetti (1995, p. 7):

Trabalhou como cenógrafo, engenheiro e sonoplasta, roteirista, montador, produtor público e privado e, naturalmente, diretor; em diversas ocasiões

assumiu várias dessas funções. Viveu em contextos cinematográficos e geopolíticos muito diferentes, deixando em toda parte sua marca e sua maneira de fazer cinema [...]. Um grande ancião? Um herói? Um anti-herói? Um homem da profissão? Não o reconhecemos em nenhum de seus personagens. Arrisquemos uma hipótese: ele foi simplesmente um extraordinário homem ordinário.

Em 1949 Cavalcanti morava na Inglaterra e passou uma temporada em São Paulo, onde proferiu uma série de palestras no Automóvel Club, na Federação das Indústrias e no Centro de Estudos Cinematográficos do MASP. Essas apresentações tinham como propósito discutir a viabilidade técnica e econômica para a implantação de uma indústria de cinema no Brasil. Foi nesse momento oportuno que Cicillo e Zampari o contrataram.

Mencionando a incursão de Cavalcanti no cinema brasileiro, a primeira edição da revista *Cahiers du Cinéma* (1951) dizia que, à frente da Companhia, ele não estava “reorganizando”, mas “criando” o cinema brasileiro. Entretanto, apesar das expectativas depositadas no experiente diretor, a sua passagem pela Vera Cruz foi meteórica. Em 1951, após ter efetivado a contratação de equipe técnica estrangeira (uma vez que no Brasil não havia formação técnica em cinema), importado equipamento e maquinaria, Cavalcanti sai da Companhia num episódio polêmico e controverso. Vários artigos e entrevistas especulavam as causas desse rompimento, que adquiriu visibilidade internacional – como é possível conferir numa carta de Cavalcanti publicada na revista britânica *Sight and Sound* em 1952, onde ele fornece a sua versão do ocorrido:

Os empresários pensavam que àquelas alturas já sabiam tudo sobre a produção de filmes. Intrigas, ambições e os métodos mafiosos comuns à maioria dos países novos exacerbaram a situação: o meu contrato como produtor foi quebrado e apenas parte da indenização foi paga [...]. Percebendo que sob as condições vigentes era impossível produzir filmes no Brasil, eu não sabia exatamente o que fazer, e estava até considerando voltar a trabalhar na Europa. (p. 105).

O episódio de Cavalcanti na Vera Cruz é mais um elemento numa trama complexa. Apesar de toda motivação ocasionada pelo clima cultural reinante na Pauliceia dos anos 1950; apesar da experiência adquirida pelos dirigentes da empresa em outros ramos da indústria (e também da cena cultural); apesar do Brasil possuir um público consumidor em potencial, frequentador de 4 mil salas de cinema (BARROS, 1954) – o dobro do que temos nos dias atuais –, fazer cinema envolvia (e ainda envolve) investimentos de monta e uma economia complexa. Agravando ainda mais a situação, quando os produtos estavam prontos para o consumo, era preciso “cavar” espaço num terreno dominado pela cinematografia estrangeira.

Assim, depois da realização de dezoito longas-metragens – um saldo considerável até para os dias atuais – e da interrupção de vários projetos em andamento, a Vera Cruz sucumbiu. Em 1954, já com todos os seus bens empenhados e procurando reverter o inevitável, a empresa fez mais um empréstimo no Banco do Estado de São Paulo. Impossibilitados de sanar as dívidas corrigidas com juros crescentes, o controle acionário da Companhia passou para o banco credor.

Segundo o crítico francês de cinema, Georges Sadoul (1962, p. 431), com o fechamento da Vera Cruz, o cinema hollywoodiano prosseguiria com o monopólio de 80% do mercado brasileiro, o segundo maior do mundo. É interessante recuar no tempo para estabelecer que essa primazia não era datada dos anos Vera Cruz. O cinema hollywoodiano detinha o mercado brasileiro nos primórdios do século XX (aliás, diga-se de passagem, ainda o detinha nos primórdios do século XXI). Em 1922 foi publicada uma estatística na revista *A Scena Muda* (p. 30) em que constavam em primeira posição os filmes de procedência norte-americana (com a cifra de 923 filmes), seguidos por 160 filmes alemães, 88 italianos e 73 franceses, contra o saldo de apenas 13 brasileiros.

Com tamanha penetração, Hollywood projetava no imaginário do espectador brasileiro seus ideais de beleza e padrões comportamentais. Algo que foi notado pelo poeta franco-suíço Blaise Cendrars, quando esteve no Rio de Janeiro (nos anos 1920):

[...] estava no Brasil na época em que saiu *A Vênus Platinada*, filme que fez tal sucesso no Rio de Janeiro que em menos de uma semana todas as belas mulatas e negras indolentes que saem para passear no fim de tarde na Avenida ou para desfrutar do ar fresco à beira mar na praia do Flamengo, haviam mandado descolorir os cabelos e se maquiavam todas de cor de rosa. (1990, p. 127).

Essa disparidade entre exhibições de filmes estrangeiros e o pequeno espaço para produções nacionais continuou a crescer no decorrer do século passado. No período compreendido entre 1941 e 1952, segundo dados publicados na revista *Cine Repórter* (em junho de 1953), foram exibidos 2.671 filmes norte-americanos contra apenas 154 produções brasileiras (RANDAL, 1987, p. 61).

Inegavelmente, o cinema norte-americano era um modelo de empreendimento bem sucedido, e os dirigentes da Vera Cruz (e quaisquer outros financiadores do cinema nesse momento) tinham ciência disso. Parece uma escolha acertada que se espelhassem no seu *studio system* e, conseqüentemente, no seu *star system*. Assim, a Vera Cruz detinha um departamento de publicidade próprio que, atento à fórmula norte-americana, pretendeu estabelecer seu *cast* exclusivo no mercado nacional. O meio de comunicação mais eficiente para a divulgação de estrelas (e aspirantes) eram as revistas.

Já no limiar do século XX os magazines ilustrados divulgavam produções cinematográficas estrangeiras, mas reservavam também um pequeno espaço para produções nacionais, e conseqüentemente para suas estrelas de cinema. Mesmo em situação de desvantagem, é possível acompanhar o percurso do estrelato brasileiro em suas páginas. Vários filmes e também suas estrelas desapareceram no transcorrer inexorável do tempo, mas a página impressa preservou-lhes um registro.

Ciente do poder da imprensa na divulgação da sétima arte, a Vera Cruz enviava para aproximadamente 600 veículos de comunicação *releases*, cartazes, fotografias e informações sobre as produções dos estúdios, além, é claro, de mexericos sobre bastidores e elenco. Para se ter uma ideia da ordem de grandeza dessas ações, apenas em um mês (julho de 1953) foram ampliadas 11.395 fotografias de divulgação.

A *Cinelândia* era uma revista de grande circulação nesse período e apresentava proposta gráfica semelhante à congênere norte-americana *Photoplay*. Para nutrir seus editoriais, *Cinelândia* mantinha correspondentes e comentaristas nos Estados Unidos (e também na Europa), além de acordos com a Dell Publishing Company (editora de livros e revistas) e a Margood Publishing Corporation, ambas sediadas em Nova Iorque.

Além das informações estritamente relacionadas ao cinema, tais fontes divulgavam uma nova imagem da mulher moderna. Ícones da publicidade e lançadoras de modismos, atrizes estrangeiras (e por vezes nacionais) surgiam como consumidoras de uma ampla variedade de produtos: pasta dental Kollynnos, sabonete Eucalol, maquiagem Max Factor e Coty, cigarros e cremes embelezadores.

Além das atrizes e dos produtos de consumo, os termos estrangeiros também se faziam presentes lançando modismos; assim, determinada *star* tinha *it*, “*sex appeal*” era “*vamp*”. Tendo como paradigma ídolos já consagrados, ressaltavam-se possíveis traços de semelhança entre brasileiras e hollywoodianas (não necessariamente americanas natas, como era o caso de várias atrizes da época). Para citar um exemplo do elenco da Vera Cruz, a atriz Eliane Lage era caracterizada como um “misto” de semelhança (tão inusitado quanto amplamente difundido) entre Greta Garbo e Ingrid Bergman (CINELÂNDIA, mar. 1963). É notável que essa associação tenha atravessado décadas, voltando à baila em várias entrevistas que captei com seus contemporâneos. O produtor José Luiz Francunha¹ afirmava que ela era “a nossa Greta Garbo”. Já o montador Mauro Alice² se dizia responsável pela comparação: “De verdade, ela era a nossa Ingrid Bergman [...] Eu que inventei, eu que descobri, porque eu acho que ela era a *minha* Ingrid Bergman”.

Por vezes as atrizes nacionais eram “desmembradas” para que determinadas “partes” de seu corpo pudessem ser comparadas. Assim, Lídia Mattos tinha “menos busto que James Mansfield” (CINELÂNDIA, maio 63); Silvia Fernanda pernas “à la Marlene Dietrich” (CINELÂNDIA, set. 1953, p. 20). Algumas estrelas conseguiam atingir o mesmo patamar das estrangeiras, como era o caso de Eliana Macedo, que não ficava “devendo” nem a Betty Grable, nem a Jane Russel (CINELÂNDIA, jul. 1953, p. 23).

Até mesmo as leitoras participavam dessa busca de similitude que poderia ser comprovada por meio de concursos, tal como foi divulgado pela revista *A Cena Muda* (1940, p. 2): “Grande concurso Hollywood – quem se parece com as estrelas?”. Para concorrer, bastava comprovar semelhança com determinada atriz.

Os filmes em si também eram alvo de comparação. O crítico de cinema da revista *O Cruzeiro* afirmava que *Sinhá Moça* (produção dos estúdios da Vera Cruz) era *E o Vento Levou* brasileiro” (O CRUZEIRO, 20 jun. 1953, p. 93). Se comprovar semelhanças era desejável, ser aceito para o *studio system* hollywoodiano era o ápice do sucesso. Nesse sentido, a atriz Ilka Soares confessava nas páginas de *Cinelândia* (julho 1953, p. 38):

¹ Francunha iniciou sua carreira cinematográfica na Vera Cruz como assistente de produção em *O Cangaceiro*, de Lima Barreto.

² Mauro Alice iniciou sua carreira cinematográfica na Vera Cruz como assistente do montador Osvald Haffenrichter.

Já imagino passar um dia por um cinema de Hollywood Boulevard e ver meu nome na marquise, escrito com lâmpadas multicores: “La Soares, em tal filme, ao lado de um figurão qualquer de lá”.

E acumulam-se exemplos de referências ao modelo hollywoodiano na imprensa (e também no imaginário) dos anos 1950. Para não me alongar demasiadamente, parto para uma breve análise das críticas voltadas à política filmica e, consequentemente, ao sistema estelar adotado pela Vera Cruz.

* * *

Não há risco em se afirmar que o estrelato brasileiro dessa “era dos estúdios” (notadamente a Vera Cruz) mereceu pouca atenção por parte de estudiosos brasileiros. Em linhas gerais a tendência é considerá-lo como uma sombra (mal traçada) do cinema hegemônico hollywoodiano, algo estendido também à cinematografia que ele produzia, considerada como “dependente”, “periférica” e “subdesenvolvida”, segundo as palavras de Paulo Paranaguá (1984, p. 37). Em análise, o recrutamento de intérpretes da Companhia foi “elitista” ao ignorar “a tradição carioca” (leia-se as chanchadas). Em poucas palavras, o *star system* paulistano residia numa “autopromoção do café society de São Paulo”, de alcance reduzido, restringindo-se às *gossips* publicadas em colunas de fofocas da alta sociedade (PARANAGUÁ, 1984, p. 39).

Optar por uma oposição dicotômica – Rio de Janeiro x São Paulo, elite x povo, nacional x importado – não elucida as verdadeiras causas que resultaram no término da Vera Cruz. Paranaguá acerta ao afirmar que nos anos 1960, com o advento do Cinema Novo, o estrelato se desloca para a figura do diretor. E um dos diretores mais notórios desse movimento, Glauber Rocha, lançou (poucos anos após a paralisação da Vera Cruz) um livro com pretensões revisionistas, onde afirmava que a década de 1950 tinha sido “a mais complexa da história do cinema brasileiro”, resultando em “uma centena de filmes” dentre os quais nenhum prestou (ROCHA, 2003, p. 71). Inspirar-se em filmes norte-americanos representou, segundo este texto, alicerçar o cinema nacional sobre uma “estaca apodrecida do cinema estrangeiro” (p. 75). Em poucas palavras, o legado da Vera Cruz residiu num “detestável princípio de imitação, de cópia dos grandes diretores americanos” (p. 83).

* * *

Finalizando, gostaria de voltar ao *leitmotiv* que, conforme mencionei anteriormente, reverberou durante meu percurso de pesquisa. *Por que a Vera Cruz fracassou?* Sem me alongar em algumas hipóteses que formulei, proponho aqui questionar interpretações que comumente consideram como principal causa do malogro da Vera Cruz a adoção do sistema de estúdios norte-americano.

Como pretendi demonstrar, nos idos de 1950 Hollywood já havia erigido e consolidado seu modo de produção industrial escoando seus filmes, estrelas e produtos de consumo. Apesar do espírito desbravador assumido por alguns empresários sediados no Brasil, seria impossível – sem o devido amparo de uma política cinematográfica nacional – fazer vingar uma indústria que já nascia refém de matéria-prima importada

(ou seja, película virgem) e que dependia das *majors* norte-americanas Universal e Columbia Pictures (suas concorrentes) para distribuir seus produtos.

Sendo assim, considero que foi a presença do cinema estrangeiro e sua primazia no mercado nacional – e não a inspiração no seu modelo de produção –, que impossibilitou o cinema industrial brasileiro. Em junho de 1954, Paulo Emilio Salles Gomes redigiu o artigo intitulado “O Ópio do Povo”, publicado no *Diário da Noite*, onde afirmava que o Brasil, em termos cinematográficos, existia apenas como mercado consumidor. Esse produto importado era beneficiado pelo mecanismo cambial que permitia às companhias cinematográficas estrangeiras exportar “setenta por cento dos lucros obtidos na exploração de seus filmes em território nacional”. Segundo Paulo Emilio, as autoridades brasileiras destinavam “um verdadeiro financiamento” (onze milhões de dólares anuais) à produção cinematográfica estrangeira”.³ É sintomático que informações dessa natureza tenham se diluído com o passar do tempo.

Em 1949 dois empresários ensaiaram produzir cinema em escala industrial. Como prova material dessa empreitada restaram 18 filmes, matérias na imprensa, várias críticas e dois imensos estúdios em São Bernardo do Campo, que resistiram às demolições. Junto com a Vera Cruz sucumbiram estrelas e astros que riscaram o firmamento rumo ao esquecimento. As revistas de cinema são concebidas como um suporte efêmero, mas imprimiram em suas páginas imagens fugidias dessa trama sem *happy end*. Retomo novamente Paulo Emilio Salles Gomes (1981 apud SIMIS, 1996, p. 175), que expressou em poucas (e oportunas) palavras o saldo da Vera Cruz:

Espíritos teimosos persistem em falar erro, pois ainda não compreenderam que o único erro fatal é não existir. Tivessem todos os erros as consequências estimulantes da audácia de Franco Zampari. (p. 175).

³ Para se ter um parâmetro atual, segundo o *ranking* de renda das distribuidoras divulgado pela Agência Nacional de Cinema, em 2009 a liderança ainda recai nas *majors*. Em primeiro lugar está a Fox, seguida pela Sony/Disney (Columbia), Paramount/Universal e Warner.

Referências

- BARROS, Fernando. *Diário de São Paulo*, 11 abr. 1954.
- CAIÇARA. Direção: Adolfo Celi, Tom Payne e John Waterhouse. Produção: Alberto Cavalcanti. Ilhabela: Companhia Cinematográfica Vera Cruz, 1950.
- CENDRARS, Blaise. *Hollywood 1936*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.
- GOMES, P.E.S. O Ópio do Povo. *Diário da Noite*, 5 jun. 1954.
- SIMIS, A. *Estado e cinema no Brasil*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 1996.
- PARANAGUA, Paulo. Brasil: Star System y Medio de Comunicación de Masas. *Cine Cubano*, n. 110, 1984.
- PELLIZARI, Lorenzo; VALENTINETTI, Claudio M. *Alberto Cavalcanti*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1995.
- SADOUL, Georges. *Histoire du cinéma*. Paris: Librairie Flammarion, 1962.
- RANDAL, Johnson. *The film industry in Brazil: culture and the state*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1987.
- ROCHA, Glauber. *Revisão crítica do cinema brasileiro*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

Periódicos

- CAHIERS DU CINÉMA, n. 1, maio 1951.
- A CENA MUDA, 23 abr. 1940, p. 2.
- CINELÂNDIA, ano XI, março 1963.
- _____, ano XI, maio 63.
- _____, ano II, jul. 1953.
- _____, jul. 1953, segunda quinzena.
- _____, set. 1953, segunda quinzena.
- O CRUZEIRO, 20 jun. 1953.
- A SCENA MUDA, 16 fev. 1922.
- SIGHT AND SOUND, v. 21, n. 3, 1952.

Reimaginando a esquerda: resistência urbana e a formação de uma nova feminilidade operária no Brasil

Natan Zeichner

Ph.D. em História da América Latina e do Caribe pela New York University. E-mail: natan Zeichner@nyu.edu.

O assunto deste ensaio vem de pesquisa que estou conduzindo atualmente para a minha tese de doutorado, denominada *Fabricando identidade: experiências radicais e a produção de uma nova política operária no Brasil, 1964-1985*. Minha tese investiga como as ideias e significados associados à cultura política da classe operária influenciaram não só imaginários radicais, mas políticas em geral. As principais questões que pretendo examinar na tese são as seguintes: até que ponto o processo de resistência ao regime da ditadura militar forma a transição (cultural) para a democracia? Qual foi o papel da esquerda nessa transição e na formação do PT? Como a esquerda fez a transição de estratégias políticas inspiradas na luta armada para uma política de massa baseada numa aliança entre o movimento estudantil e o de oposição sindical? Finalmente, como essa relação influenciou a política e cultura pós-autoritárias no Brasil? No ensaio que segue, focalizo as relações de um pequeno grupo de militantes da esquerda que mudou-se para comunidades localizadas nas regiões periféricas de São Paulo. O objetivo desses militantes era, efetivamente, se tornarem trabalhadores em fábricas. Como mostrarei neste ensaio, isso significava não só um repensar de identidades de classe, mas também de formas adequadas de atualização dos papéis masculinos e femininos, num momento em que a política local e nacional da classe operária era cada vez mais instável.

Ao estudar a relação entre as ideologias radicais e o ativismo cotidiano, utilizo entrevistas orais que fiz com ex-militantes da esquerda para explorar as maneiras pelas quais grupos radicais e subjetividades individuais foram formados na vida cotidiana, e como esse processo contribuiu para uma mudança da ortodoxia marxista em direção a uma expansão da política de massa. Ao fazer isso, minha pesquisa pretende mostrar como os participantes deste movimento influenciam, e são influenciados, pelas culturas e práticas sociais das comunidades em que foram imersos; como as ideias dos ativistas, suas ações, experiências e memórias foram moldadas pelo trabalho que estavam fazendo; e como ideologias radicais e práticas contribuíram na criação de uma nova cultura política da classe operária no Brasil. Gostaria de salientar que, na maioria dos casos, as identidades daqueles que foram selecionados para morar e trabalhar em bairros industriais foram baseadas em visões romantizadas da cultura da classe operária. Para os membros de grupos revolucionários, as experiências vividas nos encontros com a fábrica foram muito diversas entre si. No entanto, embora muitos se habituassem ao ritmo do local onde estavam morando, suas percepções mudaram

quando experimentaram colocar em prática o que imaginavam ser o comportamento da classe operária.¹

Durante os anos 1970, a imagem que os trabalhadores tinham de si próprios como atores públicos e consumidores ampliou, tornou-se mais complexa. Nesse tempo, o apoio a estratégias de confronto ao regime militar aumentou em comunidades operárias em toda São Paulo. Concepções anteriores a respeito do que constitui um comportamento feminino “adequado” da classe operária também se expandiram. Falo mais sobre esse assunto no ensaio.

Uma ex-militante de esquerda, que conheci quando estava pesquisando no acervo do DEOPS no Arquivo do Estado, foi Hilda Machado. No final dos anos 1970, ela saiu da sua comunidade estudantil do Rio de Janeiro e foi morar e trabalhar numa fábrica metalúrgica no ABC. Infelizmente, Hilda faleceu em 2007. Um ano antes desse trágico incidente, eu e James N. Green a entrevistamos durante várias horas. No momento da entrevista, eu estava começando a pesquisar para minha monografia de graduação, e Hilda foi uma das primeiras pessoas com quem tive o prazer de conversar sobre a experiência de ter sido uma jovem radical na última década do regime militar. Quando nos encontramos, eu já estava familiarizado com a trajetória política dela.

Como muitos jovens radicais no final dos anos 1970, Hilda foi investigada pelo DEOPS. Antes de conhecê-la, eu passei muitas horas examinando o acervo do DEOPS, e já tinha conhecimento dos atos “oficiais” de “subversão” pelos quais ela tinha sido acusada durante aquele período. Porém, somente após conversar com Hilda pessoalmente fui capaz de entender melhor sua opção pela “radicalização”. As memórias que ela tinha acerca de sua experiência abriram meus olhos para um aspecto essencial dessa contestação social, o qual eu não havia percebido. Ao descrever sua experiência morando e trabalhando na periferia de São Paulo, Hilda enfatizou os aspectos de performance necessários para “representar” uma revolucionária “autêntica”, como se estivesse em uma peça. Em grande parte inspirado pela entrevista que fiz com ela, dei uma atenção especial à relação entre tipos de comportamento radical e a “performance”, ou o que se idealizava a respeito desse comportamento.

Hilda nasceu em 1950 no bairro da Tijuca, Rio de Janeiro, na mesma casa em que seus pais e avós tinham morado. Na sua adolescência, frequentou o famoso Colégio Dom Pedro II. Foi nesse ambiente que Hilda se politizou, e no final dos anos 1960 decidiu militar no grupo Ação Popular (AP).

Hilda, como muitos outros militantes da AP, foi pessoalmente afetada por debates internos entre as facções marxistas do grupo. Frustrada com a direção maoísta que a AP estava tomando, em 1972, um ano após ter começado a estudar na Universidade Federal Fluminense (UFF), Hilda e vários amigos do curso de cinema formaram um grupo

¹ Para os objetivos deste ensaio, *performance* deve ser entendida como um processo de socialização em que gênero, raça e identidades sexuais são produzidos através de práticas que regulam e relacionam no mesmo tempo. Vou usar o conceito de *performance* para explorar a relação entre as concepções de comportamento adequado da classe operária e as maneiras com que as ideias influenciaram os ambientes dos militantes da esquerda, seus comportamentos e imaginações. (PARKER; SEDGWICK, 1995).

independente de dezoito pessoas. Todos eles tinham sido membros ou simpatizantes da AP em um momento ou outro, e queriam se envolver mais na luta contra a injustiça social no Rio. Para atingir seu objetivo, os membros foram trabalhar com grupos comunitários em bairros pobres nas zonas periféricas.

Lembrando-se dessa época de sua vida, Hilda recordou ter trabalhado principalmente com grupos religiosos em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. O grupo continuou sendo voluntário nesse município por vários anos, até 1975, quando os membros decidiram militar num novo grupo estudantil – inspirado em outros semelhantes de São Paulo – chamado a *Liga Operária*.

O fato de deixarem de ser independentes para se tornarem membros de um grupo marxista-leninista representou uma mudança um pouco drástica, mas o efeito não foi sentido tão imediatamente. Hilda e muitos de seus colegas não mudaram radicalmente seus comportamentos, pois continuaram sendo ativos no movimento de contracultura no Rio de Janeiro dos anos 1960. Ao lembrar-se de sua vida naquela época, Hilda vividamente recordou as contradições de viver entre os mundos *hippie* e marxista revolucionário, entre os quais ela transitava.

Como muitas organizações marxistas-leninistas ativas durante o regime militar, os dirigentes da Liga Operária tentaram criar uma nova “vanguarda revolucionária” que poderia ser capaz de liderar um movimento operário contra a ditadura. De 1977 a 1980, o grupo fez uma enorme pressão nos membros para que reproduzissem uma imagem romantizada e exagerada, a qual o Comitê Central acreditava estar embasada em valores, éticas e morais da classe operária.

Portanto, quando Hilda e sua amiga e companheira política Ana Nogueira organizaram uma festa com música ao vivo para arrecadar dinheiro para o grupo, o Comitê Central ficou profundamente preocupado ao descobrir que muitos dos participantes da festa tinham fumado maconha e se envolvido em promiscuidade. Considerando esses atos como contraproducentes, inaceitáveis, e, pior de tudo, pequeno-burgueses, o Comitê Central decidiu que Hilda e Ana tinham que ser disciplinadas. O Comitê resolveu, então, que elas poderiam escolher entre sair da Liga Operária e viver como quisessem, ou “fazer um estágio na fábrica” (LOURENÇO, 2006), o que implicava sair do Rio para São Paulo e conseguir trabalho numa fábrica metalúrgica na região do ABC. Incapazes de imaginar uma vida fora da Liga, Hilda e Ana abandonaram a faculdade e se mudaram para São Paulo, para dar início ao que viam como um processo de redenção moral, a qual só poderia ser alcançada caso se tornassem operárias de verdade.

Sobre esse evento, Hilda recordou:

Não, era uma coisa de descoberta, de libertação mesmo, que fazia parte, que também a gente vivia a contracultura, claro, a gente lia contracultura, a gente sabia, a gente ouvia rock, entendeu? Era uma loucura tudo. Aí eles já estavam com raiva de mim porque eu sempre fui uma pessoa muito briguenta, sempre fui muito insuportável, eu arranjo encrenca com todo mundo, aí eles me baixaram uma sanção, porque nós tínhamos feito uma orgia, e eu tinha que ir pra classe operária para me salvar (MACHADO, 2006).

Em outra entrevista, Ana Nogueira relatou sua reação à decisão do Comitê Central (NOGUEIRA, 2006):

Eu... a gente discordava da atitude da direção, totalmente. Achava que era atitude autoritária, incorreta, não estava na compreensão do que a gente estava fazendo, mas, ao mesmo tempo eu não queria sair do partido. Entendeu?

É importante salientar que Hilda e Ana não foram forçadas a abandonar a faculdade e transformar suas vidas. As duas poderiam ter ficado no Rio, continuar no mesmo curso e militar em qualquer outro grupo de esquerda que estivesse ativo no movimento estudantil. No entanto, naquele momento de suas vidas, elas não podiam imaginar uma vida sem a Liga Operária.

Ambas tinham medo de cortar os laços com o grupo, e, na minha opinião, isso ocorria porque a totalidade de suas vidas sociais estava entrelaçada a essa rede. Naquela época, ser militante era dedicar-se totalmente, tendo pouco tempo livre, até mesmo para trabalhos escolares. Então, a decisão de ficar no grupo não é tão difícil de ser compreendida. Além disso, elas também apoiaram a estratégia política adotada pelo Comitê Central chamada de “proletarização” e acreditavam que essa política iria contribuir diretamente para uma revolução no Brasil. Finalmente, penso que também é importante perceber que a escolha que Hilda e Ana fizeram foi a única alternativa que ofereceu uma solução. Optando por ir para São Paulo, elas demonstraram estar arrependidas de seu comportamento “pecaminoso”.

Conseguir trabalho como operário numa fábrica no ABC não era muito difícil para militantes de grupos da esquerda naquela época. Usando carteiras de trabalho falsificadas ou simplesmente fazendo um curso profissionalizante, achar emprego não era problema durante aquele período.

No entanto, os líderes da Liga Operária – e depois da Convergência Socialista – acreditavam que uma verdadeira liderança revolucionária só poderia vir da classe operária e também de militantes proletarizados – neste último caso, vindos, em sua maioria, do movimento estudantil. Portanto, esperava-se que tais militantes descartassem suas identidades anteriores de classe média e “renascessem” como operários. No entanto, como muitos deles aprenderiam mais tarde, isso seria um desafio muito maior do que o previsto.

A primeira tarefa que os militantes proletarizados deviam cumprir era a de se fazerem “passar” por operários. Como membros de uma organização marxista-leninista, era importante que os membros que estavam morando no ABC não divulgassem suas identidades verdadeiras para ninguém fora do grupo. Além da possibilidade de detenção, caso fossem descobertos, eles se arriscavam a serem marginalizados pelos colegas de trabalho. Portanto, os líderes da Liga organizaram sessões de formação informais com militantes de classe média que desejavam se transformar em operários. Militantes que estavam em “transição” muitas vezes trabalhavam intimamente com alguém do grupo que estava familiarizado com a cultura da classe operária paulistana.

Em 1978, logo depois que Hilda e Ana chegaram a São Paulo, elas foram apresentadas à Lúcia Ferreira de Menezes. Lúcia nasceu num bairro operário de São Paulo e foi a primeira pessoa de sua família a entrar na faculdade. Ao recordar sua relação com Hilda e Ana, Lúcia comentou (DE MENEZES, 2006):

Ajudei porque elas tinham dificuldade até para conseguir se comunicar. Porque a linguagem do estudante é uma linguagem diferente. Eu percebo que hoje, por exemplo, ainda continuo da mesma família, tendo a mesma vida e tal. Mas já com um ambiente diferente, eu percebo também que a minha forma de falar mudou bastante também. O pessoal que vinha do estudantil tinha uma linguagem, então tinha que ficar chamando a atenção da Hilda: Hilda, não fala assim que alguém vai descobrir que você não é, porque o pessoal não fala dessa maneira. O pessoal é assim e tal. Eu ia ensinando para ela os costumes do proletário, porque o povo é mais... tem uma linguagem mais simples. Muita coisa eu... e a nossa amizade se fortaleceu muito, ela é uma pessoa muito bacana, então também trocamos muitas experiências, muito conhecimento, muita coisa.

Além de ajudar Hilda e Ana a se “passarem” por operárias, Lúcia também ajudou Hilda a conseguir emprego numa fábrica da *Bombril*. Para Hilda, esta foi uma experiência nova e emocionante. Recordando a sua mudança de comportamento, Hilda disse (MACHADO, 2006):

Eu nunca fui muito operária não. Tem isso, é só abrir umas árvores genealógicas. E uma coisa é ser pobre, outra coisa é você ser operário como a gente era lá no ABC, nas grandes fábricas, que era pessoal especializado, isso que foi o movimento... Olha, mulher gosta de roupa, né? Assim, colocar um casaco laranja. O que hoje está super na moda, naquela época colocar uma blusa rosa com um casaco laranja, tudo que neguinho faz, muito vermelho, eu curtia isso, tinha um prazer mesmo quase de atriz.

Quando Hilda chegou à fábrica, fingia ser alguém que não era. Durante esse período, ela tornou-se obcecada pelo processo de mimetizar as estéticas femininas das operárias paulistas. Ela lembra que o processo de “se tornar” operária foi um desafio, mas também uma aventura, e, acima de tudo, uma oportunidade. Ao contrário de muitos membros da Liga que integraram as comunidades industriais no final dos anos 1970, Hilda não desejava se transformar em trabalhadora de fábrica. Ela queria revolucionar o país porque a maior parte de sua vida tinha sido passada sob o regime militar; sua compreensão de resistência social estava fortemente ligada a uma noção de viver na clandestinidade. Em nossa entrevista, Hilda admitiu que suas lembranças do tempo em que passou trabalhando na fábrica da *Bombril* estavam entre as mais queridas que ela guardava. Disse ainda que a parte mais agradável de ser uma operária era que ela se sentia como se estivesse no palco, atuando, executando uma peça que, em sua mente, poderia mudar o rumo do país.

Em várias entrevistas que conduzi com ex-militantes, tenho observado que muitas das minhas entrevistadas destacam a importância de modas femininas, e não só durante os anos 1970. Por exemplo, Beatriz Bargieri, uma ex-militante da AP que ainda mora em Osasco, São Paulo, lembrou-se de ter sido selecionada pela direção da

AP no Rio para “integrar a produção”² em 1968. Uma das primeiras coisas que Beatriz fez depois de chegar a São Paulo foi procurar trabalho numa fábrica metalúrgica. Nas primeiras entrevistas de trabalho, ela se recorda de ter sido rejeitada. De fato, Beatriz relembra o momento distinto no qual concluiu que uma das razões prováveis de não ter sido bem sucedida na aquisição do emprego foi por não parecer como as outras pessoas de Osasco, que também estavam à procura de trabalho. Vestida com roupas largas e cores neutras, muito longe do estilo normativo feminino do período, Beatriz havia internalizado uma imagem semiandrógina das estéticas femininas das operárias do ABC. Isso aconteceu durante o tempo em que ela participava ativamente do movimento estudantil no Rio. Beatriz afirmou que depois que percebeu seu erro, foi imediatamente a uma loja perto da fábrica e comprou um par de sandálias barato e uma bolsa colorida de plástico (BARGIERI, 2009).

Voltando ao final dos anos 1970, Ana Nogueira lembra que as mulheres que conheceu na fábrica eram muito conservadoras, de forma que levaria algum tempo para recrutá-las. Isso não significa que ela acreditasse que uma operária “comum” não pudesse ser politizada; mas, seguindo o que ela considerou como discursos de gênero normativos, Ana via os operários do sexo masculino como os líderes lógicos capazes de, efetivamente, contestar a ditadura militar. Para ela, assim como muitos homens e mulheres ex-militantes que entrevistei, feminilidade no ABC era algo visto como um comportamento passivo, orientado pela família, religioso, estoico, etc., características impróprias para um membro da vanguarda revolucionária. Lembrando o esforço que fez para não chamar atenção (NOGUEIRA, 2006), Ana disse que:

As mulheres na classe operária são mais recatadas. Então, não falava palavrão – eu fumava nessa época, fumava muito, não parei de fumar. Mas tive que mudar um pouco, ficar mais quieta, ouvir mais, falar menos. Quando fala, fala frases mais curtas, por exemplo, em vez de coisas mais elaboradas, e usa palavras mais simples. Não dava para fingir o sotaque paulista, mas eu não quis fazer isso porque eu não ia conseguir. Então fiquei na minha – carioca, carioca bom (!!!). Tinha muitos baianos lá. Cada um vinha de um lugar diferente. Então, era mais a questão da roupa, de ficar mais... *low profile*, sabe, totalmente. Que acho que essa era a questão para nós. E mesmo assim a gente chamou atenção. Mesmo assim as pessoas sabiam.

Mesmo que militantes, tanto homens como mulheres, desempenhassem o papel de operários, eles o faziam a partir de posições de gênero diferentes. Assim, os militantes de ambos os gêneros que estavam morando em bairros operários na grande São Paulo não tinham as mesmas experiências em suas vidas cotidianas,³ pois as comunidades radicais na esquerda eram muitas vezes incentivadas por um tipo de masculinidade revolucionária que refletia imagens e significados associados ao “homem novo” e por figuras como a de Che Guevara (MALLON, 2003). Isto representou um desafio especial para as militantes, que foram incentivadas a dar um exemplo moral para suas colegas

2 A frase “integrar a produção” foi usada por militante da AP naquela época.

3 Em grupos mais radicais, homens e mulheres eram, na maioria das vezes, divididos igualitariamente mesmo entre os que eram “enviados” para morar e trabalhar nas fábricas.

de trabalho, e, ao mesmo tempo, encarregadas de recrutar operários homens para o movimento.

Não era permitido aos trabalhadores participar de conversas paralelas durante o expediente, e assim os militantes desenvolveram a prática de frequentar bares próximos à fábrica depois de uma longa jornada de trabalho. Como os bares eram espaços predominantemente masculinos, não foi tão simples para as militantes socializarem com os operários. Trocas sociais entre as militantes e seus colegas muitas vezes envolveram um comportamento de paquera. Além disso, havia também a questão do que podiam consumir de modo a não se destacar. No livro *Lula, O filho do Brasil* (2002), Lula fala sobre sua reação ao comportamento de uma moça que ele viu num bar:

Lembro de uma militante que tinha vindo do Paraná. Era uma mulher que trabalhava na Volkswagen. Como é que nós desconfiamos que ela não era operária comum? Primeiro porque um dia eu estava num balcão de bar e ela chegou e pediu uma pinga. Operária não pede pinga. Só se pedir hoje. Mas raramente, raramente uma pessoa humilde – que não seja viciada, obviamente – chega num bar e pede uma cachaça. Mulher do povão não faz isso, pode fazer quem vem da universidade. Hoje até pode fazer, mas naquela época não fazia. Pode fazer se tiver em turma, né? Tomar uma caipirinha e tal. Mas uma mulher chegar num balcão de bar e falar: “Dá uma 51 para mim...” é muita vanguarda! E um dia eu estava num bar e ela chegou e pediu essa pinga. Aí eu pensei: “Tem boi na linha”. Aí eu fiquei... Já reunia o pessoal e falava: “É muito importante ver essa companheira...” E a gente tinha muito medo de infiltração de direita. Então vamos ficar de olho, porque não era normal. (PARANÁ, 2002, p. 125-126).

As ex-militantes femininas entrevistadas por mim relembram histórias semelhantes à relatada por Lula nessa entrevista. Ao frequentar bares perto da fábrica, muitas dessas mulheres contribuíram ao ambiente do bar devido a sua atuação. Embora os bares localizados em bairros operários continuassem a ser espaços predominantemente masculinos no final dos anos 1970, a visibilidade das mulheres aumentou. Acredito que durante a ditadura militar, a identidade e visibilidade das operárias se expandiu de tal forma que se tornou mais complexa. Na publicação da revista *ABCD Jornal* pela oposição sindical, aparecem regularmente artigos sobre o papel da mulher metalúrgica não apenas como esposa, filha, ou mãe, cuja única prioridade é cuidar de sua família. A mulher aparecia agora como trabalhadora que, como os homens, tinha o direito de participar de discussões coletivas sobre as condições do trabalho, fazer parte de reuniões políticas em suas próprias comunidades e participar de greves e protestos da oposição sindical.

Em períodos anteriores, esse tipo de comportamento feminino era considerado incomum e visto como “transgressivo”. Num artigo sobre feminilidade da classe operária paulista entre os anos 1930 e 1960, Weinstein (2006) escreve que “a identificação consistente de mulheres da classe operária está ligada às preocupações domésticas e femininas, e só foi possível, em grande parte, pelo esvaziamento da categoria operária de todas as conotações positivas”. Porém, enquanto isso pode ter sido o caso dos anos 1930 a 1960, no final dos anos 1970 a situação não era tão simples. Na

sétima edição do *ABCD Jornal*, a seção principal foi dedicada somente ao “trabalho da mulher” (O TRABALHO, 1976) e incluiu uma série de artigos sobre o assunto. Um desses artigos apresentava Dona Ilda, uma operária “comum”, que no momento da publicação trabalhava das 6 horas à meia-noite numa fábrica metalúrgica no ABC. O jornal relata que ela é mãe de seis filhos e que não abandona o seu trabalho de “dona de casa”, limpar a casa e cuidar de seus filhos. E ela continua: “Eu trabalho pra sustentar a família. Só o salário do meu marido não dá. Juntando os dois a gente ainda passa apertado.” Na sequência do artigo, é apresentado um discurso de Wilson Godoi Soares, superintendente de outra fábrica metalúrgica, que diz: “A mulher produz muito mais que o homem em serviços que exigem paciência. O homem logo se enche, larga a máquina, conversa ou vai pro banheiro toda hora. A mulher é justamente o contrário. Não fala muito, não sai da máquina e tira mais produção.” Depois, Sebastião Francisco de Oliveira, gerente de produção da mesma fábrica, diz: “O homem é mais difícil de ser controlado. Quando a gente dá uma bronca num operário, ele se rebela, diz que ganha pouco pra exigirem tanta coisa dele. A mulher não. Ela já aprende em casa. Quando a gente passa na seção até pelo olhar ela já sabe o que a gente quer dizer. E, se leva bronca, chora.”

Aqui, podemos ver os traços que reforçam a ideia de masculinidade, que durante muito tempo enfatizaram o trabalho duro, a força e a independência; embora, neste caso, o cruzamento entre classe e feminilidade possa continuar a enfraquecer as identidades operárias, e claramente vem de um vocabulário comum de honra associado a um comportamento do sexo feminino ligado às tarefas domésticas. Mas é interessante notar que, embora o comportamento feminino seja descrito como “passivo” e “obediente”, as operárias também são apresentadas como trabalhadoras. No final da seção sobre as mulheres trabalhadoras, uma metalúrgica anônima é questionada sobre suas experiências fora do “lar”: “em casa, a gente não sabe das coisas, acha que tudo é igual ao que a gente pensa. Na fábrica não. Eu conheço todo mundo, aprendo muita coisa, enfrento situações que no serviço da casa a gente não tem. Por isso eu prefiro trabalhar aqui. Tem uma coisa que eu gosto mesmo, que é conhecer toda essa gente que trabalha comigo.”

Mais tarde, na sequência do Primeiro Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema em 1978, o *ABCD Jornal* novamente publicou uma edição dedicada às mulheres operárias. Dessa vez, existem poucas referências descrevendo as operárias como “passivas” ou “fracas”. Na 13ª edição do jornal há um artigo chamado “Mulheres sem proteção” (MULHERES, 1978). Nele, o jornalista diz que a finalidade principal do primeiro Congresso da mulher metalúrgica foi mobilizar mulheres trabalhadoras, não apenas sobre problemas específicos no local de trabalho, mas para começar a discussão sobre como alterar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), porque as indústrias sabem que podem contratar mulheres e pagar-lhes menos do que aos homens. O foco em Direito do Trabalho surgiu após uma série de vitórias jurídicas de trabalhadoras na Justiça do Trabalho em relação à CLT. No entanto, apesar disso,

muitas empresas “burlam a lei, pagam menos para as mulheres do que para os homens, obrigam-nas a realizar tarefas em péssimas condições de trabalho, fazer trabalhos sob condições de insalubridade etc.” (MULHERES, 1978).

Em outro artigo intitulado “Elas vão ao congresso” (1978), o jornal cita a metalúrgica Valdete, uma baiana de vinte e três anos que havia trabalhado por três numa fábrica de automóveis. Segundo Valdete, ela participou do Congresso porque foi suspensa do seu emprego. Quando foi buscar conselhos de um advogado, ele a informou sobre o Congresso. Sobre as condições na fábrica em que trabalhava, Valdete comentou: “a gente não tinha liberdade nem pra ir no banheiro. Se a gente vai no banheiro tem que ser só dez minutos.” Entretanto, ela afirma acreditar que a situação das mulheres vai melhorar muito e que o Congresso é um grande fórum para mulheres trabalhadoras coletivamente expressarem suas preocupações. Ao apresentar mulheres trabalhadoras como atores políticos legítimos, não por conta do papel que tiveram dentro da família, mas devido à sua contribuição na produção da fábrica e nas reuniões políticas fora dela, os autores da revista apresentam um quadro muito mais amplo do que constitui um comportamento feminino adequado da classe operária.

A mudança na maneira com que grupos diferentes entendiam um comportamento feminino adequado continua a se expandir no final dos anos 1970. Isto pode ser visto no documentário *Braços Cruzados, Máquinas Paradas*, produzido e dirigido por Roberto Gervitz e Sérgio Toledo em 1979, e no qual os trabalhadores em greve não são exclusivamente do sexo masculino.

Voltando ao caso de Hilda, durante as greves de 1978 as máquinas na fábrica da Bombril, onde ela e Lúcia trabalhavam, foram desligadas por vários dias. Nas semanas que seguiram após a greve e depois da volta ao trabalho, Hilda e Lúcia foram demitidas da fábrica. Várias semanas depois, Hilda, Lúcia e Ana conseguiram emprego na fábrica da Volkswagen em São Bernardo.

Passar de uma pequena fábrica, relativamente sem importância, a uma das maiores empresas de automóveis no Brasil, teve um impacto muito profundo e emocional para Hilda. Ao mesmo tempo, os líderes da Liga Operária decidiram transformar o grupo, lançando um novo grupo semilegal, chamado Convergência Socialista. Durante o breve período em que Hilda trabalhou na Volkswagen, ela ficou profundamente deprimida.

Vários elementos podem ter contribuído para o seu estado de espírito. Em comparação com a fábrica da Bombril, o clima de trabalho na Volkswagen era muito mais alienado. O trabalho na Bombril fazia com que os trabalhadores usassem várias máquinas por dia. Segundo Hilda, foi porque “todo mundo ajuda todo mundo, ainda mais eu quando comecei, vi a solidariedade, vieram me ensinar, porque às vezes você fica doidona” (MACHADO, 2006). Além disso, a transição de “clandestino” para “legal” teve um forte efeito na maneira como os membros do grupo se viam. Para Hilda, ser um membro da vanguarda significava viver clandestinamente. Quando isso começou a mudar, o proletariado começou a perder sua atratividade romântica. De repente,

ela foi abandonada numa fábrica, trabalhando catorze horas por dia, sem tempo para frequentar as reuniões semanais da sua célula.

Em 1978, depois de trabalhar por vários meses na Volkswagen, Hilda foi presa com mais vinte membros da Convergência Socialista. Libertada da prisão várias semanas depois, e traumatizada pelo abuso físico e mental que sofreu durante o encarceramento, ela começou um longo e lento processo de separação do grupo.

Estudando a vida e os tempos de militantes da esquerda como Hilda Machado, não sei necessariamente explicar por que alguns jovens brasileiros escolhem o caminho da radicalização política e outros não; porém, a história de Hilda nos oferece alguma percepção dos contornos da cultura da juventude radical nas décadas de 1960 e 70. Como muitos jovens na América Latina, o processo de radicalização de Hilda era altamente dependente da sua capacidade de desempenhar o seu radicalismo diariamente para uma audiência. Para fazer isso, ela tinha que acreditar que seu desempenho tinha sentido e que estava contribuindo para um fim revolucionário.

Portanto, mesmo que Hilda tenha sido mandada para São Paulo como uma forma de reeducação, ela não se intimidou com isso, e continuou a dedicar sua vida à Liga Operária/ Convergência Socialista após a transição. Fez isso, em grande parte, porque acreditava que se pudesse “passar” como uma trabalhadora, poderia “se tornar” uma revolucionária autêntica. Foi com essa convicção que Hilda encontrou motivação para realizar o papel de “operária”. A mudança na motivação política de Hilda, que ocorreu depois que ela foi para a fábrica da Volkswagen, foi muito influenciada pela mudança do clima político nacional, bem como por um programa de trabalho exaustivo. Nesse período, a maioria das pessoas acreditava que a ditadura militar em breve chegaria ao fim. No entanto, era evidente que o fim não viria por meio de uma revolução, mas através de um lento processo de liberalização política. Foi nessa época que Hilda se percebeu incapaz de realizar seu papel como “operária”, pois em sua mente essa ideia não representava mais uma mudança revolucionária. A trajetória política de Hilda, como a de milhares de outros revolucionários latino-americanos, começou com um desejo de realizar um ideal romântico. Acredito que se nós explorarmos a relação entre as visões românticas e revolucionárias e a atuação dessas visões como meio de produção de comportamento revolucionário ideal, podemos aprender muito sobre a transição da ditadura para a democracia na América Latina nos anos 1960 e 70, bem como sobre as relações entre ideias, ações e gerações. A forma como a política e o gênero têm sido construídos ao longo do século XX é caracterizada tanto por rupturas quanto por continuidades. No entanto, gostaria de afirmar que, ao final dos anos 1970, a feminilidade associada à mulher operária estava mudando profundamente e, com a presença de pessoas da esquerda, não deveria ter sido fácil dizer quem fez parte da categoria “*operária da oposição*”.

Referências

- MALLON, Florencia E. Barbudos, Warriors, and Rotos: The MIR, Masculinity, and Power in the Chilean Agrarian Reform 1965-74. In: GUTMANN, Matthew C. (Ed.) *Changing Men and Masculinities in Latin America*. Durham: Duke University Press, 2003. 416 p.
- PARANÁ, Denise. *Lula: O filho do Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- PARKER, Andrew; SEDGWICK, Eva. *Performativity and Performance*. New York: Routledge, 1995.
- WEINSTEIN, Barbara. They don't even look like women. *International Labor and Working-Class History*, 69, Spring 2006.

Entrevistas

- BARGIERI, Beatriz. Entrevista concedida a Natan Zeichner. 3 jul. 2009.
- DE MENEZES, Lúcia Ferreira. Entrevista concedida a Natan Zeichner. São Paulo, 28 jul. 2006.
- LOURENÇO, Maria José da Silva. Entrevista concedida a Natan Zeichner. São Paulo, 2 ago. 2006.
- MACHADO, Hilda. Entrevista concedida a Natan Zeichner e a James N. Green. Rio de Janeiro, 27 jul. 2006.
- NOGUEIRA, Ana. Entrevista concedida a Natan Zeichner. Boston, 3 mar. 2006.

Jornais

- O TRABALHO da mulher. *ABCD Jornal*, 7 nov./9 out. 1976. CEDEM.
- MULHERES sem proteção. *ABCD Jornal*, 13. ed., 21 jan. 1978. CEDEM.
- ELAS vão ao Congresso. *ABCD Jornal*, 13. ed., 21 jan. 1978. CEDEM.

Filme

- BRAÇOS cruzados, máquinas paradas. Direção e Produção: Roberto Gervitz e Sérgio Toledo. São Paulo: [S.n.], 1979.

Trânsitos e política: artistas brasileiros em Nova Iorque durante a ditadura civil-militar no Brasil

Dária Jaremtchuk

Professora de História das Artes na EACH/USP. Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais do Departamento de Artes Plásticas da ECA/USP. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Em 2007, publicou *Anna Bella Geiger: Passagens Conceituais*.

Os Estados Unidos sempre buscaram um lugar de destaque no Brasil para a sua produção artística. Mas foi na década de 1960 que o governo demonstrou de modo explícito sua preocupação com os representantes americanos na Bienal de São Paulo, considerada a segunda maior mostra em termos de importância, depois da Bienal de Veneza. Seguramente ambas eram uma vitrine, no cenário da Guerra Fria. Por isso, as representações dos EUA eram cuidadosamente preparadas e supervisionadas.

Assim sendo, as artes serviram como estratégia para a construção de uma imagem positiva que o governo norte-americano utilizou para atrair simpatias; e a Bienal de São Paulo era um espaço privilegiado para a execução dessa política. A hipótese que aqui se defende é a de que, para além da imagem construída nas exposições, para se aproximar dos brasileiros o governo dos Estados Unidos desenvolveu uma “política de atração” que aqui pode ser avaliada pela promoção de viagens de pesquisa para artistas e intelectuais. Ou seja, com o apoio de várias instituições, entre elas a Fundação Guggenheim, a Fundação Fulbright e a Organização dos Estados Americanos (OEA), um número significativo de bolsas foi concedido aos brasileiros, de modo regular e sistemático.

Embora não fosse uma instituição norte-americana, e sim uma organização dos países latino-americanos, a OEA, através de diversos projetos de intercâmbio, contribuiu para o aumento do trânsito de artistas e intelectuais para os Estados Unidos. No âmbito das artes, além de exibir mostras e fundar um museu em Washington D.C. (1976), desde julho de 1958 concedia bolsas de diversas modalidades, que aumentaram de modo significativo após o estabelecimento da Aliança para o Progresso e o suporte oferecido pelos Estados Unidos.

Nesse mesmo contexto, não foi pequeno o papel desempenhado pelo Center for Inter-American Relations, hoje Americas Society, principalmente na organização de mostras e seminários. Como se verá mais adiante, sua performance conservadora provocou a reação de artistas latino-americanos em Nova Iorque, que contestaram a política da instituição.

Já em Washington, foi o Brazilian-American Cultural Institut (BACI), às vezes chamado de Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos, que se destacou dentro dessas “políticas de aproximação”. Os motivos do seu surgimento são pouco claros. Sabe-

se apenas que antes mesmo de sua inauguração, em 1964, a iniciativa já havia sido saudada pelo presidente John Kennedy em um discurso proferido em 1963:

O povo dos Estados Unidos tem muito a aprender com o rico patrimônio histórico e cultural do Brasil; estou feliz em constatar a criação de um novo Brazilian – United States Institute aqui em Washington para facilitar maiores contatos culturais e educacionais entre nossos dois países. (BULLETIN, jan. 1966, tradução nossa).

A precedência dessa declaração sugere a hipótese de que a criação do BACI possa ter sido proposta pela diplomacia norte-americana, estando vinculada à “política de atração” praticada pelo governo. Nesse caso, o Itamaraty, embora fosse o maior responsável financeiro e operacional pelo Instituto, teria sido o executor do projeto, e não seu mentor intelectual. Também a presença de congressistas norte-americanos no *Board of Directors* (diretoria) do BACI, como Bradford Morse, Donald Irwin e John Brademas, reforça essa hipótese. De qualquer modo, as atividades da instituição foram acompanhadas de perto por representantes do governo dos Estados Unidos, ao menos durante a década de 1960.

Ainda tratando de recuperar instituições que contribuíram para o deslocamento e a fixação de artistas brasileiros nos Estados Unidos, é importante incluir o Pratt Graphic Center, que, por ser uma instituição de ensino, teve um papel peculiar. Além de bolsas, oferecia outro tipo de suporte: seus alunos-artistas podiam requerer o visto de estudante e com ele estender sua permanência no Hemisfério Norte para além do tempo concedido a um turista. Do mesmo modo, as instalações dos seus ateliês tornaram-se, às vezes, os únicos espaços de trabalho dos artistas. Dentre os vários brasileiros que por lá passaram está Lydia Okumura, que permaneceu de 1974 a 1977. Esse espaço tornou-se vital porque, além das aulas e da garantia do visto, lhe proporcionou participar das mostras anuais. Estas, por sua vez, ajudaram a se inserir na cena artística da cidade. Foi a partir dessas exposições que alguns galeristas a convidaram para expor em outros espaços.

Assim, verifica-se que a atuação dessas instituições foi fundamental para que os artistas e a arte brasileira estivessem presentes nos Estados Unidos.

Ao mesmo tempo, muitos artistas manifestavam receio em relação a essa situação, pois o governo dos Estados Unidos estava apoiando os regimes antidemocráticos na América Latina. Essa realidade não deixou de causar nos artistas um sentimento contraditório de atração e de resistência ao mesmo tempo. O depoimento de Maiolino (2002) vai nessa direção:

Vivi em Nova Iorque quase três anos, entre 1968 e 1971, num momento extremamente rico e pulsante da produção artística dessa cidade, que se inter-relacionava com os paradoxos da sociedade, ora querendo entendê-los, ora questionando a guerra do Vietnã e as drogas [...] a eterna afirmação da democracia americana, da liberdade, que contraditoriamente dava suporte às ditaduras de nossos países latino-americanos [...]. Contudo, é inegável que o contato com a cidade foi grande. Também foi importante o convívio próximo que tínhamos com artistas latino-americanos que se encontravam na cidade naquele momento tão fervilhante.

A presença dos latino-americanos na cena nova-iorquina já era forte quando os artistas brasileiros lá chegaram. Artistas como Rubens Gerchman, Ana Maria Maiolino, Antonio Henrique Amaral e Josely Carvalho, por exemplo, estiveram, durante períodos diferentes, relacionados às redes latino-americanas. Foi, principalmente, a partir dessa convivência que se desenvolveu o sentimento de pertencimento dos brasileiros à América Latina. Apesar de compartilharem as mesmas agruras vividas na terra do “Tio Sam”, não se pode imprimir a esse contingente humano um perfil de uma verdadeira comunidade. Na avaliação do artista uruguaio Luis Camnitzer, esse grupo não apresentava um perfil político. Em suas palavras,

[...] eles têm mantido as suas ideias para si, talvez influenciados pelo processo de concessão do visto dos EUA e pelo desejo de ter sucesso no mercado. Esta falta de interesse na militância política impediu-os de organizarem-se em grupos que poderiam tentar defender seus interesses e colocar a sua representação nas mãos de instituições com agendas mais complexas – entre elas a Organização dos Estados Americanos. (CAMNITZER, 2009, tradução nossa).

Apesar do tom cético dessa análise, ele mesmo foi um de seus membros mais atuantes. Se, como afirma, os latino-americanos não se comprometeram publicamente com causas políticas como se esperava, considerando, sobretudo, o período marcado por polarizações extremadas, também não optaram pelo silêncio e pela apatia. Realizaram trabalhos que não passaram despercebidos naquele momento, como a publicação de *Contrabienal*, uma das respostas mais significativas contra a ditadura brasileira, e o *happening* na Galeria Bonino na abertura da mostra brasileira de ex-votos. Carla Stellweg (1988), a respeito desses artistas, diz:

No entanto, por mais de um ano, o grupo chamou a atenção não só para os artistas da América Latina, mas para a América Latina em geral. Eles distribuíram informações para a imprensa, para os professores universitários e o público em geral. Para todos os envolvidos, isso deveria ser uma educação esclarecedora acerca da falta de informação e comunicação sobre a América Latina e uma introdução à sua complexidade. (tradução nossa).

Desse modo, tanto a *despolíticação* colocada por Camnitzer como a *militância* contada por Stellweg refletem a difícil situação de se fazer política em trânsito, em que a vulnerabilidade dessa condição dificulta um enfrentamento mais direto com instâncias de qualquer tipo de poder.

No entanto, não se pode negar a existência de ações significativas naquela época, e que algumas delas se relacionavam com o contexto brasileiro. Contrários às políticas do Center for Inter-American Relations (CIAR), um grupo de artistas se organizou e formou o Museo Latinoamericano. Pretendiam, entre outras coisas, fundar um museu a partir da integração de diversos ateliês. O público receberia um mapa com os endereços desses lugares e assim conheceria diretamente a produção apresentada pelos artistas. Consequentemente, a proposta anulava a necessidade dos trâmites institucionais e burocráticos de qualquer museu. Esse protagonismo dos artistas contrastava com a performance do CIAR, que se posicionava como representante oficial da arte latino-

americana nos Estados Unidos. Na realidade, segundo a perspectiva dos artistas, sua agenda era de incompetência e má-fé.

Dentre as reivindicações dos artistas estava o pedido de destituição dos membros do conselho do CIAR, formado por Dean Rusk, Lincoln Gordon e Thomas Mann – figuras reconhecidamente vinculadas às ações de intervenções políticas na América Latina, como a expulsão de Cuba da OEA e o golpe civil-militar no Brasil e na República Dominicana. Além disso, era um grupo que não expressava qualquer credibilidade intelectual.

Camnitzer enviou uma carta a John Perrault, crítico do *The Village Voice*, colocando a plataforma das reivindicações:

Para criar um centro de difusão da cultura latino-americana em nível não oficial; para informar sobre a repressão da cultura nos países latino-americanos; para conduzir ações contra instituições que representam mal, ou de forma inepta, a cultura da América Latina; para criar serviços especiais para artistas latino-americanos. (STELLWEG, 1988, p. 304, tradução nossa).

No entanto, para a concretização dessas propostas era necessário que os artistas radicalizassem suas ações e se manifestassem contra o *establishment* – o que muitos preferiram não fazer, segundo Camnitzer, devido a interesses pessoais. Desde o início desse embate até os dias de hoje, ele permanece como o único a boicotar o espaço do America's Society (antes denominado CIAR).

Por discordâncias ideológicas, o Museo Latinoamericano acabou se dividindo. Da cisão, surgiria o grupo Movimiento por la Independencia Cultural de Latino América (MICLA). Apesar das diferenças entre ambos, organizaram conjuntamente a publicação de *Contrabienal* em 1971, espécie de manifesto político ou exposição circulante, que se transformou em uma das mais significativas respostas do meio das artes à ditadura brasileira. Instalados em Nova Iorque, os dois grupos entraram em contato com artistas de diversos países explicando os motivos da proposta: a ampliação do boicote à Bienal de São Paulo de 1969 e a denúncia da tortura e da violência praticadas, não somente no Brasil, mas também em outros países da América Latina.

Em 1969, houve um amplo boicote internacional à X Bienal de São Paulo, organizado por artistas como resposta à censura nas artes no Brasil. Esse chamado internacional à não participação atingiu tal magnitude que impediu os Estados Unidos de participarem, porque muitos artistas se recusaram a enviar trabalhos. Como também não houve tempo para a organização de uma mostra substituta, a ausência ganhou grandes repercussões e provocou desconfortos políticos e diplomáticos, como se pode observar nessa correspondência do diplomata John W. Mowinckel: “a embaixada deposita a maior importância na participação americana na próxima seção da Bienal de arte. Nossa incapacidade de produzir uma grande exposição de arte em 1969 ainda é um assunto de conversa frequente e fonte de constrangimento.” (MOWINCKEL, 9 nov. 1970, tradução nossa).

Para os artistas, a potencialização e a expansão do boicote iniciado em 1969 apoiava-se nos próprios fatos políticos que foram estampados na publicação de

Contrabienal em forma de imagens e depoimentos de brasileiros torturados pelo regime brasileiro.

Mesmo sendo o Brasil o foco da publicação, nenhum brasileiro participou dela para evitar possíveis represálias por parte do regime. E como era de se esperar, tampouco circulou pelo país ou foi noticiada na imprensa.

Não houve qualquer espécie de seleção ou “curadoria” e o material recebido foi todo incluído em *Contrabienal*. Camnitzer, Liliana Porter, Carla Stellweg e Teodoro Maus desenharam e imprimiram a publicação em uma máquina Offset, adquirida com o dinheiro de uma rifa organizada pelos dois grupos exatamente para esse fim. Apesar de todos os esforços, a circulação da publicação foi limitada. Segundo Stellweg, apesar de inicialmente se pretender fazer uma circulação comercial, a distribuição foi mais silenciosa.

Uma distribuição comercial também aumentaria a visibilidade e a associação dos artistas com a causa, ligação que alguns, talvez, preferiram não deixar tão explícita.

Em 1971, antes da publicação de *Contrabienal*, Gordon Matta Clark fez circular uma carta em que chamava seus pares a manter e ampliar o boicote à X Bienal de São Paulo de 1969. Esse conteúdo foi incorporado à publicação. Para o artista norte-americano não se tratava apenas de manter o afastamento na edição da XI Bienal, mas de também denunciar a falta de liberdade vivida no país e as violências cometidas pelo governo.

Embora se reconhecesse a presença de artistas exilados em Nova Iorque, essa condição não foi assumida publicamente pelos brasileiros. O uso do termo “exilado político” em sentido mais estrito não parece ser o mais adequado para se referir a eles. Conforme já observado por Camnitzer, embora tendo encontrado diversos percalços, eles não se caracterizaram pelo perfil da militância e da prática política. Dentro do movimento de saída do Brasil, aqueles que tinham laços mais fortes com grupos organizados e eram mais politizados preferiram viver seu “exílio” em Paris.

E para finalizar a discussão sobre as atividades políticas relacionadas à ditadura brasileira, não se deve aqui esquecer a ação dos artistas do MICLA na abertura da exposição de ex-votos brasileiros dos séculos XVIII e XIX na Galeria Bonino em Nova Iorque. É ainda Camnitzer que nos conta que no dia da abertura da exposição, os artistas do MICLA, em conjunto com o Committee for Justice for Latin American Prisoners, surgem em cena. “Enquanto os membros do comitê passavam textos informativos para os visitantes, os membros da MICLA distribuíam ‘contra ex-votos’: fragmentos enfaixados de bonecas.” (CAMITZER; WEISS, 2009, p. 172). Como se tratava de uma mostra apoiada pela Embaixada Brasileira, houve mal-estar, sobretudo porque as bandagens foram pintadas de vermelho, referência direta à tortura praticada no país. Também o texto entregue fazia referência a essa realidade vivida no Brasil.

Se o trânsito dos artistas visuais e o envolvimento com atividades políticas foi até hoje pouco analisado, esse fato também se deve aos protagonistas dessas histórias terem deixado poucos relatos e memórias dessa experiência. Consequentemente,

esse tempo vivido nos Estados Unidos transformou-se em mais um dado biográfico desconectado de um fenômeno coletivo com fatores históricos comuns, conforme foi aqui discutido. Mesmo que em pequeno número, as manifestações contra a ditadura brasileira foram pouco mencionadas na bibliografia, assim como a aproximação dos brasileiros com os artistas latino-americanos.

Além de viverem as dificuldades do deslocamento, esses artistas passaram por grande falta de reconhecimento profissional no meio norte-americano, o que provocou pausa ou interrupção em seus processos poéticos, pois foram raras as oportunidades de exibição de trabalhos. Sem dúvida, a nacionalidade os reduzia a um lugar estabelecido na rígida estrutura do mercado de arte. Quando participavam de mostras, era geralmente em conjunto com artistas latino-americanos. Com isso, tiveram seus trabalhos considerados como de menor valor simbólico. Sem dúvida, essa precariedade profissional os estimulava a expor no Brasil.

Em resumo, é preciso ressaltar a diversidade de aspectos nesse trânsito de artistas brasileiros para os Estados Unidos nas décadas de 1960 e 1970. Se o governo brasileiro, mesmo sob regime militar, também contribuiu com esse fluxo – afinal, não interrompeu a concessão de bolsas para os artistas – foi sobretudo a “política de atração” praticada pelas instituições norte-americanas a maior responsável por essa movimentação. Ao mesmo tempo em que se consolidava essa estratégia, os Estados Unidos construíram também no meio artístico brasileiro uma imagem favorável, exemplificada, sobretudo, pelas participações na Bienal de São Paulo. É significativo ressaltar que ambas, tanto a “política de atração” como a construção desse perfil de país receptivo à arte de vanguarda e à comunidade artística internacional, foram levadas adiante independentemente do regime político vivido no Brasil. Na realidade, a ditadura foi muitas vezes um facilitador nesse processo, como no caso da criação do BACI, quando a diplomacia brasileira conviveu com congressistas norte-americanos no *Board of Directors* sem cogitar uma possível sobreposição de interesses dos dois países na agenda da Instituição. Em resumo, a literatura até hoje tratou esse fluxo como tendo sido provocado pelo momento político brasileiro, e quis aqui mostrar que eram os Estados Unidos que estavam interessados em receber brasileiros em seu território, independente de quem estava no governo no Brasil.

Por outro lado, é inegável que a oferta de bolsas tornou-se uma alternativa às duras condições impostas pelo regime militar. Se os riscos e as dificuldades impostas pelo regime levaram inúmeros artistas a procurar outros espaços para viver, os Estados Unidos, por sua vez, já haviam desenhado uma imagem de receptores ideais. Como resultado desse trânsito, os artistas nesse novo ambiente viveram uma perspectiva menos nacionalista porque conviveram com um contingente heterogêneo e cosmopolita onde a experimentação e a exploração dos suportes tecnológicos, como o vídeo, a fotografia e a xerox estavam na ordem do dia. Consequentemente, essa aproximação não deve ser desprezada quando se analisa a genealogia da arte contemporânea brasileira. Mas essa é uma nova tarefa, que, por sua dimensão, espera um novo momento para ser desenvolvida.

Referências

- BULLETIN. Washington (D.C.): Brazilian-American Cultural Institute, n. 1, jan. 1966. (Localizado na Claire T. Carney Library, University Massachusetts, Dartmouth).
- CAMNITZER, Luis; WEISS, Rachel (Ed.). *On Art, Artists, Latin America, and Other Utopias*. Austin, TX: University of Texas Press, 2009.
- MAIOLINO, Ana Maria. *Vida afora/A life line*. Nova Iorque: Drawing Center, 2002.
- MOWINCKEL, John W. (Country Public Affairs Office) U. S. Information Service. *USIS Rio de Janeiro para Smithsonian Institution*. NCFA/IAP. Nov. 9th 1970. (Localizada no Smithsonian Archives, Washington, D.C.).
- STELLWEG, Carla. Magnet-New York. In: *The Latin American Spirit: Art and Artists in the United States, 1920-1970*. New York: The Bronx Museum of the Arts; Harry N. Abrams, 1988. p. 304.

Álbum de família: memória, identidade paulista e a Revolução de 32

Barbara Weinstein

Professora de História da New York University. Doutora pela Yale University, onde foi orientanda da Profa. Emilia Viotti da Costa. Entre as suas publicações estão dois livros traduzidos para o português, *A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência, 1850-1920* (São Paulo: HUCITEC; EDUSP, 1993), e *(Re)formação da Classe Trabalhadora no Brasil, 1920-1964* (São Paulo: USF; Editora Cortez, 2000).

Num breve mas instigante ensaio intitulado *1932: Imagens Contraditórias*, Emilia Viotti da Costa observa que “como toda revolução, a de 32 gerou sua mitologia” (COSTA, 1982, p. 1). Por sinal, esse ensaio acompanhou uma preciosa coleção de documentos organizada por Ana Maria Camargo e distribuída pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo em 1982, quando a Revolução de 32 completou 50 anos. Com esse ensaio, Emilia Viotti levou o debate sobre 32 a um novo nível, transferindo o enfoque de uma discussão “positivista” sobre as causas e motivos que levaram os paulistas a pegarem em armas contra o regime getulista, para os vários usos de histórias e memórias de 32, e os imaginários – muitas vezes contraditórios – que se sustentaram no legado da Revolução. A meu ver, o ensaio mudou o discurso sobre 32 da esfera da “objetividade” para a questão da subjetividade.¹

Seguindo a linha de argumento primeiramente articulada nesse ensaio há trinta anos, a apresentação a seguir pretende examinar os diferentes usos de 32 em dois momentos específicos: o de 1954, ocasião do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo, e o de 1957, o ano do Jubileu de Prata da Revolução Constitucionalista.² A escolha dessas datas reflete duas considerações: a primeira, e mais óbvia, é que foram dois pontos cronológicos, um referente às grandes comemorações de 9 de julho e outro referente à variedade de festejos e publicações em torno do tema de 32. A segunda é que esses momentos – que ocorreram numa época de surto de nacionalismo e intensificação de tensões na esfera política – foram especialmente complicados e ricos para a comemoração de uma revolução aparentemente “regional” e “regionalista”.³

Tanto em 54 quanto em 57, podemos perceber duas correntes relativas à representação dos eventos de 32. Elas não se encaixam no típico binômio “a favor” ou “contra” a Revolução de 32. Nesse sentido, as imagens aparentemente não são nada contraditórias – todas representam 32 como motivo de orgulho ou de algo positivo; aliás, os comentaristas nem discutem a revolução neste sentido. O que distingue uma vertente de outra não é a questão de julgar a revolução como uma causa justa ou não. É muito mais uma questão de quem pode se identificar com o espírito de 32 e qual é o significado do movimento constitucionalista no contexto dos anos 50. Eram

¹ A historiografia de 32 é grande demais para mencionar todos os trabalhos importantes. Uma boa introdução à sua história é o pequeno estudo de CAPELATO (1982).

² Sobre o IV Centenário da Cidade de São Paulo, veja LOFEGO (2004) e ARRUDA (2001).

³ Sobre a questão da memória de 32, veja BORGES (1997) e RODRIGUES (2012).

essas questões, e de certa forma a “sensibilidade” invocada nas comemorações, que distinguiram uma corrente de outra.

Como era inteiramente previsível, o IV Centenário em geral foi uma expressão de intenso regionalismo e triunfalismo. Os festejos e eventos foram organizados por representantes das elites paulistas (tanto intelectuais como empresariais), entre eles homens e mulheres com ligações estreitas com a revolta de 32. Ao mesmo tempo, era um momento cheio de tensões entre aqueles cuja intenção era usar a Revolução Constitucionalista como emblema de paulistanidade, num sentido que excluía muitos habitantes de São Paulo da categoria “paulista”; enquanto outros grupos envolvidos na política eleitoral e mais sensíveis ao crescimento de sentimentos nacionalistas procuravam ampliar o significado de “32”.⁴

Apenas três anos depois, os paulistas comemoraram o Jubileu de Prata da Revolução Constitucionalista. Na época destes festejos, em 1957, foi evidente uma alteração nas representações da “causa paulista”, que agora estava sendo reimaginada como uma luta pela democracia (um tema que não aparece com frequência na época da Revolução). Porém, podemos perceber que uma certa construção “paulista/liberal” da democracia continuava ancorada numa noção de direitos de cidadania como algo que pertence mais às regiões modernas e “progressistas” do Brasil e menos às regiões “atrasadas” (WEINSTEIN, 2006, p. 281-306).

Comemorando 32 no IV Centenário

No IV Centenário, podemos dividir as comemorações de 32 em duas vertentes: uma tinha um teor mais popular, e era orientada mais com base no futuro do que no passado; a outra era mais voltada ao passado, e a uma noção mais exclusivista de memória e identidade paulista.

Os próprios festejos programados para os dias 9 a 11 de julho refletiram essa primeira vertente. Os que organizaram as atividades nesses três dias durante o ano do IV Centenário nitidamente procuravam dar um sentido à ocasião que a definiria nos termos mais amplos e abrangentes possíveis. O principal fator que impulsionou os festejos nessa direção foi o papel da Associação de Emissores – uma entidade que representava os canais de rádio e televisão em São Paulo (aliás, havia na época apenas um canal de televisão, a TV Tupi).

Patrocinada por essas empresas emissoras, na maior parte comerciais, a programação de 9 a 11 de julho foi organizada para alcançar o maior público possível. E tudo indica que ela foi um sucesso nesse sentido. Um relatório final da Associação declarou com grande orgulho (e talvez um pequeno exagero) que um milhão de pessoas, de todos os setores da sociedade paulista, participaram da comemoração da “arrancada cívica” de São Paulo em 32. O uso desta frase – arrancada cívica – é notável; em vez de ressaltar a “Guerra” – com armas e trincheiras – ou ainda a insurreição regional, dá

⁴ Tenho uma discussão mais elaborada destas tensões no meu livro (ainda em manuscrito) *The Color of Modernity: São Paulo and the Making of Race and Nation in Brazil*.

a impressão de que 32 foi um estouro de entusiasmo cívico que empolgou toda São Paulo, pouco diferente do ânimo dos festejos marcando o seu aniversário, em 54.

Além dos muitos comentários e fotos dessas comemorações, existe um documentário, *São Paulo em Festa*, produzido pela Companhia Vera Cruz em cooperação com a Associação de Emissores. Esse filme retrata os destaques dos três dias de festejos, e a sua narração revela a impressão que os organizadores pretenderam criar. Infelizmente, alguns aspectos dos festejos não foram bem traduzidos à tela – por exemplo, a famosa “chuva de prata” organizada por Baby Pignatari e as Indústrias Wolff, um evento que muita gente cita como o momento mais memorável do IV Centenário –, e perderam seu drama no contexto cinematográfico. Nessa noite, segundo o radialista Randal Juliano, “o sentimento do paulista faz com que a cidade se locomova até o Viaduto do Chá” para receber a “chuva” de 20 milhões de triângulos prateados.

A culminação do filme – e dos festejos de “9 de julho” – ocorreu na noite de 11 de julho com o espetáculo no Parque Dom Pedro II. O ponto alto dos festejos foi um show de música popular que contou com a participação de vários músicos e cantores de renome. É interessante que o filme ressalta a apresentação do cantor João Dias, mais especificamente o instante em que ele cantava um trecho da música *São Paulo, Coração do Brasil*: “São Paulo, sem preconceito de raça, sem preconceito de cor”.⁵ Esta certamente não foi uma cena escolhida por acaso – foi uma declaração deliberada da ligação de São Paulo ao conceito do Brasil como uma “democracia racial”. Depois disso o filme terminou com um trecho dedicado ao maciço espetáculo de fogos de artifício. Segundo a narração, foi a maior mostra de fogos na história do mundo e incluiu imagens iconográficas como a torre do Edifício Banespa e o brasão da cidade de São Paulo com seu lema, “Non Ducor, Duco”. A última cena termina com o narrador dizendo que “depois de três dias de festa, o povo paulista vai voltar à oficina, à fábrica, ao escritório com a certidão de que São Paulo é a grande locomotiva do progresso brasileiro”.

Segundo esse documentário, a programação dos festejos de 9 de julho no IV Centenário acabou sendo uma mistura de divertimentos populares e uma campanha publicitária para a cidade de São Paulo. O filme abre com a silhueta da cidade e o narrador qualificando São Paulo como “a cidade que mais cresce no universo” – parece que já não era suficiente ser a cidade que mais crescia no *mundo*. Sobretudo, a mensagem do filme foi a de “São Paulo como a terra da oportunidade”: qualquer pessoa que vinha a São Paulo disposta a trabalhar e se esforçar poderia se tornar paulista e aproveitar os benefícios da vida moderna. Até a localização dos últimos festejos – o Parque Dom Pedro II – sinalizou a vontade de dar a essas comemorações um caráter popular e abrangente. Situado entre a velha zona central da Praça de Sé e o bairro popular do Brás, esse parque era um local onde os habitantes de São Paulo oriundos de lares modestos podiam congrega-se e sentir-se em casa, em contraste com o recém-inaugurado Parque do Ibirapuera. Este, além de estar distante do centro da cidade, num novo bairro da classe média, ficou ainda fora das redes de transporte público. Na

5 Essa letra é da música “São Paulo, Coração do Brasil” (1951), de David Nasser e Francisco Alves.

segunda noite das comemorações, o radialista Randal Juliano comentou – ou melhor, maravilhou-se – o fato de tanta gente estar chegando para “comemorar uma derrota”. Porém é mais provável que a grande maioria dos participantes da festa estivesse comemorando, em vez de uma derrota, o triunfo de São Paulo como o maior centro de indústria e modernidade no Brasil, e talvez em toda a América Latina.

Na verdade, a maior parte dos festejos de 9 de julho programados pela Associação de Emissores foi apenas indiretamente relacionada com o tema de 32; mas havia outros eventos e artefatos, gerados pelo IV Centenário, que estavam ligados muito mais direta e explicitamente a uma tentativa de construir e consolidar uma memória coletiva da Revolução Constitucionalista. Por exemplo, na Exposição Histórica, que foi uma das peças-chave do IV Centenário, o painel final que resumiu a história de São Paulo indicou três conquistas que definiram a história paulista: a conquista da terra, a conquista do ouro e a conquista da lei (COLEÇÃO IV CENTENÁRIO DO MUSEU PAULISTA, 1954). Claro que esta última conquista se referiu à Revolução Constitucionalista. Segundo o painel, durante os três meses dessa Guerra Cívica “fundem-se os paulistas num único ser humano que sente, pensa e age sem diferenças sociais, políticas, religiosas, raciais, e nem de sexo”.

É fácil entender essa exaltação de uma suposta unanimidade regional, tanto pelos organizadores da exposição quanto pelo público ao qual ela foi dirigida. O crescimento urbano e o desenvolvimento industrial tão ressaltados na propaganda do IV Centenário também geraram novos aspectos da vida urbana – grandes levadas de migrantes de Minas e do Nordeste, episódios sem precedentes de militância operária (por exemplo, a recente Greve de 300 mil em 53) – que balançavam a imagem de uma São Paulo ordeira, unida e disciplinada.⁶ Era de se esperar que, num momento como este, as classes conservadoras que orquestraram a maioria das atividades do IV Centenário tivessem vontade de lembrar e exaltar um momento histórico que era visto como sinônimo da solidariedade regional. Ao mesmo tempo, as representações dominantes da Revolução de 32, e a insistência numa “memória coletiva”, produziram uma narrativa regional de excepcionalismo paulista que colocou grandes faixas da população metropolitana fora ou ainda contra a identidade regional.

Essa tensão entre inclusão e exclusão é especialmente evidente num dos artefatos mais amplamente divulgados do IV Centenário – neste caso, um volume intitulado *Álbum de Família 1932* (e ao qual eu, no meu livro, dou o apelido “*The White Album*”). Organizado pelo editor e veterano de 32, José de Barros Martins, este álbum de família se destaca dentre as muitas obras comemorativas lançadas em 1954 pelo excepcional cuidado e qualidade da sua edição. É quase inteiramente um livro de imagens e recortes, como seu nome indica; além de uma brevíssima apresentação e legendas das fotos, o volume é totalmente composto de matérias visuais. Segundo Martins, “numa obra como esta, mais do que as palavras falam os símbolos – as fotos, os

⁶ Sobre a militância operária da época, veja WEINSTEIN (2000, cap. 8) e NEGRO, (2004, p. 19-228). Sobre a migração nordestina, veja FONTES (2008).

cartazes, os dísticos de guerra...” Além disso, Martins avisa o leitor que, com o objetivo de produzir uma obra de máxima autenticidade, a editora fez um grande esforço para reproduzir as imagens nas cores originais e, quando possível, nas suas verdadeiras dimensões. Considerando o estágio da tecnologia de reprodução fotográfica daquela época, o álbum de família certamente custou caro para ser publicado.

Martins, que se identifica como “veterano de 32”, explica a proposta deste volume: “este ‘álbum de família’ não procura ser uma crônica completa da revolução; em vez disso, o álbum se oferece como uma lembrança, tipo livro de recortes que evoca e conserva a memória daquele momento majestoso do passado paulista. A intenção é de que o álbum tenha um lugar em cada lar paulista... como um repositório de lembranças, onde o olhar retrospectivo dos filhos de Piratininga possa, de quando em quando, pousar saudosamente...”⁷ Martins lançou essa obra como uma maneira de manter, em forma material, “os momentos gloriosos que São Paulo viveu durante a campanha constitucionalista...” A organização do álbum reflete bem este propósito de servir como um *lieu de mémoire* da “epopeia paulista” – uma história épica de heroísmo e bravura regional. A forma épica é especialmente pontual – ao ressaltar o heroísmo e o sacrifício, a derrota “trágica” fica em plano secundário. O que o torna importante é o reconhecimento da coragem e do espírito dos participantes, da suposta unanimidade de sentimentos e da vontade de um povo que se mobilizou sem medir a possibilidade de vitória. Considerações ideológicas também estão fora da perspectiva do *Álbum*.

A parte principal do tomo abre com reproduções da primeira página de seis jornais paulistas anunciando o começo da sublevação – uma tática quase cinematográfica que situa o leitor no contexto histórico e estabelece o papel saliente da imprensa paulista na campanha constitucionalista. O primeiro segmento do volume trata dos meses anteriores à fase armada da campanha e dos primeiros episódios de violência. Fotos dos comícios dos dias 22 e 23 de maio mostram multidões na rua, animadas, mas ordeiras, bem vestidas e, na grande maioria dos casos, compostas por homens. Desde já, o tema passa a ser os preparativos para a guerra, inclusive com cartazes de recrutamento militar. Nenhum detalhe é pequeno demais para ser incluído – o livro carinhosamente reproduz todos os objetos associados ao governo insurgente, inclusive o dinheiro e moedas paulistas, títulos, selos e cartões postais para as tropas. Segue uma série de fotos de mulheres, muitas delas vestidas numa roupa branca, quase luminosa, se despedindo dos filhos, noivos e maridos, ou sustentando os serviços de assistência. Mais uma vez, o leitor há de ficar impressionado com a intensidade de atividade e de emoção; um anúncio especialmente zeloso declara que “quem não estiver prompto para lutar, suicide-se, que é melhor morrer assim do que morrer moralmente”. Apesar do tom quase histérico deste cartaz, a mensagem em geral é que tudo isso estava ocorrendo dentro de um contexto de ordem, disciplina e planejamento racional – uma forma peculiarmente paulista de “revolução”.

7 MARTINS (1954). Todas as citações nas próximas páginas são deste livro, que não tem paginação.

O próximo segmento do álbum chama-se “Em plena guerra”, e abre com uma dúzia de fotos do “front”, entre elas cenas compostas por combates, fotos de várias máquinas improvisadas de guerra e retratos da força aérea insurgente.⁸ Muitas destas imagens lembram fotos de uma ou outra guerra mundial, inclusive o retrato da “mocidade nas trincheiras”. Segundo elas, os paulistas desencadearam uma guerra *moderna*, completa com trincheiras, aviões e trem blindado. Enfim, quando os paulistas pegaram em armas, era para prosseguir uma guerra moderna, à moda europeia, em contraste com os motins e guerrilhas dos sertões.

Em 1954, os filmes de Hollywood, tipicamente tratando da II Guerra Mundial, já tinham construído a clássica imagem do pelotão composto de homens de todas as origens sociais e étnicas. No *Álbum de Família* há algumas fotos que indicam uma certa diversidade nas forças paulistas; segundo uma legenda, “moços e velhos, estudantes, operários, homens de negócios, todos ligados por um ideal comum”. Mas a grande maioria das fotos dos voluntários retratam soldados que parecem ser da chamada “mocidade acadêmica” da força armada paulista. Muito menos evidentes são os soldados da Força Pública, e não houve nenhuma referência à Legião Negra, apesar do seu papel pujante na fase de combate. Mas não faltaram fotos dos oficiais da Igreja Católica, inclusive um arcebispo abençoando as bandeiras dos batalhões seguindo para o Front, com a legenda lembrando estes “espetáculos comoventes de fé cristã”.

O lado trágico do conflito aparece no álbum organizado por Martins, mas jamais num registro que possamos chamar de pacifista ou antiguerra. Várias páginas são dedicadas a cenas de cortejos fúnebres e de luto por soldados mortos no campo de combate. Mas essas fotos, longe de ressaltarem os horrores da guerra, enfatizam a fibra e a glória dos paulistas nesse momento do último sacrifício. Ainda mais, este reconhecimento do lado trágico logo dá lugar a uma série de cartazes e desenhos comemorando a Campanha de Ouro (quando milhares de paulistas doaram suas alianças e outros objetos preciosos “pelo bem de São Paulo”). O álbum encerra com algumas páginas melancólicas dedicadas ao tema “Para o Exílio”, uma maquete do monumento e mausoléu dedicado aos soldados de 32, e reproduções das capas de várias crônicas, que servem para confirmar que a Guerra Paulista ainda está viva na memória coletiva regional.

Apesar da suposta autenticidade do conteúdo do álbum, alguns silêncios e omissões refletiram o momento e as circunstâncias da sua publicação. Talvez o aspecto mais notável é que o conflito retratado nas páginas do *Álbum de Família* parece ser uma guerra sem inimigo. Uma leitura cuidadosa dos recortes revela uma ou outra referência a Getúlio e à ditadura, e o cartaz um tanto histérico declarava que chegou para os paulistas a hora de “enfrentar os seus opressores”. E é somente nas páginas finais que o texto atribui a derrota de São Paulo às “forças tremendamente superiores” (no sentido numérico) da ditadura; porém o livro ainda insiste que São Paulo acabou vencendo, já que levou a ditadura a voltar ao regime da lei. O volume é cheio de palavras como

8 Sobre a fotografia na Revolução de 32, veja DE PAULA (1999).

“imperativo”, “sacrifício” e “entusiasmo”, mas notavelmente vago em relação ao objeto do seu entusiasmo, e ainda mais vago ainda com relação à identidade do inimigo. Claro que todas as crônicas e memórias de 32 tinham que enfrentar o fato de se tratar de uma guerra contra tropas brasileiras; mas nos anos seguintes à revolução a tendência era desprezar os soldados de outras regiões e colocá-los fora da esfera de civilização e consciência cívica – muitas vezes numa linguagem racializada. Mas o *Álbum de Família* simplesmente mantém o silêncio em relação ao inimigo, uma estratégia discursiva que fazia sentido depois de duas décadas de suposta reconciliação, da ascensão do mito da democracia racial e da formação de um forte sentimento nacionalista no Brasil nos anos cinquenta. Sob essas circunstâncias, não havia possibilidade do livro de Martins chamar as tropas federais de “jagunçada”, ou ecoar a denúncia de Alfredo Ellis Junior dos nordestinos como “platycephalos e amongoilados do Norte” (ELLIS JÚNIOR, 1934, p. 20). Da mesma maneira, não houve nenhuma reprodução de clichês do jornal *O Separatista*, com suas frequentes referências a “cabeças chatas”. Mesmo na época da revolta, havia um esforço entre as lideranças paulistas para modular a retórica (separatista ou não) que implicava a inferioridade de brasileiros de outras regiões. Já no ano de 54, tal linguagem foi quase que completamente expurgada da história oficial. Nem mesmo o lema “Tudo por São Paulo” (às vezes, mas não sempre, seguido por “Tudo pelo Brasil”), tão comum durante a Campanha Constitucionalista, aparece no *Álbum de Família*.

Novamente, é fácil entender o desejo de Martins, e de muitos outros veteranos da Guerra Paulista, de reacender a memória daquele momento histórico, e especialmente de criar uma representação dele como um momento de absoluta unidade e solidariedade social.

Porém, nem o bem produzido *Álbum de Família*, nem a própria ideia de situar a memória da Revolução de 32 como pedra de toque da identidade paulista, adiantariam a causa da unidade regional, pelo menos no sentido de transcender as divisões cada vez mais marcadas na população estadual. Os fortes códigos de classe e as referências sutilmente racializadas associados com a Campanha Constitucionalista significavam que seria difícil esse episódio histórico servir como veículo para a unidade popular. Mesmo na sua breve apresentação do *Álbum de Família*, Martins manifesta certos pressupostos relativos à base social do movimento. Quando ele declarou que seu objetivo era meramente oferecer um lugar simbólico, um “lieu de mémoire” portátil, em “cada lar paulista”, é fácil perceber que “cada lar paulista” não abrangia as residências precárias dos recentes migrantes de Minas ou da Bahia, nem as casas dos operários envolvidos na política sindical e nas lutas proletárias.

À primeira vista, o uso da palavra “família” no título do livro poderia ser interpretado como uma tentativa de ressaltar a ideia de inclusão. Mas a expectativa de “familiaridade”, tão aparente no álbum, acaba significando que ele é uma lembrança para aqueles paulistas que têm recordações pessoais ou ligações diretas com os eventos sendo comemorados, e que podem ser vistos nas fotos e cartazes da época.

Ao mesmo tempo, havia modos de recordar a Revolução de 32 que tinham o potencial de demarcar uma família paulista mais ampla. Por exemplo, com a ênfase na luta pela Constituição e por um governo eleito, os veteranos de 32 podiam, teoricamente, ligar suas memórias da Guerra Paulista ao movimento pela democratização da política brasileira no período pós-guerra. Mas as tendências populistas na esfera política dos anos 50, e as crescentes reivindicações por uma democracia mais “social”, fizeram da visão liberal estreita e legalista (e, no pós-guerra, udenista), associada ao movimento constitucionalista, algo com pouco apelo às camadas populares. Além disso, o contexto político do IV Centenário complicava qualquer tentativa de ligar a Guerra Paulista ao processo de democratização – afinal, a restauração do regime constitucional e do processo eleitoral resultou na eleição do ex-ditador Getúlio Vargas para presidente, e com forte apoio da classe trabalhadora. Sob essas circunstâncias, ficou difícil ligar as propostas da Revolução Constitucionalista de um modo positivo com os desdobramentos da política nacional nos anos 50.⁹

Tudo pela Democracia?

Apenas três anos depois dos maciços festejos do 9 de julho no IV Centenário, a conversa sobre a democracia já tinha sofrido algumas alterações significativas. Em 9 de julho de 1957, os paulistas comemoraram o “Jubileu de Prata” – os 25 anos – da Revolução Constitucionalista. Embora somente três anos tivessem se passado, a data já estava tão integrada na construção oficial de paulistanidade que ficou impossível deixar o Jubileu de Prata passar sem várias comemorações e solenidades. Ainda mais interessantes são os novos temas que apareceram nos discursos sobre 32 durante esse intervalo de três anos. O mais notável é a (re)definição, quase universal, da Revolução Constitucionalista como uma luta pela democracia – um motivo que era presente, mas menos evidente nos festejos de 54. Por contraste, em 57 o tema da democracia foi ressaltado e pregado em cada momento. Para citar a reportagem sobre as solenidades de 9 de julho no jornal *O Dia*, “São Paulo viveu ontem momentos de intensas emoções democráticas”.

A palavra “democracia” se mostrou não só onipresente, mas também polissêmica. Alguns comentaristas (inclusive o Presidente Kubitschek) abordaram o movimento constitucionalista como precursor do gênero democrático já dominante no Brasil. Outros, como o diretor d’*O Estadão*, Júlio de Mesquita Filho, afirmaram a existência de uma ligação causal entre a *derrota* da Revolução de 32 e a contínua fraqueza da política democrática no Brasil. Essas estimativas divergentes do estado de democracia na sociedade brasileira, e da própria definição de democracia, refletem as imagens altamente contraditórias associadas à gestão JK (1956 a 1960). De um lado, o quadriênio de Kubitschek pode ser entendido como o primeiro “milagre econômico”,

⁹ Entretanto, em 1950, a revista ufanista *Paulistânia* (jul-ago 1950) publicou um número inteiramente dedicado ao tema da Revolução de 32, “por ver São Paulo que o Brasil está ameaçado de retornar às mãos daquele contra quem se escreveu a epopeia de 9 de Julho”.

com altíssimas taxas de crescimento industrial e verdadeiras melhoras nos salários da classe operária. Foi também um período de intensa participação popular na política, seja eleitoral, seja sindical, e de relativa liberdade de imprensa e discurso. Ao mesmo tempo, as altas taxas de inflação, o setor agrícola estagnado, e a frequência de greves e outras formas de protesto operário alimentaram e aumentaram ansiedades em certos segmentos da sociedade que começaram a afirmar que o Brasil estava à beira de uma crise política e social (WEINSTEIN, 2000, cap. 8).

Tanto para um comentarista que estivesse registrando otimismo sobre o futuro político do Brasil como para outro que estivesse manifestando graves preocupações com o estado de democracia, o Jubileu de Prata de 9 de julho era uma ótima ocasião para construir uma narrativa histórica que sustentasse sua interpretação. Mais uma vez, isso não significa que havia uma interpretação favorável à Revolução de 32 e outra contra a Campanha Constitucionalista. Em certos sentidos, o significado de 32 tinha sido fixado e estabilizado: foi um episódio histórico que mereceu reconhecimento, tanto dentro como fora do estado de São Paulo, como um evento que tinha um peso sentimental e emocional. Portanto, até um jornal que se posicionou como cético para com a finalidade da Revolução de 32, *O Correio da Manhã*, no Rio, informou seus leitores que talvez, no sentido político, 32 fosse “discutível”; porém não havia como negar a sinceridade de um povo que arriscou suas vidas para uma causa. Assim, o jornal, na sua reportagem sobre as solenidades de 9 de julho, deu destaque a imagens que ultrapassaram a esfera da política: um jovem soldado morto, um pai de família aleijado e uma enfermeira mutilada – figuras que podiam ser homenageadas e admiradas sem referência às controvérsias sobre os motivos ou repercussões da Revolução de 32 (CORREIO DAMANHÃ, 09/07/1957, pag. 4). A Revolução Constitucionalista não apenas foi incorporada plenamente à identidade regional, mas também o foi de um modo que supostamente transcendeu as disputas partidárias que dificultaram sua memorialização nos anos imediatamente posteriores à Guerra Paulista.¹⁰

Entretanto, havia algumas indicações de que a Revolução de 32, com suas conotações de classe e de região, continuava sendo um elemento identitário complicado para uma figura política com ambições eleitorais nacionais, num período conhecido como a “república populista”. Uma indicação disso foi a decisão do governador de São Paulo, Jânio Quadros, de se ausentar totalmente dos festejos de 9 de julho em 1957. Embora tivesse feito um discurso três dias antes, reconhecendo 32 como o momento cívico mais esplêndido da história de São Paulo, ele viajou, em 6 de julho, para uma visita de sessenta dias às várias capitais europeias, deixando o controle do governo estadual, e as funções cerimoniais, nas mãos do seu vice-governador Porfírio da Paz (CORREIO DA MANHÃ, 07/07/1957, p. 4). Aliás, seu vice foi, em vários sentidos, o homem perfeito para a ocasião. Apesar de ex-oficial do exército e mineiro de nascimento (de Araxá, pertinho da fronteira com São Paulo), Paz foi voluntário nas tropas paulistas durante a Revolução Constitucionalista e lembrou o seu apoio à Causa Paulista com

¹⁰ Sobre os anos imediatamente após a Guerra Paulista, veja RODRIGUES (2012).

grande orgulho. Portanto, podia representar um vínculo direto com a Revolução de 32 e firmar a representação da campanha constitucionalista como algo que foi muito além das reivindicações regionalistas.

O programa de solenidades e festejos no Jubileu de Prata reproduziu muitos dos eventos com os quais São Paulo marcou o 9 de julho nas comemorações de 1954. Entre eles, estava uma programação infantil de circos no Pacaembú, vários desfiles, um espetáculo de fogos de artifício no Ibirapuera e uma “chuva de *ouro* e prata” – o ouro talvez introduzindo um toque de novidade na ocasião. Porém, o teor geral das comemorações de 1957 era menos festivo e mais sombrio. O principal enfoque das solenidades foi o recém-inaugurado obelisco, que funcionava como monumento e mausoléu para os mortos de guerra (no lado paulista, claro) e os veteranos do conflito que morreram nos anos seguintes. Cerimônias marcando as transferências dos restos mortais de soldados constitucionalistas ao mausoléu tinham sido instituídas nos anos anteriores, mas essas solenidades foram especialmente elaboradas no ano de Jubileu de Prata; 144 entidades (pelotões, batalhões, grupos de apoio) participaram do desfile. No domingo anterior, houve uma missa católica pelos que tombaram em combate, realizada no Pacaembú, que na ocasião ficou totalmente lotado. E num sinal de que a memória pessoal e direta de 32 não era mais suficiente para mantê-la viva na alma paulista, o poeta Guilherme de Almeida e o pedagogo Antonio d’Ávila ofereceram minicursos sobre a história da Revolução Constitucionalista, cujas inscrições logo se esgotaram.

Em geral, a reportagem sobre o Jubileu de Prata na imprensa paulista ressaltou três temas principais relativos à Revolução de 32.¹¹ Primeiro, os jornalistas insistiram que ela foi muito mais que uma tentativa de defender os interesses regionais; segundo, que a Revolução contava com o apoio quase unânime da população paulista, inclusive entre as camadas mais humildes da sociedade; e terceiro, que ela foi fundamentalmente uma luta pela democracia. O primeiro tema representava a divergência mais marcada dos assuntos ressaltados nas comemorações de 54; talvez fosse inevitável que os festejos organizados como parte do IV Centenário da Cidade fossem orientados a retratar a Revolução como uma realização do povo bandeirante. Essa certamente foi a mensagem do *Álbum de Família*. Diferente disso, a reportagem sobre o Jubileu de Prata insistiu, repetidas vezes, que o movimento transcendeu as fronteiras de São Paulo, seja em termos de apoio material para a revolução, seja em termos de apoio para suas finalidades. Kubitschek (veterano das forças getulistas), no seu discurso apresentado na Assembleia Legislativa Paulista, declarou que “não se levantaram os homens de São Paulo para exigir um privilégio, mas para a restituição dos direitos e liberdades públicas a todos os brasileiros” (DIÁRIO POPULAR, 10/07/1957, pag. 18). Adhemar de Barros, o prefeito paulistano (e alguém que, como Jânio, tinha ambições eleitorais nacionais), foi bem longe ao se referir nos seus discursos aos “brasileiros de São Paulo” na sua “saudação aos heróis de 32” (O DIA, 9/07/1957, pag. 2). O governador

¹¹ Os jornais paulistas consultados foram os seguintes: *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, *O Dia*, *O Diário Popular*, *Correio Paulistano*, *A Gazeta*, *Ultima Hora* e *Tribuna dos Santos*.

interino Porfírio da Paz declarou que “pelos seus objetivos a revolução de 32 deixou de ser apenas paulista”, e um artigo sobre o papel dos industriais no conflito notou que Roberto Simonsen sempre chamou o movimento de “causa brasileira”, e não de “causa paulista” (CORREIO PAULISTANO, 07/07/1957, p. 7-8; 09/7/1957, cad. 2, p. 1). Até um anúncio da Companhia Vinhos Presidente, publicado na *Gazeta*, se dirigiu “aos paulistas e irmãos de todos os estados, que, em 1932 se uniram para defender a Constituição” (A GAZETA [São Paulo], 09/07/1957, p. 6). E finalmente, o editorial d’O *Estado* em 9 de julho informou seus leitores que “a verdade é que [o movimento] obedeceu a propósitos infinitamente mais amplos e profundos do que os da defesa de meros interesses regionalistas... Essa causa não era exclusivamente de São Paulo: era do Brasil inteiro” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 09/07/1957, p. 3).

É importante notar que essas afirmações de apoio e participação de brasileiros de toda parte da nação não significavam uma negação da “superioridade” nem do “excepcionalismo” de São Paulo. Muito pelo contrário. Na grande maioria dos comentários na imprensa, São Paulo continuava sendo o estado-líder, o mais civilizado e progressista, com a consciência cívica mais elevada. Por exemplo, o editorial já citado do *Estado*, depois de negar que 32 tivesse sido meramente um movimento de caráter regional, declarava que “São Paulo, pela sua posição econômica e social, era o Estado conscientemente mais apto a compreendê-lo e defendê-lo”. E seguia dizendo: “Os povos economicamente pobres nunca foram os primeiros a baterem-se pela liberdade... O que São Paulo tivera e os outros Estados não tinham era a consciência da traição de que o País fora vítima, era a previsão de tudo aquilo por que estamos passando agora” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 09/07/1957, p. 3). Enfim, O *Estado* não somente persistia em afirmar a superioridade cívica de São Paulo, mas desvendava um paralelo direto entre a derrota de 32 e a suposta crise política atual. É difícil ler esta frase final sem perceber nela uma previsão do apoio do “Bravo Matutino” ao golpe militar, sete anos depois.

O *Estado de São Paulo* não foi o único jornal que assumiu essa perspectiva. Escrevendo nas páginas do *Correio Paulistano* sobre a derrota do movimento constitucionalista, o comentarista João de Scatimburgo seguia a mesma linha. Ele lamentou a permanente frustração política de São Paulo “neste país de baixo nível de educação política, e de escasso civismo” (CORREIO PAULISTANO, 9/07/1957, p. 1). (Obviamente, o escritor tratou de “São Paulo” como sinônimo de um certo segmento político, intelectual e socioeconômico). Outro artigo naquele diário afirmou que foi o “sentimento, e nada de demagogia” que mobilizou as imensas multidões que foram às ruas no 9 de julho de 1957, e declarou que os políticos do governo federal deviam interpretar esta manifestação pública de sentimento paulista como um aviso forte e direto – os paulistas não aguentariam mais as suas manobras corruptas (CORREIO PAULISTANO, 9/07/1957, p. 1). Negando o papel de demagogo, o autor certamente queria fazer um contraste com a retórica dos políticos populistas/ getulistas, e o povo menos progressista e mais “susceptível” aos demagogos populistas. E aqui irei mais

longe, dizendo que podemos perceber um subtexto nestes comentários. Este subtexto, nos anos 60, se transformaria numa posição política explícita, permitindo que paulistas de uma certa orientação “liberal” se posicionassem como defensores da democracia, enquanto apoio ao golpe contra a presidência de João Goulart.

Epílogo: duas vezes 32 é igual a 64?

Como conclusão, gostaria de considerar, brevemente, o ressurgimento do “espírito de 32” no contexto do movimento contra o governo Goulart. A melhor indicação da proliferação de imagens da Revolução de 32 é o seu destaque na reportagem sobre o golpe de 64 na imprensa paulista. Dois editoriais que foram publicados nas páginas do *Estado* um pouco antes e imediatamente depois do golpe militar de 31 de março exemplificam perfeitamente esta tendência. O primeiro, que apareceu na edição de 21 de março, recontou, numa linguagem quase estática, os eventos no dia 19 na famosa “Marcha de Família, com Deus, pela Liberdade” em São Paulo. Com a manchete “O Paulista e a Nação em Perigo”, o editorial declarou que meio milhão de pessoas, “a maior mole humana jamais reunida em qualquer ponto do território nacional em defesa de uma ideia”, participou dessa manifestação da direita contra o governo populista de João Goulart. Daí o editorial seguia dizendo que essa massa empolgada, mas ordeira e disciplinada, essa expressão do povo paulista indignado, demonstrava “a disposição de defender a sua liberdade com a heroica decisão com que os paulistas defenderam, há 32 anos, o território sagrado de São Paulo contra a soldadesca de Getúlio. Sim: era São Paulo que desfilava”. O editorial não parava ali; não somente identificava paralelos, mas insistia que a marcha era quase uma reprise virtual do famoso comício de 23 de maio de 32, com as multidões convergindo “para o mesmo sítio onde, em 1932, as multidões paulistas manifestaram o propósito de fazer frente de arma em punho” ao regime getulista (O ESTADO DE SÃO PAULO, 21/03/1964, p. 3).

Como todos nós sabemos, doze dias depois o alto comando das forças armadas brasileiras interrompeu o governo Goulart e iniciou a ditadura que ficaria no poder pelos 21 anos seguintes. O *Estado* festejou o evento com um editorial intitulado “São Paulo Repete 32”. Sem sutilezas nem ressalvas, o “bravo matutino” declarou que Goulart garantiu sua queda do poder porque ignorava os protestos “dos velhos combatentes de 32 e os seus descendentes”, e que agora, “como um homem só, São Paulo acha-se hoje em plena mobilização e com o mesmo espírito de há três décadas atrás, levanta-se em defesa da constituição vigente”. Até a aritmética do momento parecia confirmar a noção de repetição – afinal, duas vezes 32 é igual a 64. Claro que tudo não era exatamente igual a antes: “Minas, desta vez, acha-se conosco”. Porém, esta pequena alteração foi apresentada como uma correção de um erro do passado, uma decisão que reparou uma ferida histórica (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1º/4/1964, p. 3).

O *Estado* era o mais insistente, mas não o único a apontar os paralelos entre 32 e 64. Na reportagem sobre a Marcha da Família, a *Folha de São Paulo* também declarou que os paulistas estavam defendendo a democracia e a constituição “dentro

do mesmo espírito que ditou a Revolução de 32”, e mesmo o *Ultima Hora*, um jornal que apoiava Goulart e abominava a Marcha da Família, fez a ligação entre este comício e o “espírito” de 32. Com a manchete “Retorno a 32”, sua reportagem sobre a Marcha notou: “Como era de esperar-se, a evocação do movimento de 32 constituiu uma enunciação repetida durante o comício” (FOLHA DE S. PAULO, 20/03/1964; ÚLTIMA HORA (São Paulo), 20/03/1964, p. 2). Obviamente, para os jornalistas da *Ultima Hora*, a ligação com 32 tinha o significado negativo de um movimento paulista dominado pela classe média e pelos interesses da elite. Mas no caso da *Folha* e do *Estado*, a finalidade de insistir numa ligação entre essas duas “revoluções”, 32 e 64, era outra. O objetivo era legitimar o seu apoio à derrubada violenta do governo Goulart, posicionando-se ao lado das forças da lei e da democracia e ressaltando o apoio da população civil a uma manobra política essencialmente militar.

Referências

Livros

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e cultura em São Paulo no século XX*. Bauru: Edusp, 2001. 482 p.

BORGES, Vavy Pacheco. *Memória Paulista*. São Paulo: Edusp, 1997. 240 p.

CAPELATO, Maria Helena. *O Movimento de 1932: A Causa Paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

COSTA, Emilia Viotti da. *1932: Imagens Contraditórias*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1982. 104 p.

DE PAULA, Jeziel. *1932: Imagens construindo a história*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

ELLIS JR., Alfredo. *Confederação ou Separação?* São Paulo: Paulista, 1934.

FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista, 1945-1966*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008. 346 p.

LOFEGO, Silvio Luiz. *IV Centenário da Cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o presente*. São Paulo: Annablume, 2004. 207 p.

MARTINS, José de Barros. *Álbum de Família 1932*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954.

MUSEU PAULISTA. *Coleção IV Centenário, Pasta 15 (recortes)*.

NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores*. São Paulo: Boitempo, 2004.

RODRIGUES, João Paulo. *1932 pela força da tradição: do confronto bélico à batalha pela memória (1932-1934)*. São Paulo: Annablume, 2012.

WEINSTEIN, Barbara. *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo: USF; Cortez, 2000.

_____. Racializando as diferenças regionais: São Paulo X Brasil, 1932. *Esboços*, n. 16, Florianópolis, 2006, p. 281-303.

Jornais

A Gazeta (São Paulo), 09/07/1957.

Correio da Manhã (Rio de Janeiro), 07/07/1957 e 09/07/1957.

Correio Paulistano, 07/07/1957 e 09/07/1957.

Diário Popular, 10/07/1957.

O Dia (São Paulo), 09/07/1957.

O Estado de São Paulo, 09/07/1957, 21/03/1964 e 1º/04?1964.

Folha de S. Paulo, 20/03/1964.

Última Hora (São Paulo), 20/03/1964.

Revista

Paulistânia (São Paulo).

Filmes

São Paulo em Festa (Vera Cruz, 1954), Cinemateca Brasileira (São Paulo).

Contribuição de Emilia Viotti da Costa para a historiografia de estudos sobre a escravidão e o trabalho

Maria Ligia Coelho Prado

Professora titular de História da América no Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP). Professora visitante em universidades americanas como Stanford University, New York University e Brown University. Coautora de *Reflexões sobre a Democracia na América Latina* (Senac São Paulo, 2005).

Quero, em primeiro lugar, agradecer aos idealizadores deste Seminário: ao Professor James Green, por sua formidável iniciativa; ao Professor Carlos de Almeida Prado Bacellar, coordenador do Arquivo Público do Estado de São Paulo; e ao Professor Lauro Ávila Pereira e a toda a equipe que organizou o evento e que nos recebeu de forma tão amável e atenciosa.

É uma grande honra participar deste Seminário e uma imensa alegria poder homenagear publicamente a Professora Emilia Viotti da Costa.

Minha apresentação será um pouco diversa das demais, pois não se refere diretamente às minhas pesquisas. Escolhi fazer um misto de depoimento pessoal e reflexão sobre uma face específica da trajetória de Emilia Viotti, abordando suas ligações com a história da América Latina e do Caribe.

Há certas afirmações sobre a vida intelectual e acadêmica de Emilia que são consensuais, como o lugar de preeminência que ela ocupa no âmbito da produção historiográfica brasileira e o brilhantismo de sua carreira acadêmica em Yale, por exemplo.

Entretanto, pouco se fala sobre sua contribuição aos estudos da História da América Latina no Brasil. Para enfatizar tal relevância, vou me referir à questão sob dois ângulos:

- a) o primeiro deles, sobre Emilia Viotti, historiadora da América Latina e do Caribe, e o livro *Coroas de glória, lágrimas de sangue. A rebelião dos escravos de Demerara em 1823* (Cia. das Letras, 1998);
- b) o segundo, sobre Emilia Viotti, diretora da *Coleção Revoluções do Século XX*, publicada pela editora da UNESP.

O livro Coroas de glória, lágrimas de sangue. A rebelião dos escravos de Demerara em 1823

Como todos sabem e Jimmy Green relatou de modo exemplar hoje cedo, a cassação e aposentadoria de Emilia, em 1969, pela ditadura militar, obrigou-a a deixar o Brasil. Sua entrada para a Universidade de Yale significou o reconhecimento, por parte da academia norte-americana, de seus méritos como historiadora. Entretanto, em minha visão, tal passagem não foi desprovida de obstáculos que devem ser salientados. Ao lado dos problemas que todo estrangeiro enfrenta ao deparar-se com uma sociedade

e cultura diferentes, é preciso lembrar as particularidades do mundo acadêmico norte-americano.

Ser aceita e respeitada – brasileira e mulher – como integrante do corpo docente de uma das mais conceituadas e prestigiadas universidades dos Estados Unidos e do mundo, num departamento, à época, dirigido por homens, foi tarefa hercúlea. E, acrescento um dado relevante: Emilia foi a primeira professora mulher do Departamento de História de Yale a ter *tenure* (isto é, efetivação; para consegui-la, é preciso passar por um longo processo de avaliação intelectual e acadêmica realizado por seus pares de dentro e de fora do Departamento e da Universidade).

Mas há outra questão crucial que merece ser assinalada. Emilia precisou ultrapassar uma fronteira pouco mencionada: de historiadora do Brasil transformou-se em professora e pesquisadora de História da América Latina. Conforme estipula a grade curricular da graduação dos departamentos de História dos Estados Unidos, não é possível ensinar apenas História do Brasil. Assim, num curto espaço de tempo, Emilia tornou-se docente e orientadora de teses sobre a História da América Latina. Nesse quadro, foi responsável pela formação de importantes historiadores latino-americanistas (de mais de uma geração) nos Estados Unidos, como Barbara Weinstein, integrante desta mesa. Jimmy Green, hoje cedo, citou nominalmente muitos dos pesquisadores por ela formados e que trabalharam temas de história do Brasil, do México, do Peru, do Chile, da Guatemala, da Nicarágua, etc. Do meu ponto de vista, o caminho que a levou a avançar por horizontes mais amplos foi árduo, e significou uma mudança substantiva em sua trajetória. E é dentro desse quadro abrangente que se explica sua escolha de fazer uma pesquisa sobre a antiga Guiana Inglesa.

Mas antes de me referir ao livro, que resultou de tal pesquisa, gostaria de contar uma pequena história pessoal, reveladora de uma característica particular de Emilia. Quem a conhece, sabe que conversar com ela sobre História/Historiografia é ao mesmo tempo um prazer e um aprendizado. Sua erudição, seu conhecimento bibliográfico, seu interesse pelas mais variadas questões e seu entusiasmo são contagiantes. Numa das vezes em que a visitei em Moodus, onde ela morava, faz mais de 20 anos, eu estava interessada em analisar dois romances recentes que eram versões revisitadas da obra de Daniel Defoe, *Robinson Crusoe* (1719), para pensar possíveis cruzamentos entre cultura e política (especialmente imagens e representações construídas sobre os encontros entre civilização e barbárie). Tinha lido o livro do francês Michel Tournier, *Sexta-feira ou os limbos do Pacífico*, que é a inversão (produzida nos anos 1960) da relação entre Crusoe e Sexta-Feira; e terminara de ler o livro do sul-africano J. M. Coetzee, *Foe*, na qual Robinson é uma figura secundária, e Sexta-feira (não mais um índio, mas um escravo negro que teve a língua cortada) e uma mulher resoluta, Susan, são as personagens principais do romance, que mostra uma visão crítica e desesperançada do arbítrio e do poder da colonização.

Disse a Emilia que estava um pouco indecisa sobre a importância do tema. Sua resposta não foi simplesmente positiva; foi muito além, pois me indicou várias

possibilidades de análise, desdobrando o tema em outros. Lembro-me que fez analogias e teorizou sobre o livro (e depois também o filme) de Paul Theroux, *The Mosquito Coast*, que se passa na Nicarágua e trata das relações de estranhamento de um homem norte-americano e sua família diante dos “primitivos” habitantes do lugar. Essa conversa me causou profunda impressão e, por isso mesmo, guardei-a na lembrança até o presente. Estava ali demonstrada a amplitude de suas leituras, a capacidade de transitar para além das tradicionais fronteiras nacionais, a disposição para o debate, a curiosidade intelectual e o encantamento pela História.

Nessa época, ela estava escrevendo *Coroas de glória, lágrimas de sangue*, e falou-me da pesquisa com paixão. Fiquei surpreendida com a escolha do tema: uma rebelião de escravos na antiga Guiana Inglesa. Sem dúvida, a decisão estava ligada às fronteiras alargadas de seu olhar, que ia além da História do Brasil e se relacionava com as questões colocadas por seu trabalho como professora e orientadora de História da América Latina em Yale.

O livro recebeu muitas resenhas, extremamente elogiosas, tanto nos Estados Unidos como no Brasil. João José Reis, por exemplo, escreveu na *Folha de São Paulo* que era um livro destinado a tornar-se um clássico, o que já aconteceu.

Não pretendo aqui fazer uma análise do livro. Mas não posso deixar de fazer dois breves comentários: um sobre sua abordagem teórica e outro sobre o significado de sua publicação no Brasil.

Em sua introdução, que considero primorosa e exemplar pela clareza, densidade e precisão, Emília foi capaz de sintetizar alguns dos problemas teórico-metodológicos vertebrais que alicerçam o ofício do historiador.

Ao narrar a história da rebelião escrava em Demerara, afirma que procurou unir a macro e a micro-história, pois não se compreende uma sem a outra. Em todo o livro, é possível acompanhar essa abordagem, que entende a História não como “o resultado de uma ação humana misteriosa e transcendental, nem como se os homens e as mulheres fossem apenas fantoches de forças históricas”.

Emília considera as condições materiais como fundamentais para explicar e entender os fenômenos históricos. Por outro lado, tece as mediações com os sistemas simbólicos, não de forma mecânica ou linear, mas guardando a riqueza, a complexidade e a especificidade de cada situação em temporalidades e espaços definidos. Sintetiza: “Identidades, linguagens e significados são produtos da interação social que ocorre num sistema específico de poder e relações sociais com protocolos, sanções e rituais próprios. [...] Com efeito, as condições materiais e os sistemas simbólicos estão intimamente relacionados.”

No livro, ela indica as tramas que envolvem a circulação de ideias e suas variadas apropriações e reapropriações. Os escravos se apossaram da cultura letrada e da doutrina religiosa intelectualizada, próprias do mundo dos senhores, e criaram configurações particulares que se transformaram em ação política. Segundo Emília: “Nas interações diárias com senhores e missionários, os escravos se apropriaram de

símbolos cujo propósito original era sujeitá-los, e converteram-nos em instrumentos de sua emancipação. Nesse processo, não apenas transformaram a si mesmos como transformaram todos à sua volta, e ajudaram a traçar o curso da história.”

O segundo comentário refere-se à publicação do livro no Brasil. Acho notável que Emília tenha escolhido trabalhar com a antiga Guiana Inglesa. Como sabem, para o Brasil em geral e para a historiografia brasileira em particular, as Guianas parecem extremamente distantes. Percebo um tênue movimento muito recente de historiadores da região amazônica em direção à pesquisa sobre esses espaços. Chamar a atenção para a impressionante rebelião de escravos (entre 10 mil e 12 mil) nessa parte do continente tão pouco visitada contribui para que se olhe a América do Sul de forma mais abrangente. Do mesmo modo, propicia o redimensionamento de problemas em torno da escravidão nas Américas, estimulando uma reflexão mais densa sobre nossa própria história.

Emília Viotti, diretora da Coleção Revoluções do Século XX, publicada pela editora da UNESP

Início esta segunda parte com um depoimento pessoal referente ao período da ditadura militar. Quando comecei a ensinar História da América Latina na USP, em 1975, praticamente não havia publicações sobre essa área em português (quer escritas por brasileiros, quer traduzidas). Naquela época, em plena vigência da ditadura militar, ensinar História da América Latina contemporânea nos obrigava a carregar um ônus suplementar. A América Latina, aos olhos do regime, era o continente vermelho, rebelde, onde acontecera a Revolução Cubana, “mau exemplo” que não podia ser seguido. No âmbito do poder governamental, a associação entre América Latina, subversão e revolução era processada comumente. Desse modo, o professor dessa disciplina era visto como potencialmente perigoso.

Sem dúvida, este é um problema do passado; mas há outras dificuldades e problemas que são particulares da docência e da pesquisa de História da América Latina no Brasil, e aos quais gostaria de me referir, antes de chegar ao ponto central que é mostrar a contribuição de Emília para essa área.

Num país que continua – talvez não tanto como nos anos 70 – insistindo em olhar preferencialmente para a Europa e para os Estados Unidos como modelos intelectuais ou parâmetros institucionais a serem seguidos, a área de América Latina é comumente rotulada como menor ou secundária. Igualmente, os estudiosos da América Latina foram muitas vezes acusados de se deixarem levar pelas paixões políticas que se sobrepunham à análise séria.

Se estes foram (e, de alguma maneira, ainda são) problemas exteriores ao trabalho de investigação histórica (menor prestígio da área, estereótipos construídos), há dificuldades internas que devem ser acrescidas às tarefas do pesquisador de História da América Latina: fontes inacessíveis no Brasil, necessidade de conhecimento

aprofundado da bibliografia do país escolhido, enorme esforço para adquirir familiaridade com temas e debates já estabelecidos pela “outra” historiografia.

Os fatores acima enumerados sumariamente ajudam a entender porque a relevância do estudo e da pesquisa da História da América Latina demorou tanto a ser reconhecida no Brasil e porque a historiografia brasileira sobre a área é ainda reduzida.

Nos últimos vinte anos, entretanto, houve considerável mudança nesse quadro. O crescimento do número de historiadores brasileiros especialistas em temas da história da América Latina é indiscutível. Os centros de produção se multiplicaram, assim como o volume de pesquisas e de publicações. Os temas, questões e abordagens, longe de se constituírem em simples mimetismo de correntes importadas, têm mostrado ser o resultado de um constante diálogo com a historiografia nacional e internacional. A multiplicação dos objetos históricos estudados acompanha as tendências mais gerais das abordagens teórico-metodológicas da área de História. Mas nós que trabalhamos com América Latina precisamos dialogar com a historiografia brasileira, com a latino-americana e, em termos amplos, com a internacional. Além disso, temos um lugar de menor visibilidade e maior instabilidade, que exige, além da sólida formação, uma dedicação dobrada.

Apesar dessas transformações, em minha perspectiva, ainda está colocado o desafio da consolidação plena do campo de pesquisa e de docência de História da América Latina no Brasil.

Para exemplificar a última afirmação, conto uma pequena história. Em abril de 2011, participei do IX Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História, em Florianópolis. Lá, me chamou a atenção o depoimento da professora Ivonete da Silva Souza (uma veterana entusiasta dos estudos latino-americanos), responsável pela disciplina de Estudos Latino-Americanos no Colégio de Aplicação da UFSC. Ela relatou que os estagiários que chegavam, muito entusiasmados, para dar aulas de História da América Latina, quando se deparavam com os temas do século XIX, discorriam por uns dez minutos sobre os países de colonização espanhola e depois, por falta de conhecimentos, voltavam para a História do Brasil, com a qual se sentiam confortáveis. Esse é um bom exemplo de que, no Brasil, ainda não há um conhecimento difundido e amplamente divulgado sobre a História da América Latina; assim como há ausência de materiais didáticos para o Ensino Médio.

Assim, é neste quadro que desejo salientar a relevância da Coleção *Revoluções do Século XX*, publicada sob a direção de Emília.

Na *Apresentação da Coleção*, Emília afirma que, no início do século XX, o ciclo das revoluções liberais do século anterior parecia definitivamente encerrado. No século XX, o processo revolucionário, agora sob inspiração socialista e comunista, ultrapassava as fronteiras da Europa e da América para assumir caráter mais universal. Os conflitos entre o mundo capitalista e socialista foram muitos. As paixões políticas suscitadas pela Guerra Fria afetaram profundamente a historiografia. Entretanto, com o fim da Guerra Fria, o desaparecimento da União Soviética e as mudanças na China, ela entende ser

possível uma reavaliação mais serena desses movimentos. Esta, penso eu, é a marca registrada da *Coleção*.

São 18 títulos já publicados que incluem, além da tradicional Revolução Russa, volumes “inusitados” sobre o Irã ou sobre a África (Angola, Moçambique e Etiópia). Ressalto, com grande júbilo, que o espaço e a importância atribuídos à América Latina, no cômputo geral dos títulos da coleção, são notáveis: 10. Não tenho dúvida de que tal número é devedor da visão “latino-americanista” da coordenadora. Neles encontram-se as revoluções mais estudadas, como a Mexicana e a Cubana; e também as da Nicarágua, Bolívia, Chile, Peru, Venezuela e Colômbia. A coleção alcança países pouquíssimo estudados no Brasil, como El Salvador e Guatemala. Os textos foram produzidos por especialistas escolhidos entre historiadores brasileiros, latino-americanos e norte-americanos, indicando, mais uma vez, o trânsito de Emília por todas as partes das Américas. São trabalhos densos e muito bem elaborados que refletem a cuidadosa coordenação da *Coleção*.

Desse modo, a *Coleção* tem para mim um valor inestimável, porque são livros de alto nível com potencial para alcançar um público mais amplo de estudantes, professores do ensino médio e fundamental e para difundir o conhecimento dos grandes temas da História da América Latina. Também contribui para pensar o Brasil no quadro ampliado do continente.

Esses brevíssimos comentários sobre seu livro *Coroas de glória, lágrimas de sangue. A rebelião dos escravos de Demerara em 1823* e sobre a *Coleção Revoluções do Século XX* foram o meio que encontrei para poder expressar minha profunda admiração pela Emília: uma mulher que ousou pensar criticamente; que teve a coragem de expressar suas ideias políticas em tempos em que se pagava um preço altíssimo por essa “subversão”; uma historiadora que desbravou caminhos pouco trilhados, produzindo um conjunto de obras brilhantes; e que se transformou em uma entusiasta especialista e difusora, no Brasil, da História da América Latina e do Caribe.

***Programação do Seminário Internacional Brasileiros e Brazilianistas:
novas gerações, novos olhares. Uma homenagem a Emilia Viotti da Costa.***

22 de agosto de 2012

9h00 – 10h00: Conferência de Abertura

Emília Viotti da Costa: construindo a história na contracorrente

Prof. Dr. James Green (Brown University)

10h00 – 12h00: Mesa 1 - São Paulo e o século XIX

Bancos e o desenvolvimento econômico no século XIX em São Paulo

Prof.^a Dra. Anne G. Hanley (Northern Illinois University)

Capitalismo, escravidão e a economia cafeeira do Brasil ao longo do século XIX

Prof. Dr. Rafael de Bivar Marquese (USP)

Debatedor: Prof. Dr. Luis Ferla (UNIFESP)

14h00 – 16h00: Mesa 2 - Cultura e Consumo

Geração Coca-Cola: um “best seller” esquecido e a história cultural da “quase década”

Prof. Dr. James Woodard (Montclair State University)

Stars, Pin-ups e It girls! Atrizes brasileiras sob o paradigma do estrelato hollywoodiano, 1950-1954

Prof.^a Dra. Ana Carolina de Moura Delfim Maciel (Museu Paulista/FAPESP)

Debatedor: Prof.^a Dra. Solange Ferraz de Lima (Museu Paulista/USP)

16h30 – 18h30: Mesa 3 - Da Ditadura à Democracia

Reimaginando a esquerda: resistência urbana e a formação de uma nova feminilidade operária no Brasil.

Prof. Natan Zeichner Tzvi (New York University)

Trânsitos e política: artistas brasileiros em Nova Iorque

Prof.^a Dra. Dária Jaremtchuk (USP)

Debatedor: Prof. Dr. Álvaro Bianchi (AEL/Unicamp)

19h00 – 21h00: Conferências

Álbum de família: memória, identidade paulista e a Revolução de 32

Prof.^a Dra. Barbara Weinstein (New York University)

A relevância dos trabalhos de Emília Viotti para os estudos latino-americanos no Brasil

Prof.^a Dra. Maria Lúcia Prado (USP)

Emília Viotti da Costa e a história do trabalho no Brasil

Prof. Dr. Alexandre Fortes (UFRRJ)

21h00 – 21h30: Encerramento – Prof.^a Dra. Emília Viotti da Costa



Apoio:



Realização:



Casa Civil